



Isabella Alves Lamas

VALE QUANTO PESA?
A EMERGÊNCIA DE NOVOS ESPAÇOS DE GOVERNAÇÃO EM MEGAPROJETOS
DE MINERAÇÃO NO BRASIL, CANADÁ E MOÇAMBIQUE

Tese de doutoramento em Relações Internacionais — Política Internacional e Resolução de Conflitos, orientada pela Professora
Doutora Paula Duarte Lopes e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Março 2018



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Isabella Alves Lamas

Vale quanto pesa? A emergência de novos espaços de governança em megaprojetos de mineração no Brasil, Canadá e Moçambique

Tese de Doutoramento em Relações Internacionais, na especialidade de Política Internacional e Resolução de Conflitos, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Doutora

Orientadora: Professora Doutora Paula Duarte Lopes

Coimbra, março 2018

À presença da nossa estrela mãe Ana Maria e ao meu pai Nelson

Aos meus irmãos Ná e Ri

Ao meu companheiro de estrada Paulim

Vale Quanto Pesa

Quanto você ganha pra me enganar

Quanto você paga pra me ver sofrer

É quanto você força pra me derreter

Sou forte feito cobra coral

Semente brota em qualquer local

Um velho novo cartão postal

Luiz Melodia

Agradecimentos

O doutorado ocupa um espaço importante na vida, foram anos de partidas e chegadas. A tese foi multi-situada não só na sua metodologia, mas também no seu próprio processo de construção em sentido alargado. As diversas moradas afetivas que tive ao longo desse tempo trouxeram consigo pessoas especiais que contribuíram muito para esse trabalho e a quem eu gostaria de agradecer.

Agradeço à FCT, que me concedeu a bolsa que viabilizou a realização desse projeto.

À minha orientadora, Paula Lopes, agradeço pela construção conjunta, amizade, carinho, paciência e aos sempre assertivos comentários críticos que me guiaram nesse percurso. De Nova Caledônia à escolha do Canadá, ela me ofereceu o espaço e a confiança de que eu precisava para seguir em frente.

Às pessoas que têm as suas vidas de alguma forma impactadas pelos megaprojetos de mineração no Brasil, Canadá e Moçambique, obrigada por me receberem de braços abertos e compartilharem comigo as suas histórias de luta.

Em Coimbra, agradeço aos/as queridos/as professores/as do Programa de Doutoramento em Relações Internacionais - Política Internacional e Resolução de Conflitos pelo sempre aberto, respeitoso e engrandecedor espaço de trocas e aprendizagens: José Manuel Pureza, Daniela Nascimento, André Barrinha, Licínia Simão, Daniel Pinéu, Raquel Freire e Teresa Cravo. Aos/as funcionários/as do Centro de Estudos Sociais e da Faculdade de Economia. É um prazer enorme fazer parte destas duas instituições com tantos/as investigadores/as cujo trabalho eu admiro, obrigada por me ensinarem tanto sobre a necessidade das reflexões críticas.

Aos/as meus grandes amigos/as do doutorado Naná, António, Tiagão e Luis: foi uma alegria encontrar vocês pelo caminho, obrigada por estarmos sempre “juntos” compartilhando a vida além do doutorado. À Marta e à Filipa. À Jojinha, e também ao Nuno, eu devo um agradecimento especial por todo o amor e dedicação bonita à nossa amizade, além da homérica ajuda burocrática, hospedagens e jantares maravilhosos do chefe. Palavras realmente não são suficientes para agradecer.

Em São Paulo, a pesquisa foi acolhida pelo período de 2 anos pelo Reginaldo Nasser no Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP). Ao Reginaldo, agradeço a generosidade sem limites comigo e com o meu trabalho e por me inspirar tanto através da sua militância e luta acadêmica. A sua ajuda e confiança foram pilares centrais do meu percurso acadêmico até aqui. Aos/as colegas e amigos/as do programa e do Grupo de Estudos sobre Conflitos Internacionais (GECI) da PUC-SP, que alegria poder participar de um grupo tão comprometido e ativo na busca de um conhecimento engajado e crítico sobre a conflitualidade internacional. Avante!

No Canadá, fui acolhida em Toronto pela Judith Marshall que é uma ativista inspiradora na sua luta contra as violências da mineração e contribuiu muito pra esse trabalho. Agradeço também ao acolhimento de pessoas do *Canadian Centre for Policy Alternatives* e da sede nacional do USW. Em Ottawa, agradeço aos/as representantes da *MiningWatch Canada*. Em Sudbury, um agradecimento especial ao amigo geógrafo Jorge Virchez por me mostrar tanto sobre Sudbury, à Shelley, ao Charles e ao Jordan da Universidade Laurentian, aos membros e representantes do USW Local 6500 (especialmente Nick Larochelle que, além das conversas, me levou para conhecer uma mina subterrânea), da *Coalition for a Liveable Sudbury*, do *Vale Living with Lakes Center*, da sede regional da Vale e das *First Nations Sagamok Anishnawbek* e *Atikameksheng Anishnawbek*.

No Pará, contei com uma parceira de pesquisa maravilhosa, a minha amada, multi-talenta, fotógrafa e amiga do peito Manoela Lima. Alguns dos seus belos registros estão nas fotos desta tese, com destaque para a capa. Ela também ajudou nas figuras, mas acima de tudo ela me ajuda a viver em alegria. Em Marabá, agradeço aos representantes da UNIFESSPA, CPT, FUNAI, MPF e do Bairro Alzira Mutran. Obrigada também ao Charles Trocate e Marcelo Cruz da sede do MAM e ao Tádzio Coelho pelas trocas de teses “gêmeas”. Agradeço a receptividade dos/as indígenas da TI Mãe Maria. Em Parauapebas, ao Assentamento Palmares II do MST e ao ICMBio. Em Canaã dos Carajás, especialmente ao Seu Pixilinga e ao Zequinha da CEPASP, mas também aos/as acampados/as sem terra, aos/as assentados/as do ex-Racha Placa (atual AUAS) e da Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Canaã dos Carajás. Em Belém, aos pesquisadores do ITV.

Em Moçambique, agradeço à Professora Dra. Inês Raimundo e ao Centro de Análise de Políticas (CAP) da Universidade Eduardo Mondlane, por me acolherem como membro associada durante o período de campo. Agradeço, sobretudo, à amizade do Chico Carneiro, este fotógrafo e cineasta paraense incrível que me trouxe tanto e agregou muito à esta pesquisa. Recebemos o memorável e amoroso acolhimento regado ao encontro musical entre a timbila e a sanfona do Lipe e da Thais em Maputo. Na cidade, agradeço a recepção no IESE, Justiça Ambiental, ADECRU, Centro Terra Viva, CIP, OMR, Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural e na Diagonal. Agradeço ao Ivo Lourenço e ao Mia Couto que compartilharam comigo os seus prismas. Em Tete, à AAAJC, aos/as reassentados de Cateme e 25 de setembro e aos membros das comunidade de Cancope, Catete e Ntchenga, à Liga Moçambicana dos Direitos Humanos, aos oleiros, à sede regional da Vale e a Arquidiocese de Tete.

Ao longo desses anos foram inúmeras as apresentações em encontros acadêmicos que geraram comentários e trocas valiosas. Um agradecimento especial aos/as colegas da Rede de Pesquisa em Paz, Conflitos e Estudos Críticos de Segurança. Na UFBA, agradeço à Elsa Kraychete e a Bruna Muriel pelo espaço que me deram para o compartilhamento desta investigação com os/as alunos/as.

Aos/as amigos que Coimbra e Portugal me trouxeram: Brunin (pelas trocas de vida e acadêmicas), Ná, Martina, Layninha, Elisabete, Gabi, Erik, Louise, Paulo, Giulio, Gui, Murilim, Raul, Marina, Caetano, Lalinha, Érika, Filipa, Lidiane, Bela, Dino, Gabi e Joaquim. À Roberta (e a recém-chegada Nina), pela amizade e inspiração acadêmica, além da abertura de portas em Moçambique. Ao Ramon também pelas trocas de e-mails e auxílio neste percurso. À Carol e as plantas poderosas que me ajudaram tanto a finalizar esta tese.

À Má pela amizade e partilha de tanto desde a nossa casa em Coimbra até o além. À Cidinha, Fabinho, Camilim, Brubs, Nickita (irmãzinha), Mary Jane, Nandoca, Drico, Ninoca, Maricota, Abrahones, Pizza, Edízio, todos/as presentes que São Paulo me trouxe. À todas as amizades lindas que fiz na PUC-SP, um beijo especial pro Dan (tantas trocas intensas), Gala (essa mulher tão linda), Dani, Danizita e Chiquinho.

Jubinha, minha parceira de alma, de olhos que brilham e falam, que sorte a minha ter você sempre juntinho de mim. Lorete, minha morena musa inspiradora, mulher de força, amiga-

irmã que levo comigo onde for. À Naná, Tia Tuca, Tia Silvia, Tio Rafa, Tia Maria Lúcia, Tio Tuto, Clara, Ri, Laura, Dudu, vocês são a minha família estendida.

Aos amigos que a vida me trouxe sob a esfera de influência do Morro do Lampião ao som do Bateia: Popó, Bruno, Aninha, Miguel e o pequeno Ari, Laninha, Fabim e a pequena Dora, Andrézin, Ju, Ana, Ju, Olímpio, Danizita, Rafa com as lindas Teresa e Malu, Fê, Erik com os pequenos Miguel e Iago, Marcelo, Mari, Bi. À querida Rosinha, minha parceira de capulanas, e a Aninha agradeço além da amizade, a abertura de portas para Moçambique.

Em Salvador, Jorge Amado já tinha alertado, pisar neste chão é coisa de contradições e encantamentos: os/as queridos/as Felipe, Maíra, Michelzin, Sil e a pequena Carol, Brunão e Roberta que nos receberam de braços abertos e introduziram a todo esse axé da Bahia que ensina anos em dias. Aos/as companheiros/as do MAM Bahia.

No começo do percurso dessa tese, a vida me surpreendeu com a partida à galope da minha mãe. Ana Maria, figura que só ela, tem uma alma que é só doçura. Base fundacional do que sou, a sua presença na minha vida é tão intensa que eu só tenho a agradecer por sempre ter junto de mim uma mãe tão maravilhosa. Ao meu pai, meu melhor amigo e companheiro nessa jornada, me ensinou que “tudo vale a pena se a alma não é pequena”. Obrigada por ser tudo e mais e pela sua dedicação sem fim a nós! Aos irmãos mais lindos e especiais do mundo: Ná e Ri, vocês são e sempre serão meus melhores amigos. À nossa amada Marina morena que chegou pra trazer amor e doçura. Ao Agê, meu cunhado querido. À minha tia Lídia, minha grande amiga. Um beijo especial para a Tia Vera, Tia Ana, Marina, e a memória do Tio Zé. À Cisquinha minha amiga, por tudo que faz por nós. À minha família mineira que me acolhe com tanto amor: Beth, Cristiano (meus sogros queridos), Bebeto (a quem eu devo agradecimento pela ajuda e inspiração também na academia), Ceci e os amados Nico e Caio, Lulu, Marcelo e os amados Joca e Teresa, Tia Cristina, Fafá, Filipe, Samuel, Tia Ângela, Dudu (o *cousin*), Tita e à todos os Fonecas e Freitas Castro queridos.

Coimbra cresceu o Paulim na minha vida. Sem o poder transformador e cativante do nosso encontro e da sua sanfona o caminho teria sido tão mais árduo do que foi. Meu grande amor, parceiro de tantas trocas, que bom é te sentir sempre por perto! Compartilhar a vida com

você é uma alegria intensa, obrigada por sua contribuição e paciência cotidianas para que essa tese florescesse.

Suporte Financeiro

Este projeto de doutoramento foi financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), com referência SFRH/BD/98914/2013 no período de Janeiro de 2014 a Dezembro de 2017.



Resumo

A difusão do poder na governação global tem dado crescente protagonismo para a importância da inclusão das corporações multinacionais (CMNs) nas análises sobre política internacional. Mas, apesar da abertura da área das Relações Internacionais (RI) para a complexidade da governação a nível mundial, a maioria das investigações têm como foco os níveis de análise da macro política global e há pouquíssimos trabalhos empiricamente fundamentados sobre CMNs, particularmente sobre os seus efeitos na vida cotidiana de populações. Esta tese contribui para responder a essa lacuna de conhecimento sobre o fenómeno do crescente envolvimento de corporações na governação e é o produto de um trabalho empírico extenso feito a partir do caso da atuação da CMN mineradora brasileira Vale S.A. em distintos estados hospedeiros/sede em contextos de paz formal: Brasil, Canadá e Moçambique. Partindo dos quadros teórico-conceituais da Economia Política Internacional (centrada no papel das CMNs localmente), da Ecologia Política (centrada na relação entre conflitualidade e recursos naturais) e das ferramentas analíticas foucaultianas de disciplina, biopoder e governamentalidade, a tese contribui para lançar luz ao envolvimento cotidiano da CMN no governo da vida das populações atingidas por suas atividades. Sendo assim, o argumento central avançado nesta investigação é o de que, a partir da concessão de exploração, CMNs da área de extração de recursos naturais passam a ter funções de governação no ordenamento político de territórios onde se estabelecem. E isto, apesar de ser negociado com os diferentes estados hospedeiros, é uma dinâmica violenta não só na forma como é imposta, como também é violenta no dia-a-dia, na aplicação cotidiana em populações que têm que viver nos ou interagir com estes complexos minerários. A governação cotidiana da população atingida pela CMN tem duas facetas principais que incluem o 'papel de governo', no qual a corporação assume a função de provedora de serviços que classicamente seriam atribuições da esfera pública de governo, e o exercício alargado do ordenamento político a partir de mecanismos e tecnologias de governo diversos. Estas são formas de controle social da população e legitimação da autoridade da CMN frente a uma crescente pressão pública para a tradução dos benefícios econômicos da exploração de recursos naturais em bem-estar para as populações. Mas, ao contrário da prosperidade decorrente da abundância mineral, salvo raras exceções, as pesquisas de campo nos três

estados hospedeiros/sede revelaram cenários de conflitualidade que emergem como crítica e contraconduta das populações atingidas a estas dinâmicas de violência. As semelhanças entre os contextos são resultado do aumento da influência do capital transnacional, fruto da adoção de políticas neoliberais de crescente liberação e desregulamentação de investimentos. Dito isto, a investigação contribui para o desenvolvimento dos Estudos para a Paz e de uma vertente crítica das RI a partir de três eixos principais que a distanciam de teorias ortodoxas: as CMNs como atores centrais para a compreensão das relações internacionais; a análise da conflitualidade a partir de contextos de paz formal; e a incorporação do valor analítico do cotidiano para a compreensão da política internacional.

Palavras-chave: corporação multinacional; governação; conflitos socioambientais; mineração; Vale S.A.

Abstract

The diffusion of power in global governance has increased the prominence of multinational corporations (MNCs) in international politics and International Relations (IR). This phenomenon has been investigated mostly at global macro policy level of analysis. Few empirically grounded studies have tried to understand how MNCs affect the daily lives of populations. This thesis contributes to respond to this lack of knowledge about the increasing involvement of corporations in governance. It is the result of an extensive empirical inquiry on the Brazilian mining MNC Vale S.A.'s operations in different host states/headquarter in contexts of formal peace: Brazil, Canada and Mozambique. Based on the articulation among the theoretical-conceptual frameworks of International Political Economy (centered on the role of MNCs locally), Political Ecology (centered on the relation between conflict and natural resources) and Foucauldian analytical tools of discipline, biopower and governmentality, the thesis sheds light on the MNC's daily involvement in governing the lives of affected communities. The central argument advanced in this research is that MNCs involved with natural resources' extraction are central agents in the political ordering of territories in where they are established. Moreover, this governance role, despite being negotiated with the different host states, is a violent dynamic, not only in the way it is imposed, but also in its daily application in populations that have to live within or interact with the mining complexes. The everyday governance of the population affected by the MNC has two main facets: on the one hand, in the 'role of government', the corporation assumes the provision of services that would classically be states' attributions; and, on the other hand, the MNC exerts an extended political ordering through different mechanisms and technologies of government. In a context of increasing public pressure for translating the economic benefits of natural resources exploitation into population's well-being, these mechanisms and technologies of government are forms of social control of the population and of legitimation of MNC's authority. But contrary to the alleged prosperity brought by mineral abundance, with rare exceptions, the three host states fieldworks have revealed scenarios of conflict that emerge as criticism and counter-conducts of the affected population to these dynamics of violence. The similarities between the contexts are related with the increasing influence of the transnational capital, product of the adoption of

neoliberal policies of increasing liberation and deregulation of investments. Therefore, the research contributes to the development of Peace Studies and to a critical thought of IR from three main axes that distinguishes it from orthodox theories: the MNCs as central actors for the understanding of international relations; the analysis of conflict from formal peace contexts; and the incorporation of the analytical purchase of everyday into the understanding of international politics.

Keywords: multinational corporation; governance; socio-environmental conflicts; mining; Vale S.A.

Lista de Acrônimos

AAAJC – Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades

ADECRU – Acção Académica para o Desenvolvimento Das Comunidades Rurais

AIAV – Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale

AUAS – Assentamento União Américo Santana

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEO – Chefe Executivo de Ofício

CEPASP – Centro de Educação, Pesquisa, Assessoria Sindical e Popular

CIP – Centro de Integridade Pública

CMN – Corporação Multinacional

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

DUAT – Direito de Uso e Aproveitamento da Terra

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

EFC – Estrada de Ferro Carajás

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

GRI – *Global Reporting Initiative*

IBA – *Impact and Benefit Agreement*

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ICMM – *International Council on Mining and Metals*

IED – Investimento Estrangeiro Direto

IESE – Instituto de Estudos Sociais e Económicos

IFC – Corporação Financeira Internacional

Inco – *International Nickel Company of Canada*

ITIE – Iniciativa de Transparência nas Indústria Extrativas

ITV – Instituto Tecnológico Vale

MAM – Movimento pela Soberania Popular na Mineração

MPF – Ministério Público Federal

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

OI – Organização Internacional

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização não-governamental

PAR – Plano de Ação para o Reassentamento

PBA – Plano Básico Ambiental

PEA – Plano de Educação Ambiental

PSC – Performance Social e Comunitária

PSPP – Parceria social público privada

PS.5 – Padrão de Desempenho 5 - Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário

PT – Partido dos Trabalhadores

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

RSC – Responsabilidade Social Corporativa

SDCN – Sociedade de Desenvolvimento do Corredor do Norte

SDI – *Stakeholders, Demandas and Issues*

STTR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canaã dos Carajás

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

UNIFESSPA – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

USW – *United Steelworkers*

Lista de Figuras

Figura 1: Nuvem de categorias codificadas no <i>software Dedoose</i>	21
Figura 2: Campanha para o <i>Public Eye Award</i> de 2012	64
Figura 3: Composição acionária da Vale em fevereiro de 2017	73
Figura 4: Mapa de internacionalização da Vale	79
Figura 5: Estrutura de governação corporativa da Vale	81
Figura 6: Plataforma da ferramenta <i>Stakeholders, Demandas e Issues (SDI)</i> para registro de informações	84
Figura 7: Cronograma social do corredor de Nacala	86
Figura 8: Modelo de operação da agenda estratégica de performance social da Vale	96
Figura 9: Cronologia da Vale em Moçambique	105
Figura 10: Cronologia da Vale no Canadá	121
Figura 11: Cronologia da Vale no Brasil (Pará)	134
Figura 12: Propaganda da Inco sobre a construção de comunidades	158
Figura 13: Cartão postal de centro de pesquisa da Inco na "cidade do níquel"	160
Figura 14: Os 10 Programas de Meio Socioeconômico que integram o Plano Básico Ambiental (PBA) do Projeto S11D	175
Figura 15: Estrutura da área de segurança empresarial	200
Figura 16: Livro <i>Isto pertence ao meu povo</i> do Projeto Sociocultural Krôhôkrenhum	210

Lista de Fotos

Capa – Mirante da mina N4E na Serra Norte de Carajás. Fotografia da Manoela Lima.

Foto 1: Vista aérea das operações de Copper Cliff.	127
Foto 2: Ruínas da igreja, ponto de encontro comunitário, no Bairro Alzira Mutran Erro! Marcador não definido.	
Foto 3: Posto de informação da Vale no Bairro Alzira Mutran	192
Foto 4: <i>Vale Concert Series</i> em Sudbury	208
Foto 5: Impacto ambiental na comunidade de Ntchenga	220

Foto 6: Greve do sindicato USW Local 6500 em Sudbury	239
Foto 7: Produção de tijolos na "fronteira" da Vale	245

Lista de Mapas

Mapa 1: As operações da Vale em Moçambique	106
Mapa 2: As operações da Vale no Canadá	119
Mapa 3: Complexo de Carajás	135
Mapa 4: Mapa de satélite do núcleo urbano de Carajás	155
Mapa 5: Localização original das comunidades reassentadas em Tete pela Vale e pela Rio Tinto	164

Lista de Tabelas

Tabela 1: Número de entrevistas por atores em cada estado hospedeiro/sede	20
Tabela 2: Exercício de caracterização da Performance Social e Comunitária (PSC) da CMN	93
Tabela 3: "Complexo dos recursos" em perspectiva comparada	147

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	VII
SUORTE FINANCEIRO	XIII
RESUMO	XV
ABSTRACT	XVII
LISTA DE ACRÔNIMOS	XIX
LISTA DE FIGURAS	XXI
LISTA DE FOTOS	XXI
LISTA DE MAPAS	XXII
LISTA DE TABELAS	XXII
INTRODUÇÃO	1
PARA ALÉM DO DESASTRE DE MARIANA: CONTEXTOS DE INVESTIGAÇÃO	7
METODOLOGIA	13
DADOS EMPÍRICOS: PESQUISAS DE CAMPO, ENTREVISTAS E ANÁLISE	17
ESTRUTURA DA TESE	21
<u>CAPÍTULO 1 – CORPORAÇÕES MULTINACIONAIS E O GOVERNO DA VIDA DAS POPULAÇÕES ATINGIDAS</u>	<u>25</u>
1.1. PAPEL ATIVO DOS ATORES PRIVADOS NÃO ESTATAIS NA GOVERNAÇÃO GLOBAL	26
1.2. FERRAMENTAS ANALÍTICAS FOUCAULTIANAS	34
DISCIPLINA	35
BIOPODER	38
GOVERNO E GOVERNAMENTALIDADE	42
GOVERNAMENTALIDADE TRANSNACIONAL: AS CORPORAÇÕES MULTINACIONAIS EM FOCO	46
1.3. CONFLITUALIDADE E EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	49
1.4. O COTIDIANO NA GOVERNAÇÃO E NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	53
CONCLUSÃO	56
<u>CAPÍTULO 2 - A MINERADORA VALE S.A. NO BRASIL E NO MUNDO: UMA CORPORÇÃO DO SUL</u>	<u>59</u>
2.1. O FENÔMENO VALE DO RIO DOCE	59
2.2. A MULTINACIONAL DOS CONFLITOS	64

AS ESPECIFICIDADES DA ECONOMIA POLÍTICA DA MINERAÇÃO DE LARGA-ESCALA	65
CULTURA CORPORATIVA DA VALE S.A.: DE EMPRESA ESTATAL A CORPORAÇÃO PRIVADA	67
O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO “DE ITABIRA PARA O MUNDO”	75
2.3. GOVERNAÇÃO CORPORATIVA	80
ARQUITETURA DE CONTROLE SOCIAL	88
CONCLUSÃO	98

CAPÍTULO 3 - FABRICANDO NOVOS ESPAÇOS DE GOVERNAÇÃO EM MOÇAMBIQUE, CANADÁ E BRASIL

	99
3.1. A MATRIZ DO “COMPLEXO DOS RECURSOS”	101
3.2. ESTADO HOSPEDEIRO – MOÇAMBIQUE	103
O COMPLEXO DO CARVÃO	107
RELACIONAMENTO LOCAL E CONFLITUALIDADE	113
3.3. ESTADO HOSPEDEIRO – CANADÁ	118
O COMPLEXO DO NÍQUEL	122
RELACIONAMENTO LOCAL E CONFLITUALIDADE	126
3.4. ESTADO SEDE/HOSPEDEIRO – BRASIL	132
O COMPLEXO DO FERRO	135
RELACIONAMENTO LOCAL E CONFLITUALIDADE	141
CONCLUSÃO	146

CAPÍTULO 4 - A CORPORAÇÃO COMO AGENTE DE GOVERNO NOS TERRITÓRIOS

4.1. AÇÕES DE GOVERNO DA VALE EM PERSPECTIVA HISTÓRICA	153
4.2. DA INCO À VALE: LEGADO E CONTINUIDADE EM SUDBURY	157
4.3. REASSENTAMENTOS DE CATEME E 25 DE SETEMBRO EM TETE: A PROVISÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	161
4.4. PROJETO S11D: CANAÃ DOS CARAJÁS, A TERRA PROMETIDA NO SUDESTE DO PARÁ	170
RESPONSABILIDADES COMPARTILHADAS: UMA FORMA EMERGENTE DE ATUAÇÃO SOCIAL	177
CONCLUSÃO	179

CAPÍTULO 5 - MECANISMOS DE GOVERNAÇÃO COTIDIANA DA VALE

5.1. MECANISMOS DE COERÇÃO E PODER DISCIPLINAR	183
JUDICIALIZAÇÃO NA GESTÃO DE CONFLITOS	186

VIGILÂNCIA - EVIDÊNCIAS DE ESPIONAGEM CORPORATIVA	191
PRIVATIZAÇÃO DA SEGURANÇA	195
5.2. MECANISMOS DE NEGOCIAÇÃO, COOPERAÇÃO E INCLUSÃO: A GOVERNAMENTALIDADE CORPORATIVA	201
RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA	203
IMPACT AND BENEFIT AGREEMENTS: O CASO DA POPULAÇÃO INDÍGENA SAGAMOK NO CANADÁ	211
5.3. NÃO ISONOMIA: ‘A VONTADE DE MELHORAR’ DISCRICIONÁRIA E SELETIVA DA CORPORAÇÃO	215
CONCLUSÃO	221
<u>CAPÍTULO 6 – CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E A CONTRACONDOTA DA POPULAÇÃO ATINGIDA</u>	<u>223</u>
6.1. NEOLIBERALISMO, VÁCUOS DE GOVERNAÇÃO ESTATAL E SEMELHANÇAS NO EIXO NORTE-SUL	224
6.2. A COPRODUÇÃO ENTRE GOVERNAÇÃO COTIDIANA E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS	227
6.3. A CONTRACONDOTA DAS POPULAÇÕES ATINGIDAS	237
CONCLUSÃO	248
<u>CONCLUSÃO – DIFUSÃO DE RESPONSABILIDADES E AUTO-CONDUTA CORPORATIVA: ILUSÃO DE VÁCUOS DE GOVERNAÇÃO</u>	<u>251</u>
CORPORAÇÃO ENQUANTO GOVERNO EM TEMPOS DE NEOLIBERALISMO	253
AS DIFERENÇAS ENTRE OS ESPAÇOS EMERGENTES DE GOVERNAÇÃO	255
O EIXO COMUM DO CONFLITO: UMA CRÍTICA ÀS VIOLÊNCIAS DA GOVERNAÇÃO COTIDIANA	258
LIMITAÇÕES E LINHAS FUTURAS DE INVESTIGAÇÃO	262
<u>REFERÊNCIAS</u>	<u>267</u>
1. LISTA DE ENTREVISTAS	267
2. BIBLIOGRÁFICAS	271
<u>ANEXO I: REPRESENTATIVIDADE DOS ATORES ENTREVISTADOS/AS</u>	<u>307</u>

Introdução

It seems to me that so many writers and teachers in conventional international relations are like the orthodox theologians in Galileo's time. They are like Flat Earthers who refuse utterly to recognise that the earth is round and revolves around the sun. Similarly, they refuse to see that the relations between states is but one aspect of the international political economy, and that in that international political economy, the producers of wealth – the transnational corporations – play a key role.

Susan Strange em “*Big Business and The State*” (1991: 246).

O fenômeno da difusão do poder na governação global tem dado crescente protagonismo para a importância da inclusão das corporações multinacionais (CMNs) nas análises sobre política mundial (Guzzini e Neumann, 2012; Strange, 1996). As CMNs passaram a ocupar um papel central na governação local, global e transnacional e, conforme Susan Strange afirma na epígrafe dessa introdução, para entender aspectos das relações internacionais e da economia política internacional contemporânea, é impossível deixá-las de fora da análise. Nesta linha, as teorias ortodoxas que informam a área das Relações Internacionais (RI), baseadas nos estados unitários como únicos atores relevantes para a compreensão do poder no sistema internacional, têm sido questionadas a partir da sua insuficiência analítica. Mas, apesar da abertura do campo para a complexidade da governação global, a maioria das investigações tem como foco o nível de análise da macro política global e há pouquíssimos trabalhos empiricamente fundamentados sobre as CMNs no âmbito das RI, particularmente sobre os seus efeitos na vida cotidiana de populações.

Esta tese é construída a partir dessa lacuna de conhecimento sobre o fenômeno do crescente envolvimento de corporações na governação e é o produto de um trabalho empírico extenso sobre as relações conflituosas de uma CMN mineradora com populações atingidas pelos seus empreendimentos em contextos de paz formal. Sendo assim, a formulação de problemas não foi feita a partir de uma preocupação com as instituições internacionais e supranacionais, mas sim em termos que possam ser significativos para grupos explorados e

marginalizados através da mineração (Schmid, 1968). Desta forma, a pergunta de partida que guia esta investigação é a seguinte: *em contextos de extração de recursos naturais, qual o contributo das corporações multinacionais para a vivência cotidiana mais ou menos pacífica da população local?*

No sentido de responder a esta pergunta de investigação, apresenta-se uma argumentação empírica a partir do caso da atuação da CMN mineradora brasileira Vale S.A. em distintos estados hospedeiros/sede: Brasil, Canadá e Moçambique. O argumento principal é que as CMNs da área de extração de recursos naturais acabam por ter funções de governação muito presentes na vida das populações e locais onde se estabelecem e isto, apesar de ser negociado com os estados hospedeiros, é uma dinâmica violenta não só na forma como é imposta, como também é violenta no dia-a-dia, na aplicação cotidiana em populações que têm que viver ou interagir com estes complexos minerários. Nestes contextos, a conflitualidade emerge como crítica das populações atingidas a estas dinâmicas de violência.

Sendo assim, esta investigação articula questões transnacionais relacionadas às formas de gestão corporativa dos impactos socioambientais da mineração de larga-escala com manifestações cotidianas de convivências conflituosas com a atividade extrativista em diferentes territórios. O objetivo principal é contribuir para o avanço do conhecimento acadêmico crítico na área de RI a partir de três eixos principais que a distanciam das teorias ortodoxas: a) as corporações multinacionais como atores centrais para a compreensão das Relações Internacionais; b) o tratamento da dinâmica dos conflitos a partir de contextos de paz formal; e c) a incorporação do valor analítico do cotidiano para a compreensão da política internacional.

Esta tese dialoga com a bibliografia de Economia Política Internacional centrada no papel das CMNs localmente em articulação com a bibliografia sobre conflitualidade e recursos naturais, com destaque para a Ecologia Política. A abordagem aqui desenvolvida adota as ferramentas analíticas foucaultianas de disciplina, biopoder e governamentalidade, que permitem lançar luz ao envolvimento cotidiano da CMN no governo da vida das populações atingidas por suas atividades. Para compreender como as CMNs estão envolvidas em arranjos de governação, é preciso, em primeiro lugar, esclarecer o que entende-se por governação. A

definição adotada aqui é a oferecida por Guzzini de governação como ordem política, sendo política qualquer coisa que afete o interesse público ou o bem comum (Guzzini, 2012: 3). A partir desta, propõe-se o conceito de governação cotidiana como o exercício da ordem política no cotidiano dos contextos operacionais a partir da centralidade da agência da CMN.

Ao longo desta tese, optou-se pela classificação de corporação multinacional como forma de designar organizações empresariais com presenças internacionais significativas, mas que, apesar de estarem presentes em mais de um país, permanecem passíveis, com maior ou menor intensidade, a um controle central exercido no país-sede (Kamminga, 2014; Kogut, 2001). Essa característica de centralidade da coordenação evidencia a importância da companhia-mãe ou sede em relação aos braços da corporação no exterior que normalmente constituem-se na condição de subsidiárias. A centralidade pode, entretanto, manifestar-se relativa, de forma que é preciso reconhecer também a possibilidade de existência de níveis variados de autonomia de atuação da mesma corporação em diferentes contextos.

A dimensão de atuação internacional deste tipo de ator econômico é associada a um vazio de governação e práticas de prestação de contas difusas à sociedade devido a ausências importantes na regulação corporativa nos âmbitos internacional e local. As regulações internacionais que dizem respeito à CMNs são de cunho majoritariamente voluntário. Isso faz com que, na prática, apesar do papel central que desempenham na economia global, as corporações operem de acordo com as leis dos estados hospedeiros de suas atividades (Kamminga, 2014) e haja uma ausência de definição clara de suas responsabilidades. E, com a sede de atração de investimentos por parte dos estados hospedeiros em tempos de hegemonia neoliberal, estes tendem a flexibilizar o aparato regulatório a que estas corporações estão sujeitas (Stiglitz, 2007).

Dessa forma, em países de diversos níveis de desenvolvimento inseridos em contextos neoliberais, as corporações caminham para assumir papéis que tradicionalmente são considerados atribuições dos estados: o investimento em bens comuns, o gerenciamento de conflitos, a oferta de serviços públicos e o planejamento das infra-estruturas da área de operação e seus arredores. Isso traz como consequência o facto de que as corporações têm se colocado perguntas que eram antes de exclusividade do estado sobre quais são os domínios e

as técnicas de governo mais apropriadas para assegurar a sua legitimidade. Assim, as CMNs estão participando ativamente no desenho da racionalidade dos mecanismos de governo, bem como na implementação e gerenciamento destes. E, claro, há uma relação constante com os constrangimentos que a realidade do terreno exerce sobre a sua própria composição. As ferramentas analíticas foucaultianas são particularmente apropriadas para a compreensão de quais são essas formas de atuação, mecanismos e fundamentação normativa através dos quais as CMNs estão presentes na vida das populações atingidas que fazem parte destes territórios no sentido de assegurar a sua legitimidade e a viabilidade dos projetos de extração mineral.

A opção por referenciar como ‘população atingida’ o conjunto de pessoas que vivem nos arredores das operações mineradoras simboliza a importância de dar ênfase à agência e responsabilidade que a corporação possui sobre os impactos gerados pela atividade econômica que exerce. Os problemas associados aos megaprojetos de mineração liderados por CMNs são de amplo espectro, indo desde o impacto ambiental devastador e a destruição de ecossistemas inteiros, até à corrupção, má gestão política e supressão do modo de vida das populações locais. Embora a maioria dos contextos da mineração de larga-escala sejam lugares de contestação social, os conflitos nesses cenários muitas vezes não têm muita visibilidade. Nesse sentido, as multinacionais da mineração podem ser vistas como motor de múltiplas formas de espoliações e violências na vida das populações atingidas em contextos de paz formal. Este amplo espectro de violências é composto, entre outros, pelo descumprimento e desrespeito das leis e compromissos trabalhistas com consequências desastrosas para a vida das pessoas; a degradação do meio ambiente que é, muitas vezes, intimamente atrelado às condições básicas de subsistência de populações; o deslocamento populacional forçado e a implementação de modelos de reassentamento deficitários que não respeitam as peculiaridades de diferentes realidades sociais; a repressão, muitas vezes assegurada por forças policiais, a qualquer tipo de contestação, organizada, ou não, por movimentos sociais, a uma situação pró mineração; ou pela naturalização das dinâmicas opressivas decorrentes da atividade de extração de minérios através de propagandas enganosas, promessas não cumpridas e até mesmo da responsabilidade social corporativa (RSC). As profundas modificações que a atividade mineral traz para a vida de

populações fazem parte de um fenômeno de impacto social que estabelece rupturas, mas é repleto de cotidianidade.

Apesar deste amplo espectro de impactos negativos associados aos megaprojetos, uma pergunta de investigação central na bibliografia sobre desenvolvimento, indústria extrativa e sociedade é afinal, a exploração de recursos naturais por CMNs tem o potencial de trazer prosperidade e mudanças efetivas no cotidiano das populações dos estados hospedeiros? A discussão entre acadêmicos, organizações não governamentais, movimentos sociais, governos, organizações internacionais, indústria extrativa, sociedade civil e indivíduos sobre o teor desta mudança é extensa e muito pouco consensual. Na academia, há uma variedade de interpretações sobre a relação entre a existência de exploração de recursos naturais e os seus efeitos na vida de populações. Em um extremo, há aqueles que demonstram que há uma maldição dos recursos naturais, uma vez que a presença de grandes reservas estaria associada com corrupção, pilhagem, guerra civil, entre outros (Auty, 1993; Collier e Hoeffler, 2004; Ross, 1999; Soysa, 2000). No outro, há estudos e *policy papers*, com destaque para os produzidos pelo Banco Mundial, que ressaltam o potencial que uma boa administração/governança dos recursos naturais tem para gerar crescimento econômico e desenvolvimento social (Pegg, 2006; Sachs e Warner, 1999; Weber-Fahr, 2002). Contudo, ao contrário de buscar um posicionamento entre estes extremos, é na ausência das temáticas por eles abordadas de uma visão abrangente da conflitualidade e injustiça socioambiental e do acesso desigual ao controle e uso dos recursos naturais que se situa o lugar desta investigação.

Em um dos extremos referenciados acima, muitas investigações surgiram na década de 1990 e nos anos 2000, associando a exploração de recursos naturais à ocorrência de guerra e conflitos a partir de perspectivas teóricas e epistemológicas bastante diversas (Ballard e Banks, 2003; Billon, 2001; Collier e Bannon, 2003; Homer-Dixon, 1999; Klare, 2002; Watts, 2004). Enquanto muitos advertem que a conexão entre recursos naturais e conflitos não era um fenômeno novo (Cilliers, 2000), relativamente poucos falam na crescente multiplicidade de suas formas de expressão e apresentam uma sensibilidade analítica mais profunda ao conceito de violência em si, exceto trabalhos provenientes da abordagem da Ecologia Política (Billon, 2012). Em outras palavras, há poucos estudos preocupados em direcionar o olhar analítico para como,

atualmente, muitos desses conflitos acontecem também em contextos considerados como de paz formal, ou seja, onde há ausência de guerra.

Não obstante, com cada vez maior intensidade, o sistema internacional apresenta um conjunto menos visível de ameaças como a violência urbana, o genocídio dos povos indígenas e os conflitos socioambientais que não se enquadram no âmbito das construções de ameaças à paz e segurança internacionais mais tradicionais. Neste sentido, é central analisar dinâmicas de violência e de exploração global em contextos de paz formal, onde as mesmas se encontram invisibilizadas. Esta investigação está inserida no âmbito da tradição teórica crítica dos Estudos para a Paz e, portanto, adota concepções sobre paz e violência de escopo alargado, multidimensional e de caráter normativo (Pureza e Moura, 2005). O principal expoente da abordagem, Johan Galtung, define paz como um conceito positivo, ou seja como mais do que ausência de guerra, incorporando a ideia de paz como justiça social (Galtung, 1969). Para ele, só existe paz na ausência de violências direta, estrutural e cultural (Galtung, 1990).

Parte-se, portanto, das premissas de que os conceitos de paz e violência são multidimensionais e não são mutuamente excludentes (ou seja, onde há paz não há violência e vice-versa) (Freire e Lopes, 2008: 13). Sendo assim, esta abordagem se distancia do paradigma estado-cêntrico realista em Relações Internacionais e possibilita um entendimento crítico sobre a conflitualidade internacional a partir de um conceito de violência que vai muito além de eventos brutais e espetaculares de violência física, e incorpora as violências estrutural e cultural presentes na representação, circulação e codificação dos danos causados pela exploração dos recursos naturais (Galtung, 1990; Peluso e Watts, 2001). A existência de países declarados como pacíficos, mas que apresentam cenários nos quais populações estão sendo vítimas de violências devido ao potencial econômico das regiões onde habitam é uma realidade mundial. As violências e os impactos socioambientais diretamente causados pela exploração mineral em tempos de paz aparente são indícios de contextos de conflitualidade latente. Os conflitos que emergem nestes contextos são definidos nesta tese como conflitos socioambientais, *i.e.* conflitos sociais relacionados ao meio ambiente, ao acesso e à distribuição dos recursos naturais (Billon, 2015; Ribot e Peluso, 2003). A partir de uma combinação teórica interdisciplinar das abordagens dos Estudos para a Paz, da Ecologia Política e das ferramentas analíticas

foucaultianas, a conflitualidade associada aos recursos naturais é vista como uma expressão de contraconduta da população atingida. É dessa forma que a problemática da CMN enquanto agente ativo na governação global é aqui abordada através da conflitualidade que emerge com a população atingida por suas atividades.

Para além do desastre de Mariana: contextos de investigação

A Vale tem ações de investimento social que vão da promoção de eventos culturais como o *Fórum Drummond* em Itabira à restauração do maior símbolo nacional brasileiro, o Cristo Redentor no Rio de Janeiro, estando simultaneamente envolvida em diferentes conflitos socioambientais ao redor do mundo. Segundo o departamento de comunicação da Vale, o *Fórum Drummond* foi desenhado para celebrar o centenário de um dos maiores poetas do Brasil, Carlos Drummond de Andrade, enquanto ação para promover a cultura local e o potencial turístico de Itabira (Vale S.A., 2012b: 264). Além do *Fórum Drummond*, a corporação também apoiou, através do seu braço social, a Fundação Vale, a criação do Memorial Carlos Drummond de Andrade, projeto do famoso arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer no Pico do Amor em Itabira (Vale S.A., 2012b: 263). Drummond nasceu em Itabira e possui inúmeros poemas sobre o impacto devastador da mineração na sua cidade natal. O fato de Drummond ser um “filho da mineração”, que se fez símbolo do descontentamento com a atividade, não impediu que a Vale se apropriasse da sua trajetória para promover a sua imagem corporativa. A inversão de simbolismos é uma estratégia frequente para construção da legitimidade social da Vale. A Vale é conterrânea de Drummond, também nasceu em Itabira, 40 anos depois do poeta. Ao dizer que a Vale é sua conterrânea, personaliza-se a corporação, uma entidade econômica que, é preciso dizer, tem feito esforços para se tornar cada vez mais anônima. O ato é proposital e também político, já que entende-se que a corporação não deve ser vista como algo anônimo, sem rosto e distante de nós. Como poderíamos responsabilizá-la por suas atitudes e pelos expressivos impactos socioambientais que suas atividades econômicas geram? Algumas possíveis respostas para esse dilema estão no contributo presente nas entrelinhas desse esforço de investigação: entender os mecanismos de atuação e as formas de legitimação de uma entidade que penetra nas esferas mais íntimas de vida de muitas populações. Sendo assim, atores econômicos privados globais como as CMNs estão também territorializados e

preocupados em desenvolver mecanismos para reinventar a hegemonia sob os 'atores locais' e legitimar as suas práticas corporativas.

Em *Lira Itabirana* de 1984, Drummond explicita o seu posicionamento sobre a Vale e a carga socioambiental negativa da mineração.

O Rio? É doce.
A Vale? Amarga.
Ai, antes fosse
Mais leve a carga.
II
Entre estatais
E multinacionais,
Quantos ais!
III
A dívida interna.
A dívida externa
A dívida eterna.
IV
Quantas toneladas exportamos
De ferro?
Quantas lágrimas disfarçamos
Sem berro?

Carlos Drummond de Andrade, no jornal *Cometa Itabirano*

No dia 5 de novembro de 2015, em fase intermediária da produção dessa tese, o rompimento de uma barragem de rejeito da mineração no estado de Minas Gerais (Brasil) gerou a sequência de eventos que ficaram conhecidas como o desastre de Mariana. A onda de lama ocasionada pelo rompimento da barragem de Fundão matou 19 pessoas, destruiu completamente os distritos de Bento Rodrigues, Camargos e Paracatu de Baixo, além de ter percorrido 930 quilômetros e todo o percurso do Rio Doce até à foz em Regência no Estado do Espírito Santo. A mineradora responsável pela operação da barragem era a Samarco, uma *joint venture* controlada pela Vale (51%) e pela maior mineradora do mundo, a anglo-australiana BHP Billiton (49%). Foi o maior desastre socioambiental da história do Brasil e o maior envolvendo barragens de rejeito de mineração do mundo (Milanez e Iosekann, 2016). Para além de desastre, as investigações sobre o acontecimento indicam conhecimento prévio dos riscos de rompimento, o que evidencia o seu caráter de crime ambiental (Idem.). E a Vale, apesar dos esforços para gerar uma separação formal da Samarco no imaginário da população do Brasil e do mundo, não teve como negar que é a protagonista central dessa história. Em uma das

tentativas de desvincular o nome da Vale do da Samarco, o então Chefe Executivo de Ofício (CEO) da Vale, Murilo Ferreira, falou que o desastre teria gerado uma situação nova, fruto de um buraco de governação (Gonçalves, 2015). Ao apontar para um buraco de governação, ele indiretamente indica a existência de um vazio também na responsabilização perante os danos causados. Após o crime ambiental de Mariana, o poema acima se tornou viral e muitos jornalistas e usuários das mídias sociais, principalmente brasileiras, falavam sobre como a vida teria imitado a arte devido ao seu caráter premonitório. Mas, ao contrário desta explicação, acredita-se que, frente ao acontecimento, o poema explicita o *continuum* das violências e do impacto socioambiental da mineração.

Coincidentemente, a Vale e as violências da mineração de larga-escala são também a peça central desta tese. Não faria sentido, no entanto, incorporar o desastre de Mariana como um dos “casos” a serem investigados, uma vez que o elemento do cotidiano nos conflitos envolvendo a corporação é fundamental na constituição do presente objeto de pesquisa. O imediatismo, a magnitude da mudança causada e as análises de risco daí decorrentes são elementos que fazem daquilo que aconteceu em Mariana um acontecimento único, e de certa forma distante daquilo que é aqui a preocupação central: mostrar como as manifestações cotidianas dos conflitos socioambientais estão relacionadas com a existência de mecanismos de governo da vida das populações atingidas pela mineração, nos quais as corporações adquirem centralidade e ocupam espaços emergentes de governação.

Não obstante, as vidas de Mariana estão presentes nas entrelinhas e nas motivações desse trabalho investigativo, na medida em que o foco é naquilo que já existia e continua a existir no pós-tragédia de Mariana – o *continuum* das violências associadas à exploração de escala industrial de recursos naturais. Afinal, ao contrário de interpretá-la como fatalidade ou acidente aleatório, defende-se que foram as violências inscritas em um modelo cotidianamente conflituoso de mineração e de comportamento das CMNs que gerou o crime socioambiental de Mariana em primeiro lugar.

O que aconteceu em Mariana impactou não só a vida de milhares de pessoas, como aumentou consideravelmente a atenção pública para a questão mineral no Brasil e no mundo. Isso levou também a uma multiplicação exponencial dos questionamentos sobre o modelo

através do qual a mineração de larga-escala vem sendo desenvolvida no Brasil ou por corporações do Brasil em estados hospedeiros. Evidentemente, muitos já estavam anteriormente posicionados nesta frente de questionamento e resistência aos efeitos sócio-ambientalmente nocivos deste modelo como o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) ou o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, mas com o desastre, a temática ganhou maior visibilidade e, conseqüentemente, mais pessoas passaram a refletir sobre isso. Inserida nesse contexto de intensificação do debate sobre a mineração de larga-escala, esta investigação é também uma contribuição para a pesquisa sobre a indústria extrativa e a sociedade, uma vez que apresenta uma análise aprofundada sobre os impactos socioambientais da mineração nas populações que vivem nos arredores operacionais.

Esta tese é, portanto, focada no envolvimento da Vale, atualmente privada e de capital aberto, em dinâmicas de governação e conflitualidade. Em contraposição às narrativas de sucesso da corporação, há um reconhecimento internacional cada vez maior da Vale enquanto uma ‘multinacional dos conflitos’ que teve como ponto alto a atribuição do prêmio de pior companhia do mundo pelo *Public Eye Award* de 2012, um contra-evento ao Fórum Econômico Mundial em Davos. A Vale atua nos cinco continentes do mundo e tem como sede o Brasil, um país de economia emergente, o que caracteriza uma maneira de projeção corporativa e de Investimento Estrangeiro Direto (IED) ainda relativamente recente no sistema internacional (Goldstein, 2007). A perpetuação de múltiplas violências associadas às suas atividades ao redor do mundo foi acentuada principalmente após a ocorrência de dois processos marcantes: a privatização da empresa em 1997 e a estratégia de internacionalização adotada pela Vale principalmente a partir do início dos anos 2000 (Costa, 2009; Pillonel e Sutorius, 2005). Como parte fundamental deste último processo está a entrada da CMN no continente africano, bem como a aquisição da *International Nickel Company of Canada* (Inco) em 2006, uma empresa canadense que era então a segunda maior produtora de níquel no mundo. Esta aquisição tornou a Vale, na altura, a segunda maior mineradora do mundo, atrás apenas da anglo-australiana BHP Billiton (Fleury e Fleury, 2011: 242).

A cultura corporativa da Vale tem um papel decisivo na forma de projeção da corporação a nível global, mas esta investigação poderia ter sido igualmente realizada a partir

do caso de outra grande multinacional da área da mineração. As anglo-australianas BHP Billiton e Rio Tinto, que junto com a Vale, compõem o *ranking* das três maiores mineradoras do mundo em termos de valor de mercado, também são protagonistas de inúmeras situações de conflitualidade com populações atingidas. Isso está relacionado com especificidades do setor da mineração de larga-escala, mas também com as dinâmicas de opressão do sistema capitalista neoliberal contemporâneo caracterizado pela formação de poderosas entidades econômicas que têm a força do seu poder econômico traduzida em poder político. Dessa forma, as corporações ditam os rumos da vida de populações e as suas possibilidades de escolhas de vida.

Apesar de ser uma mineradora, além das atividades de operação de minas, a Vale possui inúmeras operações nas áreas de logística, de energia e de siderurgia, o que amplia significativamente a sua esfera de influência. Assim, entre participações ou controle total de ferrovias, de portos e de usinas hidrelétricas, os diferentes setores e ramos da corporação se estendem em diversas áreas e dimensões da vida de populações que estão nas proximidades destas operações. Além disso, a Vale também assume funções sociais diversas nos territórios que ocupa. Esse alcance extraordinário da corporação e os seus efeitos negativos na vida de pessoas ao redor do mundo foram as motivações mais elementares da sua escolha como peça central desta investigação. A entrada de uma mineradora como a Vale em determinado contexto muda a vida das populações que estão na sua área direta de influência de tal forma, que a escolha de olhar de perto estas realidades para analisar a relação entre governação, exploração de recursos naturais e conflitualidade se mostrou promissora.

Como já explicitado, a investigação é desenvolvida a partir de três países hospedeiros/sede com diferentes classificações de níveis de desenvolvimento que abrigam operações da Vale: Brasil, Canadá e Moçambique. O objetivo é analisar contextos diversos que permitam detectar as *nuances*, mas acima de tudo as semelhanças, na forma transnacional de atuação de uma mesma CMN. Investigar as dinâmicas de atuação da Vale no Brasil é essencial para compreender a inserção interna da sua própria constituição enquanto corporação de um país emergente, mas também oferece uma base de contraponto com as suas formas de atuação a partir da inserção internacional. Moçambique representa um país em desenvolvimento, contexto de suposta fragilidade institucional onde há menos constrangimentos regulatórios

para a Vale. E, por fim, o Canadá, estabelece o contraponto de um país desenvolvido com extensa experiência na mineração e maior preparação institucional para receber o investimento da Vale.

No Brasil, a Vale atua em 13 estados (Vale S.A., 2013a), e há inúmeros casos de conflitos socioambientais relacionados com a corporação ao longo de todo o país (Bossi *et al.*, 2009). Para a presente investigação, a região escolhida para a pesquisa de campo foi a de Carajás, no Pará, onde há uma já longa tradição de exploração de ferro e subjugação das populações da região pela Vale principalmente ao longo do percurso da Estrada de Ferro de Carajás (EFC). Atualmente, devido ao mais recente projeto da Vale de exploração mineral na região, o Ferro Carajás S11D, está em curso a duplicação da EFC que tem gerado inúmeros problemas sociais que vão desde despejos, contaminação das águas, reassentamentos mal sucedidos, entre outros (Faustino e Furtado, 2013). Já Moçambique, foi a porta de entrada da corporação para o continente africano e onde a Vale, através do Projeto Moatize de extração de carvão mineral, foi protagonista de um dos escândalos sociais recentes da mineração mundial através da realização de reassentamentos extremamente malsucedidos das populações que viviam nas áreas operacionais (*Human Rights Watch*, 2013). Foi precisamente através da visibilidade internacional que este caso teve que a Vale passou a ser considerada como um bom estudo de caso para esta investigação.

Em vez de olhar apenas para áreas de estado limitado, esta investigação amplia a análise para conflitos socioambientais da mineração que ocorrem também nos chamados países desenvolvidos (e agora são até mesmo gerados por multinacionais de países emergentes). Esses países apresentam configurações regulatórias e institucionais bem desenvolvidas e possuem vários mecanismos legais para assegurar uma exploração mineral menos invasiva e sócio-ambientalmente mais harmoniosa. No entanto, as operações de mineração de larga-escala também apresentam inúmeros desafios nesses contextos que normalmente abrigam abusos menos relatados e mais sutis. Neste sentido, foi incorporado o caso de Sudbury, no Canadá, onde a Vale passou a atuar após a aquisição da Inco. A região apresenta uma tradição muito bem consolidada em relação às atividades de mineração que são ali realizadas desde 1885, mas a aquisição da Inco pela Vale e a baixa no preço do níquel a nível mundial tem ocasionado uma

diminuição significativa das operações que têm sido sucessivamente colocadas em estado de reparo e manutenção. Em 2011, os trabalhadores sindicalizados da Vale canadense realizaram uma greve de 11 meses na unidade de Sudbury contra as pressões da empresa para rebaixar direitos de pensão e bônus conquistados ao longo dos anos.

Metodologia

Esta é uma investigação de caráter qualitativo, baseada na complementaridade de alguns dos principais métodos de investigação qualitativa, entre eles, a revisão de bibliografia, a pesquisa de campo com a realização de entrevistas qualitativas semi-estruturadas e a observação direta, bem como a análise de conteúdo. Apesar da flexibilidade metodológica e interpretativa da pesquisa qualitativa, esta investigação está alinhada com a visão apresentada por Creswell:

Qualitative research begins with assumptions, a worldview, the possible use of a theoretical lens, and the study of research problems inquiring into the meaning individuals or groups ascribe to a social or human problem. To study this problem, qualitative researchers use an emerging qualitative approach to inquiry, the collection of data in a natural setting sensitive to the people and places under study, and data analysis that is inductive and establishes patterns or themes. The final written report or presentation includes the voices of participants, the reflexivity of the researcher, and a complex description and interpretation of the problem, and it extends the literature or signals a call for action. (Creswell, 2007: 31)

Assim, a reflexividade é concebida como parte integrante desta investigação. Os chamados efeitos de contexto, considerados um obstáculo para a ciência positivista, funcionam aqui como os geradores de princípio de uma ciência reflexiva que “*elevates the dialogue as its defining principle and intersubjectivity between participant and observer as its premise*” (Buroway, 1998: 14). Epistemologicamente é dada importância à existência de múltiplos saberes, múltiplos ângulos de visões e à afirmação de que “*interventions create perturbations that are not noise to be expurgated but music to be appreciated*” (*Idem.*).

Com o objetivo de incorporar esta diversidade epistemológica, optou-se por ‘seguir os conflitos’ entre CMN e populações atingidas através de pesquisas de campo e da etnografia multi-situada, metodologia proposta inicialmente por George Marcus no âmbito da Antropologia para aproximá-la dos acontecimentos da política mundial (Marcus, 1995) e que a

distancia do trabalho etnográfico clássico¹. A etnografia multi-situada – *i.e.* a investigação realizada a partir de múltiplos locais geográficos e epistêmicos de observação e participação – permite a superação de dicotomias como o ‘local’ e o ‘global’ (Idem.) e é um método ideal para abordar fenômenos transnacionais². No entanto, curiosamente, há poucos trabalhos inspirados pela proposta da etnografia multi-situada nas RI, apesar de a área ter abrigado recentemente dois movimentos metodológicos importantes – a virada cotidiana e a virada etnográfica das Relações Internacionais – impulsionados, entre outros, pelo desejo de transcender as divisões existentes entre os níveis micro e macro de análise. Por este motivo, há um potencial metodológico e analítico da condução de uma etnografia multi-situada para a consolidação de uma vertente crítica das RI que incorpora o cotidiano e as visões subalternas como constitutivos da política global e vice-versa. A sua aplicabilidade nesta investigação está relacionada justamente ao objetivo de colocar em perspectiva as questões transnacionais relacionadas à atuação corporativa voltada para a área socioambiental com o cotidiano conflituoso da mineração em diferentes territórios.

A reflexividade e a discussão sobre posicionamento são uma das dimensões centrais do método da etnografia multi-situada: Marcus mostra que ao se mover entre as esferas pública e privada e entre contextos oficiais e subalternos é inevitável que o/a etnógrafo/a encontre discursos que estejam sobrepostos aos seus. As identificações mútuas daí provenientes impossibilitam a condução de uma pesquisa que seja feita a partir de cima, uma vez que o/a investigador/a está situado dentro do terreno que está mapeando através do seu trabalho (Marcus, 1995: 112). No caso desta investigação, a oposição em relação às formas de injustiça

1 Durante muito tempo, o ‘arquetipo’ ou ‘complexo malinowskiano’ - referência ao trabalho seminal de Malinowski a partir do qual o objetivo do etnógrafo é apreender a visão do nativo através de um longo período de imersão e vivência junto a esses (Vide: Malinowski, 2005 [1922]: 6) - foi a fonte de auto-imagem e legitimidade da Antropologia (Gupta e Ferguson, 1997: 39). Não obstante, ao longo do tempo foram surgindo questionamentos sobre a adequação do método e conceitos etnográficos tradicionais para o entendimento do mundo pós-colonial contemporâneo (Gupta e Ferguson, 1997: 3). Os pesquisadores Gupta e Ferguson (1997), por exemplo, defenderam um ‘descentramento do lugar da pesquisa de campo’ na Antropologia e a necessidade de apreciá-lo de uma nova maneira. Foi como resposta a esse deslocamento de condições de produção da pesquisa antropológica e do método do trabalho de campo (Marcus, 1999), que em 1995 o pesquisador George Marcus apresentou a ideia de etnografia multi-situada no *Annual Review of Anthropology*.

² Este método possibilita a identificação de uma complexa arquitetura contextual de narrativas através de seguimento de atores, coisas, metáforas, estórias ou alegorias, biografias ou conflitos (Marcus, 1995).

socioambiental e violências perpetuadas pela CMN e pelas redes de atores e significados que compõem a mineração de larga-escala moldaram a inserção da investigadora no campo e o tipo de informação a que se teve acesso.

Como já ressaltado, esta tese tem como estudo de caso a atuação da Vale em três regiões distintas do globo que atualmente vivenciam uma atividade efervescente de extração de recursos minerais de alto impacto socioambiental e com presença de conflitualidade. Assim, entre 2015 e 2016, foram realizadas pesquisas de campo em diferentes contextos de emergência de conflitualidade socioambiental relacionada à mineração de larga-escala da Vale: a exploração de ferro no Brasil, de níquel no Canadá e de carvão em Moçambique. Além disso, a investigadora esteve também na sede da CMN no Rio de Janeiro (Brasil), em conferências e disciplinas acadêmicas sobre a temática da exploração de recursos naturais em Nova Iorque e Cambridge (Estados Unidos da América) e Sudbury (Canadá), seminários organizados pelos/as atingidos/as pela mineração em Belo Horizonte (Brasil) e no contexto do desastre ambiental de Mariana (Brasil). O campo é espacialmente disperso não só em termos geográficos/físicos, mas também epistêmicos. Assim, buscou-se o encontro com uma variedade de atores e partes em conflito – de populações atingidas a membros das corporações, governos e empresas de consultoria – não só pelo que estas pessoas sabem de novo, mas também pelas maneiras radicalmente distintas através das quais elas sabem o que sabem.

Através dessas experiências, e da circulação por esses múltiplos lugares, foi possível contextualizar as entrevistas realizadas para melhor compreender a linguagem e os testemunhos recolhidos e assim notar o hiato existente entre a compreensão empresarial do gerenciamento do ‘risco’ social da mineração e a maneira como os impactos são entendidos a partir de formas de conhecimento diversas dos/as atingidos/as: os saberes de populações indígenas, camponeses, sem terra, quilombolas, trabalhadores sindicalizados. Na busca de entender como é possível e, principalmente através de que meios, que a indústria extrativa tem caminho livre e, portanto legitimidade, para agir enquanto autoridade com poder de intervenção na gestão social e ambiental que geram a perpetuação de violência na vida de tantas pessoas – em países tão distintos quanto Canadá, Moçambique e Brasil – não bastava acessar apenas a realidade daquilo que acontece nos territórios minerados. É por este motivo

que, presencialmente e através de acesso virtual, foram frequentadas conferências e encontros onde membros da indústria extrativa, acadêmicos e políticos discutem entre si a responsabilidade social corporativa e os aspectos socioambientais da mineração a partir de análises inevitavelmente propostas de cima para baixo geralmente a partir de exposições de estudos de caso bem sucedidos de investimento social e desenvolvimento sustentável. Dessa forma, foi possível ter acesso ao modo de pensar (a forma de saber) predominante nas análises da maior parte dos estados, das CMNs e das organizações internacionais. É através desta forma de conhecimento, centrado no bom funcionamento da economia política internacional, que o pensamento sobre as relações entre a exploração de recursos naturais e o desenvolvimento é hegemonicamente construído. As determinantes políticas e econômicas da exploração de minérios em voga – tais como os regimes políticos, a interação entre os estados e as corporações extrativistas, as políticas de gestão da riqueza dos recursos naturais, as avaliações de impactos (ambientais e sociais) – são variáveis centrais para pensar como a relação entre indústria, mercado e política é constituída e percebida pelos atores envolvidos.

Como contraponto a narrativa pretensamente universal da economia política internacional neoliberal, esta tese não é construída para ser uma ferramenta para os programadores sociais e *experts* de quais seriam as políticas mais acertadas para lidar com as dinâmicas de violência associadas à exploração de recursos naturais. A necessidade de avaliação típica da economia política *mainstream* é antes parte do próprio processo de racionalidade de poder que se busca compreender e compõe, junto com os programas que visam reformar determinada realidade e/ou administrá-la de forma mais efetiva, o caráter programático da governamentalidade (Miller e Rose, 1990: 4) neoliberal transnacional. É neste sentido que situa-se a importância da reflexão sobre quais são as especificidades da economia política da mineração que implicam em um envolvimento tão profundo da CMN mineradora na vida das populações atingidas por suas atividades a partir da ótica dominante de gestão social que está sendo transportada entre as diferentes operações. Mas qual é essa ótica e como foi possível acessá-la?

O acesso a política corporativa de gestão socioambiental da Vale não foi fácil, principalmente devido a questão dos desafios práticos da intenção de *studying up*

etnograficamente como as restrições daqueles que se recusam a ser objeto ou alvo de estudo. O acesso à corporação foi quase sempre bastante difícil, com uma coleção de pedidos via *e-mail* que não receberam qualquer tipo de resposta. Além disso, a concessão de entrevistas e a obtenção de dados de forma geral é um processo muito burocratizado dentro da CMN. Por exemplo, em um dos contatos com a Vale Moçambique, a resposta positiva à solicitação de entrevista vinha inadvertidamente descrita como “solicito o seu acordo (...) é uma situação pacífica”. De maneira geral, isso mostra como a Vale é uma corporação fechada, cuja política é de retaguarda em relação à eventos de exposição pública e ao acesso do seu funcionamento interior por parte de outros atores da sociedade.

Não obstante, é preciso dizer que em alguns momentos a aproximação das populações atingidas pela Vale também não foi fácil, com episódios em que houve confusão na identificação da investigadora como potencial funcionária da Vale. Porém, de uma forma ou de outra, sempre predominou a receptividade por parte comunidades atingidas e o corte de muitos aspectos do campo por parte da CMN. Considera-se isso, acima de tudo como um dado de pesquisa sobre a fraca transparência – aparato de classificação chave de “boa governação” – que a CMN oferece a sociedade de forma geral e a sua pouquíssima abertura para discutir a sua conduta que tem consequências sociais e ambientais tão profundas para essa mesma sociedade. O acesso difícil à Vale aumentou a importância das fontes secundárias, principalmente no exercício de análise da sua política de atuação socioambiental. Além dos dados empíricos, documentos que fazem parte da *literatura cinzenta* como os termos das licenças de exploração (quando publicamente disponíveis), além de relatórios de sustentabilidade, *policy briefs* de empresas de consultoria, relatórios de *think-thanks*, relatórios de ONGs, entre outros, foram fontes preciosas para a compreensão da arquitetura de controle social e das tecnologias e racionalidades de governo presentes nos contextos estudados.

Dados empíricos: pesquisas de campo, entrevistas e análise

No total foram realizadas 92 entrevistas qualitativas semi-estruturadas no Brasil, Canadá e Moçambique. Com exceção de seis, todas as restantes entrevistas foram gravadas, sempre com o consentimento informado dos/as entrevistados/as, e posteriormente

integralmente transcritas pela investigadora para análise. Entre os/as entrevistados/as estão uma multiplicidade de atores identificados como centrais à dinâmica investigada que incluem pessoas que vivem em comunidades localizadas nas proximidades do complexo de mineração (mina-ferrovia-porto), membros do governo, representantes da Vale S.A, ativistas e representantes da sociedade civil, empresas de consultoria e sindicatos de trabalhadores. O contato com estes atores ocorreu através de entrevistas qualitativas semi-estruturadas, sempre com o intuito de obter informações sobre a atuação e o relacionamento com a CMN e o impacto socioambiental dos megaprojetos da mineração. A opção pelas entrevistas qualitativas semi-estruturadas se justifica pois estas proporcionam *“more control over the topics of the interview than in unstructured interviews, but in contrast to structured interviews or questionnaires that use closed questions, there is no fixed range of responses to each question”* (Ayres, 2008: 810). Neste tipo de entrevistas, as perguntas são pré-determinadas, mas também abertas, o que é fundamental para assegurar simultaneamente um entendimento comum sobre o objeto de investigação e parâmetros comparativos entre as respostas oferecidas (Idem.).

Uma vez que a temática investigada é considerada sensível, as entrevistas foram mantidas anônimas ao longo do texto com o objetivo de proteger os/as entrevistados/as. Não obstante, é sempre facultada informação sobre a representação do/a entrevistado/a, que é fundamental para contextualizar o tipo de informação obtida. Assim, para os propósitos de análise dos dados coletados e de identificação das entrevistas ao longo da tese, os/as entrevistados/as foram divididos em 5 grandes grupos: 1) População Atingida (referenciada como Pop), 2) Sociedade Civil (referenciada como SoCiv), 3) Corporação Multinacional (referenciada como CMn), 4) Governo (referenciado como Gov) e 5) Consultoria (referenciada como Consult). No grupo da população atingida estão aqueles/as que têm a sua vida de alguma forma impactada pela presença da CMN mineradora e inclui membros de comunidades e trabalhadores mineiros. No grupo da sociedade civil estão organizações que de alguma forma estão relacionadas à mineração, mas também centros de investigação, ativistas e investigadores independentes que atuam em prol dos interesses dos/as atingidos/as pela mineração. No grupo da corporação multinacional está além da Vale (sede e unidades regionais), suas subsidiárias integrais (Vale Canada e Vale Moçambique), bem como o Instituto Tecnológico Vale (ITV) que,

apesar de alegar representar um meio termo entre indústria e sociedade, é um braço de pesquisa criado e mantido pela CMN. No grupo do governo estão representantes da esfera pública que têm a atuação de alguma forma relacionada à área da mineração. Por fim, no pequeno grupo das consultorias entrevistadas estão empresas contratadas pela CMN para prestar serviços em áreas que dizem respeito à atuação socioambiental. Nas referências das entrevistas, a identificação do tipo de ator é seguida pela sigla do país – Mo para Moçambique, Ca para Canadá e Br para Brasil – e, por fim, um número que distingue cada uma delas.

Cronologicamente, a primeira pesquisa de campo realizada foi na Província de Ontario, Canadá. Entre maio e junho 2015, a investigadora esteve nas cidades de Toronto, Ottawa e na região de Sudbury, onde a Vale, após a compra da Inco em 2006, realiza operações integradas de mineração, moagem, *smelting* e refino para transformar o minério em níquel refinado (Vale S.A., 2012c). Toronto é a sede da Vale Canadá, subsidiária integral da Vale, Ottawa é a cidade que abriga o escritório da *MiningWatch Canada* (principal organização da sociedade civil na área da mineração no país) e onde residem outros atores centrais para a compreensão da mineração no Canadá e, por fim, Sudbury é a região operacional do complexo minerário analisado nesta investigação. Foram 25 entrevistados/as, sendo 10 da população atingida, 11 da sociedade civil, 3 da corporação multinacional e 1 de consultoria (Tabela 1)³ (ver Anexo I).

O segundo período de pesquisa de campo foi realizado no estado do Pará, Brasil. Em janeiro de 2016, a investigadora esteve na cidade de Belém, capital do Pará (sede regional da Vale e do ITV Pará) e nas cidades de Marabá (sede local da Vale e região por onde passa a EFC), Parauapebas (sede do Projeto Ferro Carajás) e Canaã dos Carajás (sede do Projeto S11D) na região do sudeste do Pará. Os dados referentes ao Pará são apresentados em conjunto com o restante das entrevistas feitas no Brasil, com especial destaque para o período no Rio de Janeiro, sede da corporação Vale, em dezembro de 2016. Não obstante, em relação a este último, o pedido de colaboração com esta investigação só foi atendido presencialmente por um dos/as inúmeros/as funcionários/as da Vale contatados/as. No total, somando os dois períodos

³ Não foi possível aceder ao governo canadense para entrevistas tanto no nível federal, quanto provincial. Foram realizados vários contatos via e-mail sem resposta, o que justifica a falta de representatividade deste ator entre os/as entrevistados/as. Não obstante, a investigadora recorreu a documentos e falas oficiais para suprir este espaço.

de campo foram 33 entrevistados/as no Brasil, sendo 16 da população atingida, 5 da sociedade civil, 6 da corporação multinacional e 6 do governo (Tabela 1)⁴ (ver Anexo I).

Por fim, a terceira pesquisa de campo foi em Moçambique entre junho e julho de 2016. O período foi dividido entre a capital Maputo, sede da Vale em Moçambique, e a região da vila de Moatize e da cidade de Tete, na Província de Tete, onde a Vale explora carvão mineral. Foram 34 entrevistados/as, sendo 11 da população atingida, 15 da sociedade civil, 4 da corporação multinacional, 2 do governo e 2 de consultorias (Tabela 1) (ver Anexo I).

Tabela 1: Número de entrevistas por atores em cada estado hospedeiro/sede

	Brasil	Canadá	Moçambique
População Atingida	16	10	11
Sociedade Civil	5	11	15
Governo	6	-	4
Corporação Multinacional	6	3	2
Consultoria	-	1	2
Total	33	25	34

A análise de conteúdo ocorreu a partir de codificações realizadas no *software online* de análise de dados qualitativos *Dedoose*, uma versão mais acessível do *Nvivo*. Este tipo de *software* possui diversas ferramentas para auxiliar a comparação e a categorização das informações qualitativas (Hutchison *et al.*, 2009) que possibilitam uma visão ‘global’ e transversal dos dados. O trabalho de análise de conteúdo serviu também como uma extensa base de classificação e sistematização das informações recolhidas. A codificação foi realizada de maneira transversal aos contextos a partir dos grupos de atores (população atingida, corporação multinacional, governo, sociedade civil e consultoria) e de duas categorias adicionais de conflito e impacto socioambiental. Dentro de cada uma das categorias, foram criadas subcategorias com temáticas centrais à investigação que foram complementadas a partir de

⁴ Apesar de pedidos realizados via e-mail, não foi possível entrevistar nenhum representante de empresas de consultoria brasileiras. Não obstante, o entrevistado da consultoria Diagonal Urbana em Moçambique tem experiência no Brasil e ofereceu uma visão abrangente que apresenta contribuições também para o caso brasileiro.

emergências das próprias entrevistas. A Figura 1 é uma amostra proporcional das subcategorias utilizadas na análise. No total foram criadas 44 categorias (entre principais e subcategorias) nas quais foram codificados 5500 trechos. Essa análise de conteúdo se reflete principalmente na parte analítica da tese (capítulos 4, 5 e 6), cuja forma de tratar os dados emergiu a partir da recorrência de determinadas temáticas entre os/as entrevistados/as, bem como da confrontação entre diferentes visões sobre os mesmos acontecimentos/assuntos.

Figura 1: Nuvem de categorias codificadas no *software Dedoose*



Fonte: *Dedoose*, projeto da autora.

Estrutura da tese

Esta tese está estruturada em seis capítulos seguidos de uma conclusão. O primeiro capítulo é teórico-conceitual e, portanto, expõe a lente analítica desta investigação para a discussão da CMN como agente de governo central no controle da vida das populações atingidas pelos megaprojetos de mineração. Para tal, discute-se o papel ativo da CMN nos arranjos de governação global para além das análises centradas no âmbito da macropolítica e contextos de soberania limitada que dominam a bibliografia das Relações Internacionais e da Ciência Política sobre a temática. Os conceitos foucaultianos de disciplina, biopoder e

governamentalidade são introduzidos como ferramentas analíticas para compreender os mecanismos de governação exercidos pela CMN. Particularmente, o desenvolvimento do conceito de governamentalidade neoliberal transnacional permite o enquadramento da CMN como autoridade que aspira moldar a conduta de populações em relação à extração de recursos naturais. O capítulo também faz uma revisão bibliográfica sobre a temática do caso empírico desta investigação da associação entre a conflitualidade e os recursos naturais e introduz a abordagem da Ecologia Política para a análise do conflito socioambiental como contraconduta da população atingida. Por fim, é apresentado o conceito de governação cotidiana, desenvolvido para explicar a forma de governo exercida pela CMN na vida das populações, a partir da virada cotidiana das Relações Internacionais.

O segundo capítulo é uma análise contextual crítica sobre a CMN mineradora Vale S.A., o estudo de caso desta investigação. A partir de uma contraposição entre a trajetória histórica da corporação como um fenómeno de sucesso com os fatores que explicam o reconhecimento crescente dela como uma multinacional dos conflitos (economia política da mineração, cultura corporativa e processo de internacionalização), o capítulo discute os principais aspectos da atuação da Vale no Brasil e no mundo, com especial ênfase na área socioambiental. Em relação a esta última, é feita uma análise detalhada da estratégia e prática corporativas para a performance socioambiental em comparação com os padrões de boa conduta da indústria mineradora. O sistema de gestão dos impactos socioambientais, *i.e.*, a arquitetura de controle social da Vale, explicita as ferramentas usadas pela corporação para administrar populações, bem como a maneira como o controle dos impactos está associado ao controle da vida das populações.

O terceiro capítulo é um híbrido contextual-analítico e versa sobre a constituição de novos espaços de governação a partir da entrada da Vale nos estados hospedeiros/sede de Brasil, Canadá e Moçambique. Sempre com o olhar direcionado para a atuação da CMN, a inserção da Vale na economia política da mineração dos estados hospedeiros/sede é analisada a partir de uma abordagem inspirada na Ecologia Política de “complexos dos recursos”. Estes são formados a partir do encontro entre a CMN e a economia política da mineração em cada contexto investigado. A contextualização da presença da Vale explica como, em conjunto com

estados hospedeiros, a CMN se transforma em um agente de governação central nos contextos em que opera. Além disso, mostra através de evidências empíricas como que, para além do fator explicativo do nível de desenvolvimento do estado hospedeiro/sede central para a abordagem da maldição dos recursos naturais, o papel da CMN na governação local está presente de forma conflituosa em todos os casos.

O quarto capítulo problematiza, a partir de dados empíricos, como a CMN se constitui enquanto agente de governação cotidiana nos territórios dos megaprojetos de mineração. A ideia de ‘papel de governo’ é introduzida para mostrar como a CMN assume o papel de provedora na prestação de serviços e funções que tradicionalmente seriam atribuições da esfera pública de governo. Para tal, o capítulo faz uma análise histórica sobre como a Vale e a Fundação Vale assumiram historicamente ações de governo, para, na sequência, desenvolver os casos empíricos de como o papel de governo da CMN se manifesta contextualmente, com uma historicidade mais demarcada no caso do Canadá e maior intensidade nos casos de Moçambique e do Brasil.

O quinto capítulo dá continuidade à análise empírica da governação da CMN nos territórios, mas dessa vez com foco nos mecanismos e meios através dos quais a CMN exerce governo. Os dados apontam para um distanciamento entre a arquitetura de controle social e o discurso formal da CMN discutidos no Capítulo 2, e a operacionalização destas políticas. Com isso, é argumentado que há uma coexistência entre mecanismos de gestão tornados públicos – arranjos típicos da governamentalidade baseados na promoção do bem-estar das populações através da negociação, cooperação e inclusão – e aqueles ocultos ao grande público, baseados na coerção e no poder disciplinar, como exemplificam a judicialização da gestão de conflitos com populações atingidas e a vigilância corporativa. A crítica aos mecanismos de atuação da CMN é feita a partir da constatação de que a vontade corporativa de melhorar é discricionária e seletiva, uma vez que há diferenças significativas no tratamento dado às populações atingidas, tanto entre os diferentes estados hospedeiros/sede, quanto de maneira interna a cada um deles.

O sexto capítulo finaliza a análise empírica da tese a partir dos conflitos entre a mineradora e as populações atingidas como elemento comum entre os casos. Através dos

dados dos trabalhos de campo, constata-se que os conflitos são uma forma de expressão da contraconduta das populações atingidas aos mecanismos de governação cotidiana sobre elas exercidos. Dessa forma, os conflitos não são necessariamente negativos, mas uma forma de resistência e luta por justiça socioambiental frente à exploração de recursos naturais e ao papel crescente de governação da vida ocupado pelas CMNs em tempos de neoliberalismo.

A tese termina com uma conclusão que resume as suas principais contribuições, discute algumas limitações e identifica possíveis linhas de investigação futura.

Capítulo 1 – Corporações multinacionais e o governo da vida das populações atingidas

A realidade alarmante das violências perpetuadas em torno dos megaprojetos de extração de minérios está intimamente relacionada ao governo das populações atingidas exercido pelas CMNs. Apesar do reconhecimento crescente do posicionamento das CMNs como um ator não estatal ativo na governação global, a bibliografia existente, principalmente nas áreas das Relações Internacionais e da Ciência Política, acaba por focar nos níveis de análise da macro política global e, assim, deixa de fora o envolvimento cotidiano da corporação na conduta da vida das pessoas. Ao mesmo tempo, as perspectivas das populações atingidas, apesar de terem um papel central na modulação das interações que tomam forma nestes contextos, raramente são incorporadas como variáveis centrais para a compreensão do processo de envolvimento das CMNs em arranjos de governação.

A escolha teórica desta investigação de trabalhar com as noções foucaultianas de governamentalidade, disciplina e biopoder foi feita com base nas contribuições significativas que os estudos existentes têm a dar simultaneamente para incorporar as concepções próprias das populações atingidas e o envolvimento cotidiano da CMN na *condução da conduta* da vida da população. Esta lente teórica contribui para o entendimento das racionalidades e tecnologias de governo implementadas na prática como mecanismo de governação pelas CMNs. Além disso, este prisma oferece a possibilidade de trabalhar com as nuances existentes entre as formas de governo presentes nos distintos contextos investigados, a partir do entendimento de como as racionalidades de governo são operacionalizadas na prática pelas CMNs e quais são os constrangimentos que a realidade do terreno exerce sobre a sua própria composição.

Dessa forma, esse capítulo tem como objetivo apresentar a proposta conceitual deste trabalho através de um distanciamento daquilo que é o usual em termos de análise do papel das CMNs em arranjos de governação. A primeira secção, apresenta uma revisão bibliográfica sobre o papel dos atores privados não-estatais e, particularmente das CMNs, nas atividades de governação. A segunda secção é dedicada ao corpo teórico desenvolvido a partir do trabalho de Michel Foucault, particularmente aos conceitos de disciplina, biopoder e governamentalidade.

O objetivo é localizar teoricamente a perspectiva aqui adotada do governo da vida da população atingida a partir de um foco na governamentalidade transnacional e nas CMNs. A terceira secção debruça-se sobre o caso concreto desta investigação da análise da conflitualidade associada aos recursos naturais a partir da Ecologia Política como abordagem que permite incorporar a contraconduta da população atingida. Por fim, a quarta secção ressalta a importância do cotidiano para a compreensão da política internacional como forma de fundamentar as escolhas metodológicas e epistemologias da investigação.

1.1. Papel ativo dos atores privados não estatais na governação global

Principalmente a partir do final da Guerra Fria, mas com maior intensidade a partir dos anos 2000, surgiram uma série trabalhos que discutem o “recuo do estado” (Strange, 1996) e o papel dos atores não estatais no exercício de formas diversas de governação global (Arts *et al.*, 2001; Edwards e Clarke, 2004; Guzzini e Neumann, 2012; Josselin e Wallace, 2001). Um dos principais argumentos avançados por esta bibliografia é o de que, com a crescente interconectividade do mundo e, para alguns, com o advento do fenómeno da globalização, atores como organizações não governamentais (ONGs), organizações internacionais (OIs) e CMNs não poderiam mais ser excluídos das análises sobre governação. Afinal, estes atores são agentes ativos responsáveis por transformar a conjuntura internacional de acordo com seus interesses e necessidades (Avant *et al.*, 2010a).

Um dos principais expoentes da bibliografia sobre governação global é o livro *Who Governs the Globe?* (Avant *et al.*, 2010b) que questiona aqueles que falam em governação global na voz passiva, ou seja, como um fenómeno que acontece mas aparentemente não há atores ativos (estatais, mas principalmente não-estatais e supra-estatais) responsáveis pelo seu exercício. O livro concebe os governantes como “*authorities who exercise power across borders for purposes of affecting policy*” (Avant *et al.*, 2010c: section 1) e é um esforço de análise do papel de uma multiplicidade de atores ativos na governação global como grupos de pressão, OIs e CMNs. Outras contribuições como a de Slaughter (2004) falam sobre uma nova ordem global e são mais taxativas quanto aos efeitos desta multiplicidade de atores: organizados em redes, eles têm a potencialidade de criar círculos virtuosos na governação global.

Independente do posicionamento plural quanto aos efeitos do fenômeno, esta bibliografia tem o mérito inegável de romper com o pensamento ortodoxo das RI demasiadamente focado em relações de poder (no sentido *mainstream*-realista do termo) entre atores estatais que compõem o sistema internacional (Waltz, 1999). Esta mostra que, com a difusão do poder a nível global, os estados não são os únicos atores relevantes para compreender o funcionamento tanto do sistema internacional, quanto das arenas políticas domésticas. Dessa forma, a sua principal contribuição é promover a abertura do campo da Ciência Política em geral, mas principalmente das RI, para a importância do papel de atores não estatais nas análises sobre política mundial. Não obstante, a sua principal limitação teórica se encontra no foco exclusivo geralmente dado ao impacto da presença desta multiplicidade de atores no nível de análise da macro política internacional.

Uma parte dessa bibliografia sobre governação global é dedicada exclusivamente às autoridades privadas (Büthe, 2004; Cutler *et al.*, 1999; Graz e Nölke, 2008), sendo privado definido como “*neither states, state-based, nor state-created*” (Hall e Biersteker, 2004: 5). Dentre os atores privados, as CMNs têm especial destaque na modulação e controle de aspectos da política global (Fuchs, 2007; May, 2015). Hall e Biersteker falam que o objetivo é romper com a divisão entre uma esfera pública associada a autoridade legítima do estado e uma esfera privada associada ao mercado, na medida em que atores privados como ONGs, CMNs e outras entidades como associações de indústrias também podem exercer formas de autoridade legítima (Hall e Biersteker, 2004).

Neste sentido, há investigações, desenvolvidas principalmente no âmbito das Escolas de Negócio, que posicionam, na complexa arquitetura da governação global, o potencial papel positivo dos atores privados (Flohr *et al.*, 2010). Essa corrente enfoca nas possibilidades que as CMNs têm de exercer uma boa governação e ir além das medidas de responsabilidade social corporativa (Blowfield e Frynas, 2005; Gulbrandsen e Moe, 2007). Dessa forma, alguns defendem o deslocamento do envolvimento das CMNs de ações focadas no nível micro para o nível macro, de forma a lidar com aspectos mais amplos da governação social (Frynas, 2009: 138). Em geral, a visão é a de que, em contextos onde o estado é incapaz de promover arranjos institucionais básicos, as corporações possuem a potencialidade e o *expertise* necessário não só

para ter uma boa conduta, como para influenciar positivamente a condução de aspectos cruciais de governo.

Frynas (2009) defende o envolvimento das CMNs petrolíferas para além das ações ligadas a RSC, uma vez que a corporação já exerce uma clara influência política que afeta a governação nos contextos onde opera, *“the controversy is not merely about the legitimacy of firms influencing government but rather about the actual manner of using political influence and about the transparency of firms regarding their political activities”* (Frynas, 2009: 160). Ou seja, o que o preocupa é o descompasso entre o que acontece na prática – uma influência enorme da corporação nas políticas do estado hospedeiro – e aquilo que as corporações tornam público – em geral basicamente o discurso de que elas não têm legitimidade, responsabilidade e nem pretensão de interferir nos assuntos de política nacional. É importante notar que este descompasso é muitas vezes programado, na medida em que a corporação pode beneficiar da ausência de arranjos efetivos de governo nos locais onde opera (Börzel e Hönke, 2011) através, por exemplo, de benefícios como a redução de obrigações fiscais ou o não questionamento dos termos de contratos altamente favoráveis para os seus negócios. No entanto, para Frynas, na medida em que o processo de interferência das corporações ocorre com tamanha intensidade, a melhor opção disponível seria que este se tornasse público e transparente. A solução estaria em deslocar a atenção dos debates sobre RSC, projetos locais de desenvolvimento comunitários e de iniciativas como a *Iniciativa de Transparência nas Indústria Extrativas (ITIE)*, para debates sobre governação e soluções de nível macro para os problemas em torno da indústria extrativista (Frynas, 2009: 164). Não obstante, essa defesa de um deslocamento das ações das CMNs em direção ao âmbito da macro-política como forma de gerar mudanças políticas e econômicas positivas nos contextos onde estas atuam é problemática. Além de adotar um viés exclusivamente positivo em relação às possibilidades de atuação das CMNs, é construída de cima para baixo e praticamente elimina as ações micro políticas que são colocadas em prática para reparar os danos profundos, e muitas vezes localizados, causados pelas CMNs nos contextos onde atuam, responsáveis por alterar significativamente a estrutura da governação local.

Algo similar acontece com os autores de *Who Governs The Globe?*, que apesar de advogarem realizarem uma análise de níveis transversais com a preocupação de abordar a relação entre os atores que exercem governação e os que a ela estão sujeitos, ou seja, os governados, não chegam a incorporar o nível de análise local e raras vezes incorporam o nacional (Avant *et al.*, 2010a). Além disso, eles também estão preocupados em mostrar que, na medida em que as corporações possuem capacidade de ação efetiva, elas se tornam fontes de autoridade legítimas. Esse é o caso exposto por Haufler (2010) em relação à atuação de CMNs em zonas de conflitos. Nestes contextos, onde os estados têm uma significativa falta de capacidade de governo, as corporações são percebidas enquanto capazes de monitorar fundos e implementar políticas consideradas fundamentais para a construção da paz (Haufler, 2010).

O crescente envolvimento de atores privados na provisão de bens comuns e serviços sociais é uma das formas de expressão do fenómeno da governação sem governo e/ou estado. Neste sentido, os atores estariam exercendo serviços e funções que classicamente seriam atribuições da esfera pública de governo (Graz e Nölke, 2012: 119). Para muitos, a emergência deste fenómeno está associada às áreas de estado limitado (Börzel e Risse, 2010; Ferguson, 2005; Hönke e Thauer, 2014; Krasner e Risse, 2014; Risse, 2011). Ou seja, é a limitação da capacidade estatal em assegurar o monopólio sobre os meios de violência, bem como em elaborar e implementar políticas, que explicaria a abertura de espaço para que estes atores assumissem a função de provisão de serviços para a população (Börzel e Risse, 2010). Alguns estudos focam especificamente em como corporações mineradoras, principalmente na África e na América Latina, assumem estas funções de provedoras de bens coletivos e bem-estar social através de ações de RSC e investimento comunitário (Börzel e Hönke, 2011; Szablowski, 2007; Welker, 2014; Zalik, 2004). O envolvimento com estas tarefas funcionaria como forma de legitimação social frente à crescente pressão pública e social para a tradução dos benefícios económicos da exploração em bem-estar social para as populações.

Uma das áreas em que a provisão de serviços por atores privados tem mais destaque é a da segurança. O facto das corporações estarem envolvidas e assumirem atuações que englobam a dimensão da segurança, principalmente em zonas de conflito, gerou uma

bibliografia extensa sobre segurança privada. Uma parte destes trabalhos é dedicada ao papel positivo que as CMNs podem ter na prevenção e/ou na resolução de conflitos (Deitelhoff e Wolf, 2010; Wenger e Möckli, 2003). Já uma outra parte tem como foco as complexas e potencialmente negativas interações que as CMNs têm em zonas de conflito e/ou regiões de soberania limitada. Não por coincidência, uma quantidade significativa dos estudos se basearam em exemplos provenientes da indústria extrativista do petróleo e da mineração que, por conta do funcionamento característico da economia política do setor, protagonizaram casos de envolvimento negativo das CMNs em contextos de conflitualidade como, por exemplo, a Shell na Nigéria e a Talisman no Sudão (Boele *et al.*, 2001; Drohan, 2004). Organizações de monitoramento internacional e ONGs como a *Global Witness* tiveram um papel central neste desenvolvimento com a produção de inúmeros relatórios evidenciando a falta de transparência na administração dos recursos naturais e a conexão entre os rendimentos das CMNs provenientes dos recursos naturais e a emergência/manutenção da conflitualidade em diversos contextos como Angola, Indonésia e outros (Global Witness, 1998, 2005). Como Haefler expõe, entre os anos 1998 e 2002 houve uma evolução de grande intensidade deste debate sobre o setor privado e, principalmente, sobre a CMN como nova autoridade na arena sobre conflito e segurança (2010). De fato, a agenda que relaciona os negócios com questões de segurança (de várias ordens e a partir de diferentes concepções de segurança) é até o momento aquela que tem tido mais proeminência nas análises que relacionam as CMNs com atividades de governo.

Uma parte importante desta bibliografia foi dedicada à análise da emergência de empresas de segurança privada e dos vínculos entre estas e algumas CMNs em operações em distintos contextos e ramos de atividade como a extrativista. O livro *Corporate Warriors* de Singer (2003) é considerado pioneiro na sistematização do estudo da emergência das empresas privadas que oferecem serviços militares, um assunto que se tornou pauta após os abusos cometidos por algumas destas empresas como a então Blackwater (atualmente Academi) no Iraque. Para Singer, a emergência deste novo ator de segurança, as empresas militares de segurança, desafia a premissa básica do estudo da segurança internacional de que, uma vez que o estado possui o monopólio legítimo sobre o uso da força, estes constituem a única unidade de análise relevante nas teorias sobre o sistema internacional. Apesar de defender a necessidade

de repensar o domínio da autoridade estatal, para Singer a emergência das empresas de segurança privadas não quer dizer que o estado está desaparecendo, pois o poder destas empresas é passível de ser usado tanto em favor como contra o interesse dos estados. Assim, o que estaria acontecendo é antes que o papel dos estados na esfera de segurança tornou-se desprivilegiado, assim como aconteceu em outras arenas internacionais como a do comércio e a das finanças (Singer, 2003).

Neste sentido, tem-se falado em segurança além do estado ou da privatização da segurança, propondo-se uma mudança de paradigma para incorporar a análise de empresas de segurança privadas comerciais (Abrahamsen e Williams, 2011). Para Abrahamsen e Williams, estas empresas atuam legitimamente e muitas vezes de forma conjunta com o estado. Assim, a globalização da segurança é vista como inseparável das transformações da governação nacional e internacional que levaram à emergência de *global security assemblages*, i.e. novas estruturas e práticas de segurança simultaneamente públicas e privadas, locais e globais. A privatização da segurança faz parte de um processo amplo que a autora Saskia Sassen caracterizou como *partial disassembly* do estado e da concomitante emergência de *global assemblages* que ligam as estruturas nacionais e globais e dão origem a novas instituições e práticas de segurança (Sassen, 2006). Nestas formações, as *global security assemblages*, o poder estatal é reconfigurado e não enfraquecido. Assim, também são reconfiguradas as próprias distinções entre público e privado, local e global. Estas reconfigurações dão origem a uma nova geografia de segurança que abriga formas de manifestação de poder que não são passíveis de serem incluídas nas fronteiras de um estado-nação. Em suma, a governação da segurança ocorre cada vez mais além do estado, embebida em uma complexa arquitetura de segurança transnacional que é tanto um reflexo quanto uma componente significativa das estruturas em deslocamento da governação global (Abrahamsen e Williams, 2011).

Esta abordagem levou ao estudo de como a interação entre as empresas de segurança privada e os atores estatais nas *global security assemblages* afetam as relações entre autoridade e poder para entender o que Hönke chama de regimes híbridos de práticas de segurança (Hönke, 2013: Chapter 1, Section 2). Mas, a análise da autora vai além das empresas de segurança privada ao versar sobre os regimes híbridos de práticas que compõem a

governança da segurança transnacional no mundo pós-colonial. O estudo enfoca especificamente o continente africano e regiões de soberania limitada onde, segundo a autora, a visibilidade do fenômeno é maior, e baseia-se em uma análise de comparação diacrônica entre companhias mineradoras pós-1995 (na República Democrática do Congo e na África do Sul) e entre 1890 e 1920 (nos então Congo Belga e União da África do Sul). O livro se distancia de algumas abordagens, referenciadas anteriormente, que igualam governança com boa governança e, com isso, incorpora questões de poder e exclusão sobre a autoridade exercida pela CMN (Hönke, 2013: chapter 2, section 2).

De fato, Hönke propõe uma mudança de paradigma ao analisar a governança global a partir de práticas locais, englobando tanto formas coercivas quanto formas mais brandas e participativas de exercício do poder da CMN. Ambos os mecanismos são vistos como métodos centrais para assegurar a governança da segurança liberal e compõem práticas heterogêneas nos contextos de operações de CMNs que afetam de maneira particular a segurança local e a ordem política. Neste sentido, a autora propõe entender as políticas comunitárias da corporação como um projeto de governo onde há o emprego de padrões duplos e lógicas paralelas para assegurar a extração comercial. Para Hönke, a corporação hoje em dia visa operar principalmente através de novas tecnologias de governo que visam diminuir o uso da violência direta através da promoção do desenvolvimento e da participação (Hönke, 2012: 60). Não obstante, este engajamento participativo da corporação não só coexiste, como opera em concerto com técnicas poderosas de coerção e ordem indireta (Hönke, 2012: 58). Além disso, a partir da opção metodológica de combinar abordagens de discurso e prática, a autora reconhece o descompasso entre as políticas formais e aquilo que é implementado no terreno, onde há a circulação de uma variedade de racionalidades.

Apesar das inúmeras contribuições de Hönke, principalmente através do reconhecimento de que o papel das corporações na governança local é muito mais amplo do que geralmente é reconhecido na bibliografia, além de caracterizado pela coexistência de mecanismos coercivos e participativos, identificam-se três limitações importantes que contribuem para clarificar algumas das escolhas metodológicas e epistemológicas da presente investigação. A primeira é que a análise da autora tem sua argumentação enquadrada nos casos

clássicos de corporações provenientes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) atuando no âmbito de regiões de soberania limitada ou estados em desenvolvimento que, devido principalmente à qualidade questionável do seu desempenho institucional, abririam espaço para que as CMNs exercessem ali uma atuação intensa no âmbito da governação da segurança (Hönke, 2012). No entanto, atualmente há casos significativos que mostram que as CMNs, inclusive as provenientes de países emergentes, também têm uma atuação intensa na governação em estados desenvolvidos e com boa capacidade regulatória. A segunda é que, apesar dos esforços de incorporar o nível de análise local e realizar uma análise feita não só de cima para baixo (política e instituições formais), como também de baixo para cima (a governação global nas práticas locais) através do estudo das práticas de segurança cotidiana, a investigação deixa a desejar neste aspecto. As entrevistas da autora não incluíram membros da população local/atingidas pelas atividades da corporação (Hönke, 2013) e acredita-se que sem estas não é possível apresentar uma visão devidamente fundamentada sobre os mecanismos de governação em circulação no terreno de atividade da CMN. Por fim, a terceira diz respeito à limitação que considerar apenas as práticas de segurança (mesmo vistas a partir de um largo escopo conceitual) acarreta. Hoje, a atuação da CMN não está só constrangida pela necessidade de gerar estabilidade para a execução da atividade produtiva da extração, mas esta inexoravelmente envolvida em emaranhados complexos de questões socioambientais de amplo espectro que não são passíveis de serem reduzidas apenas a questões de segurança.

O presente trabalho apresenta uma análise que propõe superar estas limitações e apresentar uma leitura mais abrangente e fundamentada do papel das CMNs no governo de diferentes populações. Assim, através da incorporação do caso do Canadá, esta investigação debruça-se sobre o espaço que a CMN ocupa nos sistemas de governação além das regiões de soberania limitada e dos estados em desenvolvimento. A análise das atividades da Vale do Canadá rompe com a divisão presente na bibliografia entre a atuação das CMNs em estados desenvolvidos, com plenas capacidades institucionais, e estados em desenvolvimento e áreas de soberania limitada que aumentariam o seu papel de provedora social e agente de governo. Indo além, são expostas as mudanças ocasionadas pela atuação cada vez mais presente de CMNs provenientes de países emergentes (Sauvant, 2015). As dinâmicas em voga no mundo de hoje

perpassam estas antigas barreiras e divisões através da atuação de CMNs de países emergentes, como é o caso da Vale, exercendo governação em contextos de países desenvolvidos como é caso do Canadá. A segunda limitação ressaltada aponta para a necessidade de conduzir uma investigação que incorpore a operacionalização da governação da CMN no cotidiano. Para tal, são imprescindíveis a condução de entrevistas com as populações e a circulação entre lugares geograficamente e epistemologicamente diversos. A investigação aqui apresentada inclui uma análise multi-situada das ações da Vale – CMN de um país emergente – no Canadá, em Moçambique e no Brasil. Apenas dessa forma é possível compreender a CMN como autoridade central em arranjos de governação em torno dos ambientes extrativistas. Por fim, a governação é aqui analisada a partir de práticas que incorporam, mas transcendem, a dimensão da segurança abarcando intervenções em todo o campo das práticas sociais e do governo da vida em sentido amplo.

Em relação ao último ponto, como demonstrado nesta secção, o reconhecimento da multiplicidade de agências através das quais o ordenamento político é hoje exercido aponta muitas vezes para um distanciamento analítico dos órgãos formais do estado. O trabalho de Foucault sobre o governo e o poder político moderno oferece ferramentas analíticas principalmente para analisar os mecanismos que constituem a forma de atuação de uma variedade de autoridades sociais que assumem o papel de administrar a vida de populações em todas as suas dimensões (Miller e Rose, 1990), como é o caso das CMNs.

1.2. Ferramentas analíticas foucaultianas

O filósofo francês Michel Foucault tem um extenso trabalho sobre a análise do poder, a reflexão de suas componentes, dos seus modos de operação e formas de manifestação em contextos e períodos históricos distintos. Não obstante, é importante contextualizar as contribuições do filósofo como construídas a partir da realidade do mundo ocidental, principalmente à de países europeus. Para alguns especialistas em Foucault, ele teria desenvolvido os seus conceitos em análises históricas e genealógicas específicas e ignorar esse fato e usá-los como guias para explicar o presente poderia resultar em trabalhos problemáticos (Rabinow e Rose, 2006: 204). Neste sentido, a opção por recorrer a alguns conceitos e ferramentas analíticas chave de Foucault para uma reflexão sobre o poder de um ator não

convencional em suas análises, a CMN e, principalmente, em contextos de países como o Brasil, Moçambique e Canadá torna a tarefa desafiadora. A visão expressa nesta tese está alinhada com a de alguns dos principais estudiosos foucaultianos que acreditam na possibilidade de extensão analítica dos conceitos de Foucault para além dos contextos específicos para os quais estes foram desenvolvidos (Dean, 1994; Rose, 2007). Além disso, o próprio Foucault em citação famosa, deixa o caminho aberto para a ousadia: “*I would like my books to be a kind of tool-box which others can rummage through to find a tool which they can use however they wish in their own area*” (Foucault, [1974] 1994: 523-524). Ferramentas analíticas como as de governamentalidade, biopolítica e poder disciplinar possuem grande capacidade explicativa para uma série de reflexões sobre a maneira de circulação do poder no século XXI. A enorme quantidade e, principalmente, a qualidade de muitos estudos recentes que dialogam com a reflexão do filósofo (Bonditti *et al.*, 2017; Dean, 2013; Eudaily, 2004; Lemke, 2011; Li, 2007; Lipschutz e Rowe, 2005) nada mais são do que um indício significativo de que este pensamento é capaz de gerar contribuições importantes para a compreensão de realidades distintas em muitos aspectos daquelas que originalmente inspiraram o seu desenvolvimento. Na sequência, a disciplina, o biopoder e a governamentalidade serão apresentados como ferramentas analíticas centrais para esta investigação.

Disciplina

O conceito de poder disciplinar foi desenvolvido por Foucault principalmente no livro *Vigiar e Punir* de 1975, apesar de ter sido recorrentemente discutido em outras obras e cursos no Collège de France (Foucault, [1975-1976] 2005, [1976] 1978, [1977-1978] 2008). *Vigiar e Punir* não é apenas sobre a mudança nas formas de punição, a humanização do sistema penal ou sobre a prisão na França entre os séculos XVIII e XIX (Dreyfus e Rabinow, 1983: 144). Muito além, Foucault constrói aí uma genealogia do indivíduo moderno através da interação existente entre a tecnologia disciplinar e uma ciência social normativa com o intuito de demonstrar os efeitos instrumentais de uma forma histórica específica de poder (Dreyfus e Rabinow, 1983: 143).

O indivíduo é, sem dúvida, o átomo fictício de uma representação ‘ideológica’ da sociedade; mas é também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de

poder que se chama a 'disciplina'. Temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele 'exclui', 'reprime', 'recalca', 'censura', 'abstrai', 'mascara', 'esconde'. Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção. (Foucault, [1975]1999: 161)

Na transição para a sociedade disciplinar, a formação da individualidade deixa de ser realizada principalmente por mecanismos históricos e ritualísticos (como na sociedade soberana), e passa a ser formada a partir de mecanismos científicos e disciplinares (Foucault, [1975]1999: 161). Como Foucault argumenta, a disciplina foi a solução mais fácil encontrada frente à insuficiência do poder soberano para lidar com as dimensões econômicas e sociais de uma sociedade que estava simultaneamente em meio aos fenômenos de explosão demográfica e da industrialização (Foucault, [1975-1976] 2005: 297-298). Portanto, a disciplina apareceu nos séculos XVII e XVIII e nada mais é do que “a acomodação dos mecanismos de poder sobre o corpo individual, com vigilância e treinamento” (Idem.). Foi precisamente a descoberta do corpo simultaneamente como objeto e alvo de poder que consolidou a emergência da disciplina na Idade Clássica.

A disciplina visa a docilização do corpo, expressão que une a dimensão do corpo analisável àquela do corpo manipulável. Tornar este corpo dócil significa transformá-lo em um corpo que “pode ser submetido, pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (Foucault, [1975]1999: 118). Para Foucault, os elementos novos nessa técnica de poder, que permite um controle minucioso sobre o corpo, são a escala do controle (o exercício sobre o corpo através de coerção constante), o objeto do controle (focado na utilidade do corpo, nos aspectos econômicos de sua organização interna) e, por fim, a sua modalidade de exercício (mais uma vez uma coerção constante). Esses elementos permitem com que a disciplina fabrique corpos dóceis que passam a agir de acordo com os princípios da obediência e da utilidade. Assim, para ele, “se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada” (Foucault, [1975]1999: 119).

Além disso, a disciplina considera o indivíduo ao nível do detalhe, ela visa o treinamento individual. A acomodação da disciplina se deu “em nível local, em formas intuitivas, empíricas, fracionadas, e no âmbito limitado de instituições” (Foucault, [1975-1976] 2005: 298).

Alguns dos exemplos de instituições de aplicação do poder disciplinar são a escola, os quartéis, a fábrica, a prisão, o hospital e as clínicas. É importante notar, no entanto, que a disciplina não é uma instituição, mas sim uma técnica (Dreyfus e Rabinow, 1983: 153). Para Smart, *“this political technology of the body—the calculations, organizations, and techniques linking power relations, knowledge and the body—has no specific institutional locus although institutions may use it or employ certain of its methods”* ([1985] 2002: 69). Por conseguinte, principalmente quando se pensa a disciplina no século XXI, é fundamental reconhecer que ela não substitui outros poderes existentes na sociedade, mas antes procura colonizá-los (Idem.) no domínio da microfísica do poder.

Nos contextos investigados nota-se a presença de esforços da CMN pela naturalização das dinâmicas opressivas decorrentes da atividade de exploração mineral. Por exemplo, nos locais onde há a necessidade de reassentamentos, e, principalmente quando estes são realizados a partir da modalidade coletiva e liderados pela empresa (como é o caso de alguns dos contextos estudados), o espaço para uma vertente de atuação disciplinar da corporação é substancial e não deve ser subestimado. O desenvolvimento da infra-estrutura institucional nas comunidades diretamente afetadas, como escolas e centros de saúde, que normalmente é retratado como algo positivo que as empresas realizam para as comunidades impactadas e uma contribuição para o desenvolvimento das mesmas, também pode ser concebido como a construção de um aparato de apoio que vincula, e tem a intenção de enraizar na sociedade civil, as estruturas hegemônicas da CMN. De fato, à luz da concepção de hegemonia gramsciana (Gramsci, [1971] 1992) que é inerente às relações sociais, Booth diz que *“while control of production established dominance for a ruling group, its consolidation and reproduction required civil society (identified primarily as the churches, schools, and the media) to become sources of an ideological hegemony”* (Booth, 2007: 46). Assim, estas infra-estruturas tidas como benevolentes são responsáveis por disseminar determinadas ideias e culturas, afinal nada mais eficaz do que ter o controle disciplinar de instituições para estabelecer uma hegemonia incontestada. Estar presente em instituições que estão intrinsecamente ligadas aos aspectos mais fundamentais das vidas dos indivíduos, como a educação, a saúde e o lazer, é a forma mais eficaz de produção de consentimentos e controle de possíveis formas de resistência à opressão

que possam surgir. Mas, conforme aponta Smart ([1985]2002), a disciplina não tem necessariamente um *locus* institucional específico, o que faz com que a coerção disciplinar enquanto tecnologia de controle esteja presente para além das instituições. Mecanismos de governação da CMN como a judicialização da gestão de conflitos com comunidades com o objetivo de condicionar a conduta e neutralizar a dissidência das mesmas também funcionam como uma forma de exercício desta técnica de controle dos indivíduos atingidos e do território mineral.

Biopoder

O biopoder aparece na análise de Foucault pela primeira vez em 1976 no primeiro volume de *A História da Sexualidade*, onde ele o define como “*what brought life and its mechanisms into the realm of explicit calculations and made knowledge-power an agent of transformation of human life*” (Foucault, [1976] 1978: 143). Enquanto o poder soberano está baseado no direito de causar a morte ou de deixar viver (“*take life or let live*”) (Ibid.: 136), o biopoder é baseado no direito de promover a vida ou desconsiderá-la até a morte (“*foster life or disallow it to the point of death*”) (Ibid. Foucault, : 138). Ou seja, o poder se apresenta a partir da possibilidade de ter uma influência positiva sobre a vida, na sua administração e otimização, submetendo-a a controles e regulações. Os massacres e as guerras passaram a ser elementos vitais exercidos em nome da existência de todos e de todas e o que passa a estar em jogo é a existência biológica da população. O poder passa a ser exercido sobre o nível da vida e das espécies, em suma, sobre a noção de população que é “um novo corpo, um corpo múltiplo” (Foucault, [1975-1976] 2005: 292)].

Em *É Preciso Defender a Sociedade* (1976), o autor alega que da mesma maneira que os mecanismos disciplinares, a biopolítica opera através de mecanismos que visam maximizar e otimizar a vida. Estes dois polos de poder, que são um investimento sobre a vida, coexistem (embora com intensidades diferentes de acordo com o contexto em questão) e não se contrapõe (Idem.: 139). No entanto, os caminhos dos mecanismos da biopolítica são diferentes na medida em que eles são globais e não estão mais focados em disciplinar um corpo individual, mas sim em “levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação” (Foucault, [1975-1976] 2005: 294).

Assim, enquanto a administração do corpo se desenvolveu principalmente em instituições (escolas, prisões), o controle e a regulação das populações ocorreu a partir da emergência da demografia, da estatística e de taxas como a de natalidade e de mortalidade (Idem.: 140). No processo de elaboração das distinções entre ambas as tecnologias de poder, Foucault as divide em duas séries: a organo-disciplina da instituição e a bio-regulamentação do estado (Ibid.: 298). A partir daí, podemos notar a centralidade do estado na análise da biopolítica, apesar de Foucault fazer ressalvas em relação à presença das regulamentações globais em níveis sub-estatais como no caso das instituições médicas ou dos seguros (Ibid.: 299).

Tem-se assistido a análise da biopolítica para um foco além do estado (Hardt e Negri, 2000). Hardt e Negri falam de um novo paradigma de poder que regula a vida a partir do seu interior (2000: 24), essencial para assegurar uma forma de dominação chamada de império (Rabinow e Rose, 2006: 198), *i.e.* o poder soberano que domina o mundo, o sujeito político que regula as trocas globais (Hardt e Negri, 2000: xi). O império é uma forma de biopoder, uma vez que o objeto de seu governo é a vida social em sua completude (Ibid.: xv). Mas, os autores são criticados pelo uso distorcido e alargado que fariam do conceito de biopolítica de Foucault. Para Rose e Rabinow (2006), eles estariam cometendo um grande erro analítico ao sugerirem que o biopoder estaria sendo exercido em nome de corporações transnacionais para estruturar de maneira biopolítica o território global. Os erros seriam principalmente deslocar o biopoder de sua ancoragem histórica e genealógica específica, além de assumi-lo como estando a serviço dos interesses de determinado grupo dominante (Rabinow e Rose, 2006: 199). De fato, Negri e Hardt assumem as corporações como responsáveis por estruturar e articular territórios e populações a partir do biopoder.

The activities of corporations are no longer defined by the imposition of abstract command and the organization of simple theft and unequal exchange. Rather, they directly structure and articulate territories and populations. They tend to make nation-states merely instruments to record the flows of the commodities, monies, and populations that they set in motion. The transnational corporations directly distribute labour power over various markets, functionally allocate resources, and organize hierarchically the various sectors of world production. The complex apparatus that selects investments and directs financial and monetary maneuvers determines the new geography of the world market, or really the new biopolitical structuring of the world. (Hardt e Negri, 2000: 31-32)

A principal contribuição da análise deles é possibilitar que as corporações passem a ser vistas como autoridades que regulam territórios e populações. Não obstante, Rose e Rabinow acertam ao apontar para uma insuficiência analítica daquela que seria uma macro teoria abstrata do império: *“it can describe everything but analyse nothing”* (Rabinow e Rose, 2006: 199) Mas, diferentemente de Rabinow e Rose, que acreditam que isso teria esvaziado o conceito de biopolítica da sua força crítica, este trabalho propõe que a revitalização do mesmo é possível através de uma análise empírica detalhada que considere quais os efeitos que essa forma de dominação exercida pela CMN tem nos territórios e populações a partir da incorporação do cotidiano.

Um dos elementos centrais para avançar esta análise é o reconhecimento de que a vida não foi totalmente integrada e constantemente escapa às técnicas de governo desenvolvidas para administrá-la (Foucault, [1976] 1978: 143). De facto, não apenas fora do mundo ocidental, mas também dentro deste, há populações que são excluídas destas técnicas de fomento à vida. Há uma parcela da humanidade que se encontra em partes do mundo que ficam fora da esfera do poder que visa maximizar a vida (Kelly, 2013: 101). Duffield reafirma como a biopolítica, *i.e.* a forma de governação política responsável por administrar os processos de vida no nível agregado da população, não é universal e não age sobre todos da mesma forma (2007: 05). Assim, o desenvolvimento como problemática liberal da segurança aparece em contraposição à ideia de uma biopolítica universalizante, pois é concebida como uma maneira de divisão da humanidade entre as populações desenvolvidas e as não desenvolvidas (Ibid.2007: ix). Nesta lógica, opta-se pelo desenvolvimento, ao invés de técnicas de extermínio, como técnica de gerenciamento e docilização das populações excedentes às dinâmicas lucrativas do capitalismo para que estas não se apresentem como ameaças à ordem e ao modo de vida que reinam no mundo desenvolvido ocidental.

A parcela da população que não é integrada nesta maneira de fomentar a vida interessa tanto para esta investigação quanto aquela que é integrada. A partir da entrada da corporação mineradora na vida de determinada população, esta passa a ser alvo e parte integrante da construção de estatísticas positivas que advogam quantitativamente em favor da tão citada tradução da exploração mineral em desenvolvimento econômico e social. A

bibliografia da economia política internacional *mainstream*, bem como aquela sobre a maldição dos recursos naturais, adota como mantra a necessidade de reverter as lógicas negativas em torno da exploração de recursos naturais através de sua tradução em desenvolvimento econômico (e, conseqüentemente, social) (Arezki *et al.*, 2011; Barma *et al.*, 2012; Collier, 2010). Dessa forma, a promoção do desenvolvimento é usada pelas CMNs principalmente em Relatórios de Sustentabilidade como estratégia de legitimação para assegurar sua própria existência. Particularmente, é importante ter em conta que os megaprojetos de extração de recursos naturais geram formas específicas e “positivas” de integração global, ao mesmo tempo em que produzem formas também globais de exclusão e marginalização (Ferguson, 2005: 380) através de uma vontade de melhorar que é discricionária e seletiva (Li, 2007).

Por fim, é importante dizer que depois de 1976, Foucault praticamente abandonou o uso do conceito de biopolítica para designar os processos de administração da vida da população. Alguns autores, como Kelly (2013), estabelecem uma conexão entre este fato e o início do desenvolvimento do conceito de governamentalidade. A governamentalidade poderia ser vista como uma substituta para a biopolítica: ao invés de falar em poder soberano, disciplina e biopolítica, Foucault passaria a falar em soberania, disciplina e gestão governamental (Kelly, 2013: 108). Rose e Rabinow argumentam que a biopolítica para Foucault não operava apenas através das tentativas de regulação do estado, mas também a partir de níveis sub-estatais. Assim, ele teria começado a desenvolver o conceito de governamentalidade em um momento no qual estava preocupado com a multiplicidade das fontes e formas de autoridade. A governamentalidade seria um conceito voltado para “*grasp the birth and characteristics of a whole variety of ways of problematizing and acting on individual and collective conduct in the name of certain objectives which do not have the State as their origin or point of reference*” (Rabinow e Rose, 2006: 200). Apesar de ter abandonado a terminologia de biopoder, e há de facto alguns indícios de que ele a teria substituído pela ideia de governo (Foucault, [1977-1978] 2008: 143), a governamentalidade representa uma consolidação da análise da racionalidade da governação a partir da vida.

Governo e governamentalidade

Apesar de o estado ser o foco privilegiado para a análise de Foucault (Foucault, [1977-1978] 2008: 162; 519), tanto o próprio autor quanto aqueles que vieram a compor o chamado campo de estudo da governamentalidade reconhecem a variedade de agências possíveis no exercício dessa racionalidade de governo. O'Malley, Valverde e Rose, por exemplo, alegam que a perspectiva da governamentalidade incorpora o reconhecimento de uma variedade de autoridades que governam, com diferentes objetivos e em diferentes lugares, *“instead of seeing any single body—such as the state—as responsible for managing the conduct of citizens”* (Rose et al., 2006: 85).

Assim, indo além do sentido convencional do termo governo como referente apenas a estruturas políticas e à administração do estado, Foucault o entende como ‘conduta da conduta’. O governo consiste em guiar as possibilidades de conduta, agir sobre as possibilidades de ação dos outros e, portanto, *“it designated the way in which the conduct of individuals or of groups might be directed: the government of children, of souls, of communities, of families, of the sick”* (Foucault, 1983: 221). O estudo do governo, definido então como ‘conduta da conduta’, é o estudo das racionalidades, das práticas e das técnicas que estão envolvidas na estruturação de ações possíveis para a modelação das capacidades e condutas humanas (Foucault, [1975-1976] 2005: 294).

Importa ressaltar as ações de guiar e dirigir envolvidas no verbo conduzir e os elementos de avaliação e padrões de norma implicados no substantivo conduta (Dean, 2010: 17-18). A partir de uma análise conjunta destes significados, o governo significa as tentativas de regular o comportamento das pessoas a partir de um conjunto de normas. Neste sentido, é importante notar a reflexividade do governo para Foucault: nele está incluída a possibilidade de nos governarmos a nós mesmos bem como aos outros e às outras (Kelly, 2013: 71) e, portanto, os sentidos de auto-regulação estão sempre diretamente envolvidos nos estabelecimentos de normas. Dean expande a definição de governo como ‘conduta da conduta’ e inclui a possibilidade do governo ser exercido por uma pluralidade de agências e autoridades.

Government is any more or less calculated and rational activity, undertaken by a multiplicity of authorities and agencies, employing a variety of techniques and forms of knowledge, that seeks to shape conduct by working through the desires, aspirations,

interests and beliefs of various actors, for definite but shifting ends and with a diverse set of relatively unpredictable consequences, effects and outcomes. (Dean, 2010: 18)

Esta possibilidade de expansão do conceito de governo é imprescindível para análises das RI atuais, na medida em que permite consolidar o pensamento sobre o governo para além das abordagens mais tradicionais em relação ao poder e à autoridade focadas no estado. O chamado campo de estudos sobre governamentalidade tem nas racionalidades de poder, que vão além da tradicional lógica de discussão da autoridade focada na soberania e no território do estado-nação, uma de suas principais contribuições (Burchell *et al.*, 1991; Walters, 2012).

O conceito de governamentalidade foi desenvolvido por Foucault pela primeira vez em 1978 no curso *Segurança, Território e População*.

Por esta palavra, “governamentalidade” entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem como alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança⁵. (Foucault, [1977-1978] 2008: 143)

Segundo Gordon, a governamentalidade é assim um neologismo de racionalidade governamental que significa,

A way or system of thinking about the nature of the practice of government (who can govern; what governing is; what or who is governed), capable of making some form of that activity thinkable and practicable both to its practitioners and to those upon whom it was practiced. (Gordon, 1991: 3)

O conceito diz respeito simultaneamente a uma forma de exercício de poder e à racionalidade que rege a formação de regimes de governo das populações – de suas vontades e dos seus comportamentos. Foucault analisou a emergência de três macro racionalidades (ou artes) de governo: a liberal (que apontou para a necessidade de limitar o escopo do estado), a do estado do bem-estar social (que apontou para a necessidade crescente de o estado ser o

⁵ É importante aqui ressaltar a distinção que Foucault faz entre esses dispositivos de segurança da governamentalidade e a esfera da segurança quando analisada a partir do poder disciplinar. O mecanismo disciplinar relacionado com a esfera da segurança é caracterizado “pelo fato de que dentro do sistema binário do código aparece um terceiro personagem, que é o culpado, e ao mesmo tempo, fora, além do ato legislativo que cria a lei e do ato judicial que pune o culpado, aparece toda uma série de técnicas adjacentes, policiais, médicas, psicológicas, que são do domínio da vigilância, do diagnóstico, da eventual transformação dos indivíduos” (Foucault, [1977-1978] 2008: 8). Já os dispositivos de segurança da governamentalidade são um cálculo racional de custo guiados a partir da questão geral de “como, no fundo, manter um tipo de criminalidade, ou seja, o roubo, dentro de limites que sejam social e economicamente aceitáveis e em torno de uma média que vai ser considerada, digamos, ótima para um funcionamento social dado” (Idem.).

provedor da esfera social) e, por fim, a neoliberal (que apontou para uma renovação do governo em nome da liberdade). Esta última é chamada por alguns autores de liberalismo avançado com o intuito de atribuir relevo a uma continuidade existente entre esta e a racionalidade liberal (Rose *et al.*, 2006). Um dos grandes trunfos deste modo de análise é que *“it rendered visible and intelligible the new forms of power embodied in advanced liberal arts of government, and it demonstrated the complex costs and benefits of those rationalities and technologies that sought to govern through freedom”* (Rose *et al.*, 2006: 92). A importância do conjunto de técnicas e procedimentos na composição da governamentalidade é central.

I must say that what interests me more is to focus on what the Greeks called the tekhnē, that is to say, a practical rationality governed by a conscious goal. (...) The disadvantage of this word technē, I realize, is its relation to the word “technology”, which has a very specific meaning. A very narrow meaning is giving to “technology”: one thinks of hard technology, the technology of wood, of fire, of electricity. Whereas government is also a function of technology: the government of individuals, the government of souls, the government of the self by the self, the government of families, the government of children, and so on. (Foucault, [1977-1978] 2008: 144-145)

A tecnologia de governo é a prática do governo que visa conduzir a conduta e operacionalizar a governamentalidade. Para Rose e Miller (1990), se as racionalidades políticas localizam a realidade no campo do pensamento, as tecnologias de governo querem traduzir o pensamento para o campo da realidade. Dessa forma, as racionalidades políticas representam a dimensão da representação, enquanto as tecnologias de poder representam a de intervenção. Ambas são condição *sine qua non* da governamentalidade e do papel do governo na fabricação da autoridade (Miller e Rose, 1990). Em outras palavras, é através das tecnologias e de procedimentos técnicos que os programas de governo, articulados pelas racionalidades políticas, são operacionalizados na prática (Miller e Rose, 1990: 8). Neste sentido, o elemento técnico funciona como a materialização do político. No entanto, os processos de governamentalidade como esquemas de melhorar a condição humana apresentam em seu bojo distorções importantes entre as racionalidade políticas e a implementação dos programas de governo através de tecnologias de poder. Atribuir atenção à dimensão tecnológica do governo da governamentalidade não significa construir a imagem de uma sociedade totalmente administrada (Miller e Rose, 1990). Como nos alerta Ghosh, a governamentalidade possui elementos contraditórios por conta de *“fragmented imprints of other forms of knowledge,*

ontologies, and temporalities” (Ghosh, 2006). Entendida dessa maneira, a governamentalidade é um processo heterogêneo que pode produzir resultados muito diferentes daqueles pretendidos, por exemplo, pelos promotores obcecados da extração de minérios (Sawyer e Gomez, 2012).

Isso remete a outra clarificação importante que deve ser feita em relação ao uso do poder coercivo. Não há consenso entre os autores sobre a inclusão ou não dos mecanismos coercivos no âmbito do terreno da governamentalidade (Ghosh, 2006). A abordagem aqui adotada segue a linha de Partha Chatterjee (2006), cuja análise subentende que arranjos típicos da governamentalidade não utilizam diretamente meios coercivos e violentos em suas formas de operação. Na mesma linha, Murray Li diz que *“[governmental] schemes work on and through the practices and desires of their target populations. They seldom use coercion, aiming instead to reshape the actions of subjects who retain the freedom to act otherwise”* (Li, 2005: 384). Não obstante, isso não significa dizer que a CMN emprega nos territórios apenas tecnologias de governo participativas e inclusivas. Há uma coexistência prática entre o uso de mecanismos coercivos, típicos do poder disciplinar direcionados principalmente para neutralizar a dissidência de potenciais indivíduos opositores, com mecanismos cooperativos que valorizam a autoconduta como forma de condicionar o comportamento a partir do cálculo racional da governamentalidade (Gordon, 1991; Hönke, 2012). Resumindo, o controle através de meios coercivos opera lado a lado e de forma conjunta com arranjos mais brandos e participativos, na perseguição dos resultados almejados e ambos são partes fundamentais dos mecanismos de exercício de governação da CMN nos territórios.

Dito isso, o enfoque desta investigação é no espaço que a governamentalidade neoliberal abriu, através da consolidação da autonomia pessoal como termo chave no exercício do poder político (Rose e Miller, 1992: 272), para a atuação cada vez mais intensa de autoridades não-estatais como as CMNs. As corporações desenvolvem e implementam uma série de mecanismos de governo/tecnologias de governo que vão de formas coercivas a participativas/inclusivas para controlar e administrar a vida da população em geral, mas principalmente a da população diretamente atingida por suas atividades.

Governamentalidade transnacional: as corporações multinacionais em foco

A extensão da racionalidade da governamentalidade ao neoliberalismo implicou na transferência de muitas operações de governo para entidades não estatais (Lemke, 2000). No sentido convencional do termo governo presente na teoria política ocidental tal mudança representaria uma diminuição de intensidade de sua atuação. No entanto, pelo contrário, tal mudança compõe uma nova modalidade de governo que implica não só em uma multiplicação de instâncias de governo, mas também na crescente responsabilização dos sujeitos, que são agora empoderados e livres, por suas próprias condutas (Ferguson e Gupta, 2005: 115).

A partir da ótica da governamentalidade, Ferguson e Gupta (2002) apontam que a crescente transnacionalização da economia política internacional gera a demanda de repensarmos a maneira como a espacialização do estado tem sido predominantemente retratada. Os autores argumentam que o estado é pensado pelos discursos populares e acadêmicos a partir da ideia de *vertical encompassment*. Esta expressão representa a maneira como o estado se representa a si mesmo através de propriedades espaciais particulares com o intuito não só de garantir sua legitimidade, bem como de naturalizar sua autoridade e se posicionar acima de outros centros de poder (Ferguson e Gupta, 2005: 106). No entanto, com o advento da globalização e crescente interconectividade global, desafios substanciais são colocados a essa maneira familiar de espacialização do estado que representa uma topografia vertical do poder. As tentativas do estado de reivindicar-se como autoridade espacial superior passam a ser contestadas por atores locais organizados em rede com atores transnacionais. A constatação do impacto do crescente papel dos atores supranacionais e transacionais na relação com o estado e o facto da extensão do conceito de governamentalidade ao neoliberalismo, apesar de muito frutuosa, continuar demasiadamente eurocêntrica e focada na territorialidade do estado como domínio de operação do governo (Ferguson e Gupta, 2005: 115), motivaram os autores a proporem uma extensão do conceito de governamentalidade a partir da ideia de governamentalidade transnacional.

We propose to extend the discussion of governmentality to modes of government that are being set up on a global scale. These include not only new strategies of discipline and regulation, exemplified by the WTO and the structural adjustment programs implemented by the IMF, but also transnational alliances forged by activists and grassroots organizations and the proliferation of voluntary organizations supported by

complex networks of international and transnational funding and personnel. The outsourcing of the functions of the state to NGOs and other ostensibly nonstate agencies, we argue, is a key feature, not only of the operation of national states, but of an emerging system of transnational governmentality. (Ferguson e Gupta, 2005: 115)

Os aparatos da governamentalidade transnacional coexistem com o sistema antigo dos estados-nações. Dessa forma, as novas organizações de governo devem ser vistas como horizontalmente contemporâneas aos órgãos do estado que operam no mesmo espaço global e no mesmo nível que estas (Ferguson e Gupta, 2005: 121). Estes autores chamam a atenção para a necessidade de repensar a estrutura escalar e espacial das práticas contemporâneas de governo ao invés de reproduzir as noções de *vertical encompassment* a nível global como os analistas têm recorrentemente feito (o global acima do nacional que está acima do regional que, por sua vez, está acima do local). Os autores desenvolveram essa análise a partir de uma preocupação em desconstruir a reivindicação e os discursos de verticalidade dos estados. No entanto, através deste percurso, eles contribuem significativamente em dar atenção a mecanismos de governamentalidade que se manifestam lado a lado (ou até mesmo fora) da esfera de influência do estado-nação. Ou seja, ao chamar a atenção para as “forças da globalização neoliberal” (Ferguson e Gupta, 2005: 123), eles abrem espaço ao que chamam de novas linhas de investigação nos estudos da governamentalidade no mundo contemporâneo (Idem.).

Os autores argumentam que, apesar de o fenômeno da crescente saliência da governamentalidade transnacional não acontecer exclusivamente nos países africanos, é nestes contextos onde ele adquire maior visibilidade devido a presença de estados incapazes de exercer a soberania que é normalmente associada ao estado-nação (Ibid.: 117). Assim, nota-se mais uma vez a predileção de realizar este tipo de análise com os casos paradigmáticos dos países africanos que devido à ausência de autoridades estatais fortes permitem que um espaço muito maior de governo seja exercido por autoridades não estatais e, principalmente, transnacionais como as ONGs e as CMNs. A presente investigação apresenta uma contribuição que vai além destes casos “modelo” ao analisar aspectos da governamentalidade transnacional corporativa também em contextos onde as autoridades estatais estão presentes de forma bastante institucionalizada e organizada.

Com o objetivo de buscar as razões para a persistência de conflitos entre, de um lado, as populações e, de outro lado, as CMNs, os governos e as instituições financeiras internacionais na implementação de megaprojetos de desenvolvimento e extração de recursos, alguns autores se propuseram a expandir o conceito de governamentalidade transnacional (Sawyer e Gomez, 2012: xii). Para estes, a situação destes conflitos é paradoxal na medida em que os mesmos ocorrem em contextos nos quais as CMNs estão envolvidas com a RSC e governos e instituições financeiras internacionais introduziram códigos internacionais para proteger o direito das populações locais. No entanto, as populações continuam sujeitas a inúmeras situações de exploração, discriminação, expropriação e racismo (Sawyer e Gomez, 2012: 1). Parte da resposta encontrada pelos autores estaria no papel predominante que os estados e as corporações têm em moldar e circunscrever o que é entendido como direitos indígenas e das populações locais sempre em favor dos interesses da indústria extrativista. Segundo essa lógica, mecanismos como a demarcação de terra podem-se tornar meios através dos quais o estado e a CMN têm o poder de codificar, fixar e controlar as aspirações de coletividades (Sawyer e Gomez, 2012: 4). Ou seja, o paradoxo ao invés de refletir apenas um descompasso entre a lei e a sua implementação, aponta também para a necessidade de uma análise mais cuidada dos regimes de poder e dos movimentos de governação em voga. É neste sentido que os autores chamam a atenção para o conceito de governamentalidade transnacional.

We use the concept of 'transnational governmentality' in an attempt to capture the multiple vectors and movements of governance: that is, to examine the emergent modes of government – at times synchronized, at others syncopated, and still others abrasive – accompanying resource extraction in different parts of the globe. What are the strategies, tactics, and authorities – both state and non-state – that aspire to fashion the conduct of people both individually and collectively in connection to resource extraction? Specifically, we seek to explore the interconnection between strategies for conceiving and directing large-scale enterprise and schemes for managing the behavior of specific human beings. (Sawyer e Gomez, 2012: 7)

Com a retração do estado ocasionada pela políticas neoliberais de desregulamentação das economias locais e a liberalização do comércio e do investimento, atores como as CMNs passaram a ter um espaço cada vez maior não só para expandir suas operações a nível global (a internacionalização da Vale é fruto deste processo) como também para assumir dimensões de governo (Sawyer e Gomez, 2012: 8). No entanto, os regimes de governação que pretendem fomentar a extração de recursos naturais longe de serem factos consumados são também

acompanhados por redes de atores comprometidos com o monitoramento das atividades das CMNs e de outros atores envolvidos com as atividade de governação. Para Sawyer e Gomez *“exploring the intersections between the production of mega resource-extraction projects and the shapping of indigenous people, offers a fruitful analytic for dissecting modern power”* (Idem.). Mas, apesar de em nível de proposição teórica a análise ter sido bem constituída, não houve uma sincronização efetiva dos trabalhos empíricos apresentados no sentido de clarificar os mecanismos de operacionalização daquilo que eles chamam de governamentalidade transnacional. Não obstante, como perspectiva analítica, *“governmentality is far from a theory of power, authority, or even of governance. Rather, it asks particular questions of the phenomena that it seeks to understand, questions amenable to precise answers through empirical inquiry”* (Rose et al., 2006: 85).

Objetivando suprir este espaço e explorar empiricamente esta intersecção, esta investigação mostra como a autoridade da CMN exerce governamentalidade e visa moldar a vida das populações atingidas a partir de megaprojetos de exploração de recursos naturais. Nestes contextos, como constatam Sawyer e Gomez (2012), apesar dos esforços no âmbito da RSC e de outros esquemas que visam melhorar a conduta corporativa, há conflitualidade entre a CMN e a população atingida. Isso porque a CMN pode promover e fornecer o roteiro básico da governação, mas os outros atores envolvidos na peça podem não concordar com os procedimentos adotados e/ou com a autoridade social do ator privado e promover articulações com o fim de construir roteiros alternativos para as suas vidas. As ações de contestação das populações atingidas, organizadas ou não em movimentos sociais, são parte integrante do campo da contraconduta que, segundo Foucault, constituem a luta contra os procedimentos usados para conduzir a conduta (Foucault, [1977-1978] 2008). Na sequência, apresenta-se uma revisão bibliográfica sobre a associação entre conflitualidade e recursos naturais que constitui a temática do caso empírico desta investigação.

1.3. Conflitualidade e exploração de recursos naturais

Como ressaltado acima, o exercício do governo da vida da população atingida é investigado aqui a partir do caso concreto da emergência de conflitualidade nos arredores operacionais de uma CMN na área de exploração de recursos naturais. Há uma extensa

bibliografia que aborda a conexão entre recursos naturais e conflitualidade. Em linhas gerais, três perspectivas dominam o debate acadêmico contemporâneo: uma que atribui importância central às dinâmicas econômicas e associa dependência por recursos, instituições e oportunidades (Collier e Hoeffler, 2004); uma geopolítica, que estabelece relações entre territórios, estados, interesses estratégicos e de segurança (Baechler, 1999; Klare, 2002); e uma outra, embasada em uma Ecologia Política que analisa recursos, relações de poder e formas de violência (Billon, 2012; Peluso e Watts, 2001). As duas primeiras trabalham a partir da naturalização dos conflitos ambientais através da construção de relações de causalidade nas quais os elementos naturais funcionam enquanto variáveis explicativas centrais: conflitos causados pela abundância de recursos naturais ou conflitos causados pela escassez de recursos naturais. Já a terceira, trabalha a partir da proposição de desnaturalizar os conflitos, evidenciando o papel de complexas redes de atores na composição de arranjos institucionais e de economia política na compreensão do significado dos conflitos associados à exploração de recursos naturais (Billon, 2015).

A primeira perspectiva, que atribui grande importância às dinâmicas econômicas associadas à exploração de recursos, está muito associada ao *resource curse* ou à maldição dos recursos naturais (Davis e Tilton, 2005; Soysa, 2000). Esta estabelece relações causais entre dependência por recursos naturais, fraco desempenho econômico, frágeis instituições políticas e conflito armado. A *'Post Conflict Unit'* do Banco Mundial realizou inúmeros estudos nos quais as guerras civis, principalmente aquelas que ocorrem nos países em desenvolvimento e nos chamados 'estados falidos', são retratadas como sendo impulsionadas essencialmente por agendas econômicas de atores auto-interessados (Cilliers, 2000). Collier e Hoeffler foram entre os primeiros a fazer uma análise sistemática do conflito violento a partir de uma perspectiva microeconômica quantitativa que resultou em uma padronização a respeito das causas das guerras civis (Collier e Hoeffler, 2004). Um dos principais legados desta perspectiva é evidenciar a conexão dos recursos naturais no financiamento da conflitualidade armada (Keen, 2000), algo que é desenvolvido pela bibliografia sobre *greed and grievance* e as economias de guerra contemporâneas (Berdal e Malone, 2000; Collier e Hoeffler, 2004; Dietrich, 2000).

Já a segunda perspectiva, apresenta uma tradição de associação com o *resource scarcity* que, ao contrário do *resource curse*, relaciona a conflitualidade com a escassez de recursos naturais. A tradição geopolítica, desenvolvida principalmente nos Estados Unidos da América e no Canadá através de autores como Kaplan e Homer-Dixon (Homer-Dixon, 1999; Kaplan, 2000), elabora a concepção de umnexo existente entre a segurança nacional e assuntos relacionados ao meio ambiente, principalmente dos recursos naturais. Assim, as pessoas e nações vão lutar entre si, nas chamadas guerras por recursos, no sentido de assegurar os recursos naturais que são escassos, mas necessários para a sua sobrevivência (Klare, 2002). Esta busca desenfreada por assegurar um controle sobre a disponibilidade de recursos é associada à concepção de segurança nacional através de discursos que buscam a legitimação de determinadas ações políticas pautadas pelo interesse estratégico em recursos naturais considerados essenciais para o bem-estar da nação.

No âmbito da terceira perspectiva, a da Ecologia Política, há uma importante rejeição das tradições da geopolítica e da maldição da abundância. Como contraposição aos argumentos causais considerados reducionistas, Peluso e Watts (2001) apresentam uma compreensão da relação entre a luta simbólica e material pelos recursos naturais e as violências inerentes aos processos de exploração relacionadas às transformações nas relações de poder que moldam simultaneamente a paisagem e os meios de vida de populações. A linha teórica da Ecologia Política surge nos anos 1970 como resultado de reflexões sobre questões de acesso e controle de recursos naturais (Peet e Watts, 2004). A partir do final dos anos 1980, surgiram contribuições significativas a partir de ideias pós-marxistas e pós-estruturalistas centradas em questões da economia política (Blaikie e Brookfield, 1987; Guha e Martinez-Alier, 1997). O trabalho de Watts sobre o “complexo do petróleo” na Nigéria é um exemplo de engajamento crítico com a economia política voltado para superar as explicações da perspectiva da maldição dos recursos naturais (Watts, 2005). Isso porque, ao contrário das perspectivas mencionadas anteriormente, a abordagem de Watts não é construída para ser uma ferramenta para os programadores sociais produzirem políticas para lidar com as dinâmicas de violência em contextos de exploração de recursos naturais. Dessa forma, informado pela lente da governamentalidade, Watts examina as relações entre petróleo e violência a partir da

emergência de espaços governáveis – os “complexos dos recursos” - formados pela intersecção entre formas de governação autoritárias e o petro-capitalismo (Watts, 2003).

Como ressaltam Peet e Watts, a Ecologia Política se desenvolve a partir da realidade de novos movimentos sociais e apresenta em si um potencial emancipatório (Ibid.). Ou seja, os conflitos não são apresentados através de um viés negativo, mas sim a partir do potencial de produzir mudanças positivas nas estruturas de violência impostas sob grupos marginalizados no acesso e distribuição aos recursos naturais (Billon, 2015). O resultado disso é traduzido em uma grande sensibilidade para conflitos e resistências locais que são marginalizados por linhas teóricas de contornos mais tradicionais. No âmbito do entendimento da conflitualidade, a Ecologia Política adota uma concepção de violência, e consequentemente de resistência, de largo escopo que pretende englobar fenômenos que vão além de eventos brutais de violência física, incorporando outras dimensões como as esferas simbólicas e culturais de representação, circulação e codificação dos danos causados pela exploração de recursos naturais (Peluso e Watts, 2001).

Some relations between resources and conflict are very direct and involve highly visible forms of violence. Resource conflicts that fall into this category typically pit resource companies and state security forces against local communities and “militants” opposing extractive ventures. (...) Other relations are more indirect and result in less visible forms of violence and suffering, such as interpersonal physical abuse and entrenched inequalities. The relative visibility of violence matters because public opinion and policy makers tend to focus on the more direct relations and visible forms of violence. (Billon, 2012: 228)

Neste sentido, a Ecologia Política se aproxima dos Estudos para a Paz através de uma sensibilidade analítica alargada para o conceito de violência (Billon, 2012; Galtung, 1969). Assim, esta abordagem inclui contextos de paz formal em que uma multiplicidade de formas de violência, em diversas escalas, são perpetuadas pela relação entre a dimensão político-ecológica, as dinâmicas de cristalização do poder e o controle de populações através da exploração de recursos naturais. Este prisma busca entender os conflitos não como resultados ou efeitos das condições ambientais, como fazem as linhas supracitadas, mas antes a politização do ambiente via conflitos ou, em outras palavras, como estas condições ambientais se tornaram politizadas (Billon, 2015: 598). A partir da Ecologia Política, surge a noção de conflitos socioambientais adotada aqui, que são uma forma de luta pelo acesso e controle de recursos

naturais. No que diz respeito a esta investigação, este controle dos recursos naturais é exercido através do envolvimento cotidiano da CMN na governação da vida da população para assegurar o consentimento popular e prevenir a emergência de conflitos socioambientais. A próxima secção é sobre o cotidiano nas RI e tem o objetivo de clarificar como esta investigação incorpora aspectos da governação global nas práticas locais.

1.4. O Cotidiano na governação e nas Relações Internacionais

Na área das RI, o uso crescente da metodologia etnográfica a partir da década de 1980 deu origem às chamadas ‘virada etnográfica’ e ‘virada cotidiana’ no estudo da política global. Muitas pesquisas passaram a incorporar as esferas práticas do local, do micro e do cotidiano como elementos fundamentais de análise, em especial as desenvolvidas na área dos Estudos para a Paz através do foco nas concepções/vivências cotidianas de paz, segurança e violência (Björkdahl e Buckley-Zistel, 2016; Higate e Henry, 2010; Richmond e Mitchell, 2012). Este movimento se destaca por questionar as linhas de pensamento ortodoxas e suas formas de produção de divisões artificiais, principalmente em relação aos níveis de análise local e global. Essas divisões estão relacionadas a uma ideia normativa subjacente de que as Relações Internacionais constituem um campo do estudo do global que não se deve voltar aos acontecimentos da esfera da micropolítica local.

Na Antropologia também acontece um movimento semelhante - que contesta a ideia de que a Antropologia deve ser dedicada às formas de expressão de fenômenos globais nos níveis locais - a partir da reivindicação de que as políticas nacional e internacional têm o potencial de serem tão antropológicas quanto as políticas/economias locais (Gupta e Ferguson, 1997: 15). A defesa de uma diluição entre global e local em um mundo interconectado (a existência de lugares igualmente locais e globais) abriu espaço para representações do mundo como uma grande aldeia global (Rajak, 2011b). A concepção de um capitalismo homogêneo em tempos de globalização foi muito criticada dentro da Antropologia (Coronil, 2001), mas segundo Rajak (2011b), mesmo contestando essa ideia, o foco continuou a ser de certa forma o tradicional: estudos que procurassem evidenciar manifestações locais do processo econômico global. Ela defende uma mudança de perspectiva para a compreensão de como atores econômicos globais como as CMNs estão também territorializados e empregam mecanismos de

pretensa validade universal como a RSC para reinventar a hegemonia sob os 'atores locais' e legitimar práticas corporativas particulares (Rajak, 2011b: 120). Segundo a autora, um dos riscos da desconstrução da divisão artificial entre local e global seria precisamente invisibilizar a hierarquia que continua a existir entre diferentes espaços e suas populações, como por exemplo, entre a sala de reuniões na sede de uma CMN que representa a dimensão do global e os poços de minas que simbolizam a realidade local (Ibid.: 112). Mas foi só através do acesso da antropóloga a essa primeira esfera que ela pôde construir o seu argumento de que é lá onde são desenhadas partes fundamentais do arcabouço institucional voluntário que rege a atuação social das CMNs nos locais de operação. Essa circulação por esferas não convencionais exemplifica como a abertura do campo para o estudo de processos transnacionais perturbou a orientação disciplinar clássica da Antropologia de um comprometimento metodológico exclusivo com o nível local.

Enquanto isso, a virada cotidiana das Relações Internacionais defende uma maior aproximação de um conhecimento situado e ancorado em experiências cotidianas que permitam um afastamento de abstrações distantes típicas da área. Em um *Call for Papers* (2017) para a elaboração do número especial dedicado às 'Relações Internacionais Cotidianas', a revista *Cooperation and Conflict* procura trabalhos que dialoguem com o cotidiano como constitutivo da política global, a micropolítica das relações internacionais e o valor analítico de micro-movimentos que acessem pontos cegos da área de RI para a análise de fenômenos internacionais. De forma complementar, a 'virada etnográfica' das RI ou do estudo da política global (Vrasti, 2008) advoga pelo uso de abordagens metodológicas mais conectadas com as práticas cotidianas como forma de capturar as complexidades da vida política. Por este meio, amplia o espectro de uma RI ortodoxa focada exclusivamente em análise de textos e discursos, excessivamente centrada nos atores estatais (Lie, 2013: 202) e fruto de uma concepção do internacional que não incorpora o cotidiano enquanto parte integrante da análise.

Recentemente, as viradas 'cotidiana' e 'etnográfica' adquiriram um fôlego especial na área dos Estudos para a Paz (Bichsel, 2009; Denskus, 2012; Millar, 2014). As intervenções contemporâneas de construção de paz desenhadas de cima para baixo através de concepções normativas liberais padronizadas de como devem ser estabelecidas as dinâmicas políticas,

econômicas e sociais em sociedades pós-conflito foram muito criticadas por não levarem em conta as especificidades dos diferentes locais de implementação. Os inúmeros problemas decorrentes da falta de pertencimento e identificação com as instituições e práticas impostas através de intervenções fracassadas, informadas por uma concepção pretensamente universal de paz, serviram de impulso para o surgimento da ‘virada local’ dos Estudos para a Paz (Mac Ginty e Richmond, 2013). Como ressaltam Richmond e Mitchell, “*unique forms of peace arise when the strategies, institutions and norms of international, largely liberal–democratic peacebuilding interventions collide with the everyday lives of local actors affected by conflict*” (2012: 1). Esse espaço de encontro e sobreposição entre o internacional e o local – com suas dinâmicas únicas de resistência, autonomia, apropriação e aceitação – dão origem a dinâmicas de hibridização. Para compreender estes novos espaços políticos que propiciam a emergência dos conceitos de paz ‘híbrida’ e ‘cotidiana’ (Richmond, 2009) muitos estudiosos da área passaram a voltar a sua atenção para um entendimento das “*dynamics and interactions that make every form of peace unique, dynamic, contextualized and contested*” (Richmond e Mitchell, 2012: 1-2).

Estes movimentos são fundamentais para a valorização crescente da necessidade de pensamentos que transcendam binários e divisões artificiais – *i.e.* local e global, conhecimentos locais e científicos, sociedades tradicionais e modernas, contexto subalterno e oficial, esfera pública e privada, o Norte e o Sul, desenvolvido e subdesenvolvido (Meneses, 2003) – sem com isso deixar de atentar para as instrumentalizações dessas mesmas categoriais com o objetivo de produzir normalizações e legitimar formas múltiplas de intervenções. Isso acontece, por exemplo, através de narrativas como as dos ‘estados falidos’ baseada, entre outros, no binário desenvolvido – subdesenvolvido, extensamente usada como forma de legitimar intervenções em países do chamado Terceiro Mundo.

É nesse contexto que se situa o potencial analítico da argumentação de que a Vale exerce uma governação cotidiana da vida das populações atingidas – *i.e.* o exercício da ordem política no cotidiano dos contextos operacionais, sendo política qualquer coisa que afete o interesse público ou o bem comum (Guzzini, 2012: 3) a partir de mecanismos coercivos e cooperativos. Conforme explicitado na introdução desta tese, essa análise é operacionalizada

metodologicamente a partir da condução de uma etnografia multi-situada a partir da proposta de Marcus no âmbito da Antropologia que objetivou aproximar a área dos acontecimentos da política mundial (Marcus, 1995). De forma geral, ela rompe com o apelo único a manifestações locais de grandes narrativas do sistema mundial ao possibilitar a identificação de uma complexa arquitetura contextual através dos métodos de seguimento de atores, coisas, metáforas, estórias ou alegorias, biografias ou conflitos.

A condução de uma etnografia multi-situada está alinhada a inserção desta investigação no desenvolvimento da vertente crítica das RI que incorpora o cotidiano e as visões subalternas como constitutivos da política global e vice-versa. A etnografia multi-situada além de ser usada como método para demonstrar os sistemas híbridos que são produzidos na tradução de ideias e significados entre os diferentes espaços, também pode ser trabalhada de modo a ressaltar a continuidade e a difusão da solidez dessas mesmas ideias e significados enquanto formas múltiplas de intervenção – sejam elas frutos da indústria da ajuda internacional, da RSC ou da construção da paz. Como já ressaltado, esta investigação articula justamente as formas transnacionais de gestão dos impactos socioambientais pela CMN com o cotidiano conflituoso da mineração de larga-escala em diferentes contextos.

Para Rajak, a etnografia multi-situada é uma *“crucial strategy in attempting to confront the transnational dynamics of corporate capitalism and global governance – subjects conventionally seen as the purview of International Relations – from an anthropological perspective”* (2011b: 107). Mas, essa abordagem também pode ser usada a partir das RI como forma de confrontar dinâmicas transnacionais do capitalismo corporativo e de esquemas de governação com perspectivas e práticas cotidianas/locais que são tipicamente associadas à área da Antropologia. Seguir os conflitos socioambientais através de múltiplos lugares – geográficos e epistêmicos – apresenta o potencial de desmontar binários simplistas como local e global, Norte e Sul, centro e periferia através da incorporação do cotidiano no estudo de dinâmicas transnacionais.

Conclusão

Este capítulo expôs o quadro teórico-conceitual da tese através do posicionamento da CMN mineradora como um ator ativo no governo da vida das populações atingidas nos

contextos de exploração de recursos naturais. A CMN é um agente ativo na governação, e apresenta uma atuação muito mais ampla sobre a vida das populações do que a que tem sido retratada na bibliografia convencional das RI. Dessa forma, a revisão bibliográfica feita neste capítulo mostra como pouco foi dito sobre a governamentalidade e a racionalidade que rege a atuação especificamente das CMNs não apenas no que toca às funções de segurança (mesmo que considerada em amplo sentido), mas também a partir do controle do bem-estar das populações e, principalmente, da escolha deliberada de quem deve ter as suas condições de vida fomentadas e quais são aqueles e aquelas que devem ser excluídos e excluídas dos benefícios da exploração de minérios. Além disso, a maior parte dos trabalhos que incluem autoridades privadas como as CMNs como centrais na reflexão sobre governação são focados em regiões de soberania limitada, o que restringe o potencial de análise de um fenômeno que tem manifestações empíricas mais abrangentes e, por isso, apresenta o potencial de diluir as tradicionais divisões das RI ortodoxas: Norte-Sul, local-global, guerra-paz. O próximo capítulo, é uma análise contextual sobre o estudo de caso desta investigação: a mineradora Vale S.A..

Capítulo 2 - A Mineradora Vale S.A. no Brasil e no mundo: uma corporação do Sul

Este capítulo tem o objetivo de apresentar uma análise crítica de aspectos centrais dos caminhos da Vale no Brasil e no mundo, o que possibilitará um entendimento de como esta empresa existe e atua hoje, principalmente em relação à área socioambiental. Para tal, o capítulo está organizado em duas partes. Na primeira, é apresentada uma contextualização da construção histórica da Vale para explicar, na sequência, a sua emergência enquanto uma multinacional dos conflitos através de três fatores explicativos principais: as especificidades da economia política da mineração de larga-escala, o processo de constituição da sua cultura corporativa e, por fim, a internacionalização e o aumento significativo da abrangência geográfica da sua atuação nos últimos anos. Em um segundo momento, discutem-se as formas de governação corporativa da Vale: dos aspectos formais de estruturação do ordenamento político interno ao ordenamento das questões socioambientais a partir da sua arquitetura de controle social.

2.1. O Fenômeno Vale do Rio Doce

Classificada como empresa-fenômeno ainda enquanto estatal (Faro *et al.*, 2005: 15), a descrição da Vale reflete a sua trajetória considerada de sucesso: a maior mineradora do Brasil e entre as 3 maiores do mundo, líder na produção mundial de minério de ferro, pelotas (usados pela indústria siderúrgica) e níquel (matéria-prima da indústria de aço inoxidável e ligas metálicas) e, agora, entre tantos outros feitos e classificações, é a dona do maior projeto de mineração do mundo (S11D) (Vale S.A., 2012b). Além desses minérios, a Vale produz também manganês, carvão térmico e metalúrgico, cobre, metais do grupo da platina, ouro, prata, cobalto, potássio e fosfatos. É autobiografada no livro de comemoração de 70 anos de sua história como protagonista da economia nacional e mundial: “a antiga Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) partiu de Itabira, conquistou Carajás e ganhou o mundo. Hoje é simplesmente Vale – ou ‘simplesmente’ a segunda maior mineradora do planeta” (Vale S.A., 2012b: 13). Apesar de ser uma mineradora, a corporação possui inúmeras operações nas áreas de logística, energia e siderurgia. Assim, entre participações ou controle total de operações de ferrovias, portos e

usinas hidrelétricas, a esfera de atuação da corporação se estende em diversas áreas e dimensões da vida de populações que estão nas proximidades de suas operações.

Uma das gigantes multinacionais brasileiras⁶, a Vale é uma mineradora atualmente privada e de capital aberto, mas que foi estatal durante a maior parte da sua história que remonta aos tempos da Segunda Guerra Mundial. A Vale surgiu como reação às instabilidades internacionais e nacionais do período e para atender às demandas por minério de ferro da indústria bélica. Foi criada como Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) pelo presidente Getúlio Vargas, no âmbito dos Acordos de Washington (1942) assinados entre Brasil, Reino Unido e Estados Unidos da América (EUA), com o objetivo de fornecer minério de ferro para financiar os esforços de guerra destes países (Vale S.A., 2012b: 50). Inicialmente administrada com grande influência dos EUA, ganhou maior independência em 1950 com um novo estatuto que definia que esta passaria a ser administrada apenas por residentes no Brasil.

Os anos 1950 marcaram o crescimento da companhia que passou a dar lucro e a ter uma projeção marcante no mercado mundial através da diversificação de consumidores e uma diminuição relativa da importância dos EUA enquanto parceiro comercial. Na década de 1960, as exportações avançaram com contratos de longo-prazo (principalmente com a Alemanha Ocidental e o Japão) negociados a partir de subsidiárias próprias. Na época, o engenheiro Eliezer Batista era presidente da companhia (1961-1964) e trabalhou a partir da visão de que se estava “erguendo a Notre Dame da logística e extração mineral” (Faro *et al.*, 2005: 45). Em tempos de diminuição da demanda de minério por parte dos EUA, Eliezer foi o maior responsável pela construção de um relacionamento sólido da CVRD com o Japão (que vivia a época de reconstrução do pós-guerra e tinha alta demanda de ferro) e firmou com eles o primeiro contrato de exportação de longo prazo do Brasil (Idem.). Para Eliezer, “este foi o grande salto quantitativo e qualitativo da companhia. O Oriente não foi a estação derradeira, mas sim escala para a Vale do Rio Doce e o Brasil entrarem no mapa da mineração mundial” (Idem.). Para tornar isso possível, era preciso transformar a distância física em distância econômica através da construção do Porto de Tubarão na capital do estado do Espírito Santo que possibilitou o controle de etapas fundamentais da infra-estrutura e logística mineral, uma marca da Vale até

⁶ A corporação é a quinta maior empresa brasileira segundo o ranking *Forbes Global 2016*.

hoje. Reafirmando essa importância, nas palavras da Vale, “o Complexo de Tubarão deu a largada para a estratégia do tripé mina-ferrovia-porto como espinha dorsal da CVRD ao longo da história” (Vale S.A., 2012b: 231). A Vale atua através de um modelo integrado de mineração no qual a posse, o controle e a operação não são só das minas, mas também das atividades logísticas de ferrovias e portos, formando o complexo mina-ferrovia-porto, fazem parte de uma estratégia que privilegia a redução de riscos e custos da empresa. Essa é tida como uma característica que dá singularidade à Vale e é responsável por distinguir as suas operações comerciais tanto no Brasil quanto no exterior (Vale S.A., 2014g) (o modelo acaba de ser implementado em Moçambique através da construção do Corredor Ferroviário de Nacala e do Porto de Nacala).

Na década de 1970 a Vale seguiu ampliando a sua presença no mercado externo, além da implementação de uma política de diversificação. Os anos 1980, marcaram o início da operação do Sistema Norte com a mineração na Serra dos Carajás, imenso depósito de minério localizado no Estado do Pará, no Norte do Brasil. A década de 1990, tem como acontecimento decisivo a privatização em 1997, mas também foram anos de ampliação da rede logística e de diversificação produtiva e de mercados.

Os anos 2000 foram anos de reestruturação das participações da CMN com uma série de aquisições e desinvestimentos (Vale S.A., 2012b: 303). Os anos iniciais dessa década marcaram um período de expansão da economia mundial e o despontamento da China enquanto uma das maiores economias mundiais. O crescimento da economia chinesa gerou uma enorme demanda, contribuindo para o denominado ‘super-ciclo das *commodities*’ dos anos 2000 (UNCTAD, 2007: 89). Os preços do minério de ferro, principal produto da Vale, aumentaram 169% no período entre 2000 e 2006: passaram de 27,67 para 74,39 dólares americanos a tonelada (Vale S.A., 2012b: 280). Foi nesse período que a China se tornou o maior parceiro comercial da Vale e, em 2006, a Vale se tornou a maior fornecedora de minério de ferro para a China. Para se ter dimensão do significado econômico dessa relação, em 2010, 33,1% da receita operacional da Vale foi proveniente de vendas para a China (Vale S.A., 2012b: 284). Tamanha é a importância da China, que a Vale enumera como um dos fatores de risco relacionado ao investimento em seus negócios o facto de os desdobramentos econômicos na

China poderem impactar receita, fluxo de caixa e lucratividade da empresa (Vale S.A., 2017k). E, de facto, a crise econômica e a diminuição do fenômeno do crescimento vertiginoso da China tiveram grande impacto na performance recente da CMN.

Como referenciado acima, o crescimento da Vale nos anos 2000 esteve relacionado ao ótimo momento das economias mundial e brasileira, bem como com o super-ciclo das *commodities*. No período de 2001 a 2007, o valor da Vale se multiplicou oito vezes (Vale S.A., 2012b: 330) e registrou recordes sucessivos de receitas e lucro (Vale S.A., 2008: 80). A evolução pode ser notada a partir dos dados de lucro líquido da empresa: 630 milhões de dólares americanos em 2002, 2 mil milhões de dólares americanos em 2004, 4,1 mil milhões de dólares americanos em 2006 e 6,2 mil milhões de dólares americanos em 2007⁷ (Vale S.A., 2017e: 140).

Mas, a crise mundial de 2008-2009 gerou uma reestruturação na corporação na qual algumas de suas operações foram paralisadas por tempo indeterminado (uma das minas fechadas foi a de *Copper Cliff South* em Sudbury/Canadá) (Vale S.A., 2012b: 354). O desempenho da corporação foi mais seriamente abalado em 2009 com resultados negativos em quase todos os setores, principalmente devido a uma queda da demanda mundial por minérios. Em 2010, houve uma breve recuperação e a Vale registrou os melhor resultados anuais da sua história. Além do crescimento em outras áreas, o novo acordo coletivo com os trabalhadores canadenses em 2010 gerou a retomada das operações praticamente paralisadas e um aumento na receita bruta de 19,4% (Vale S.A., 2012b: 364).

Não obstante, a década que teve início em 2010 vem sendo marcada por uma nova crise ocasionada pelo contexto político-econômico nacional e mundial e pelo fim do super ciclo das *commodities*. A queda nos preços das *commodities* e a desaceleração da economia mundial e brasileira tem gerado tempos mais difíceis para a Vale que vem tendo déficit crescente na sua conta corrente. Em 2015, a Vale teve prejuízo líquido de 14,2 mil milhões de dólares americanos⁸ (Vale S.A., 2017e: 257). Também em 2015 foi protagonista do maior desastre ambiental da história do Brasil: o rompimento da barragem de rejeito da Samarco em Mariana que devastou o Rio Doce e a vida de muitas pessoas.

⁷ Foram feitas conversões dos valores em reais para dólares americanos a partir da cotação de 7 de março de 2018 (1 real = 3,24 dólares americanos). Valores originais: 2,04 mil milhões de reais em 2002, 6,46 mil milhões de reais em 2004, 13,4 mil milhões de reais em 2006 e 20 mil milhões de reais em 2007.

⁸ Valor original: 46 bilhões de reais.

Na autobiografia da corporação, as opções de desinvestimentos e investimentos são mencionadas como parte da arte de vencer as crises (Vale S.A., 2012b: 357). Um dos pilares da estratégia de enfrentamento da crise atual é justamente o descarte de negócios não prioritários através da implementação de um programa de desinvestimento e venda de ativos (Vale S.A., 2017m). No que diz respeito aos investimentos, o maior destino foi o Projeto S11D em Carajás (Brasil) inaugurado em 2016. Apesar da diversificação promovida ao longo dos anos, a Vale sempre teve, desde a origem, a mineração de ferro como seu principal negócio e atualmente tem priorizado os seus projetos de mineração de ferro e principalmente o S11D que é o pilar central da estratégia de produzir mais a baixo custo. A redução de custo, ocasionada principalmente pela sua diluição com o aumento da produtividade, é a aposta da empresa (Vale S.A., 2017k).

É importante ressaltar uma tendência de enxugamento de vários dos ambiciosos projetos que a corporação se envolveu ao longo dos anos 2000, dentre os quais pode-se destacar o desaparecimento da Fundação Vale em Moçambique (CMn-Br-3), a diminuição do patrocínio a um centro de pesquisa em torno da temática da sustentabilidade de investimentos na Universidade de Columbia (EUA), bem como do orçamento para a consolidação do Instituto Tecnológico Vale (Brasil) (CMn-Br-6) como um centro de pesquisa de referência na área da mineração. Em tempos de crise, os investimentos nas áreas social e ambiental também são significativamente reduzidos, o que potencialmente eleva o descontentamento das populações atingidas pela Vale. Mas, apesar da volatilidade nos preços das *commodities*, e dos inúmeros impactos negativos da tragédia de Mariana (Brasil) para a corporação (entre eles, o impacto na sua imagem de sustentabilidade e paralização de operações que ocasionou queda na produção da Samarco que são contabilizadas como da Vale), a recente alta no preço do minério de ferro que subiu de 41 dólares americanos a tonelada em 2016 para 92 dólares americanos em 2017 tem impulsionado a performance financeira da corporação (Silva, 2017). A Vale, apesar dos tempos difíceis, parece persistir na sua trajetória de grandezas. Mas, o que esta história sobre o fenômeno excepcional constituído pelo desenvolvimento e crescimento da CMN ao longo dos anos negligencia é o envolvimento da corporação em situações de conflitualidade com as populações dos arredores de suas operações, que mostra como as externalidades

socioambientais dessa grandeza são distribuídas de maneira profundamente desigual na sociedade.

2.2. A Multinacional dos Conflitos

A Vale é cada vez mais reconhecida internacionalmente como uma “multinacional dos conflitos” (Revelli, 2010) devido aos inúmeros casos de conflitualidade com populações atingidas pela mineração a ela associados. Este reconhecimento teve como ponto alto a atribuição do prêmio de pior companhia do mundo pelo *Public Eye Award* de 2012, um contra-evento ao Fórum Econômico Mundial em Davos organizado pelas ONGs *Greenpeace* e Declaração de Berna para expor violações socioambientais perpetuadas por CMNs (Figura 2). Para se ter a dimensão da frequência da conflitualidade, os números fornecidos pela própria Vale são de que, apenas em 2016, foram registrados 151 conflitos com populações atingidas entre manifestações e paralizações de unidades operacionais (Vale S.A, 2017a: 104).

Figura 2: Campanha para o *Public Eye Award* de 2012



Fonte: Xingu Vivo (2012)

A sede da Vale, ao contrário, por exemplo, da extravagante sede da CMN *Anglo American* em Londres (Rajak, 2011a), estava na altura da pesquisa de campo desta tese (dezembro de 2016) escondida na Barra da Tijuca (bairro nobre da zona oeste do Rio de Janeiro (Brasil) conhecido por ser afastado das demais áreas da cidade) no terceiro andar de um

shopping center – lugar muito pouco convencional se considerarmos o padrão mundial de sedes de empresas de porte equivalente. Tudo indica que a corporação foi lá para se afastar dos protestos sociais extremamente comuns na antiga e tradicional sede no centro da cidade do Rio de Janeiro e que foram intensificados depois do desastre de Mariana. Essa faceta conflituosa da Vale – que, apesar de exposta através das ações de movimentos sociais dos/as atingidos/as pela suas atividades, algumas com especial destaque como foi o caso do prêmio de pior corporação do mundo – é muito pouco retratada nos meios da mídia hegemônica. A única maneira de acessá-la foi através da interface entre impressões de observação direta em visita às sedes global e regionais e entrevistas com diferentes atores nos territórios por ela ocupados.

Mas, o que faz da Vale uma potencial catalizadora e perpetuadora de conflitos? A atuação conflituosa da Vale está relacionada com três fatores principais: a) a inserção da maior parte de suas atividades na área da mineração de larga-escala que, por conta do funcionamento específico da economia política da mineração, está inexoravelmente associada à perpetuação de inúmeros impactos socioambientais b) as características de cultura corporativa de antiga empresa estatal e dos diferentes modelos de gestão adotados ao longo dos anos que apresentam falhas ao lidar com questões socioambientais de grande magnitude; e, por fim, c) o processo acentuado de internacionalização da empresa que fez com que esta passasse a ter presença nos cinco continentes do mundo através de formas pouco usuais de investimentos Sul-Norte e Sul-Sul. Na sequência, dedica-se uma seção a cada um destes três fatores centrais para a compreensão da Vale enquanto uma multinacional dos conflitos.

As especificidades da economia política da mineração de larga-escala

A atuação conflituosa da Vale é determinada pelo setor de atividade produtiva no qual a corporação está inserida. Algumas das especificidades de funcionamento da economia política da mineração de larga-escala explicam a dimensão significativa do envolvimento da Vale nos territórios nos quais desenvolve a exploração de minérios, o que aumenta a probabilidade de conflitualidade. A primeira delas é que o setor de mineração é vocacionado para exportação e portanto, possui ligações limitadas com a economia local. O setor exige um investimento significativo de capital de longo prazo para repor reservas, expandir ou manter a sua capacidade de produção, e construir as infra-estruturas necessárias, que são muitas vezes de limitada

serventia para a sociedade de maneira geral. Intensivo em capital, possui capacidade limitada de criar empregos diretos (Auty, 1993). Ou seja, de maneira geral os benefícios da presença da corporação não são facilmente traduzidos em desenvolvimento social local, o que é uma fonte importante de ressentimentos da população.

A segunda especificidade é que, por ser fornecedor de matéria-prima industrial, o setor é muito sensível à volatilidade da produção industrial e do mercado internacional de *commodities* (Vale S.A., 2017e: 27). A exposição do setor à ciclicidade da atividade econômica global pode gerar interrupções abruptas em investimentos com grande impacto para realidade local. A terceira especificidade é que os megaprojetos de mineração geram inúmeros impactos socioambientais que vão da degradação ambiental à remoção involuntária (Bebbington *et al.*, 2008). Devido a esses impactos, o empreendedor tem atuação ativa na área de investimento social e ambiental – compulsório ou voluntário – para conseguir legitimar a sua atividade, o que aumenta significativamente o seu espaço de influência nas vidas das populações atingidas.

Além disso, a implementação de megaprojetos de mineração normalmente implica em um envolvimento de longo prazo (10 anos ou mais) com os estados hospedeiros devido aos expressivos investimentos necessários para a operacionalização, bem como ao longo ciclo de vida dos projetos (Barma *et al.*, 2012). A economia política de cada país, bem como o seu respectivo ambiente institucional impactam na forma de administração dos recursos naturais que estará em vigência em cada contexto, o que eventualmente pode levar a pouca transparência e práticas de corrupção que acentuam a marginalização das populações frente aos benefícios da mineração (Idem.). Por fim, enquanto a extração de petróleo é realizada com grande intensidade em campos *on shore* (exploração em terra) ou *off shore* (exploração marítima), a extração de recursos minerais ocorre na maior parte das vezes em terra, uma vez que a exploração mineral *off shore* é ainda muito pouco comum. Isso faz com que frequentemente as reservas minerais coincidam em suas localizações geográficas com lugares habitados por comunidades de pessoas que muitas vezes antes tinham pouco valor econômico (Kirsch, 2014). Assim, uma série de processos de expropriação e reassentamento estão associados com megaprojetos de mineração, principalmente naqueles que envolvem a abertura de minas a céu aberto e/ou infra-estruturas para o escoamento do produto

relacionadas ao complexo mina-ferrovia-porto (*Ministry of Environment Energy & Climate Change*, 2013). O reconhecimento da logística mineradora e da interligação existente entre a mineração em si, o transporte do minério para o porto e, por fim, a exportação do produto é essencial quando se pensa nas dinâmicas sociais, ambientais, políticas e econômicas da mineração. Ou seja, o envolvimento geográfico da corporação vai muito além das regiões de implantação e operação das minas. E, conforme a CMN relata em relação aos conflitos pelo uso da terra nos quais está envolvida, “a maioria dos empreendimentos da Vale está localizada em áreas remotas, onde há povos indígenas e comunidades locais adjacentes” (Vale S.A, 2017a: 104). Em suma, estas especificidades da economia política da mineração estão estreitamente relacionadas com a ocupação crescente de espaços de governação pela Vale, bem como de conflitualidade nos territórios nos quais ela opera.

Cultura corporativa da Vale S.A.: de empresa estatal a corporação privada

O segundo fator relacionado à atuação conflituosa da Vale diz respeito à sua cultura corporativa, marcada principalmente pelo facto de ter sido uma empresa estatal brasileira durante a maior parte da sua história (1942-1997). O período enquanto estatal teve um impacto decisivo na maneira como a Vale se comporta enquanto corporação privada hoje em dia. Como companhia pública, a sinergia entre a CVRD e o estado brasileiro era total e a primeira estava condicionada a ter suas políticas estratégicas alteradas de acordo com as mudanças nos governos do Brasil, sendo as mais relevantes as que ocorreram no período de Ditadura Militar (1964-1985) através do Programa Grande Carajás enquanto projeto holístico de desenvolvimento da região norte do país. Na presidência de Itamar Franco, em ocasião da inauguração de uma ponte-cais no Porto da Vale em São Luis (TMPM), o ex-governador do Maranhão Edison Lobão, afirma que os empregados da CVRD seriam “um exército que promove não a segurança, mas a economia do estado brasileiro” (Vale S.A., 2012b: 233).

Depois da privatização, essa afirmação tem a sua validade prolongada através da linha de argumentação da corporação de que ela tem contribuído muito para a estabilidade econômica nacional nos anos recentes e é “uma empresa fundamental para o desenvolvimento do país” (Vale S.A., 2012b: 362). Em vídeo institucional da CMN a associação vai além: “a história da Vale é a história do Brasil verdadeiro, do Brasil vitorioso” (Vale S.A., 2012a). De

maneira geral, os resultados da CMN são relacionados com o bom desempenho da economia nacional. Entre 2001 e 2004, a Vale era a maior exportadora líquida do Brasil e foi responsável por 18,4% do superavit acumulado da balança comercial do país (Vale S.A., 2012b: 281). E, sendo o superavit a diferença entre exportações e importações, isso permitiu com que o Brasil tivesse saldos comerciais crescentes e melhorasse os seus indicadores de dívida externa. A visão apresentada é de que foi a participação expressiva da Vale que permitiu com que em 2005 o Brasil passasse a não precisar mais da tutela do Fundo Monetário Internacional (Ross) (Idem.).

A Vale também evidencia como a sua trajetória esta relacionada com o facto de o Brasil passar a integrar a lista das economias emergentes (Vale S.A., 2012b: 337). O Relatório anual de 2006 da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) colocava o Brasil como o 12^o maior investidor do mundo e neste ano, mais de 50% dos 28 mil milhões de dólares americanos investidos por empresas brasileiras foram da Vale, principalmente através do dinheiro desembolsado para a aquisição da canadense Inco (Vale S.A., 2012b: 335). Ou seja, aqui se sobressai a participação expressiva da Vale na própria constituição do Brasil enquanto país emergente, o que reforça o seu poder enquanto uma corporação do Sul.

O alinhamento dos interesses da Vale e do governo a partir do interesse mútuo de promoção das exportações brasileiras e do Investimento Estrangeiro Direto⁹ foi predominante durante a maior parte da década passada e constituíram um exemplo de uma sinergia público-privada robusta para a exportação. No entanto, mais recentemente, principalmente a partir de 2013, com a baixa do preço das matérias primas, o reconhecimento cada vez maior do fim do super-ciclo das *commodities* e a percepção de uma necessidade de reestruturação da empresa (corte de gastos, demissão de funcionários, etc.), os desentendimentos nesta sinergia começaram a surgir. Os resquícios de empresa pública ficaram neste momento mais aparentes, com a expectativa do ex-Presidente Lula de que em momentos de crise a corporação deveria investir mais no país, ao invés de instalar políticas abrangentes de cortes de gasto¹⁰. A suposta

⁹ No português de Portugal, Investimento Directo Estrangeiro (IDE).

¹⁰ O ex-presidente Lula e o ex-CEO da Vale, Roger Agnelli, costumavam ter um ótimo relacionamento. Mas, a partir de 2007, desentendimentos começaram a surgir após a Vale encomendar 5 supercargueiros em estaleiros da China e da Coreia em meio a uma tentativa do governo de fazer ressurgir a indústria naval nacional. Lula e o Partido dos Trabalhadores (PT) queriam que a Vale apostasse em produtos de maior valor agregado como aço e fertilizantes ao invés de minerais brutos, pois os primeiros possuíam maior potencial de criar empregos nacionalmente. Segundo Lula, isso evitaria que a Vale "só exportasse minério para o

ingerência política foi alvo de enfrentamento frontal pelo então Chefe Executivo de Ofício (CEO) da Vale, Roger Agnelli, reconhecido como “o executivo que globalizou os negócios da Vale” (Nogueira, 2016).

Recentemente, na gestão de Murilo Ferreira como CEO da corporação (2011-2017), os desentendimentos entre a Vale e o governo brasileiro não foram tão expressivos e o mega-investimento no Projeto S11D no Pará serviu para acalmar os ânimos do governo. No período pós-*impeachment* da presidente Dilma, com turbulências econômicas e políticas significativas no cenário nacional brasileiro, o novo CEO Fabio Schvartsman, é visto como um nome técnico que terá como desafio dar continuidade ao processo de reorganização societária pelo qual a CMN vem passando (Toledo e Amorim, 2017). O objetivo deste processo é justamente transformar a Vale em uma corporação sem controle definido e, portanto, com menos influência do governo. Isso resultaria em uma mudança significativa na cultura corporativa da CMN que foi marcada ao longo dos anos, enquanto estatal e privada, por uma influência significativa do governo brasileiro. Apesar das continuidades importantes que existem entre o período enquanto estatal e o período enquanto privada, o processo de privatização da CMN é um ponto de ruptura essencial para a constituição da cultura corporativa atual da Vale. De fato, como já ressaltado, a acentuação na perpetuação de violências associadas às suas atividades ao redor do mundo está associada tanto a privatização da empresa em 1997, quanto a forte estratégia de internacionalização a partir dos anos 2000 (Costa, 2009; Pillonel e Sutorius, 2005).

No livro autobiográfico da história da corporação, são ressaltadas características de aproximação da CVRD ainda estatal com o *modus operandi* de uma empresa privada: “as políticas de mercado adotadas davam à CVRD características cada vez mais semelhantes às de uma empresa privada. A busca, com sucesso, da plena eficiência e da rentabilidade econômica afastava das reviravoltas típicas do jogo político do governo” (Vale S.A., 2012b: 75). Assim, foi construída uma narrativa para justificar o processo de privatização da Vale, na qual procurava-se mostrar como as funções da corporação seriam melhor desempenhadas se esta tivesse maior autonomia em relação ao estado brasileiro, algo que serviria inclusive para atender melhor a

chinês produzir brinquedo para vender para nós” (Mendes e Fernandes, 2011). O ápice do desentendimento se deu quando em 2008 Roger Agnelli demitiu 2000 empregados como medida de corte de gastos para combater a crise que atingia a empresa.

vocação da companhia que sempre foi, desde a sua criação, atuar e atender as demandas do mercado externo por matérias-primas minerais.

As empresas estatais desempenhavam múltiplas funções no Brasil, já que além de unidades produtivas eram unidades organizacionais. Neste último papel, o estado lhes atribuía funções de executar políticas públicas que iam desde medidas relacionadas ao controle da inflação a localizações em áreas estratégicas carentes de incentivos ao desenvolvimento. O argumento avançado pelos defensores das privatizações era de que isso resultava em um fraco desempenho econômico das corporações que era acentuado pela fragilidade financeira do Brasil dos anos 1980 (período de estagnação econômica também conhecido como a década perdida na América Latina). Foi este quadro contextual geral que teria impulsionado a necessidade de promover a privatização em âmbito nacional, algo que acompanhava a tendência mundial neoliberal de menor intervenção governamental na economia e implementação de programas de reformas de ajuste estrutural do FMI e do Banco Mundial (Vale S.A., 2012b: 216).

No Brasil, o Programa Nacional de Desestatização foi lançado em 1990 no governo de Fernando Collor (1990-92) e teve seu auge em 1997 já no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) com a privatização da Vale e de setores de telecomunicações (Vale S.A., 2012b: 217). A suposta ideologia propagada por trás de tal movimento era a do neoliberalismo à brasileira: a diminuição das dívidas públicas viabilizaria um redimensionamento do estado para que este pudesse atuar nas suas atividades essenciais (*i.e.* saúde, educação, transporte, segurança pública) e na melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados (Vale S.A., 2012b: 250). Na prática, o que aconteceu foi que a privatização resultou em um processo no qual a Vale passou a ocupar um espaço crescente na provisão de serviços públicos localmente, como analisaremos com detalhe nos próximos capítulos.

O dia do leilão da primeira etapa de privatização da CVRD foi conturbado e manifestantes protestaram em frente à bolsa de valores do Rio de Janeiro. A partir daquele dia, a Vale seria administrada pelo Consórcio Brasil (liderado pela Companhia Siderúrgica Nacional e formado por empresas públicas e privadas com forte composição de fundos de pensão nacional) que venceu o leilão e depois passou a chamar-se Valepar (sociedade controladora da

corporação até hoje). A compra foi financiada por subsídio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e fixada no valor aproximado de 1 mil milhão de dólares americanos¹¹ (Vale S.A., 2012b: 250). Pouco depois da privatização, houve uma reorganização societária na Valepar que passou a agregar também o BNDESPar (braço do banco que administra a sua participação em empresas). Como parte do acordo, o governo federal passou a controlar *golden shares*, uma classe especial de ação preferencial da Vale, e “com isso, estaria garantido ao presidente da República o poder de veto sobre questões específicas relacionadas aos objetivos da Companhia (...) [e] quaisquer modificações nos direitos atribuídos às ações que compõem o capital social da CVRD ou sua própria liquidação” (Vale S.A., 2012b: 253). Além disso, os trabalhadores puderam aplicar através do fundo de garantia parte dos seus recursos no fundo na Vale. Na visão publicitada pela Vale, isso fazia com que a corporação se tornasse “em todos os sentidos, um patrimônio dos brasileiros” (Vale S.A., 2012b: 281).

Neste processo de privatização a Vale simulou uma grande desvalorização dos seus ativos de capital e é atualmente plenamente reconhecido que o seu valor de venda foi enormemente subestimado frente às reservas minerais e ativos da corporação que, nos anos seguintes à privatização, teve seu valor de mercado multiplicado em algumas vezes (AIAV, 2013). Já no final de 1997, a corporação teve um lucro recorde marcado por um aumento de 46% em relação ao do ano anterior. Em 1998, o lucro seria de 315 milhões de dólares americanos¹² (Vale S.A., 2012b: 255). A corporação enaltece essa história:

Entre 1997 e 2001, o lucro líquido da Vale cresceu à taxa média anual de 41,7%. Esses resultados mostrariam que a Companhia, durante esse período, saberia superar as crises dos mercados internacionais e também conseguiria crescer após um dos acontecimentos mais importantes de sua história: a privatização de 1997. (Vale S.A., 2012b: 250)

Não obstante, para muitos/as brasileiros/as esse sucesso era sinônimo de revolta e alienação do patrimônio público via um processo de privatização nitidamente fraudulento. Em 2010, uma revista brasileira dizia que “o lucro da mineradora em apenas três meses costuma ser superior ao valor desembolsado pelo consórcio formado (...) para arrematá-la” (Sandrini, 2010). A indignação resultou na realização de um plebiscito pela reestatização da Vale em 2007

¹¹ Valor original: 3,34 mil milhões de reais.

¹² Valor original: 1,02 mil milhão de reais

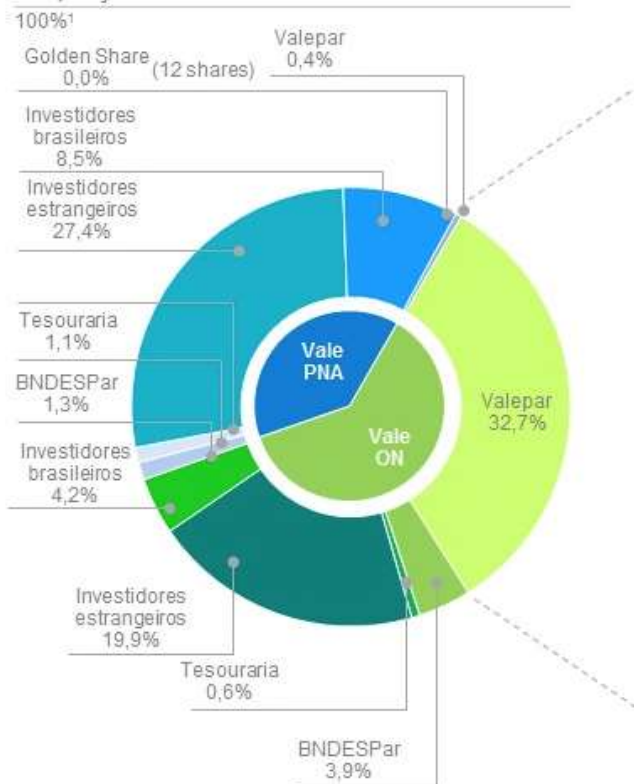
que contou com 3,7 milhões de assinaturas (Hashizume e Thenório, 2007). Além disso, as mais de 100 ações populares existentes contra esse processo de privatização refletem a enormidade e a extensão das violências perpetuadas (AIAV, 2013). Ao contrário do que se faz querer crer por rotulações arbitrárias, os opositores da privatização eram provenientes de um amplo espectro político. Eliezer Batista, homenageado através do projeto S11D que leva seu nome, foi uma das figuras contrárias à privatização: “[ele] defende que a Vale, além de buscar o lucro, sirva de instrumento para o desenvolvimento do Brasil. Mas ele vai além e não esconde sua convicção de que a decisão do governo Fernando Henrique Cardoso de vender a mineradora teria sido equivocada” (Sandrini, 2010).

Atualmente, a Vale é uma corporação de capital aberto negociado nas principais bolsas de valor do mundo. Apesar de mudanças recentes na sua composição acionária, continua ainda sendo controlada pela Valepar, *holding* controladora que é composta por capital majoritariamente brasileiro. Por isso, apesar da complexidade da composição acionária da Vale, pode-se concluir que esta é uma corporação global, mas que é composta por capital majoritariamente brasileiro. O fato de a Valepar exercer influência significativa sobre a Vale e o governo brasileiro deter certos direitos de veto são referenciados enquanto fatores de risco relacionados à corporação (Vale S.A., 2017e). Na prática, a empresa é controlada principalmente pelos interesses dos fundos de pensão brasileiros, pelo governo brasileiro e pelos seus principais sócios privados, o Bradesco e a japonesa Mitsui (Figura 3).

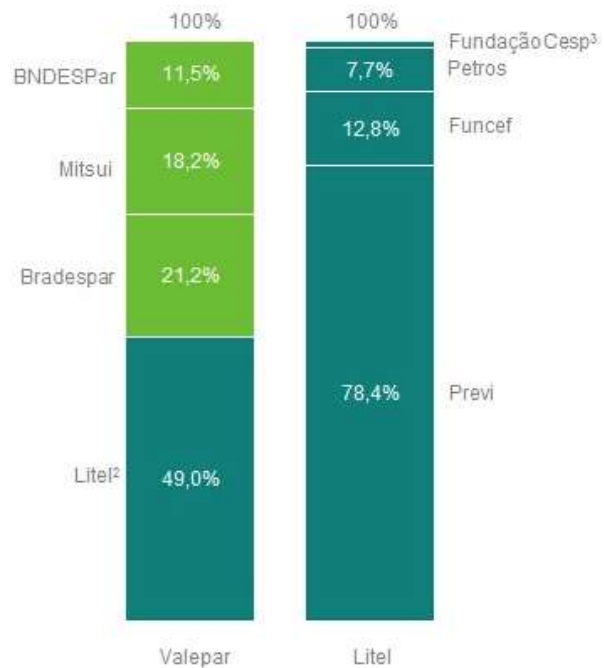
Figura 3: Composição acionária da Vale em fevereiro de 2017

Capital total da Vale, 28 de fevereiro de 2017

Composição acionária da Vale



Composição acionária ON da Valepar⁴



¹ Vale ON = 3,217,188,402 ações, Vale PNA = 2,027,127,718 ações, Total = 5,244,316,120 ações

² Cada membro é um fundo brasileiro de pensão

³ Percentual da Fundação Cesp é de 1.1%

⁴ Baseado em informação disponível no Form 20-F da Vale

Fonte: Vale S.A. (2017h)

O novo acordo de acionistas de 2017 prevê a extinção da Valepar que será integralmente incorporada pela Vale com o objetivo de transformar a corporação em uma sociedade sem controle definido. O ex-CEO Murilo Ferreira declarou que se trata de uma oportunidade histórica para a Vale, com potencial de ser tão importante como foi a privatização há 20 anos. Tornar a Vale uma empresa com controle difuso como são as anglo-australianas BHP Billiton e Rio Tinto, suas duas maiores concorrentes, é torná-la uma *true corporation* (maneira como se designa empresas com estruturas societárias sem controle definido). Para os analistas otimistas, os principais benefícios do novo acordo para a Vale são representados pelo slogan uma “Vale sem dono e sem Brasília¹³” (Romero, 2017), já que a sua transformação em uma corporação sem controle definido diminuirá possíveis ingerências políticas. Nada foi dito, no entanto, sobre quais os efeitos imediatos dessa mudança para as populações que são atingidas pelas atividades da empresa. O novo acordo se enquadra na tendência do capital internacional de laços cada vez mais diluídos entre os donos do capital e a conduta das empresas. Com cada vez menos pessoalidade, o vínculo direto do aparato de governação corporativa (regido pelos mais elevados padrões ditados pela liderança da Bolsa de Nova Iorque) com os contextos sociopolíticos locais é enfraquecido e a conflitualidade socioambiental potencialmente acentuada.

Em suma, através destes detalhes históricos, é possível entender como a corporação emergiu como ator privado a partir de um processo de privatização inserido no âmbito da adoção de políticas neoliberais no Brasil. Este processo, conflituoso desde a sua origem, foi essencial para a constituição da cultura corporativa atual da Vale que, apesar de ser uma multinacional, é marcada por centralização corporativa, poucas políticas de extensão global e fortes vínculos com o governo brasileiro. Estes fatores caracterizaram a sua forma de inserção internacional nos últimos anos que será analisada na próxima secção.

¹³ Brasília é a capital do Brasil. Nesta visão portanto, o processo, tornará a CMN independente do governo brasileiro.

O processo de internacionalização “de Itabira para o Mundo”¹⁴

A privatização da Vale teve consequências decisivas no terceiro fator para a compreensão da sua atuação conflituosa: o processo de internacionalização dos seus negócios que começou a partir do início dos anos 2000. Mas, é importante contextualizar a internacionalização da Vale como um fenômeno inserido no processo de intensificação da internacionalização de empresas brasileiras (Fleury e Fleury, 2011) e das empresas de economias emergentes em âmbito global (Goldstein, 2007; Williamson *et al.*, 2013). Entender a projeção das corporações brasileiras para fora é um eixo fundamental da compreensão da emergência do Brasil como potência emergente no sistema internacional e vice-versa (Garcia, 2011). Com as bases asseguradas por essas políticas de neoliberalização, o auge do processo de internacionalização foi nos anos 2000. Para se ter uma ideia da mudança de magnitude, “até 2003, investimentos brasileiros no exterior eram de aproximadamente 1 bilhão de dólares por ano, mas saltaram para 14 bilhões de dólares em média entre 2004 e 2007” (Garcia, 2011: 4). Em 2009, a Vale era uma das 14 empresas brasileiras em uma lista das 100 multinacionais provenientes de economias emergentes que de alguma forma conquistaram posições de liderança global (BCG, 2009). De maneira geral, há um reconhecimento de que a Vale é a corporação que liderou o processo de constituição do Brasil enquanto um jogador importante nos fluxos de Investimento Estrangeiro Direto a nível mundial (FDC e CPII, 2007; KPMG, 2008). Dessa forma, a Vale representa o fenômeno da projeção de corporações provenientes do Sul global que abalaram a tradicional lógica de investimentos Norte-Sul a nível global.

De facto, com a projeção mais marcante de CMNs dos chamados países emergentes, passam a configurar-se situações bastante inusitadas como o caso da entrada da Vale no Canadá após a aquisição da canadense *International Nickel Company of Canada* (Inco) que inverte completamente a lógica tradicional de investimentos Norte-Sul (corporações do Norte operando/investindo em países do Sul global). Além disso, há também a emergência da projeção de CMNs de países emergentes em países do Sul global, como é o caso da Vale em Moçambique, que constituem uma lógica de investimentos Sul-Sul (Aykut e Goldstein, 2007) geralmente apresentada ao público através do potencial de constituição de uma forma de

¹⁴ Título de uma secção do livro autobiográfico da história da Vale (Vale S.A., 2012b).

relacionamento mais horizontal e mutuamente benéfico. A importância dada à necessidade de construção de um consenso social em torno desta projeção, resulta na propagação de uma retórica alinhada ao entusiasmo dos princípios da cooperação Sul-Sul, que ressalta os potenciais benefícios tanto para a economia brasileira, quanto para as economias dos estados hospedeiros da internacionalização das empresas brasileiras (Garcia, 2011). Mas na prática, como mostra a conflitualidade associada à atuação da Vale no mundo, os investimentos Sul-Sul reproduzem muitos dos usuais padrões de opressão dos tradicionais investimentos Norte-Sul.

A primeira vez que a Vale passou a controlar uma empresa operacional no exterior foi em 1995 quando assumiu 65% das ações da Sociedade Europeia de Ligas para a Siderurgia (Vale S.A., 2012b: 238). Mas foi entre 2002 e 2006 que a Vale investiu forte na sua internacionalização (Vale S.A., 2017j). Depois de 3 anos da privatização, em 2000, as suas ações passaram a ser comercializadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE). Esse foi um marco importante no processo de internacionalização e representou o início da sujeição ao escrutínio e acompanhamento diário de sua performance, políticas e estratégias por investidores do mundo inteiro¹⁵. Em 2003 tornou-se a maior empresa privada da América Latina, entrou na China através de uma *joint venture* na produção de coque metalúrgico e etanol (Vale S.A., 2012b: 279) e fez aquisição de empresas de ferro-ligas de manganês na França e na Noruega (Vale S.A., 2012b: 303). Em 2005, a corporação obteve grau de investimento (capacidade de honrar seus débitos) pelas agências de classificação de risco (Moody's, Standard & Poor's e Dominion Bond) antes da economia do Brasil obtê-lo, o que reforça o argumento de que a Vale ocupou um papel de liderança na projeção do Brasil enquanto país emergente.

A porta de entrada da mineradora no continente africano foi Moçambique, onde a Vale obteve concessão de exploração da maior província carbonífera não explorada do mundo em 2004 (Vale S.A., 2012b). Além de Moçambique, a partir de 2010, também entrou na Zâmbia com o projeto de cobre Konkala North e na Guiné Conacri com o Projeto Simandou de exploração de minério de ferro¹⁶. Esse seria o maior projeto de ferro integrado com o complexo mina-ferrovia-

¹⁵ Um poderoso mecanismo de acompanhamento de performance é o *Relatório 20-F*, produzido anualmente pela Vale a partir de 2001 como exigência para empresas estrangeiras com ações negociadas nos EUA, que conta com um panorama dos seus negócios, resultados financeiros e operacionais.

¹⁶ No final dos anos 2000, a Vale também tinha prospecção mineral de cobre, cobalto e manganês no Congo, cobre e níquel em Angola, e carvão em manganês na África do Sul (Vale S.A., 2012b: 345).

porto (modelo desenvolvido no Brasil) do continente africano (Vale S.A., 2012b: 345). Não obstante, a Vale vendeu sua participação no projeto após a *joint venture* da qual fazia parte ter sido acusada de corrupção para a obtenção de vantagens no processo de concessão e o governo da Guiné Conacri ter revogado os direitos de exploração da mina.

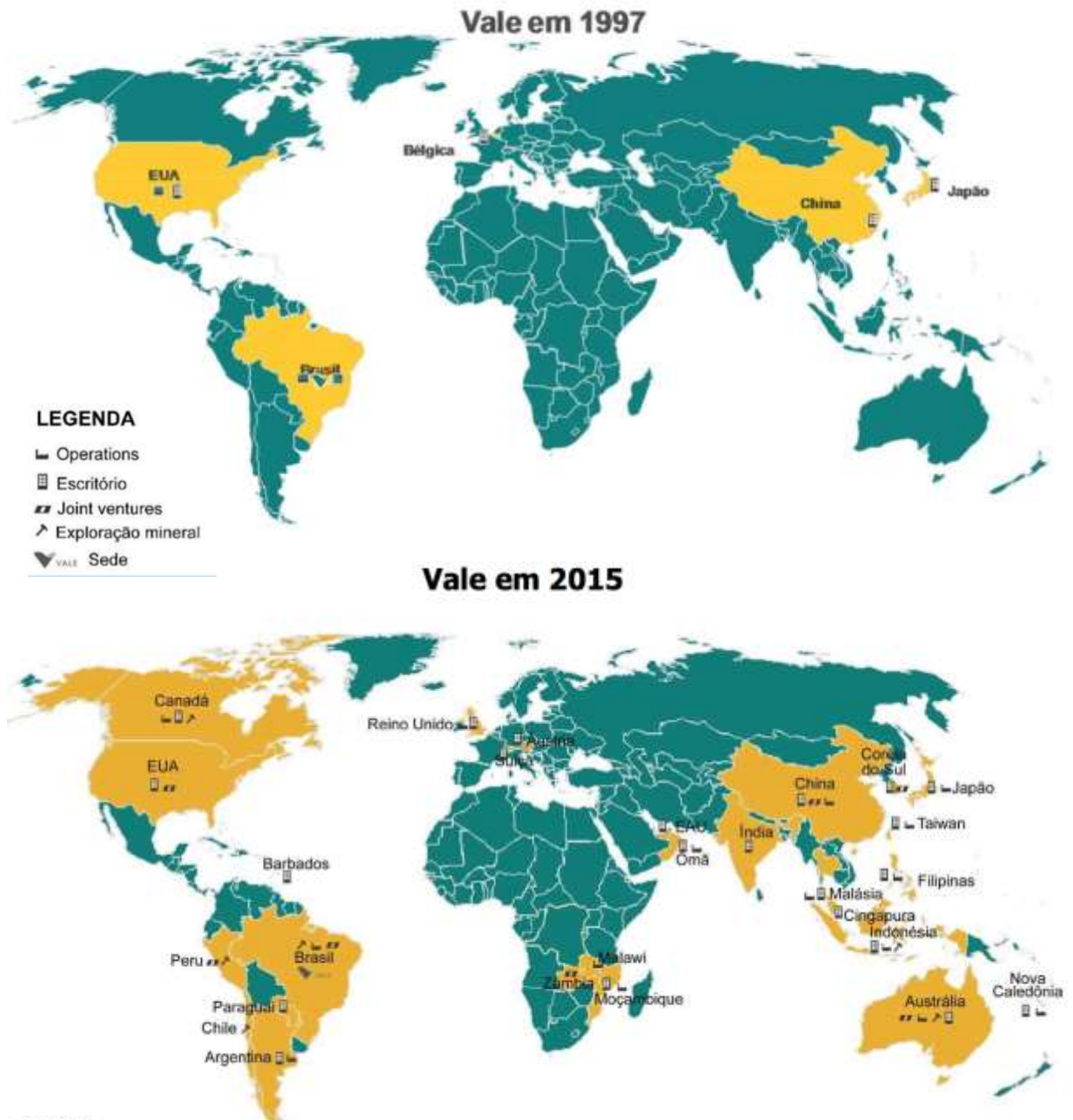
Em 2006, fez a aquisição da canadense Inco por 19 mil milhões de dólares americanos (Vale S.A., 2007: 10), a maior compra no mercado global de uma empresa latino-americana até então. A Inco era a segunda maior produtora de níquel do mundo, detinha as maiores reservas mundiais do minério e estava presente na Indonésia, Reino Unido, Coreia do Sul, Taiwan, Japão e Nova Caledónia, todas operações herdadas pela Vale. A aquisição deu origem a uma subsidiária integral da Vale com sede em Toronto responsável pelo gerenciamento das operações de metais básicos da Vale: a CVRD Inco Ltda. que, após a mudança de marca da CVRD, passou a ser a Vale Canada Limited (Vale S.A., 2012b: 291). Foi depois da aquisição da Inco que a Vale se tornou a segunda maior empresa de mineração em termos de valor de mercado do mundo (Vale S.A., 2012b: 330), atrás apenas da anglo-australiana BHP Billiton.

Com a ampliação de atuação geográfica e a diversificação enquanto líder global não só em minério de ferro, mas também agora a segunda maior produtora de níquel do mundo, a incorporação da Inco é reconhecida como responsável por tornar a Vale uma empresa global e por marcar definitivamente o processo de internacionalização da CMN (Vale S.A., 2012b: 303). A consolidação desse processo começa a determinar também mudanças culturais na corporação (Vale S.A., 2012b: 291). De fato, a entrada no Canadá e o processo de internacionalização incentivaram o desenvolvimento de uma marca internacional para a corporação que, em 2007, de Companhia Vale do Rio Doce passou a ser apenas Vale. Nas palavras da Vale, “as razões para a modificação poderiam estar resumidas em uma só palavra: globalização. Vale é uma palavra facilmente lida no mundo inteiro, e, desde 2006, quando adquiriu a canadense Inco, a empresa ganhava o mundo” (Vale S.A., 2012b: 335). Além do nome, foi também desenvolvido um novo logo que permanece até hoje. O desenho é uma letra V em verde e amarelo que representa uma cava de mina e/ou um coração. Foi feito com o intuito de uniformizar e reforçar a imagem da Vale enquanto empresa global, moderna, plural e única (Vale S.A., 2012b: 335). Sendo assim,

a mudança da marca consolida a transformação da CVRD em Vale, bem como a afirmação da presença global da corporação.

Concomitantemente à mudança de marca, a Vale entra na Austrália em 2007, o seu principal país concorrente no fornecimento de minério de ferro para o mercado asiático, através da aquisição de uma mineradora de carvão e da constituição da Vale Austrália. Além disso, entra também em Omã em 2008 com a implantação do centro de distribuição e pelletização. Dada a qualidade das siderúrgicas da região e da localização do país próximo de clientes na Ásia e no Oriente Médio (Vale S.A., 2012b: 342), a parceria com Omã era muito estratégica para a corporação. Em suma, a Vale é hoje uma corporação com alto grau de internacionalização, fruto de um processo recente que se deu já enquanto corporação privada como pode-se notar através da Figura 4 que apresenta uma visão comparativa da presença da CMN no mundo em 1997 e em 2015. A intensidade do processo de internacionalização fez com que a Vale passasse a atuar em todos os continentes com casos de conflitualidade em lugares tão diversos quanto a Nova Caledônia (Levacher, 2017), Moçambique e Canadá.

Figura 4: Mapa de internacionalização da Vale



Fonte: Vale S.A. (2017e: 140)

2.3. Governação corporativa

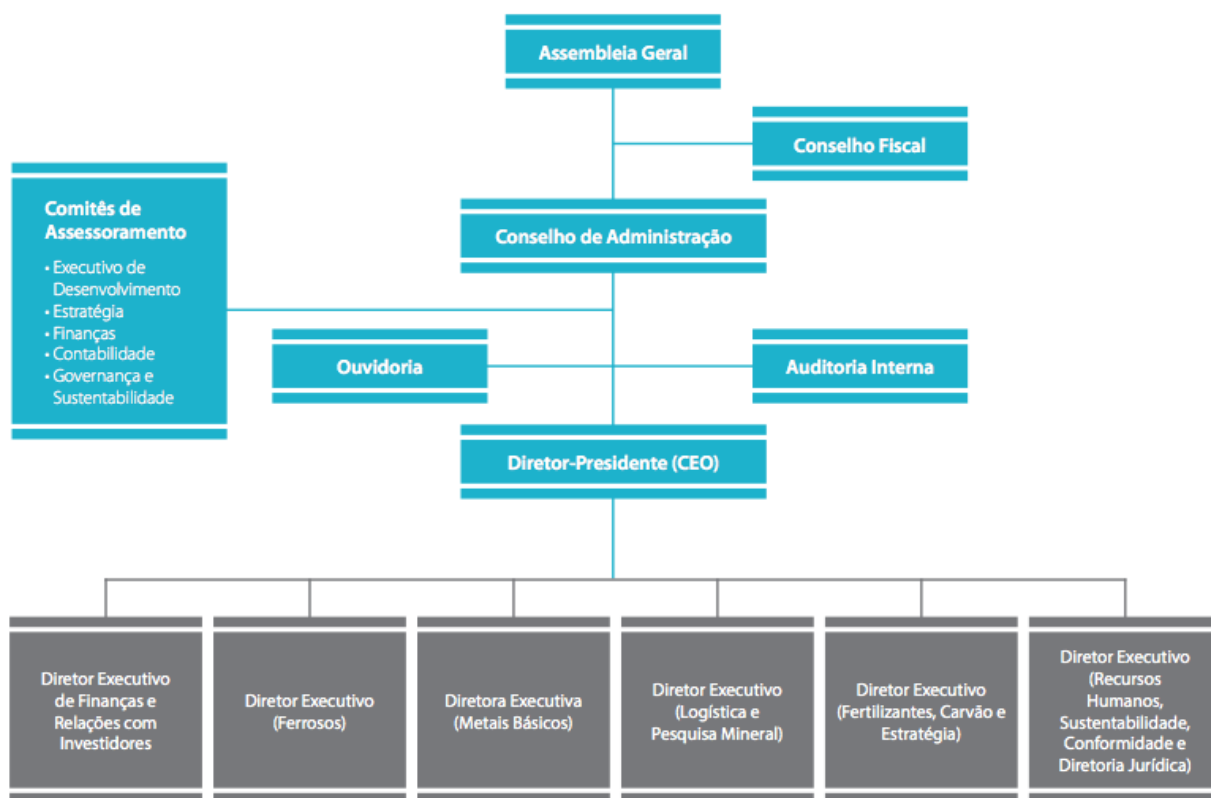
Como reger a eventual separação entre propriedade e gestão empresarial e definir o que é melhor para a corporação independente dos conflitos entre donos e gestores do capital? Estas são as problemáticas gerais que impulsionaram o desenvolvimento do sistema de governação corporativa contemporâneo. A governação corporativa na sua dimensão formal e técnica é um sistema que visa gerir conflitos entre partes interessadas e é composta por práticas desenhadas para alinhar o interesse dos/as envolvidos/as na complexidade das organizações empresariais. Na teoria é um conjunto de mecanismos de incentivo e monitoramento no qual os interesses da empresa estão acima de quaisquer interesses individuais (Morck e Steier, 2007).

Por possuir até o momento uma sociedade controladora, a Vale está teoricamente menos sujeita a conflitos de interesse do que corporações de capital totalmente pulverizado. Até que a mudança no seu modelo de governação seja completamente efetivada (a transição está prevista para acontecer gradualmente até 2020), os donos majoritários do capital são também os principais gestores da corporação (a Valepar elege mais de 80% dos membros do Conselho de Administração). A estrutura de governação corporativa da Vale se aproxima do modelo anglo-americano no que diz respeito à priorização do interesse dos acionistas frente a outros atores como trabalhadores e comunidades (Aras e Crowther, 2010: 269).

O Conselho de Administração é o órgão máximo na estrutura de governação corporativa da Vale e é responsável por eleger os diretores executivos e definir as políticas gerais da corporação (Vale S.A., 2017i). O Diretor-Presidente (CEO) é responsável pela interface entre o Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva que, por sua vez, executa as estratégias de negócio, políticas e metas da corporação fixadas pelo Conselho de Administração (Figura 5). A gestão de Roger Agnelli como CEO foi marcada por centralização corporativa, “estilo agressivo e o plano de diversificar as áreas de atuação” (Vale S.A., 2012b: 257). Esse estilo gerou muita polêmica e demonstrações de desacordo por parte de segmentos da sociedade civil (durante o período de pesquisa de campo, frequentemente as reclamações à CMN eram personalizadas na figura dele) e, a partir de dado momento, do governo, o que levou à sua saída da CMN. O substituto foi Murilo Ferreira (2011-2017) que implementou um processo

de descentralização na governação corporativa interna e deu maior autonomia para as áreas operacionais. Na sua gestão, áreas como as de recursos humanos e relacionamento com comunidades foram incorporadas nas áreas operacionais e descentralizadas para as pontas. O objetivo era resolver os problemas que ocorriam devido à centralidade excessiva da corporação, particularmente uma desconexão entre as áreas de operação voltadas exclusivamente para a agenda de produção e as demais áreas (CMn-Br-2). Assim, esta discussão é particularmente importante para compreender questões ligadas ao funcionamento das áreas de sustentabilidade e da atuação social da corporação.

Figura 5: Estrutura de governação corporativa da Vale



Fonte: Vale S.A. (2017a).

Como parte do processo de reestruturação na gestão de Murilo Ferreira, entre 2011 e 2012, a Diretoria de Relações com Comunidade foi extinta e as equipes de relacionamento com comunidades foram absorvidas pelas áreas operacionais. Assim, o que era uma estrutura

corporativa virou uma espécie de sub-área dentro da área operacional de cada unidade (CMn-Br-3). A partir desse momento, o modelo de operação social passa a ser concebido de forma integrada com todo o ciclo de vida do negócio da mineração (pesquisa, desenvolvimento, exploração, operação e fechamento) (Vale S.A., 2016a). Este formato é chamado de *Modelo de Governança de Issues e Stakeholders* e tem o intuito de aglutinar, a partir de uma base territorial, diferentes projetos e operações para o tratamento de questões sociais (*Business and Human Rights Resource Centre*, 2017). No nível corporativo, há uma gerência executiva normativa e ambiental responsável pela área de atuação social da Vale no Brasil e, de maneira muito menos consistente, no mundo. No Brasil, essa área é responsável por dar apoio técnico e normativo às equipes, agora territorialmente constituídas, de relacionamento com comunidades dos sistemas Norte e Sul (CMn-Br-3).

Esse modelo de governação é formado por quatro processos: gestão de demandas da comunidade, questões críticas, matriz de *stakeholders* estratégicos e dispêndios sociais associados. Entre as principais ferramentas para sua implementação estão a ferramenta *Stakeholders, Demandas and Issues (SDI)* e os estudos socioeconômicos e diagnósticos socioambientais (*Business and Human Rights Resource Centre*, 2017). Esses estudos são diagnósticos integrados que contém informações sobre território, população e impactos de determinado empreendimento e são usados para subsidiar a definição de ações sociais (Vale S.A., 2014c: 5).

Os diagnósticos socioambientais conduzidos pela Fundação Vale permitem observar antecipadamente os impactos das operações futuras da Vale sobre as comunidades. O *Diagnóstico Integrado da Socioeconomia do Sudeste do Pará*, por exemplo, apresentou projeções econômicas, demográficas e relativas à demanda de serviços e de infraestrutura pública, identificando que a região precisará de investimentos significativos para sanar deficiências e preparar o território para o crescimento econômico planejado de 18% ao ano. (Vale S.A., 2012b: 316)

Já o SDI é um sistema de gestão padronizado que funciona *off-line* e é usado para gerir as manifestações de comunidades impactadas pela Vale a partir da sistematização de informações e demandas. O programa é composto por 7 módulos (Figura 6) e as informações inseridas formam um banco de dados integrado usado para detectar e corrigir desvios de padrão de conduta da CMN e também para alimentar estratégias de operação e estatísticas para documentos públicos de divulgação de informação como o Relatório de Sustentabilidade.

Os principais fornecedores de dados para o SDI são os analistas de relacionamento com comunidades, que estão na base da hierarquia de funcionários da Vale e são a interface da corporação no recebimento das demandas das comunidades. Estas ferramentas são típicas da biopolítica, já que funcionam como forma de administrar e controlar processos de suporte da vida das populações como educação e emprego nos contextos operacionais. Além disso, são meios para transformar os dados em estatísticas que servem para legitimar a mineradora na sua transcrição pública enquanto agente de desenvolvimento de territórios.

Figura 6: Plataforma da ferramenta *Stakeholders, Demandas e Issues* (SDI) para registro de informações

VALE SDI Stakeholders, Demandas e Issues
Versão 7.0

Bem vindo(a), Fabio Hanan | Instruções

Sincronizar OFFLINE

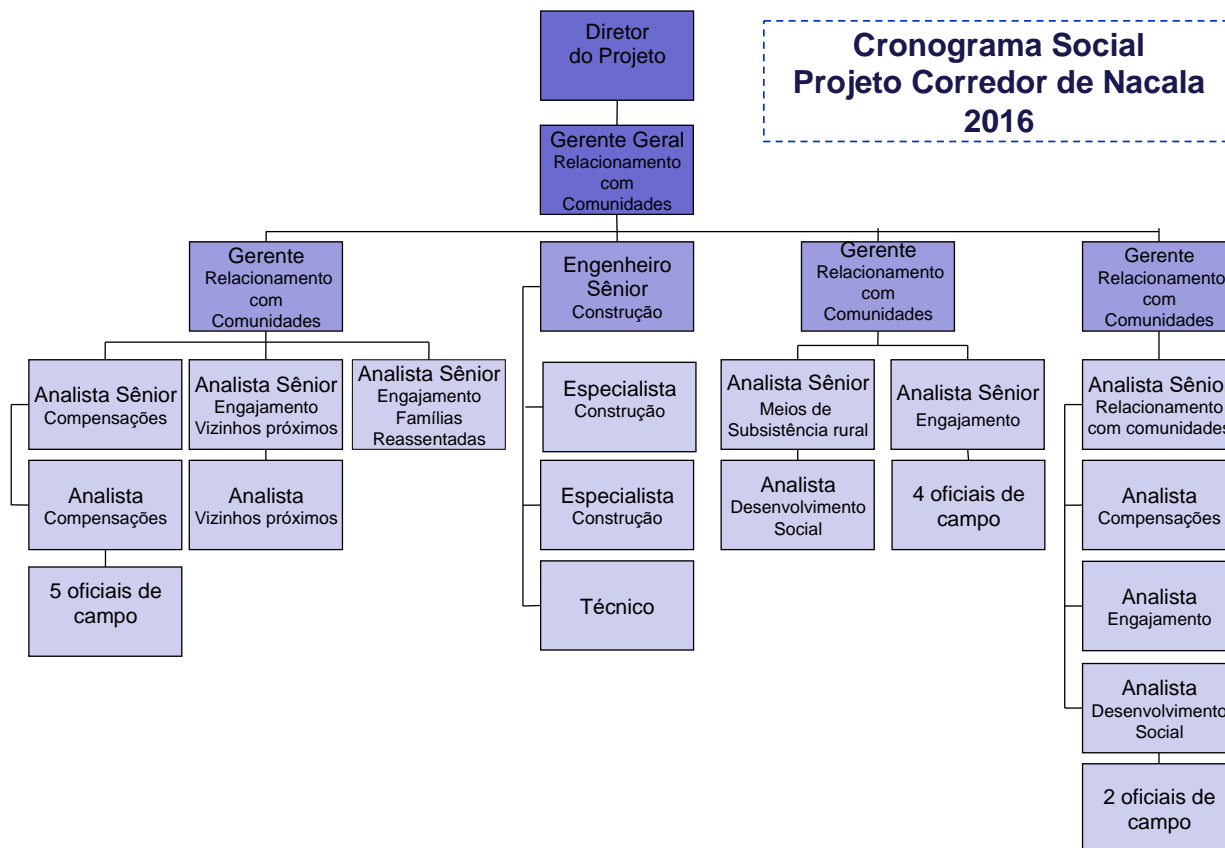
Painel Saneamento

Stakeholders	Demandas	Questões Críticas	Plano de Comunidades Críticas	Planej. de Visitas	Interdições/ Neutralizações	Relatórios
Ponto Focal	Todas	Todas	Todas	Todas	Todas	Plano de Comunidade Crítica e Questões Críticas
Comunidade	Demandas a Vencer	Novo Registro	Novo Registro	Próximas	Novo Registro	Stakeholders para Projetos
Instituição	Demandas Vencidas			Realizadas		Ficha de Demandas
	Novo Registro			Vencidas		Percentual de Demandas Atrasadas
				Novo Registro		Relação de Demandas e Visitas
						Distribuição de Demandas
						Vol. de Demandas por Criticidade
						Volume de Demandas
						Volume de Visitas

Fonte: Vale S.A. (2016a)

Desde 2011-12, a Vale também investiu em primarizar as equipes de relacionamento com comunidades e colocá-las na ponta. Isso faz com que, por exemplo, o analista de relações com comunidade de Marabá (Pará) more em Marabá para vivenciar de perto a realidade do local. Dessa forma, parte do trabalho que costumava ser feito por empresas de consultoria contratadas passou a ser feito por equipes primárias da Vale (CMn-Br-2). A tendência pode ser observada não só no Brasil, como em outros contextos também. Em Moçambique, por exemplo, a Vale optou por montar uma equipe própria para a área social de relacionamento com comunidades no Corredor de Nacala (ferrovia) (Figura 7) que exerce tarefas semelhantes às que, no caso dos reassentamentos de Moatize de 2009-2010, foram delegadas para empresas de consultoria. De fato, esta 'terceirização da ação social' (CMn-Br-3) está na raiz de muitos dos problemas que a CMN enfrentou em Moçambique, já que gerou uma desconexão e distanciamento da responsabilização da CMN perante o relacionamento social junto à população atingida. Para padronizar a atuação destas equipes próprias compostas por profissionais de formação heterogênea, a empresa alega fazer capacitação teórica, prática e *coaching* de campo organizadas pelo nível corporativo da atuação social (CMn-Br-3). Não obstante, as capacitações fora do Brasil são ainda muito pouco frequentes.

Figura 7: Cronograma social do corredor de Nacala



Fonte: Adaptação feita pela autora de um documento interno da CMN (anônimização dos nomes dos/as ocupantes da função).

Também como parte do processo de gestão da atuação social, houve em 2014 a inclusão de questões sociais das unidades operacionais no processo de *Key Performance Indicator* (KPI) de Sustentabilidade que tem abrangência global. Os KPI, ou Indicadores-Chave de Desempenho, fazem parte de um programa de remuneração variável que é uma política de reconhecimento financeiro para os empregados da Vale. O objetivo é incentivar a melhoria de indicadores/metras fixadas de desempenho econômico-financeiro, a excelência operacional e de sustentabilidade (Vale S.A, 2017a). Os indicadores incluem questões consideradas críticas como, por exemplo, a redução de tempo em ferrovias através da meta de “aumentar o número de neutralizações em relação ao número de ameaças de paragens” que visa fazer frente à

estratégia comum de protesto social nos trilhos da ferrovia que eventualmente levam a interrupções na circulação do minério. Neste caso, neutralizações significam o impedimento/prevenção de tais protestos (Vale S.A., 2016a).

A corporação alega que essa visão unificada para as questões críticas que o modelo proporciona traz benefícios no tratamento de temas de relações com comunidades, meio ambiente e aspectos institucionais. Nas palavras da CMN, o modelo “fornece informações estruturadas para a tomada de decisões que permitam a mitigação dos impactos e a promoção de boas relações com as partes interessadas, como as comunidades locais, os governos, as ONGs e outras instituições” (Vale S.A., 2014c: 5). Na opinião de uma funcionária da Vale, a mudança foi muito positiva e esse é o melhor modelo disponível no mercado, já que gera capilaridade e evita uma separação artificial entre as operações e a gestão dos impactos por elas causadas. Para ela, os principais desafios estão na implementação, uma vez que os/as interlocutores/as aos quais os/as analistas estão ligados/as estruturalmente não têm necessariamente experiência técnica na área social, o que eventualmente gera um choque de percepções (CMN-Br-3). É importante mencionar ainda um ponto crucial para a discussão: este modelo de governação da área de relacionamento social é válido apenas ao nível da atuação social da Vale no Brasil, apesar de uma versão semelhante também ter sido implementada em Moçambique a partir de 2013 (Vale S.A., 2014c). Essa falta de uniformidade no modelo usado é um indício importante das diferenças significativas na atuação social da Vale entre as suas diferentes operações.

As ferramentas usadas para a operacionalização desta estratégia corporativa formal para a área social visa administrar a população e os impactos causados a partir de uma perspectiva de viabilizar o controle da vida que é típica da biopolítica e da racionalidade da governamentalidade. Isso fica muito evidente na maneira como se designa no jargão da indústria extrativa o sistema de gestão social e/ou de riscos de impactos: arquitetura de controle social (Triple R Alliance, 2012). Ou seja, o controle dos impactos é feito através do controle da vida da população. Ferramentas do modelo de gestão social da CMN como os diagnósticos socioeconômicos integrados transformam a vida das populações dos arredores operacionais em estatísticas para legitimar a gestão de impactos dos seus projetos. Para a

indústria, um bom arranjo de arquitetura social prevê uma explicação clara e coerente de como visão, política, requerimentos e orientações temáticas, implementação, garantia e competências da equipe estão interconectados dentro da CMN (Triple R Alliance, 2012). Na sequência, a forma de gestão social da Vale será analisada a partir de uma comparação com as referências de padrões de boa conduta da indústria extrativa.

Arquitetura de controle social

No círculo da bibliografia que informa a indústria sobre as soluções que os grandes empreendimentos deveriam implementar perante os impactos gerados – produzida principalmente pelas Escolas de Negócio, associações de indústrias e OIs como o Banco Mundial –, o processo de gestão dos aspectos sociais deve incluir a avaliação de impactos sociais. Os mecanismos de avaliação de impactos sociais foram desenvolvidos principalmente como resposta a demandas e requerimentos regulatórios formais de múltiplas jurisdições – do Banco Mundial a legislações nacionais. No entanto, ao longo do tempo foi também sendo reforçada a necessidade de sua efetividade não só enquanto cumprimento compulsório destas múltiplas regulações, mas também, perante a ausência delas, como um mecanismo de resposta proativa aos impactos gerados (Esteves et al., 2012). A análise, o monitoramento e a gestão dos chamados riscos sociais são desenvolvidos não apenas como garantia do ganho da licença compulsória de viabilização do projeto, mas também de uma licença social de operação (Vanclay et al., 2015). A licença social de operação diz respeito ao reconhecimento sobre a influência que a sociedade pode ter em relação à capacidade do proponente de executar o projeto para além das licenças ambientais legais emitidas pelos governos dos estados hospedeiros (Evans e Kemp, 2011). Neste sentido, o conceito de licença social de operação foi apresentado ao público pela Vale através do Relatório Anual de 2005, no qual “riscos e impactos associados ao negócio são identificados e apresentados à comunidade a fim ‘de propiciar a reflexão e o entendimento destes e avaliar sua repercussão junto à população local’, a exemplo do que acontece na concessão das licenças ambientais” (Vale S.A., 2012b: 314).

Um dos padrões internacionais que informam o desenvolvimento das soluções perante os impactos gerados é o de responsabilidade social corporativa. O modelo sugerido às multinacionais é uma compreensão da RSC enquanto gestão de risco (Ruggie e Kytte, 2005). O

reconhecimento da importância dos aspectos sociais enquanto propulsionadores dos riscos de negócio é resultado da difusão dessa ideia de influência que as partes interessadas têm sobre o sucesso e os custos dos projetos. Além disso, atualmente, são amplamente reconhecidos os benefícios que os negócios têm com a implementação da avaliação e gestão dos impactos sociais: aumentam a certeza e os lucros (Goodland, 2012), reduzem a probabilidade de conflitos e constroem uma boa reputação corporativa.

A consultoria canadense *Triple R. Alliance*, especializada em relacionamentos comunidades-indústria extrativa, foi contratada pela mineradora Rio Tinto (2011) para fazer um exercício de *benchmarking* – comparação de melhores práticas – sobre a Performance Social e Comunitária (PSC)¹⁷ entre CMNs mineradoras. Foram analisadas sete corporações e uma CMN petrolífera (BG Group), entre as quais estavam todas as maiores mineradoras do mundo: Rio Tinto, BHP Billiton, Vale, Xstrata, AngloGold Ashanti, Barrick, Newmont e Anglo American (Triple R Alliance, 2012). O relatório mostra que, via de regra para todas as mineradoras, no nível operacional a performance deixa a desejar se comparada com aquilo que é declarado em documentos de sustentabilidade, políticas, diretrizes e formas de conduta. Em outras palavras, há uma distância entre o discurso – a transcrição pública – das corporações sobre gestão social e aquilo que elas fazem na prática. Além disso, apesar de apresentarem semelhanças importantes no que diz respeito aos padrões ligados à PSC e adesão a iniciativas de boa conduta internacional como o Pacto Global, as corporações diferem em relação ao nível de integração dessas questões nos seus modelos de negócio. As explicações para as diferenças estão ligadas a fatores que moldam a cultura corporativa de cada mineradora (Idem.).

Em relação à Vale, a percepção geral foi: “*unprepared, major gaps, limited leadership*” (Triple R Alliance, 2012: 3). Em comparação a todas as outras grandes mineradoras, a CMN foi caracterizada como muito atrasada no pensamento estratégico sobre PSC. Em uma listagem sobre a presença de documentos de normas de PSC baseada em informações disponíveis para o público, a Vale foi a única corporação que não possuía nenhum documento público em relação a termos chave como reassentamento/acesso a terra e análise social de risco.

¹⁷ O Relatório usa o conceito de *Community and Social Performance* (CSP) que parece ser uma evolução do conceito conhecido na bibliografia das Escolas de Negócio também como *Corporate Social Performance* (CSP), uma ferramenta desenvolvida para descrever o impacto das corporações nas esferas sociais. CSP está traduzido aqui como Performance Social e Comunitária (PSC).

Uma das principais componentes apresentadas pelo estudo diz respeito a uma tendência global de que laços comunitários e gestos filantrópicos não são mais suficientes e/ou adequados para garantir a licença social de operação. Ao invés de ações filantrópicas, se espera que as CMNs mineradoras apresentem políticas que visem a promoção da participação econômica das comunidades. A partir desta racionalidade, o principal mecanismo empregado enquanto meio para evitar conflitos entre empreendedor e comunidades atingidas é a promoção da participação destas últimas nos processos de tomada de decisão associados aos projetos (Hamann, 2003), bem como nos benefícios econômicos, mecanismos típicos da governamentalidade de promoção do empoderamento das populações atingidas através de políticas que visam o melhoramento social das mesmas. Dessa forma, o processo de condução da conduta se concretizaria através do estabelecimento de um posicionamento favorável aos projetos por parte dessas populações.

Para a consultoria, de todas as CMNs, a Vale é a que permanece mais filantrópica. A observação é de que nos relatórios anuais da CMN são enfatizados investimentos sociais e filantrópicos de maneira bastante desconectada com o negócio central da corporação. De fato, não só nos relatórios e na página eletrônica, mas em todos os encontros privados e públicos com a corporação, muita ênfase é dada aos investimentos feitos nas comunidades, como construção de escolas, e uma variedade imensa de programas sociais promovidos por investimentos da Vale ou da Fundação Vale relacionados à dimensão do ‘papel de governo’ da CMN (capítulo 4). Mas, nos últimos anos, a Vale tem aumentado a sua atuação na frente de promoção da participação das comunidades através, por exemplo, de investimentos sociais para a promoção do empreendedorismo local e negociação de acordos de compartilhamento de benefícios dos projetos com as populações atingidas. Não obstante, muito além dos exemplos práticos de atuação, o mais importante é que houve uma mudança no tom da transcrição pública da CMN como forma de se adequar às boas práticas da indústria extrativa. Estas práticas expressam uma vertente acentuada de governamentalidade através de mecanismos de promoção da inclusão e participação das populações atingidas.

Frases como “colaborar para o desenvolvimento humano das comunidades onde atua é uma das características da Vale” (Vale S.A., 2014d: 28), “a Vale se preocupa com o bem-estar

das pessoas” (Vale S.A., 2014d: 50), e “geração de valor baseada em relações de confiança com a comunidade e legado positivo” (Vale S.A., 2014f: 4) são abundantes nos documentos de sustentabilidade regionais e anuais da CMN. A demanda pela realização de relatórios de sustentabilidade anuais é resultado principalmente da articulação da mais importante organização global representativa da indústria da mineração na temática da sustentabilidade, o *International Council on Mining and Metals* (ICMM)¹⁸. De acordo com o ICMM, as corporações membros devem publicar relatórios, com esquema de verificação independente externa, sobre sua performance sustentável a partir das diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI). Esta, por sua vez, é uma organização sem fins lucrativos que desenvolve os principais padrões internacionais que compõem esses relatórios (Fonseca *et al.*, 2014). A Vale produz relatórios de sustentabilidade desde 2007 e os apresenta anualmente como a principal ferramenta de comunicação com o público em geral, um mecanismo de diálogo (Vale S.A., 2013b: 123) e de divulgação do progresso corporativo na direção da sustentabilidade socioambiental (Vale S.A., 2007: 2).

Na prática, os relatórios funcionam como o principal instrumento de transcrição pública das ações socioambientais da corporação, um poderoso mecanismo de propaganda e promoção de imagem corporativa. O relatório é uma tecnologia de governo através da qual a CMN passa também a governar à distância (Miller e Rose, 1990: 14), simultaneamente por meio de adequação a determinadas normas internacionais (além do GRI e do ICMM, o relatório é usado também pela CMN para mostrar como sua atuação está alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e com o Pacto Global) (Vale S.A., 2017a: 3) e, principalmente, na própria produção de padrões de boa conduta (de si e dos outros), dos desejos, aspirações, interesses e crenças comuns de desenvolvimento autônomo da população atingida. A maior parte dos dados que abastecem o relatório são produzidos pela própria CMN através do SDI que registra e cria indicadores, comparações e estatísticas das questões socioambientais (CMN-Br-3)

¹⁸ Em razão de disputa judicial com a Rio Tinto, que moveu uma ação contra a Vale acusando-a de conluio ilegal para apropriar-se de parte de seus ativos de ferro na Guiné Conacri, a Vale sai do ICMM em 2014 e volta a ser membro somente no final de 2017.

que servem também para municiar sua forma de administração dos territórios¹⁹, um esquema de regulação de populações típico do biopoder (Foucault, [1976] 1978: 140).

Apesar das mudanças significativas ocorridas desde 2011, algumas observações sobre a Vale feitas no *benchmarking* permanecem válidas. Mais relevante do que isso é o facto de que a lente de análise adotada no estudo reflete a racionalidade de vanguarda sobre performance social que informa a conduta ideal de CMNs mineradoras. Dessa forma, a partir de elementos do estudo apresenta-se uma tabela que coloca em perspectiva a performance social e comunitária da Vale com o que é considerado enquanto boa prática na indústria extrativa (Tabela 2). O objetivo é caracterizar e contextualizar as opções de gerenciamento social que vêm sendo adotadas pela CMN.

¹⁹ Uma vez que há controle, há suspeitas de manipulação de dados e informações (SoCiv-Mo-8; Pop-Ca-7).

Tabela 2: Exercício de caracterização da Performance Social e Comunitária (PSC) da CMN

Categories de análise	Vale S.A.	Referência de Boas Práticas Corporativa
Estrutura de governança e atuação social	<ul style="list-style-type: none"> • Sem cancelamento global (diferença entre países e operações) • Modelo de Governança e Issues e Stakeholders integrado ao ciclo de vida dos negócios 	<ul style="list-style-type: none"> • Modelo de cancelamento global com aplicabilidade em todas as subsidiárias a partir do respeito das práticas locais dos Estados hospedeiros • PSC integrado ao ciclo de vida dos negócios
Arquitetura de Controle	<ul style="list-style-type: none"> • Não há documentos públicos disponíveis sobre regras e diretrizes de atuação social • Visão ampla: Política de Sustentabilidade Global (2009 público); Normas de Sustentabilidade Global (2009 uso interno) • Documento sobre procedimentos normativos alinhados à Política de Sustentabilidade: Guia de Atuação Social (2016 uso interno de validade apenas no Brasil) • Informações dispersas e pouco acessíveis 	<ul style="list-style-type: none"> • Documentos públicos sobre normas de PSC • Explicação clara de como visão, política, requerimentos e orientações temáticas, implementação, garantia e competências da equipe estão interconectados
Sistema de gestão	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de gestão integrado, mas não suficientemente abrangente • Principais ferramentas de implantação: Stakeholders, Demandas e Issues (SDI), diálogo social, estudos e diagnósticos socioeconômicos, planos de relacionamento com comunidades e investimento social • Pouca orientação corporativa 	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema abrangente e integrado de gerenciamento de PSC • Necessidade de encontrar um equilíbrio entre pouca orientação e muita prescrição da área corporativa
Relacionamento entre centro corporativo e operações	<ul style="list-style-type: none"> • Nível corporativo focado em treinamento, desenvolvimento e política e padrões/normas de PSC (capacitações pontuais e mais frequentes no Brasil); • Relacionamento com área corporativa varia muito entre projetos e contextos de operação; • Pouca capacidade de PSC no nível corporativo: ênfase em controle/conformidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade alta de PSC no nível corporativo: definição clara de política e suporte às operações como um recurso corporativo
Filosofia de abordagem	<ul style="list-style-type: none"> • Referências públicas pontuais da filosofia em Relatórios de Sustentabilidade • Filosofia ligada a valores corporativos mais abrangentes de vida em primeiro lugar e responsabilidade econômica e ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> • Declaração pública do que está por trás da arquitetura de controle adotada • Filosofia explícita por trás da abordagem
Foco: conformidade/prevenção de risco Visão de longo prazo/maximização de valor	<ul style="list-style-type: none"> • Foco na prevenção de riscos baseada em uma abordagem de conformidade (objetivo de evitar eventos negativos) • Relatórios de Sustentabilidade enfatizam investimentos sociais e conquistas filantrópicas; • Índices de uma transição lenta observada mais a nível de discurso da filantropia para um modelo integrado na estratégia do negócio 	<ul style="list-style-type: none"> • Foco na criação de valor e impacto positivo de longo prazo que a presença da CMN pode gerar para as comunidades hospedeiras através de abordagens criativas • Ligação explícita entre benefícios econômicos para as comunidades e o negócio principal da corporação
Transparência	<ul style="list-style-type: none"> • Pouco transparente • Normas de uso interno deliberadamente não disponibilizadas para o público geral 	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilização da abordagem de PSC e da arquitetura de controle para o público geral

Fonte: Elaborado pela autora a partir do exercício de benchmarking da Triple R. Alliance (2012) e complementado por informações adicionais.

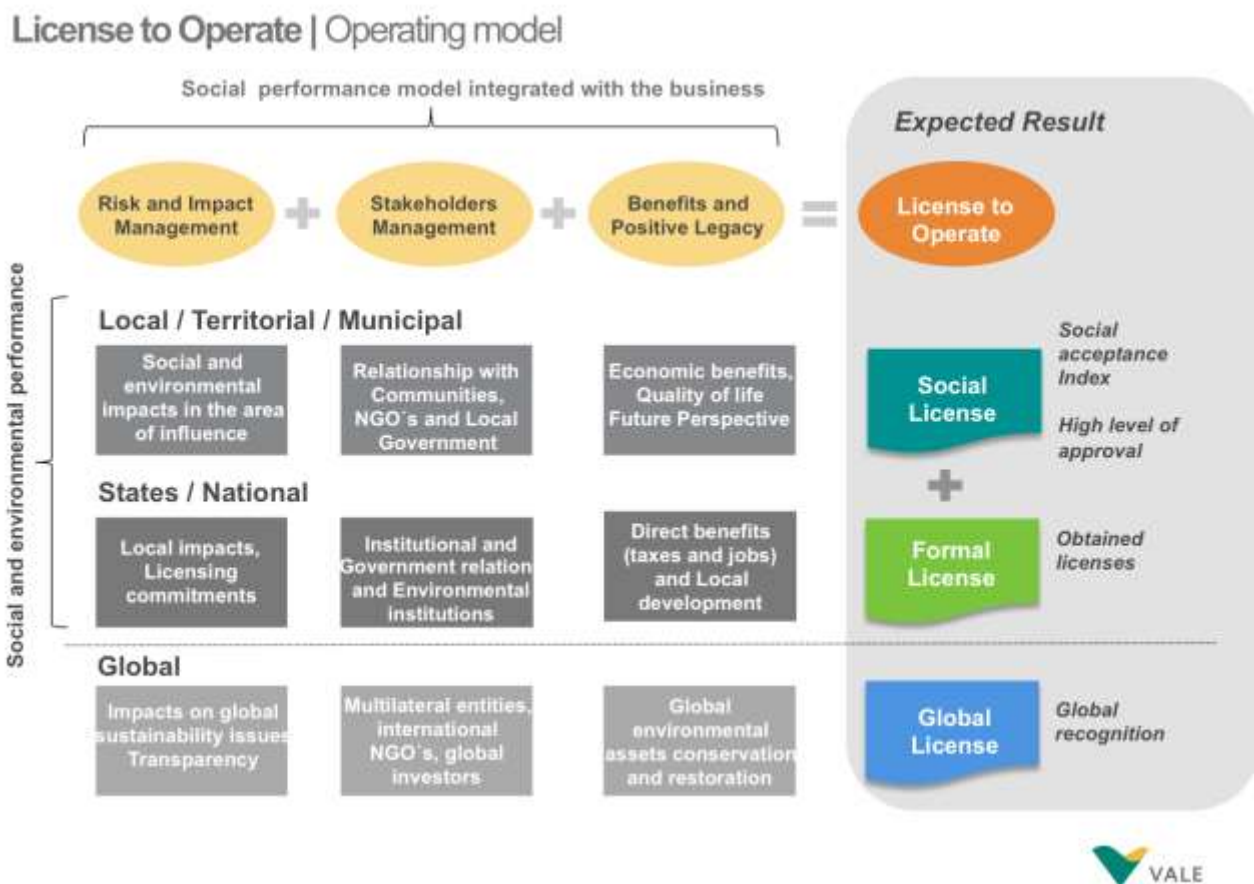
Dito isso, como essa racionalidade de boa conduta corporativa é produzida e colocada em circulação dentro da Vale? Retratar o funcionamento e as abordagens da área social da Vale é uma tarefa que se mostrou muito mais complicada do que se esperava. É muito comum o uso de diferentes nomes para referenciar funções/cargos semelhantes ocupados dentro da CMN (Zandvliet, 2012: 36), o que potencialmente aumenta a confusão. O processo de busca de informações revelou a pouca transparência e clareza da corporação frente à sua política social e, de maneira mais geral, à estrutura de governação da atuação social. Dessa forma, é possível dizer que a arquitetura de controle social é uma dimensão da governação social da Vale ainda largamente oculta ao grande público. Por exemplo, relatórios anuais e páginas eletrônicas falam de forma abrangente sobre temáticas como o relacionamento com populações indígenas, mas não fica claro para o público quais são ou se há regulamentos específicos para o tratamento de tais temáticas ao longo do ciclo de operação da CMN. Independente disso, uma análise sobre o discurso oficial da gestão social seria por razões óbvias insuficiente para entender a realidade dos conflitos a ela associados. É neste sentido que entende-se a importância da posição multi-situada (geográfica e epistêmica) discutida na introdução desta tese para a realização do mapeamento e análise da arquitetura de controle social da Vale: além de documentos públicos com informações bastante limitadas e dispersas, contou-se com a observação direta do que acontece na sede e nos diferentes contextos operacionais, entrevistas, entre as quais destaca-se aquelas com funcionários/as da área social da Vale e, por fim, uma apresentação sobre a performance social da CMN enviada por uma entrevistada e que não se encontra disponível *online*.

O principal documento público de políticas de PSC que compõe a arquitetura de controle social da Vale é a *Política de Desenvolvimento Sustentável Global*. Aprovada em 2009, tem caráter global válido para todas as subsidiárias e controladas e estabelece, a partir de uma visão geral, a ligação entre responsabilidade corporativa e sustentabilidade (Gomes, 2010: 42). Já as traduções dessa política em normas e diretrizes são documentos não públicos de uso interno, sendo os dois principais: *Normas de Sustentabilidade Global* e, dentro desse, o *Guia de Atuação Social*. Nas palavras da Vale, é neste normativo de sustentabilidade onde se “*establish decision rights, general rules and limits of authority associated with a macro process or issue*

that has relevance for the entire Valley” (Vale S.A., 2016a). O guia, lançado em 2016, é um capítulo dentro do normativo e define as diretrizes e os detalhes da atuação social da Vale, mas é válido apenas a nível nacional brasileiro e se desdobra em orientações e procedimentos específicos de como e o que fazer. Segundo uma funcionária da Vale, um exemplo é a gestão de dispêndios sociais: no documento está definido como o/a responsável pela atuação social deve fazer um orçamento de investimento social, como deve planejar, qual o escopo de atuação, o direcionamento técnico, a forma de execução e o monitoramento desse investimento (CMn-Br-3). Ou seja, o facto deste guia não ter aplicabilidade global implica que não há normativos internos para padronizar a atuação social corporativa a nível global e que cada subsidiária se comportará de maneira única.

A filosofia que ancora a arquitetura social da Vale a nível discursivo é que uma sustentabilidade integrada com o negócio principal da empresa garantirá a licença de operação (Vale S.A., 2016a). Dessa forma, as diretrizes de performance socioambiental da corporação são todas construídas para o resultado esperado de licença de operação. Segundo a CMN, esta última é subdivida entre licença social, licença formal e licença global, obtidas em níveis de análise distintos. No local/territorial/municipal obtém-se a licença social a partir da consideração dos impactos sociais e ambientais na área de influência, por meio de relacionamento com comunidades, ONGs e governos locais e com os benefícios esperados econômicos, de qualidade de vida e perspectiva futura. No estatal/nacional obtêm-se licenças formais a partir da consideração dos impactos locais e comitês de licenciamento por meio de relações institucionais com o governo e suas instituições ambientais, com os benefícios esperados diretos (taxas e empregos) e de desenvolvimento local. Por último, a licença global baseada no reconhecimento, é obtida no nível global a partir de considerações de transparência e impactos em questões de sustentabilidade global, por meio de agências multilaterais, ONGs internacionais e investidores globais com os benefícios esperados de conservação e restauração de ativos globais (Figura 8) (Vale S.A., 2016a).

Figura 8: Modelo de operação da agenda estratégica de performance social da Vale



Fonte: Vale S.A. (2016a).

A segmentarização dos níveis de análise no modelo proposto pela Vale mostra como a corporação ainda subestima a complexidade transescalar da temática. Em relação à licença social, por exemplo, há uma presença intensa de movimentos sociais de dimensão transnacional, além de uma forte influência de padrões normativos propostos por organizações internacionais como os padrões de performance da Corporação Financeira Internacional (IFC) – instituição multilateral pertencente ao Grupo Banco Mundial e voltada ao desenvolvimento do setor privado nos países em desenvolvimento – ou a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. Isso faz com que a licença social não diga respeito apenas a uma atuação a nível local, mas a um complexo emaranhado de coprodução transescalar. Populações, ONGs e movimentos sociais presentes no terreno estão bem informados sobre a existência de

normativos internacionais e envolvidos em muitas redes de aliança transnacional para lutar pelo direito dos/as atingidos/as perante a mineradora.

A conflitualidade emerge quando a corporação falha em obter a licença social de operação. No caso da Vale, a base do modelo de gestão de conflito é o recebimento e registro das demandas das comunidades pelos analistas de relacionamento via *software* SDI nos módulos “demandas” e “questões críticas” (Figura 6). Na teoria, estes registros são o principal aliado da Vale na técnica de prevenção de conflito, uma vez que permitiriam o adiantamento de soluções antes da deterioração da situação a partir de estatísticas da conduta da população atingida. Não obstante, quando a via preventiva fracassa e há conflitualidade, dois processos acontecem em paralelo: tentativas de negociação/diálogo direto com a comunidade feitas no terreno pelos analistas e a formação, no campo institucional e nas esferas de tomada de decisão, de um Comitê de Crise composto por profissionais da operação e do executivo que se reúnem em uma sala de crise para buscar uma resolução (CMn-Br-3).

As conclusões mais importantes desse exercício de caracterização da arquitetura de controle social da Vale realizado a partir de uma abordagem multi-situada são de que há falhas importantes na aplicabilidade, transparência e nos processos de verificação da estrutura de governação da atuação social da Vale que não tem – e no momento, nem pretende ter – alcance global e/ou transnacional. Os indícios levam a crer que a Vale vem ao longo dos últimos anos tentando colocar em prática a implementação de um modelo de vanguarda de boas práticas na indústria da mineração informado por uma racionalidade típica da governamentalidade, mas com muito pouca capacidade de coordenação e padronização, principalmente a nível global. O movimento para fazer com que a área social deixasse de ser uma área corporativa tinha o intuito de tornar a atuação social mais conectada com a vivência cotidiana da realidade das operações. Porém, dados os constrangimentos de ausências importantes nas políticas internas de padronização da conduta corporativa, esse modelo deu espaço para a existência de uma multiplicidade significativa de formas de atuação social. Essa falta de rigor somada às críticas que podem ser feitas aos modelos de gerenciamento social ideal, ou aquilo que é considerado enquanto boa prática na indústria extrativa de larga-escala que promove a exclusão através da participação via governamentalidade, é central para explicar

a emergência de uma alta incidência de conflitualidade socioambiental no relacionamento da CMN com comunidades atingidas.

Conclusão

Neste capítulo, em um primeiro momento, analisaram-se criticamente os fatores históricos, conjunturais e estruturais da trajetória da CMN que possibilitam um entendimento da Vale enquanto uma multinacional dos conflitos no Brasil e no mundo. Em um segundo momento, a performance socioambiental da Vale foi colocada em perspectiva com aquilo que é considerado enquanto boa prática na indústria extrativa. A falta de transparência e uniformidade no modelo de atuação social a nível global da CMN, mostra como, na prática, há a existência de “Vales” no plural que diferem substancialmente em relação à sua orientação corporativa para lidar com os impactos e conflitos socioambientais no Brasil e no mundo. E essas diferenças na própria estruturação da atuação social da Vale no Brasil e no mundo condicionam logo à partida os acontecimentos no terreno.

De maneira geral, há um grande descompasso entre a transcrição pública da CMN construída a partir da racionalidade da governamentalidade que informa os padrões de referência de boa conduta corporativa e a prática da CMN. A análise sobre como a governação é estruturada a partir da perspectiva corporativa é fundamental para contrastar a transcrição pública da CMN com a atuação e envolvimento prático da mesma nos novos espaços de governação que se constituem a partir da sua entrada em determinado contexto. O encontro entre a corporação e a economia política dos estados hospedeiros/sede do Brasil, Canadá e Moçambique é o objeto do próximo capítulo.

Capítulo 3 - Fabricando novos espaços de governação em Moçambique, Canadá e Brasil

About 3.5 billion people live in countries rich in oil, gas or minerals. With good governance and transparent management, the revenues from extractive industries can have an impact on reducing poverty and boosting shared prosperity, while respecting community needs and the environment. (World Bank, 2017)

Os recursos naturais têm um papel dominante na economia de pelo menos 81 países (Natural Resource Governance Institute, 2017). Devido ao seu enorme potencial de exportação e geração de receitas, a extração desses recursos é vista como uma possibilidade única de financiamento rápido do desenvolvimento econômico e da redução de pobreza principalmente, mas não exclusivamente, para os países do Sul global (Lisk *et al.*, 2013: 03). Os recursos são associados à geração de crescimento econômico, garantia de interesses de segurança nacional e até contribuições para a paz positiva entendida enquanto justiça social. Mas, a tradução desse potencial econômico em desenvolvimento social está condicionada a uma boa governação dos recursos. Já as dificuldades nessa tradução representam uma má governação dos recursos que é normalmente associada à fragilidade institucional e regulatória dos estados hospedeiros.

De acordo com o *Natural Resources Governance Institute*, a governação dos recursos são “*institutions, rules and practices that determine how company executives and government officials make decisions and engage and affect citizens, communities and the environments they inhabit*” (Natural Resource Governance Institute, 2017: 3). Algumas das perguntas centrais que guiam estudos informados por definições como esta, focados na economia política *mainstream*, para definir os parâmetros técnicos de uma boa ou má governação dos recursos naturais são: os estados hospedeiros são economias extrativistas, ou seja, os recursos naturais dominam a receita do estado? Há transparência fiscal na gestão e distribuição desses recursos? Na sequência, temos também as que poderiam ser classificadas como perguntas de segunda ordem, muitas vezes negligenciadas ou colocadas em segundo plano nas análises, como se existe política nacional para remoção involuntária ou quais as políticas direcionadas para o

desenvolvimento social dos municípios mineradores. O objetivo aqui não é responder diretamente a estas perguntas no sentido de classificar e problematizar o nível de preparação dos estados hospedeiros para receberem investimentos significativos nessa área. O propósito é antes contextualizar como a economia política dos recursos naturais, e mais particularmente da mineração, de cada estado hospedeiro dos megaprojetos alvos desta investigação, em conjunto com a forma de atuação da Vale, resultam em formas emergentes de arranjos de governação e conflitualidade.

Esta contextualização visa entender como, em conjunto com estados hospedeiros, a CMN se transforma em um agente de governação central nos contextos em que opera. À primeira vista a corporação pode parecer uma variável constante, na medida em que é a mesma para todos os contextos estudados. Mas, a CMN é também uma variável inconstante na análise, uma vez que notamos diferenças de comportamento significativas entre os casos estudados. Isso nos leva a partir da ideia de “Vales”, no plural. A emergência destas múltiplas “Vales” é obviamente contextual e surge do espaço de encontro entre a sua entrada em determinado contexto, como ela se insere nos arranjos de governação dos recursos naturais do estado hospedeiro e o seu relacionamento com populações locais.

Este capítulo tem o objetivo de trazer evidências situadas e empíricas de três contextos distintos de atuação da Vale: Moçambique enquanto exemplo de um país em desenvolvimento; Brasil enquanto exemplo de um país emergente; e Canadá enquanto exemplo de país desenvolvido. Estes sugerem que, apesar de nuances em sua forma de manifestação, o papel da CMN na governação local está presente de forma conflituosa em todos casos e, portanto, esta conflitualidade não depende exclusivamente do nível de desenvolvimento do país hospedeiro. Os espaços de governação em torno da mineração em Moçambique, Canadá e Brasil não são tão diferentes entre si quanto supõem as explicações baseadas no nível de desenvolvimento e na capacidade regulatória dos estados hospedeiros enquanto fatores explicativos centrais. Assim, apesar de as formas de inserção da Vale serem sempre arranjos contextuais únicos e inegavelmente moldados através das relações com as instituições do estado hospedeiro, o facto de este último possuir uma regulação da mineração mais institucionalizada não faz com que no final não haja a emergência de conflitualidade em torno da CMN e que esta não se envolva

ativamente no exercício da governação. Ou seja, procura-se ressaltar a existência de semelhanças em meio às diferenças que são características do envolvimento da Vale em arranjos de governação nos diferentes contextos estudados.

Para tal, em um primeiro momento, apresenta-se uma breve secção conceitual, na qual é introduzida uma matriz geral composta por 10 pontos para uma proposta de análise do “complexo dos recursos” a partir da lógica do “complexo do petróleo” de Michael Watts (2005) desenvolvida no âmbito da Ecologia Política. Na sequência, esta matriz do complexo dos recursos é aplicada para cada um dos três estados hospedeiros/sede que fazem parte desta investigação. Por fim, na conclusão, a matriz é discutida em perspectiva comparada de modo a evidenciar as diferenças e ressaltar as semelhanças entre os três contextos.

3.1. A Matriz do “complexo dos recursos”

Nos últimos anos, houve o surgimento de uma poderosa e nova confluência de forças a nível global relacionada ao crescente fluxo de capital internacional e à desregulamentação destes investimentos fruto da hegemonia neoliberal. Nesta confluência, CMNs da área extrativa passaram a operar em múltiplos estados hospedeiros, o que resultou na emergência contextual de novos espaços de governação. A intensidade dessas relações na indústria do petróleo levou Michael Watts a argumentar que *“the oil industry is an arena in which new forms of global regulation and governance are being developed, fought over, and implemented”* (Watts, 2005: 375). Na linha da Ecologia Política, Watts apresenta o conceito de “complexo do petróleo” que é sinônimo da economia política atual do setor. Em outras palavras, o complexo é a maneira através da qual corporações em conjunto com estados hospedeiros em um sistema capitalista neoliberal conduzem negócios que resultam em violência, conflitualidade e violações de direitos humanos (Watts, 2005: 401).

Watts elabora o conceito de “complexo do petróleo” para analisar a relação entre petróleo e violência na Nigéria (economia dependente da exportação de petróleo) com o objetivo de superar a bibliografia da ‘maldição dos recursos naturais’ que, conforme discutido no capítulo teórico, associa a presença de recursos naturais com piores resultados de desenvolvimento. A ideia de “complexo do petróleo” é uma maneira de referir-se a uma unidade entre empresa, estado e comunidade que é construída através do momento da

obtenção da concessão de exploração de recursos naturais. Assim, Watts busca um entendimento de como formas específicas de espaços governáveis são produzidas a partir da inserção de CMNs nas realidades políticas nigerianas.

Oil may indeed be a curse but its violent history and its ability to generate conflict can only be decoded if we are attentive to the unique qualities of oil itself, to the powerful corporate and state institutions, and not least to the ways in which oil becomes an idiom for doing politics as it is inserted into an already existing political landscape of forces, identities, and forms of power. (Watts, 2005: 76)

Apesar de ser uma argumentação desenvolvida a partir das especificidades da economia política do petróleo, da ênfase nos países em desenvolvimento e da utilização da ideia de ‘estado falido’ (elementos que esta investigação se propõe a transcender), o “complexo do petróleo” serve de inspiração para a elaboração de uma proposta analítica mais abrangente de “complexo dos recursos”. Este complexo está associado também a uma reestruturação de formas pré-existentes de governação e se transforma em um idioma para fazer política não só para a CMN e o estado hospedeiro, mas também para as populações atingidas pelos megaprojetos de extração de recursos. A emergência de novos espaços governáveis através do encontro entre estados hospedeiros, CMN, populações e normativos internacionais é o que permite entender a conflitualidade socioambiental tão frequentemente associada à mineração de larga-escala.

Para tal, propõem-se uma matriz geral voltada para a análise do “complexo dos recursos” em cada um dos estados hospedeiros dos megaprojetos da Vale formada por 10 pontos centrais. São eles: 1. Economia e indústria extrativa (nível de desenvolvimento da economia e importância da indústria extrativa); 2. Governo hospedeiro (predominância para o papel do governo enquanto promotor e/ou regulador da indústria); 3. Ambiente regulatório (nível de institucionalização da regulamentação socioambiental dos megaprojetos); 4. Políticas de atração de IED (orientação geral em relação ao Investimento Estrangeiro Direto); 5. Taxação (como é organizado o sistema de tributação fiscal, central para uma tradução de benefícios económicos em desenvolvimento social para a população); 6. Relação com a CMN (momento de transformação em estado hospedeiro e qual o enquadramento geral dessa inserção); 7. Estágio do investimento (o projeto é um investimento novo e desenvolvido integralmente pela CMN desde o início - *greenfield* - ou é fruto de uma aquisição de projeto já em andamento -

brownfield); 8. Segurança (relacionamento do aparato de segurança do estado com o da CMN que indica o nível de cumplicidade entre esfera pública e privada); 9. Políticas de sustentabilidade socioambiental (principais características dos investimentos socioambientais da CMN); e 10. Grupos de pressão (nível de organização social para cobrança de retorno em bem-estar para a população). Estes 10 pontos foram escolhidos por permitirem uma caracterização geral contextual do “complexo dos recursos”, já que incorporam elementos da articulação entre a economia política da mineração do estado hospedeiro (como são as políticas de acesso e controle dos recursos naturais) com a entrada do investimento da Vale (como ocorre o processo de co-criação dos arranjos de governação a partir de como a CMN se relaciona com o aparato, as regulamentações e os posicionamentos do estado, das elites e das populações que encontra no terreno). Na sequência, apresenta-se uma discussão da inserção da Vale em cada um dos estados hospedeiros/sede a partir desta matriz do “complexo dos recursos”.

3.2. Estado hospedeiro – Moçambique

Moçambique dispõe de uma oportunidade única de consolidar a descoberta de vastos recursos naturais que, se forem bem geridos, irão permitir que o país alcance os seus objetivos de desenvolvimento social e ultrapasse a sua dependência da ajuda externa. Doris C. Ross, Fundo Monetário Internacional (2014: 1)

Moçambique possui extensas reservas de carvão, sendo a mais importante delas a Bacia Carbonífera de Moatize, localizada na Província de Tete, região central do país²⁰ (Vasconcelos et al., 2009). Depois de ganhar em 2004 uma licitação internacional, na qual o governo moçambicano foi assessorado pela Corporação Financeira Internacional (IFC) do Grupo Banco Mundial, a Vale obteve em 2007 a maior concessão para exploração de carvão de Tete,

²⁰ Além da escala artesanal, as reservas de carvão já foram exploradas em escala industrial para exportação no período colonial por empresas de capital majoritariamente belga e sul-africano (Centro de Documentação Econômica, 1977; Matos e Medeiros, 2015) e no período pós-colonial pela Carbomoc, empresa estatal moçambicana, hoje extinta, que teve sua produção interrompida no período da guerra pela obstrução da linha ferroviária de transporte (Selemane, 2009: 14).

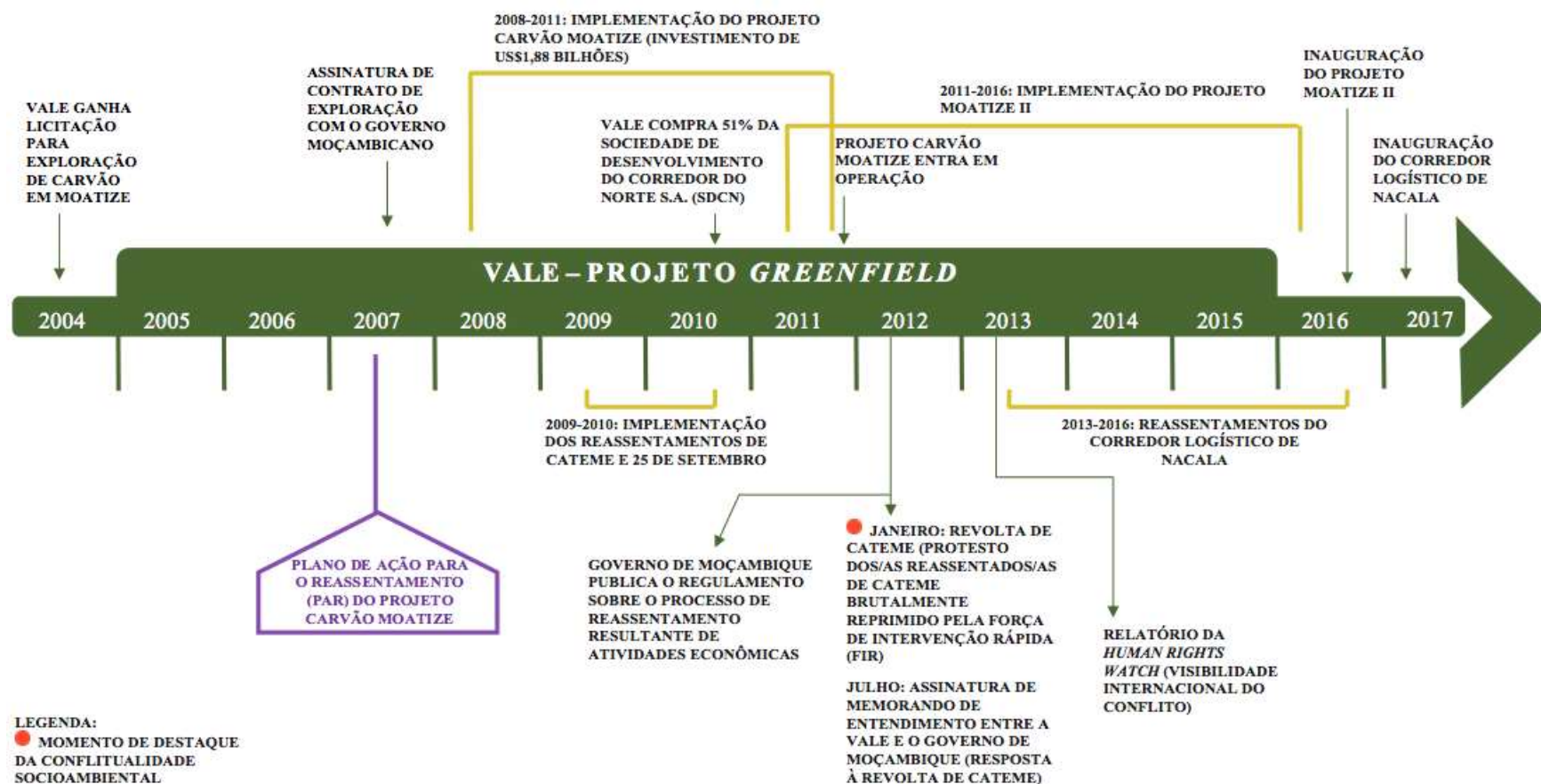
uma das maiores reservas não exploradas de carvão do mundo. O contrato atribui à CMN o Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) durante 35 anos de uma vasta área de 23.780 mil hectares no distrito de Moatize para mineração de carvão (IFC, 2013)²¹. O projeto da Vale teve financiamento do próprio IFC e do BNDES e foi o primeiro projeto inicial e 100% desenvolvido pela Vale – o que é designado no jargão da indústria como um investimento *greenfield* – fora do Brasil (Vale S.A., 2014c: 2) (Figura 9). Esse facto atribuiu amplo espaço de atuação da CMN no país e, segundo a Vale, “exigiu alinhamento com as melhores práticas ambientais e as regras estabelecidas por instituições internacionais, como o Banco Mundial” (Vale S.A., 2014c: 2). O projeto é um investimento do tipo Sul-Sul (CMN do Brasil em Moçambique) e houve uma expectativa, posteriormente frustrada, de que esta inserção alteraria os tradicionais padrões de opressão dos investimentos Norte-Sul através da promoção de benefícios mútuos (Rossi, 2015).

Em Tete, a Vale explora carvão metalúrgico (coque) – matéria prima para a produção de ferro e aço – e térmico (de queima) – usado em usinas termoelétricas – em minas a céu aberto. Além de operar as minas em Moatize (através do Projetos Carvão Moatize e Moatize II), a Vale também tem participações no Corredor Logístico de Nacala através da aquisição do controle da Sociedade de Desenvolvimento do Corredor do Norte (SDCN). O projeto do corredor consistiu na reabilitação e construção de novos trechos dos 912 km de ferrovia entre Moatize e Nacala (passando pelo Malauí) e na construção de um novo terminal portuário de carvão no Porto de Nacala²² (Mapa 1). Esse controle dos empreendimentos de infra-estrutura do complexo mina-ferrovia-porto são característicos da forma de atuação da Vale (discutida no capítulo 2). Moçambique foi também o primeiro local fora do Brasil no qual a CMN conseguiu operacionalizar este modelo, o que ampliou significativamente o seu espaço de atuação no país, inclusive nos arranjos de governação.

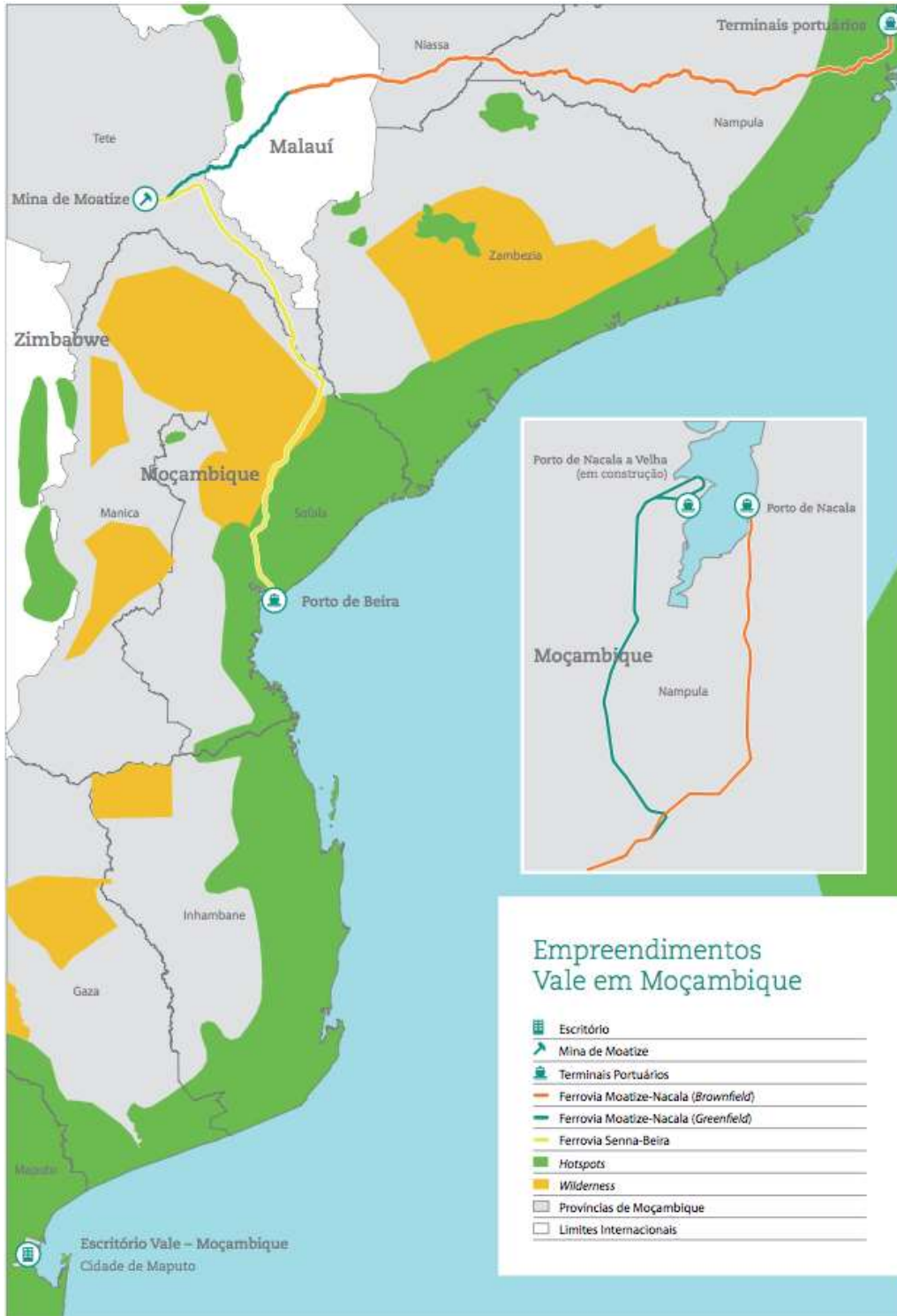
²¹ O contrato prevê a participação de 5% do governo moçambicano no empreendimento através de uma empresa nacional de exploração mineral.

²² Ao longo dos últimos anos, e como parte do plano de desinvestimentos da CMN, a Vale negociou a venda para a CMN de origem japonesa Mitsui de uma parcela de participações na Vale Moçambique e no SDCN (Vale S.A., 2017e: 151).

Figura 9: Cronologia da Vale em Moçambique



Mapa 1: As operações da Vale em Moçambique



Fonte: Vale S.A. (2014c: 3)

O complexo do carvão

No caso de Moçambique, o “complexo do carvão” presente no relacionamento da CMN com o estado hospedeiro e a população atingida no âmbito da intersecção entre a mineração e a economia política moçambicana é marcado pelas seguintes características:

1. Economia e indústria extrativa: Economia ‘em desenvolvimento’ (pós-conflito). Crescimento económico associado à expansão da indústria extrativa.

2. Governo hospedeiro: Governo altamente centralizado (governadores provinciais nomeados pelo presidente eleito, independente do resultado das eleições gerais), com o mesmo partido no poder (FRELIMO) desde a independência em 1975. Sobreposições consideráveis entre a elite política e uma emergente elite económica pró-Investimento Estrangeiro Direto. Governo promotor, mais do que regulador da indústria extrativa.

3. Ambiente regulatório: Mecanismo institucional de regulamentação social e ambiental dos megaprojetos muito recentes, com brechas significativas no seu desenho e pouca transparência²³. Monopólio legal sobre a exploração mineral por parte do Estado Moçambicano através da Lei das Minas (2002)²⁴, a Constituição de Moçambique (1990), a Lei das Terras (1997) e outras. Este monopólio se enquadra em um sistema de DUAT em que a terra é pública, mas, se for de interesse público, esta deve ser desocupada para o desenvolvimento de atividades económicas.

4. Políticas de IED: Políticas de incentivo ao IED que opera através de concessões de DUATs e largos benefícios fiscais. Este processo está profundamente relacionado com a transição de um sistema socialista para uma economia de mercado a partir do final da Guerra Fria e a submissão de Moçambique às políticas de reformas estruturais implementadas pelo FMI e pelo Banco Mundial nos anos 1990, e com o final da guerra civil em 1992 e a adoção de políticas para a consolidação de um clima de investimento liberal para atração do capital internacional, tendo os megaprojetos como pilares centrais para a promoção do desenvolvimento no país (Castel-Branco, 2014).

²³ O desenvolvimento do setor extrativo é muito recente, portanto, as leis, regulamentos e decretos são majoritariamente pós 2004.

²⁴ Em 2014, entrou em vigência uma nova Lei de Minas: Lei n.o 20/2014, que atualizou a regulamentação do país para a atividade mineradora e foi uma resposta do governo moçambicano aos desafios do rápido crescimento económico (Lillywhite *et al.*, 2015: 6).

5. Taxação: Distribuição das receitas minerais e contratos de concessão dos megaprojetos marcados pelo centralismo fiscal (apenas 2,75% das receitas extrativas são transferidas para as comunidades hospedeiras dos projetos) (ITIE, 2017 [2014]) e pouca transparência. Sistema de largos incentivos fiscais para megaprojetos.

6. Relação com a CMN: Estado hospedeiro desde 2007. CMN proveniente de um país emergente, investimento Sul-Sul.

7. Estágio do investimento: Projeto *greenfield* – desenvolvido integralmente pela CMN em região pouco desenvolvida.

8. Segurança: Aparatos de segurança do estado em sinergia com o da CMN para proteger o investimento e garantir o fluxo contínuo dos recursos.

9. Políticas de sustentabilidade socioambiental da CMN: Ausência de investimento ambiental significativo, investimentos da CMN quase exclusivamente na área social decorrente do reassentamento.

10. Dinâmicas de contestação: Contestações de grupos ativistas como a Justiça Ambiental e a Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades (AAAJC). Visibilidade internacional significativa principalmente a partir de 2012 através de organizações como a *Human Rights Watch*.

Em conjunto, estas características formam um cenário no qual novos espaços governáveis estão sendo fabricados em Moçambique a partir da entrada da Vale no país. Mas, como chama atenção a ideia de “complexo dos recursos”, a inserção da CMN se deu em um contexto político pré-existente de forças, identidades e formas de poder. Em linhas gerais, em Moçambique, este contexto é marcado por uma trajetória económica enquanto país que se tornou independente muito recentemente (1975) e uma economia classificada como de baixa renda²⁵ e, portanto, em desenvolvimento (Banco Mundial, 2017a). Além disso, o país é considerado como de baixo desenvolvimento humano (PNUD, 2017). Após a independência, a FRELIMO – primeiro e único partido no poder central – constituiu um governo de inspiração marxista-leninista e o país viveu anos de uma intensa guerra civil que oficialmente terminou em

²⁵ O critério usado pelo Banco Mundial para classificar as economias é o PIB per capita. Uma economia de baixa renda é aquela cujo PIB per capita não ultrapassa 1025 dólares americanos anuais (Banco Mundial, 2017a: xvii).

1992 com a assinatura do Acordo Geral de Paz entre a FRELIMO e a RENAMO (antigo movimento guerrilheiro que se transformou em partido de oposição) (Newitt, 2002)²⁶.

Ao contrário dos países centrais que implementaram progressivamente políticas neoliberais principalmente a partir dos anos 1970, as reformas de ajuste estrutural do Banco Mundial e do FMI em Moçambique começaram em 1987 com o Programa de Reabilitação Econômica (PRE)²⁷. O PRE marca a transição de uma economia socialista de alto controle estatal, planeamento económico centralizado e preços administrados (Ross, 2014: 14), para uma economia de mercado. Esta transição visava a inserção de Moçambique na economia internacional e a atração de fluxos de investimento externo para o país. A racionalidade central vigente é que seriam os excedentes gerados através destes influxos de capital que assegurariam a possibilidade de desenvolvimento social desse que era, e continua sendo, um dos países mais pobres do mundo.

No período pós-guerra, o desempenho de Moçambique foi usado como exemplo de sucesso pelo FMI, Banco Mundial e comunidade de doadores internacionais (IDA, 2009; Nucifora e Silva, 2011). O ‘queridinho dos doadores’ (Hanlon, 2010) também foi retratado como um caso de sucesso de *peacebuilding* e reconstrução pós-guerra (Astill-Brown e Weimer, 2010; PNUD, 2005), principalmente devido à estabilidade política pós-acordo de paz e aos indicadores macroeconômicos que mostravam uma recuperação econômica substancial em relação ao estado da economia pré-reformas (Maschietto, 2016: 119; Phiri, 2012). Não obstante, esta narrativa do caso de sucesso é desacreditada pelo paradoxo central da economia política contemporânea do país: apesar de o crescimento econômico entre a década passada e 2016²⁸ ter girado em torno dos 7% e a inflação ter se mantido controlada (dois dos mais importantes indicadores macroeconômicos), a desigualdade tem-se acentuado nos últimos 6 anos e estima-

²⁶ Moçambique é hoje considerado um país formalmente pacífico, apesar das recorrentes manifestações de violência e conflitualidade que vão além das eventuais tensões políticas e militares entre a FRELIMO e a RENAMO.

²⁷ Nos anos 1980, o FMI e o Banco Mundial passaram a demandar reformas econômicas de acordo com princípios neoliberais como garantia para empréstimos realizados a países em desenvolvimento altamente endividados (Steger e Roy, 2010: 98).

²⁸ Houve uma forte desaceleração do crescimento no ano de 2016 que na média ficou em 3,8%. Não obstante, segundo o relatório do Banco Mundial, 2017 mostrou sinais de melhoria principalmente devido ao aumento nos preços das matérias primas e a recuperação da indústria do carvão (Banco Mundial, 2017b: 1). A associação direta entre a guinada positiva do crescimento econômico de Moçambique e a recuperação dos preços do alumínio e do carvão é um dos indícios da complexa configuração do sistema global da mineração.

se que mais de 50% da população viva com menos de 1 dólar americano por dia (Santos *et al.*, 2016). Há uma importante disparidade entre os altos índices de crescimento econômico e a estagnação dos níveis de pobreza notada principalmente a partir de 2010. Uma importante parcela da população vive com menos de 1 dólar americano por dia, sofre com doenças como a malária e o HIV e não possui acesso a infra-estruturas básicas como água potável, centros médicos e escolas (Brito e Chivulele, 2017: 267-270; Cunguara, 2012; Hanlon e Smart, 2008).

Com a estabilidade política gerada pelo Acordo Geral de Paz de 1992 e as reformas neoliberais relatadas acima, a riqueza praticamente inexplorada de Moçambique em recursos minerais passou a ser alvo de investidores internacionais. Foi nesse período que tiveram início a implantação de megaprojetos econômicos no país (segundo a Lei de Investimento Moçambicana, são os projetos que demandam um investimento inicial de mais de 500 milhões de dólares) (Castel-Branco, 2014). A partir de 2004, uma série de empreendimentos foram desenvolvidos no setor extrativo, sendo os principais o projeto de areias pesadas da Kenmare (Irlanda) em Moma, os de gás da Sasol (África do Sul) em Pande e Tamene e da ENI (Itália) e da Anadarko (EUA) na Bacia de Rovuma ainda em fase de instalação, e os de carvão da Vale e a Rio Tinto (Reino Unido/Austrália) (que vendeu seus ativos para a *International Coal Ventures Private Limited*) em Tete (ITIE Moçambique, 2015: 13).

Segundo o FMI, o crescimento econômico do país pode ser entendido a partir de dois períodos temporais: um primeiro que vai de 1992-2002 marcado pela liberalização do mercado e políticas de privatização que se desenvolveram em um contexto geral de reabilitação do país no pós-guerra e estabelecimento das bases da economia de mercado, e um segundo que vai de 2002 em diante no qual o crescimento foi impulsionado em larga medida pelos investimentos em megaprojetos (Ross, 2014: 10). Particularmente, a expansão do setor extrativista é considerada a principal impulsionadora do crescimento econômico e, desde os anos 2000, o alumínio, o gás e o carvão constituem a espinha dorsal da indústria moçambicana (Santos *et al.*, 2017). Nas palavras da Vale, “os investimentos da Vale, entre outras empresas, contribuíram para que, em 2005 e 2006, a economia de Moçambique crescesse mais de 8% ao ano” (2012b: 281). A contribuição desse setor para a economia é de 30% das exportações, 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB) e 20,6% dos recursos do governo (ITIE, 2017 [2014]).

Devido ao avanço na arrecadação de receitas internas e às especulações em torno da exploração e/ou descoberta de novas reservas de recursos naturais, em 2011 o volume de IED ultrapassou pela primeira vez o volume de ajuda externa no orçamento do estado (Tollenaere, 2013)²⁹. Em 2013, 89% do IED foi direcionado ao setor extrativo, enquanto que em 2014 foram 62% (ITIE, 2017 [2014]). Não obstante, o desequilíbrio na destinação do IED predominantemente para áreas como a de construção de infra-estrutura para servir a exploração dos recursos e o crescente endividamento público interno e externo ocorreram em detrimento de um financiamento substancial em setores sociais e serviços básicos, o que gerou uma acentuação dos problemas socioambientais relacionados aos megaprojetos.

O relacionamento entre o governo moçambicano e a Vale tem sido marcado ao longo dos anos pela pouca transparência em relação aos contratos e memorandos de entendimento firmados entre ambas as partes que não estão acessíveis ao público. Segundo o Centro de Integridade Pública, “consta que a Companhia Vale do Rio Doce pagou pela concessão de Moatize cerca de 120 milhões de dólares americanos, mas essa verba nunca foi inscrita no Orçamento do Estado” (Selemane, 2010: 21). A fraca transparência na governação do setor extrativo é uma das questões centrais no país que se candidatou à *Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extrativas* (ITIE) em 2009 e foi considerado em conformidade com as regras em 2012 apesar de ser considerado como um caso em progressão (ITIE Moçambique). Além disso, há pouca transparência em relação ao sistema de taxação marcado pelo centralismo fiscal e uma transferência muito pequena das receitas extrativas para as regiões hospedeiras dos projetos. É possível dizer que o ambiente regulatório de maneira geral é muito recente e possui brechas significativas no seu desenho e implementação. Estes fatores deram espaço para que a CMN se constituísse enquanto agente ativo de governação no país e contribuíram para muitas das críticas de que a CMN foi alvo pela atuação em Moçambique.

Algumas das críticas são que o megaprojeto da Vale gerou um crescimento voltado para a exportação com poucas ligações locais, criou pouco emprego e foi beneficiado por

²⁹ Junto com a África do Sul e a Nigéria, Moçambique se tornou um dos três principais destinos de IED na África Subsaariana (Castel-Branco, 2015).

importantes isenções fiscais (Mosca e Selemene, 2011)³⁰. Nesse último ponto, Castel-Branco argumenta que um dos traços fundamentais da economia política moçambicana é a porosidade, ou seja, “a ineficiência na retenção de excedente não cometido, que poderia ser utilizado para o desenvolvimento da economia como um todo” (2015: 125). E esta ineficiência antes de ser resultado exclusivo de limitações institucionais do estado e da incapacidade de assegurar rendimentos das corporações em operação no país, também está profundamente relacionada com um processo de expropriação social que tem como objetivo o desenvolvimento de classes capitalistas nacionais através da apropriação de parte dos lucros de IED (Castel-Branco, 2015: 124).

Em Moçambique, há uma sobreposição entre elite política e elite econômica e, conseqüentemente, uma ausência de distinção clara entre a esfera pública e privada: “nos últimos cinco anos, praticamente, todos os membros do Executivo procuraram constituir empresas cujo objeto social prioriza o exercício de atividades no sector extrativo” (Fael e Cortez, 2013: 6). Altos dirigentes do estado e da FRELIMO participam em grandes concessões realizadas em formas de parceria público-privada, como o Porto de Nacala e a Linha do Norte, empreendimentos associados à Vale (Nhamire e Matine, 2015). Ou seja, os indícios de má governação dos recursos, no caso moçambicano, apontam para uma atitude deliberada do estado hospedeiro em conjunto com o capital doméstico e atores econômicos privados estrangeiros como a Vale. Este argumento é reforçado por Macuane *et. al.* (2017) que falam na existência de bolsões de eficiência convenientemente situados na gestão dos recursos do setor de recursos naturais.

Os maiores beneficiados destes esquemas de expropriação são as elites e o capital financeiro internacional no qual estão ancoradas. Os maiores prejudicados são todo o restante da população do país, principalmente os 70% que vivem no campo, crescentemente desempoderados com a destituição de seu meio de sobrevivência mais básico que é a terra para dar lugar aos megaprojetos e distanciados de seu próprio mundo através de artefatos e ideias

³⁰ Segundo Yi Xiong, economista do FMI, o principal objetivo dos primeiros megaprojetos era tornar Moçambique um destino atrativo para o IED depois de um longo período de instabilidade e guerra civil. Por este motivo, Moçambique teria estabelecido contratos muito favoráveis às empresas estrangeiras (2014: 34). O contrato de concessão da Vale é um exemplo e possui inúmeras cláusulas e condições de isenção fiscal (Ministério dos Recursos Minerais, 2006).

importados do estrangeiro (*i.e.* direitos humanos, intervenções de engenharia, desenvolvimento sustentável) sobre os quais eles/as não têm controle (Macamo, 2005) e/ou participação ativa. A porosidade, vista desta maneira, é uma estratégia de acumulação primitiva de capital, *ie.* o processo através do qual os produtores são separados dos seus meios de produção, que tem início com a expropriação da terra. Da mesma forma que as revoluções agrárias historicamente foram processos conflituosos, a expropriação da população rural de sua terra e meios de subsistência em um país iminentemente agrário como Moçambique tem resultado inexoravelmente na emergência de cenários de conflitualidade socioambiental da população atingida com o governo e com CMNs como a Vale.

Relacionamento local e conflitualidade

Seis anos após o início das operações da Vale em 2011, nas ruas de Tete é possível sentir a frustração da promessa de um *El Dorado* que nunca começou. O discurso divulgado pelo governo e pela CMN de que a exploração mineral traria prosperidade e bem-estar para a população não se concretizou. Ao contrário, a entrada da Vale no país foi, e continua a ser, marcada por uma série de conflitos socioambientais relacionados a contestações por parte das populações atingidas pela Vale às formas de condução do projeto (Selemane, 2016) e ao espaço ocupado pela CMN nos arranjos de governação.

Os conflitos estão relacionados principalmente a uma implementação problemática das ações de reassentamento das populações que viviam na área de operação do projeto da Vale. *Chipanga Premium* é o nome que foi dado pela CMN ao carvão de classe mundial produzido na Mina de Moatize, mas Chipanga muito antes de ser marca de carvão é o nome de um dos bairros das comunidades que foram reassentadas para dar lugar ao empreendimento. A construção da infra-estrutura relacionada à exploração e à abertura das minas foi responsável pela remoção involuntária de 1365 famílias entre os anos de 2009 e 2010 (*Human Rights Watch*, 2013). A própria empresa foi responsável por encaminhar a elaboração de um plano de reassentamento e posteriormente implementá-lo. Dessa maneira, a Vale, devido à mina de Moatize, reassentou as comunidades de Chipanga, Bagamoyo, Mithete e Malabwe para os reassentamentos rural de Cateme e urbano de 25 de Setembro. No entanto, a supervisão

governamental foi criticada, uma vez que o governo ter-se-ia mostrado mal preparado e/ou com pouca vontade política de exercer uma atividade rigorosa (*Human Rights Watch*, 2013).

Com a obtenção do DUAT do Projeto Carvão Moatize, “a Vale tornou-se um dos principais protagonistas do processo de expropriação, usurpação, aquisição, controle e partilha de terras em Moçambique” (AIAV, 2013: 15). O sistema de terras públicas, proveniente do período socialista, acentuou a gravidade das violações que caracterizaram os processos de espoliação das populações rurais frente ao megaprojeto, uma vez que muitas pessoas não possuíam qualquer comprovativo legal de usufruto da terra (SoCiv-Mo-13). Inclusive, as populações reassentadas reclamam por não terem recebido o DUAT referente às novas casas (Pop-Mo-1). Entre as violências relacionadas a estes reassentamentos, estão a fusão de diversas comunidades e a separação de membros de uma mesma comunidade devido à atividade que exercem, se dependentes da proximidade de um centro urbano, ou não. Além disso, as terras fornecidas para algumas famílias não são aráveis, comunidades ribeirinhas foram transferidas para locais que sofrem de falta de água, muitas das casas fornecidas apresentaram rachaduras e uma fundação defeituosa, pessoas que viviam em comunidades que antes eram próximas a aglomerados urbanos (onde podiam exercer atividades complementares à renda familiar) foram transferidas para locais distantes, entre outros (Pop-Mo-1-2-3-4-5-6-7).

Em 2012, o conflito entre a Vale e os/as reassentados/as foi marcado por uma ação de repressão violenta da Força de Intervenção Rápida (FIR) dentro da área de reassentamento a manifestações que reivindicavam aspectos problemáticos do processo de remoção involuntária através do bloqueio da linha férrea que liga a vila de Moatize ao porto da Beira. O envolvimento da Vale com o financiamento da unidade da FIR próxima à área de reassentamento, bem como com a manutenção do posto policial comunitário até os dias atuais (SoCiv-Mo-13) evidenciam como os aparatos de segurança do estado trabalham em sinergia com o da CMN para proteger o investimento e garantir o fluxo contínuo dos recursos, outra característica central do “complexo dos recursos” em Moçambique.

A maneira desastrosa através da qual a Vale realizou os reassentamentos gerou uma importante repercussão nas organizações de justiça ambiental que têm tido uma participação ativa na reivindicação dos direitos das populações atingidas. Mas, para além da face mais

conhecida do conflito da mineradora com os/as reassentados/as pelo Projeto Carvão Moatize descrita acima, que ganhou a atenção pública internacional com a publicação da *Human Rights Watch* em 2013 do relatório *What is a House Without Food?*, há outra face menos visível do desentendimento entre a mineradora e os/as moradores/as locais. As comunidades de Capanga (também atingida pelas operações da Rio Tinto, atualmente sob concessão da indiana ICVL) e Ntchenga não foram reassentadas pela CMN, mas encontram-se em área de influência direta da mineração. Ntchenga está localizada dentro da área de concessão da Vale, porém atualmente não dentro da zona operacional. A poucas centenas de metros da exploração, sofre com poeiras e o ruído. De acordo com um funcionário da Vale Moçambique, estas são comunidades residuais que hoje não influenciam a produção e, portanto, a CMN não tem necessidade de reassentá-las. Além disso, a Vale segue as orientações do Banco Mundial nas quais os reassentamentos involuntários devem ser evitados sempre que possível (CMN-Moz-2). O resultado são 70 famílias que se encontram em situação provisória desde 2010. Apesar de a única fonte de água, que passa em um pequeno riacho, estar contaminada, quando a mineração começou a CMN dizia que não havia qualquer impacto das atividades na água (Pop-Mo-10). Após a população começar a sentir problemas de saúde, estudos independentes foram conduzidos atestando a contaminação da água (SoCiv-Mo-7). Foi necessária mobilização popular e pressão ao governo distrital de Moatize com a ajuda de organizações como a AAJJC para que a Vale passasse a ser responsável por um abastecimento precário e insuficiente de água potável para essas famílias.

O carvão mineral é um recurso que atualmente conta com uma dose extra de polêmica por conta dos problemas ambientais a ele associados como, entre outros, a liberação de dióxido de carbono durante o seu processo de queima para transformação em energia. Isso faz com que, na teoria, este esteja mais sujeito a políticas nacionais e regulamentos internacionais sobre mudança climática (Vale S.A., 2016c: 14). No entanto, na prática, esta e outras questões ambientais não foram alvo de políticas nacionais moçambicanas e nem obstáculo para o interesse dos investidores estrangeiros como a Vale. Existem também lacunas técnicas importantes nas direções provinciais e distritais na implementação de ações concretas no cumprimento da legislação ambiental moçambicana (Mosca e Selemene, 2011), o que acaba por

impor pouca demanda regulatória ambiental sobre a Vale. Além disso, a extrema pobreza das populações atingidas faz com que a pressão popular por uma política ambiental mais ativa se encontre subordinada às demandas sociais da urgência de garantir as condições básicas de vida dessas pessoas. Estes fatores explicam porque as políticas de sustentabilidade socioambiental da Vale em Moçambique são marcadas por uma ausência significativa de investimento ambiental e um investimento quase que exclusivo na área social voltado para os reassentamentos (Vale S.A., 2014c). Por fim, a CMN tende a apresentar alguns destes investimentos ao público nos moldes de ações filantrópicas, como se refletissem uma mera liberalidade e não ações de cunho obrigatório.

As configurações do “complexo de recursos” presente no país de adoção de políticas de incentivo para a atração do capital privado internacional somadas às brechas significativas na regulamentação dos aspectos sociais e ambientais destes investimentos deram espaço para que a CMN se constituísse não só enquanto agente ativo central na produção do que conta enquanto sujeitos governáveis ou passíveis de governação, como também nas tecnologias implementadas para a viabilização socioambiental dos empreendimentos no país.

É consensual que na altura de elaboração dos reassentamentos havia lacunas importantes na legislação, bem como uma ausência de normas moçambicanas para a condução de processos de remoção involuntária no âmbito de megaprojetos (Sociv-Moz-1). Esse, evidentemente, foi um dos fatores que impactaram na qualidade desejável dos reassentamentos da Vale. No entanto, o processo estava ao encargo de uma CMN que alega operar a partir de padrões globais de conduta (o padrão de responsabilidade social corporativa da Vale) e das diretrizes do BM, o que faz com que uma possível fraqueza institucional do estado hospedeiro não possa ser justificativa para o encaminhamento problemático dos reassentamentos. Segundo um entrevistado da Vale Moçambique, “a ausência de padrões locais não pode ser justificativa para você não fazer bem, pois os padrões internacionais estão aí para isso, não é? Pra fechar as lacunas onde os padrões locais não existem” (CMN-Moz-1). Apesar de as normas serem condicionantes de uma organização financeira internacional, a elaboração e implementação do plano ficou ao encargo da Vale, sempre condicionado a acordo e negociação com o governo. Esse controle quase total por parte da Vale no âmbito da

execução de tarefas relacionadas ao Plano de Ação para o Reassentamento (PAR), foi o principal instrumento através do qual a CMN passou a exercer governação nos arranjos da mineração, principalmente no gerenciamento dos seus riscos sociais. No âmbito do relacionamento com o estado hospedeiro, a Vale participou ativamente na constituição do modelo de encaminhamento dos reassentamentos através de processos como a composição de uma Comissão de Reassentamento e definição conjunta com o governo moçambicano das diretrizes através das quais o plano de reassentamento deveria ser implementado (Diagonal Urbana, 2007). Esta experiência serviu como um dos subsídios centrais para a elaboração da legislação para reassentamentos atual de Moçambique que tem como principal instrumento legislativo o *Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Atividades Económicas* de 2012. Ou seja, a Vale participou ativamente na própria construção dos mecanismos institucionais de regulamentação socioambiental dos megaprojetos, o que evidencia o espaço significativo de governação dos recursos que ocupa no país.

O caso da conflitualidade entre a Vale e a população atingida em Moçambique é o que teve maior visibilidade internacional, entre outros, porque o país é palco importante da indústria de ajuda internacional e representa o caso clássico de fragilidade institucional perante a indústria mineradora. Além disso, o facto de a multinacional ser de um país emergente também agregou visibilidade ao fenómeno. Após o relatório da *Human Rights Watch* denunciando os processos de reassentamentos em Tete (*Human Rights Watch*, 2013), apareceram também outros relatórios de organizações de alcance internacional sobre os impactos (Kobemba e Nhancale, 2012). Neste sentido, a estratégia de luta tem tido uma forte componente de denúncia internacional: “nós atacamos a Vale em uma metodologia chamada *namings and shaming*. Para dizermos que a Vale está a fazer mal, para envergonhá-la dentro no sistema internacional” (SoCiv-Mo-8).

Em âmbito nacional, mas também regional, a organização Justiça Ambiental foi um elo importante de articulação da luta. Há também organizações de base que fazem um trabalho importante de conscientização das comunidades e que prestam assessoria jurídica às comunidades atingidas como a AAAJC e a Liga Moçambicana dos Direitos Humanos. Em Cateme, a população criou uma associação de comunidades afetadas pela mineração em busca de

estabelecer uma rede de apoio entre populações atingidas (Pop-Mo-7). Organizações como estas que lutam pelo reconhecimento dos direitos das populações atingidas perante cenários de violações destes mesmos direitos são acusadas pelo governo moçambicano de serem anti-desenvolvimento e/ou de pertencerem à oposição política (SoCiv-Mo-2-6-7-8-13)

Em suma, em Moçambique, a componente internacional da exploração de recursos por uma CMN estrangeira, somada à amplitude das repentinas mudanças na vida da população de Tete, permitiu uma maior visibilidade do envolvimento da CMN nos arranjos de governação local. Isso ocasionou a presença de uma contestação expressiva em relação a legitimidade da companhia para a condução de tais tarefas a partir da exigência de mudanças na forma como a conduta da CMN tem sido desenvolvida nesta região.

3.3. Estado hospedeiro – Canadá

Ao invés de olhar apenas para contextos de capacidade institucional considerada limitada em relação ao planeamento e execução de investimentos minerais como é o caso de Moçambique (Ross, 2014: 2), essa investigação estende a análise também para a emergência de novos espaços de governação a partir da entrada da Vale no Canadá, enquanto ilustração de um ambiente regulatório bem consolidado. O Canadá dispõe de um contexto institucional e regulatório muito bem desenvolvido que inclui uma série de mecanismos para assegurar uma exploração mineral menos invasiva e sócio-ambientalmente mais harmoniosa. Não obstante, os megaprojetos de mineração também geram aí inúmeros desafios que nesse contexto acarretam em formas de abuso mais sutis e menos reportadas.

Em 2006, a Vale fez a então maior aquisição já realizada por uma empresa latino-americana: a compra da Inco, uma mineradora canadense, líder mundial na exploração de níquel (Sauvant *et al.*, 2010: 99). Desde então, surgiu a Vale Canada, uma subsidiária da Vale, que também é a sede da Divisão de Metais Básicos da CMN. No Canadá, com a aquisição da Inco, a Vale herdou operações de exploração de níquel em Sudbury, Port Colborne, Thompson, Voisey's Bay e Long Harbour (Mapa 2). Esta investigação tem como foco a atuação da Vale em Sudbury, no nordeste da Província de Ontário, onde a Vale passou a explorar níquel em um dos maiores complexos interligados de operação mineral do mundo: 6 minas subterrâneas, uma refinaria, uma fundição e uma usina de moagem (Vale S.A., 2015a) (Figura 10).

Mapa 2: As operações da Vale no Canadá



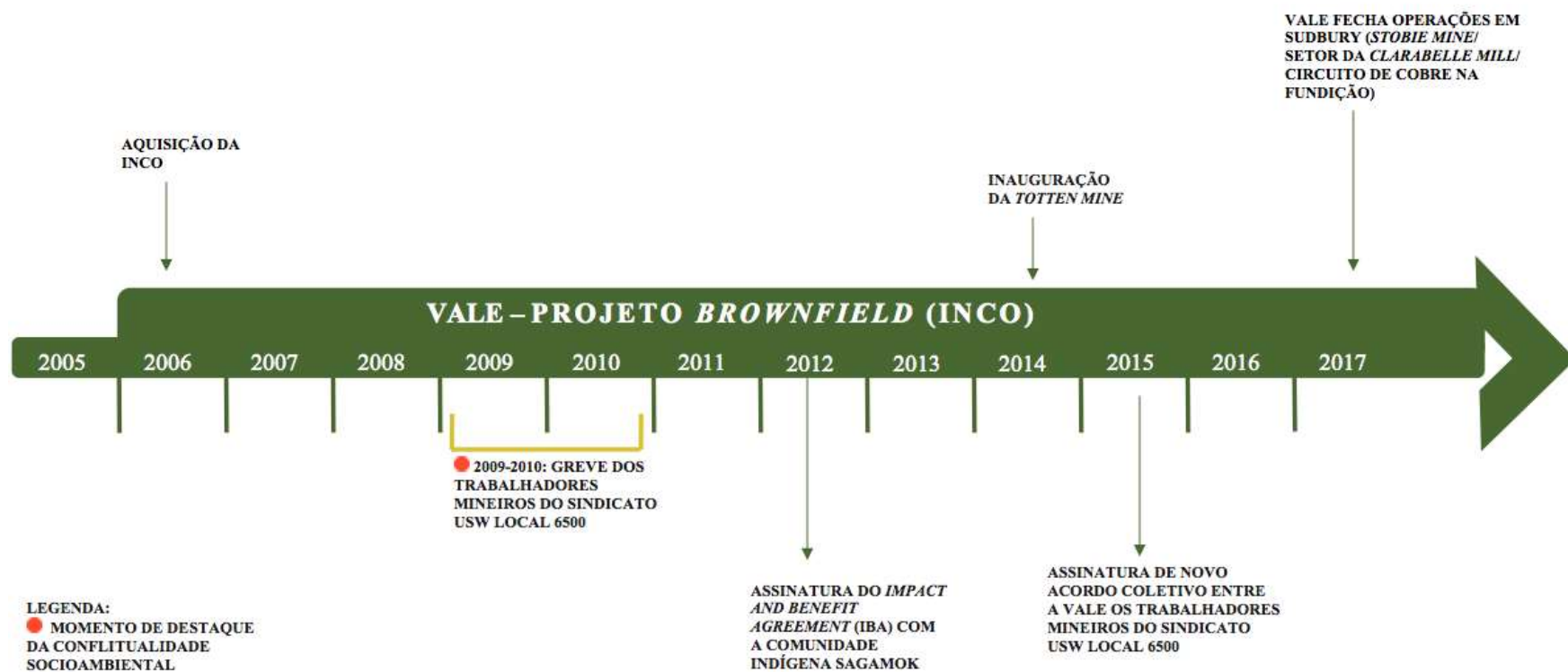
Fonte: Vale S.A. (2017j)

Sudbury é conhecida como a capital mineradora do mundo (Vale S.A., 2015a) e teve sua origem e crescimento ao longo do tempo estreitamente associados ao desenvolvimento de atividades mineradoras desde o final do século XIX (Cranstone, 2002: 3). A cidade costumava ser unanimemente caracterizada como uma cidade de única indústria (*single-industry town*), mas há um reconhecimento cada vez maior sobre o sucesso de sua diversificação econômica (McAllister, 2007: 82). Independentemente do seu nível de diversificação atual, Sudbury continua sendo uma cidade mineradora e marcada pela história de abrigar as principais operações de duas das maiores empresas de exploração de níquel do mundo: a Inco, que operou a partir de 1886 como *Canadian Copper Company*, formada a partir de capital norte-americano, e posteriormente incorporada em 1916 por capital canadense, e a Falconbridge, estabelecida em 1928 (Leadbeater, 2008: 7).

O Canadá é geralmente referenciado na bibliografia crítica sobre a indústria extrativa enquanto estado-sede de corporações mineradoras perpetuadoras de violências através de atuações desrespeitosas no mundo, principalmente na África³¹ e na América Latina (Gordon e Webber, 2007; Imai, 2017). As críticas estão relacionadas com a ausência de mecanismos canadenses para investigação desses abusos e há uma grande pressão popular direcionada ao governo para uma maior responsabilização destas CMNs (Foss *et al.*, 2007). Não obstante, dentro do Canadá também há inúmeras situações de opressão frente à mineração. Analisar o país enquanto estado hospedeiro de violências perpetuadas por uma CMN proveniente da América Latina inverte essa lógica, uma vez que este se caracteriza como um investimento do tipo Sul-Norte. Esta inversão não foi bem aceita pelos/as canadenses, principalmente por aqueles/as que tiveram as suas vidas cotidianas diretamente afetadas com a entrada da Vale no país. O “complexo dos recursos” que se formou a partir da entrada da CMN tem como sua característica mais importante precisamente esta inversão que gerou uma colisão entre percepções de conquistas históricas, tanto dos trabalhadores mineiros (Seguin, 2008) quanto das populações indígenas, e o sistema de valores corporativos de uma CMN proveniente do Sul global.

³¹ Um exemplo paradigmático é o livro *Noir Canada* (Deneault *et al.*, 2008).

Figura 10: Cronologia da Vale no Canadá



O complexo do níquel

No caso do Canadá, o “complexo do níquel” presente no relacionamento da CMN com o estado hospedeiro e a população atingida no âmbito da intersecção entre a mineração e a economia política canadense é marcado pelas seguintes características:

1. Economia e indústria extrativa: Economia avançada, país desenvolvido. Historicamente dependente da exportação de recursos naturais.

2. Governo hospedeiro: Governo promotor, mais do que regulador da indústria extrativa.

3. Ambiente regulatório: : País federado, no qual a província ou território da área mineral possui a propriedade dos recursos e é responsável pelas decisões relacionadas ao uso da terra. No caso de Ontario, a principal legislação é o *Mining Act*. O governo federal também possui jurisdições que se sobrepõem às provinciais em algumas áreas como a de proteção ambiental, política monetária e fiscal e direitos indígenas, com especial relevância para o *Environmental Impact Assessment Act*.

4. Políticas de IED: Políticas de incentivo ao IED principalmente através da política federal de mineração - *The Minerals and Metals Policy of the Government of Canada* - de 1996.

5. Taxação: Distribuição transparente das receitas minerais marcada pelo sistema federativo (taxações provinciais e federais). A taxaçoão é baseada no lucro líquido. Existem sistemas de incentivo fiscais e o sistema de taxaçoão é pró-negócio: o imposto de renda das empresas está entre os mais baixos do mundo (Tiessen, 2015: 10).

6. Relação com a CMN: Estado hospedeiro desde 2006, após aquisição da Inco. CMN proveniente de um país emergente: investimento Sul-Norte.

7. Estágio do investimento: Investimento *brownfield* marcado pela aquisição de uma corporação canadense de longo histórico na área da mineração com alto nível de envolvimento comunitário.

8. Segurança: Aparatos de segurança de empresas privada contratadas pela CMN para proteger o investimento e garantir o fluxo contínuo dos recursos. Aparatos de segurança do estado pouco vinculados com os da CMN.

9. Políticas de sustentabilidade socioambiental da CMN: Investimento ambiental significativo, menor relevância para o investimento social. Formas emergentes de sustentabilidade socioambiental: *Impact and Benefit Agreements* (IBA) e investimentos na indústria da inovação para redução de impacto ambiental.

10. Dinâmicas de contestação: Forte presença de grupos de pressão em âmbito nacional, com especial relevo para a *MiningWatch Canada*.

Assim como no caso de Moçambique, estas características do “complexo do níquel” no Canadá formam em conjunto um cenário no qual novos espaços governáveis estão sendo fabricados no país. Além disso, a inserção da Vale se dá em um contexto pré-existente de forças, identidades e formas de poder, o que tem aqui especial relevância, uma vez que a Vale herdou projetos de mineração da Inco com amplo histórico de envolvimento comunitário no contexto nacional.

O Canadá é classificado como país de alto rendimento (Banco Mundial, 2017a)³² com altíssimo índice de desenvolvimento humano (PNUD, 2017). De facto, o país é uma das economias mais avançadas do mundo, mas possui uma base de desenvolvimento muito distinta do modelo típico que podemos encontrar na Europa, nos EUA ou no Japão assentes em avançados setores de manufatura e serviços (Howlett e Brownsey, 2007: 1). Isso porque, o que constituiu a fundação da economia canadense foi a extração de recursos naturais, a qual é até hoje o pilar fundamental do seu desenvolvimento. Segundo o Ministro de Recursos Naturais, em 2014, a indústria extrativa contribuiu com 20% do PIB e metade das exportações totais do país (Gordon, 2016: 1). O país tem uma riqueza impressionante de recursos naturais: petróleo e gás natural, níquel, ouro, carvão, cobre, ferro, potássio, urânio e zinco, além de madeira e muita abundância em água (EIA, 2014).

O modelo de crescimento do Canadá voltado para exportação de recursos naturais é o que deu origem à teoria do *staple* de Innis considerada como uma teoria desenvolvimentista canadense (Moraes, 2017). Para Innis (1995: 5), o elemento constitutivo da economia canadense foi um desenvolvimento dependente e conduzido primordialmente por *staples* (entendido como bens primários que têm pouco ou nenhum processamento como minérios,

³² O critério usado pelo Banco Mundial para classificar economias é o PIB per capita. Uma economia de alta renda é aquela cujo PIB per capita ultrapassa 12.476 dólares americanos anuais (Banco Mundial, 2017a: xvii).

madeira e pesca) para exportação. Apesar de mudanças significativas ao longo do tempo, a essência do desenvolvimento canadense não foi alterada. Dufour (2014) argumenta que durante algum tempo o Canadá pareceu escapar dessa posição de fornecedor de matéria-prima ao desenvolver o seu setor de manufatura e diversificar a sua economia. Nos últimos anos, no entanto, viveu um processo de desindustrialização marcado por um renascimento do *staple* (impulsionado acima de tudo pelo petróleo) e o regresso aos padrões dos anos 1970 quando a exportação de *staples* superava as de produtos manufaturados (Dufour, 2014; Stanford, 2008). Esse modelo de desenvolvimento é criticado por ter um impacto negativo a longo prazo tanto na vida das pessoas quanto na economia (a “armadilha do *staple*”) devido às características dessa estrutura econômica que é altamente suscetível aos perigos de flutuações do mercado das *commodities* e à dependência de importação de bens manufaturados. De fato, em período de queda nos preços do níquel, a diminuição dos investimentos e operações da Vale em Sudbury mostrou a suscetibilidade da economia a estas flutuações.

O Canadá foi eleito como o país mais atrativo para receber investimentos no setor (Behre Dolbear, 2015). Nada mais simbólico para o reconhecimento de um ambiente político neoliberal³³ guiado pelos princípios do livre mercado e de políticas não intervencionistas (Dufour, 2014: 88): aberto, transparente, democrático, dotado de um ambiente institucional altamente favorável com regulações claras e consistentes, taxaço mineral competitiva, impulsionador de inovações e tecnologia limpa e de infra-estruturas abundantes (Government of Canada, 2016: 3-5). O alto índice de IED sempre foi uma constante nesse “desenvolvimento extrovertido” e central para o financiamento do setor de capital intensivo (Drache, 1995). Nos últimos anos, CMNs estrangeiras fizeram enormes aquisições de operações mineradoras, dentre as quais a aquisição da Vale foi a mais significativa.

A política nacional atual para o setor da mineração é de 1996 e contém traços marcantes pró investimento estrangeiro como o apelo para uma competição agressiva por capital estrangeiro (NRC, 1996: 3). A indústria da mineração é governada majoritariamente

³³ O país viveu a primeira onda neoliberal dos anos 1980 (Steger e Roy, 2010), através da introdução de reformas políticas pelo primeiro ministro Mulroney, que implicaram uma redução do estado de bem-estar social, desregulamentação do mercado e privatizações (Bako, 2011). Para Stanford (2014), no entanto, foi apenas no governo de Stephen Harper (2006-2015) que o país experimentou um governo neoliberal sem barreiras como os de Thatcher e Reagan.

pelas leis da província ou do território onde a exploração está localizada, mas o governo federal também possui jurisdições que se sobrepõem às provinciais em algumas áreas como a de proteção ambiental, política monetária e fiscal e direitos indígenas (Walters, 2013). O *Mining Act* é a legislação provincial de Ontario responsável por governar e regular a mineração desde o século XIX (Government of Ontario, 2013). O processo de modernização mais recente esteve relacionado principalmente com o reconhecimento dos direitos indígenas e a minimização de impactos ambientais. Desde 2012, por exemplo, as comunidades indígenas possuem o direito de reivindicar áreas de importância cultural para que estas não possam ser sujeitas a atividades de exploração. Esse é um dos indícios de mudança na governação da mineração a nível regional que reflete desenvolvimentos mais amplos à nível global e teve impactos significativos no espaço ocupado pela Vale nos arranjos de governação.

Alguns autores argumentam que estas mudanças qualitativas nas formas de governação dos recursos naturais – que passaram a incorporar de forma mais ativa preocupações ambientais, o direito da população indígena e a complexidade de arranjos e atores envolvidos – teriam tornado o processo mais democrático, participativo, aberto e inclusivo e seriam responsáveis pela emergência de um novo momento da economia política canadense reconhecido como *pós-staple* (Howlett e Brownsey, 2007; Hutton, 2007). Para autores mais críticos, o momento atual seria melhor descrito como uma economia política *neostaple* devido à contínua dependência de algumas regiões do país da exploração de *staples*, bem como ao facto de as mudanças na governação terem sido feitas em detrimento dos trabalhadores e dos canadenses em geral (Mills e Sweeney, 2013).

Apesar de existirem importantes ressalvas quanto aos resultados desse novo momento, que dado o exemplo da Vale em Sudbury não parece caminhar no sentido de promover o empoderamento das comunidades e trabalhadores da mineração e da diminuição do seu impacto ambiental global, é impossível negar as mudanças que estão ocorrendo na governação dos recursos naturais no Canadá. De maneira geral, o contexto atual da exploração de recursos naturais no país é marcado por trazer novos elementos para a análise a partir de mudanças no léxico popular e nos documentos do governo (McAllister, 2007) que agora incluem, por exemplo, o pré-requisito de aceitação das comunidades indígenas dos projetos,

além de políticas institucionais de metas ambientais voltadas para a indústria (*Government of Canada*, 2016; NRC, 2012). Estes novos elementos alteram as políticas de sustentabilidade socioambiental da Vale no país de forma a gerar a emergência de arranjos específicos que estão ausentes no caso de Moçambique e do Brasil, como a forma de acordo empresa-comunidade do *Impact and Benefit Agreement* e projetos de inovação ambiental de grande magnitude que analisaremos com mais detalhe abaixo.

Ao contrário de representarem a diminuição do poder de influência das corporações nos processos de tomada de decisão e nas agendas públicas (McAllister, 2007: 7), estas mudanças demonstram esquemas emergentes de governação ambiental e social desenvolvidos como resposta a grupos de pressão cada vez mais intensos como o *MiningWatch Canada* que têm uma presença política muito expressiva no contexto nacional. Ou seja, estes esquemas são desenhados como forma de reação à complexidade atual das demandas de sustentabilidade no sentido de promover e legitimar a continuação da atividade mineradora, e a Vale tem feito parte co-constitutiva central neste processo.

Além disso, nos últimos anos, as limitações do governo canadense de conciliar o seu papel de promotor e regulador da indústria extrativa (com uma inclinação clara ao reforço do seu papel histórico de promotor) deram lugar a uma expansão de iniciativas lideradas pela indústria na governação do setor a partir da rubrica da responsabilidade social corporativa. Há no país uma abertura de espaço cada vez maior para o auto-governo da indústria extrativa e para formas emergentes de processos de tomada de decisão que refletem um crescimento da importância de atores não-governamentais como as CMNs e as associações de indústria em detrimento de processos institucionais formais tradicionais (McAllister *et al.*, 2012). Dessa forma, abriu-se um espaço para a constituição da Vale enquanto agente de governação central no caso canadense. O ambiente regulatório bem estabelecido discutido acima não serviu para garantir uma relação harmoniosa e evitar a emergência de conflitualidade entre a CMN e a população atingida.

Relacionamento local e conflitualidade

O minério de Sudbury tem uma alta concentração de sulfetos e, de acordo com um funcionário da Vale, a existência de enxofre nas rochas é provavelmente a razão principal para a

maior parte dos impactos ambientais com os quais a companhia tem que lidar hoje (Cmn-Ca-3). Os principais produtos de rejeito das operações são rochas residuais das minas subterrâneas que têm uma presença problemática de ácido quando em contato com a superfície, barragens de rejeitos da usina de moagem (material muito fino com alta concentração de enxofre e metais, que são depositados em enormes lagoas de rejeito), escórias (depositadas em grandes pilhas de rejeitos) e emissões de ar da refinaria e da fundição que também contêm um alto teor de SO₂. Para difundir a poluição do ar, desde os anos 1970 as emissões são expelidas através da simbólica *Superstack* de Sudbury (Foto 1) (a maior chaminé do mundo, tão alta quanto o *Empire State Building*) (Gunn, 1995: vii) que atualmente está em processo de desativação pela Vale, uma vez que já existem tecnologias e processos mais eficientes.

Foto 1: Vista aérea das operações de Copper Cliff.



Na frente, a refinaria de níquel de Copper Cliff com a sua simbólica *Superstack*. Ao fundo, áreas de barragens de rejeito inativas (tonalidade cinza) e ativas (tonalidade laranja e esverdeada). No lado esquerdo inferior, o começo da comunidade de Lively. Fotografia da autora.

Quando a Vale assumiu em 2006, a CMN herdou os significativos legados ambientais da Inco que passaram a ser de sua responsabilidade. Devido às grandes dimensões tanto da população³⁴ quanto da área relacionada à mineração (todo o complexo de infra-estrutura das minas que incluem a ocupação e uso da terra, rios e ar devido às emissões relacionadas ao processamento do minério), é difícil apontar qual é precisamente a área geográfica impactada pela mineração, quais são os conflitos socioambientais que emergem nesse entorno e quem precisamente é a população atingida no caso de Sudbury.

Na realidade, os impactos ambientais da mineração afetam toda a população de Sudbury que respira as emissões da *Superstack* e tem o extrativismo permeado em praticamente todos os aspectos de suas vidas. Não obstante, a indústria da mineração foi historicamente bem sucedida no processo de naturalizar as suas atividades. O habitante padrão da região está imerso em uma cultura de negação dos impactos ambientais da mineração (SoCiv-Ca-1-4-5). As disputas sobre as evidências de contaminação de suas terras produzidas por um projeto com participação de múltiplas partes interessadas – o *Sudbury Soils Study and the Risk Assessments* (Milewski, 2012; Wren, 2012) – foi ofuscado pela falta de engajamento e interesse da população em discutir de maneira mais aprofundada os resultados do estudo, as suas presenças e as suas ausências (Sociv-Ca-1-4). Outro fator que ajudou a fomentar essa cultura de negação é a construção de uma história de sucesso em torno do *Regreening Program*, projeto que melhorou significativamente a paisagem e a imagem da cidade ao longo dos anos (*Regreening Greater Sudbury*, 2014): da paisagem lunar ao cinturão verde de uma cidade “sustentável”. Em resposta aos achados do estudo do solo, a Vale sublinha o seu engajamento ao longo dos anos com o *Regreening Program* e argumenta que os legados históricos têm um papel muito mais importante na perda de biodiversidade de Sudbury do que as atuais emissões e contaminações (Vale S.A., 2009).

A dimensão histórica do relacionamento da Inco em Sudbury é de extrema importância, uma vez que determina em grande medida as expectativas da população em relação ao papel da Vale. O envolvimento da Inco na vida da população e das comunidades dos arredores de suas atividades era quase total: a companhia era responsável por organizar

³⁴ Sudbury é uma cidade de aproximadamente 160.000 pessoas (Statistics Canada, 2015)

praticamente todos os aspectos da vida social e política de Sudbury. A Vale, seguindo o padrão da Inco, está presente nas mais elementares instituições de Sudbury, como a universidade, instituições médicas e de caridade (Vale S.A., 2017g) (CMn-Ca-1). O investimento social da CMN normalmente ocorre através de patrocínios e doações à projetos selecionados e, algumas vezes, através de projetos auto-desenhados como o *Vale Concert Series* (Vale S.A., 2015b). Estes investimentos são rotulados como filantropia, enquanto que uma série de investimentos sociais na mineração no Canadá são mandatórios por estarem ligados a regulações específicas que dizem respeito principalmente aos impactos ambientais (Consult-Ca-1). O investimento ambiental mais expressivo da Vale em Sudbury, o projeto de 1 mil milhão de dólares americanos *Clean Atmospheric Emissions Reduction* (AER), que prevê a redução de 90% das emissões de dióxido de enxofre da fundição, foi desenhado para atender a regulações ambientais provinciais (Sociv-Ca-10). A Vale apresenta o projeto ao mundo de maneira grandiosa: o maior investimento da área ambiental de Sudbury e um dos maiores de Ontario (Vale S.A, 2017n). O que evidentemente não expõe é que a CMN também foi protagonista na maior greve da história de Sudbury: a greve de 11 meses entre 2009/2010 do sindicato dos mineradores, o *United Steelworkers* (USW) Local 6500, que envolveu mais de 3300 trabalhadores (Peters, 2010).

A cidade tem longa e forte tradição sindical e o USW Local 6500 é o sindicato dos trabalhadores da Inco desde 1962. O conflito emergiu entre os trabalhadores e a CMN em um contexto de diminuição do poder dos trabalhadores devido à mudança da importância relativa das operações de Sudbury dentro da corporação: enquanto na Inco a produção de Sudbury representava aproximadamente 47% das receitas da corporação, com a Vale o valor passou para apenas 4% (Roth *et al.*, 2015: 8). O sindicato entrou em greve pois não aceitou as pré-condições da Vale para negociar acordos coletivos que incluíam mudanças nos planos de pensão para novos trabalhadores, redução de bônus, congelamento dos salários, mudanças na aposentaria, entre outros (Peters, 2010). No discurso da companhia, isso era parte de uma estratégia de reestruturação necessária para a continuidade da viabilidade e da rentabilidade de suas operações no Canadá (CMn-Ca-1). Na visão de alguns dos trabalhadores, a imposição

dessas condições contra suas conquistas históricas era uma estratégia da CMN para enfraquecer o poder do sindicato (Pop-Ca-5-6-7-8-9).

Uma empresa de segurança privada foi contratada para controlar e administrar a greve: a *AFI International*. Essa conexão entre a Vale e empresas de segurança privada (“exércitos de corporações privadas”) são praticamente um padrão que vem se reproduzindo nas suas operações ao redor do mundo (Sociv-Ca-11) e é uma prática indicativa das tensões sociais nas quais está envolvida. Devido ao desenvolvimento dependente da mineração de Sudbury (Leadbeater, 2008), a greve teve um grande impacto econômico e social na cidade com inúmeros casos de famílias separadas e, no extremo, a ocorrência de suicídios entre os trabalhadores (Pa-Ca-5-6-8). No entanto, a relação entre a corporação e o sindicato está vivenciando um momento muito melhor com a negociação em 2015 de um novo acordo coletivo por 5 anos (Pa-Ca-5; CMn-Ca-1).

Já com a comunidade indígena *First Nation Sagamok Anishnawbek*, a Vale está continuando o que a Inco já tinha começado, depois de anos do desenvolvimento da mineração com muito pouco relacionamento formal entre corporação e comunidades indígenas, assinando no ano de 2012 o primeiro acordo nos moldes dos *Impact and Benefit Agreements* (IBAs) negociado pela equipa corporativa da Vale no mundo. A mais recente mina da Vale na região, a *Totten Mine*, está localizada dentro do território tradicional do grupo, o que gerou espaço de abertura para a negociação do IBA (Pop-Ca-1). Este é um exemplo da tendência de emergência de novos esquemas de governação nos quais a Vale está assumindo uma posição de protagonismo. Estes acordos geralmente incluem oportunidades de formação e trabalho nos negócios relacionados à mineração, ao mesmo tempo que prevêm a participação das comunidades no gerenciamento e monitoramento ambiental da área impactada (Mills e Sweeney, 2013; NRC, 2008). É importante mencionar que a região possui outros grupos indígenas que não estão sendo contemplados pelo mesmo tipo de acordo, o que mostra como estes esquemas de governação são ainda discricionários em sua aplicação.

No caso do Canadá, a forte institucionalização e regulação da atividade mineral e o grande espaço político de integração significativa entre um movimento sindical robusto e a participação das comunidades indígenas, trazem novas variáveis para a análise do “complexo

dos recursos”. Não obstante o forte poder sindical, as conquistas dos trabalhadores foram limitadas, o que ilustra a permanência da perpetuação de violências que neste caso apenas se manifestam de maneira distinta, porém não menos opressora para a população atingida, dos demais. No Canadá, o processo de governação operado pela corporação tem menos margem de manobra e portanto, menos mecanismos coercivos, mas também por isso adquire contornos mais sofisticados que o tornam mais invisível. O USW Local 6500, sindicato dos trabalhadores da Vale, é um ator central na articulação de redes de resistência a nível local, mas também regional e transnacional: *“the union is about building public power to counterbalance the economic private power and is sometimes more successful than other times”* (Pop-Ca-7). A organização *MiningWatch Canada* realiza um intenso movimento de resistência e mobilização que tem tido resultados concretos de influência nas políticas minerárias no Canadá e também em âmbito internacional. Outras organizações como o *Center for Policy Alternatives* também tem constituído um ponto importante de pressão regulatória.

A nível local da população atingida, com a exceção do sindicato, o Canadá é o contexto onde há menos organizações de resistência. Em Sudbury, a *Coalition for a Liveable Sudbury* é um movimento de articulação da luta contra os impactos ambientais das atividades mineradoras na região, mas a sua organicidade e extensão de influência é bastante limitada devido a dificuldades de mobilização popular. Isso reflete o nível elevado de normalização da atividade mineradora na região (SoCiv-Ca-2). De maneira geral, a existência de espaços de negociação como os IBAs garantem um caminho direto de influência da corporação na vida das comunidades e são usados como um instrumento de contornos sofisticados que acentuam o processo de normalização da atividade mineral na região. Dessa forma, a Vale passa a ocupar um espaço central na promoção de um modo emergente de governação dos recursos naturais baseado na promoção do deslocamento da concepção de comunidades atingidas para comunidades parceiras que partilham integralmente dos benefícios das atividades de mineração. Não obstante, a conflitualidade entre a mineradora e a população atingida continua presente como exemplifica o caso da greve dos trabalhadores.

3.4. Estado sede/hospedeiro – Brasil

O império da lei há de chegar no coração do Pará

Quem matou meu amor tem que pagar

E ainda mais quem mandou matar

Ter o olho no olho do jaguar

Virar jaguar³⁵

Caetano Veloso na letra da música 'O Império da Lei (2012)'

O país hospedeiro neste caso é também o país de origem da CMN. O facto de o Brasil ser o estado sede da Vale, somado à importância histórica da corporação ainda enquanto estatal para o desenvolvimento da mineração de larga-escala no país, torna a análise da economia política brasileira um exercício diferenciado dos demais realizados até agora. A inserção da CMN na sociedade acontece de maneira intrínseca a partir de um desenvolvimento corporativo que aconteceu sobretudo a partir do Brasil, mas que com os anos tem se distanciado do país devido à interação cada vez maior com as demandas da atuação ampliada no mercado internacional. De maneira geral, há no Brasil a predominância de uma epistemologia cívica dominante pró-Vale e uma política interna de ampla aceitação da corporação. Atualmente, esta está associada ao facto de a Vale ser uma das principais corporações responsáveis por colocar o Brasil em posição de destaque como país produtor exportador e alavancar a sua balança comercial (ICMM, 2013). Há uma tendência de confundir o sucesso da Vale com o sucesso do Brasil, o que é resultado da somatória dos resquícios do seu tempo de estatal com essa percepção da sua importância para a economia brasileira atual. É, sobretudo, por esse motivo, que optou-se por direcionar o olhar para as operações da empresa no estado do Pará (depois de Minas Gerais, o principal estado minerador do Brasil), cujas violências e conflitos são invisibilizados em prol da constituição desse forte imaginário nacional pró-Vale.

A história da mineração da Vale no sudeste do Pará e, conseqüentemente, do desenvolvimento daquele que é conhecido como Sistema Norte³⁶ da CMN, começa em 1967

³⁵ Nessa letra, Caetano Veloso faz menção indireta à invisibilidade do Pará no Brasil e direta à ausência do estado nos conflitos presentes na região e ao perspectivismo ameríndio através do jaguar.

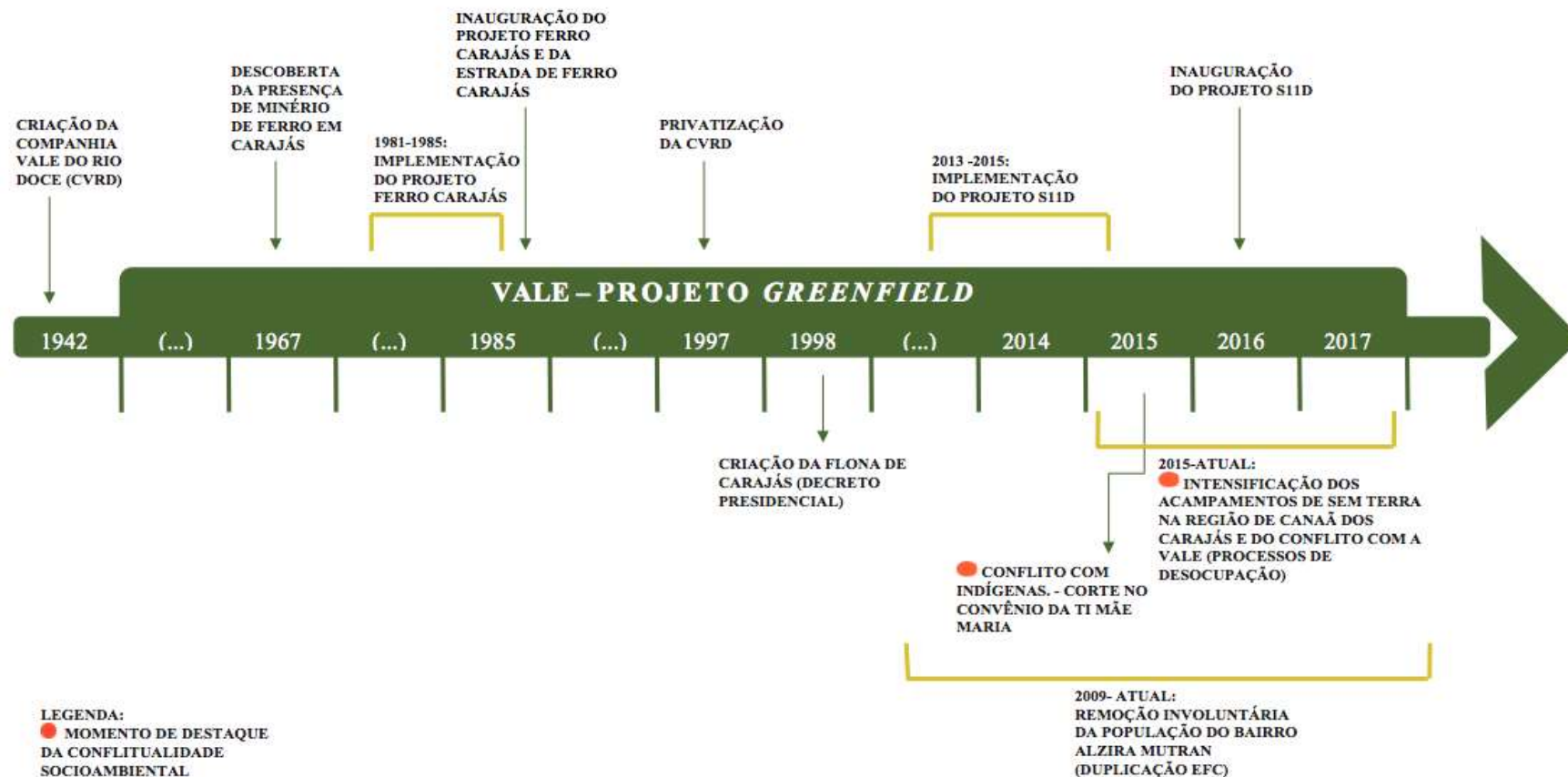
quando é descoberta a presença de minério de ferro em Carajás (Vale S.A., 2012b) (Figura 11). Carajás é o nome da serra de formação vulcano-sedimentar riquíssima em diversos minérios (ferro, ouro, cobre, zinco, manganês, prata, bauxita, níquel, cromo, estanho e tungstênio) e é a maior província de minério de ferro de alto teor do mundo. A exploração de ferro em minas a céu aberto na então remota região de Carajás pela estatal CVRD começou em 1985 no âmbito do Programa Grande Carajás (PGC). Além do Projeto Ferro Carajás, a Vale possui outros inúmeros empreendimentos em operação ou prospecção na região (por exemplo, a mineração de cobre no Projeto Salobo e a de níquel no Projeto Onça Puma) (Mapa 3). Atualmente, o Complexo de Carajás³⁷ encontra-se em fase de expansão através do Projeto S11D, inaugurado em 2016, e considerado o maior projeto da história da mineração mundial e o maior investimento privado da década no Brasil (Vale S.A., 2012d)³⁸. No sentido de viabilizar o projeto, a empresa investiu em ampliar a sua capacidade de escoamento através da expansão e/ou duplicação da Estrada de Ferro Carajás (EFC), que liga Carajás ao complexo do Terminal Marítimo de Ponta da Madeira no Maranhão (TMPD). Assim, a presença da Vale no Brasil é analisada a partir dos seus dois maiores projetos em operação no Pará: o histórico Projeto Ferro Carajás, que tem como sede o município de Parauapebas, e o S11D, que tem como sede o município de Canaã dos Carajás.

³⁶ O Sistema Norte de operações da Vale abrange o Estado do Pará (minas e EFC) e do Maranhão (logística: EFC e TMPD, porto privado da empresa em São Luís).

³⁷ São cinco minas a céu aberto em operação: N4E, N4W, N5E, N5W, N5 Sul.

³⁸ O S11D inicia a exploração da reserva mineral da Serra Sul que está dividida em 4 blocos: A, B, C e D. O que agora se inicia é a exploração do Bloco D do Platô S11. O BNDES financiou a implantação e capacitação logística do projeto, com a aprovação de financiamento 1,9 mil milhões de dólares americanos (ou 6,2 mil milhões de reais) em 2014 (Vale S.A., 2012b: 149).

Figura 11: Cronologia da Vale no Brasil (Pará)



Mapa 3: Complexo de Carajás



Fonte: Vale S.A. (2012d: 8)

O complexo do ferro

No caso do Brasil, o “complexo do ferro” presente no relacionamento da CMN com o estado hospedeiro-sede e a população atingida no âmbito da intersecção entre a mineração e a economia política brasileira é marcado pelas seguintes características:

1. Economia e indústria extrativa: Economia emergente. Grande peso da indústria extrativa na balança comercial.

2. Governo hospedeiro: Governo promotor, mais do que regulador da indústria extrativa. Sobreposição de interesses da indústria extrativa com o sector político (mecanismos como o financiamento de campanhas eleitorais).

3. Ambiente regulatório: A lei federal que regula a mineração é o Código da Mineração de 1967 (Decreto-lei n. 227), que sofreu alterações em 1996 para estimular investimentos na área através de maior flexibilidade para o investimento estrangeiro (KPMG, 2015) (intensa discussão atual para modificação dos termos).

4. Políticas de IED: Políticas de incentivo à atração e promoção de IED (o fato de o Brasil ser o estado sede da Vale e, portanto, esta ter uma inserção a partir de dentro diminui a importância deste ponto em especial).

5. Taxação: Considerada elevada pela indústria, principalmente por acumular os encargos gerais do sistema de tributação fiscal brasileiro. Não há centralismo fiscal significativo.

6. Relação com a CMN: Estado sede da CMN (antiga estatal CVRD).

7. Estágio do investimento: Investimento *greenfield* desde os anos 1980 em área “remota” e projeto de expansão recente (S11D).

8. Segurança: Aparatos de segurança do estado em sinergia com os aparatos de segurança privada da corporação (por exemplo, desocupação de acampamento de trabalhadores/as sem terras, massacre de Eldorado dos Carajás).

9. Políticas de sustentabilidade socioambiental da CMN: Investimentos significativos na área social e ambiental – CMN enquanto agente promotora da sustentabilidade socioambiental e do desenvolvimento das regiões onde opera. Pouca clareza em relação a ações que são decorrentes do processo regulatório de licenciamento ambiental e outras que ocorrem no âmbito voluntário da RSC: programas de investimento social voluntário, assessoria no desenvolvimento de municípios através de agências de desenvolvimento, Convênio com populações indígenas para atender a condições de financiamento do Banco Mundial, mas vistos pela CMN como mera “liberalidade”.

10. Dinâmicas de contestação: Forte presença de grupos de pressão, em especial organizações e movimentos sociais como: Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), Comitê em Defesa dos Territórios Frente à Mineração e Comissão Pastoral da Terra (CPT) (que presta assessoria jurídica para populações atingidas).

Em conjunto, estas características refletem a intersecção entre a economia política dos recursos naturais e os espaços de governação ocupados pela Vale no cenário brasileiro de

forças, identidades e formas de poder no qual ela foi constituída. Nas palavras da Vale, “o S11D impacta positivamente as exportações brasileiras, trazendo novo impulso ao desenvolvimento econômico e social do país, em especial aos estados do Pará e Maranhão” (Vale S.A., 2017b). Esse discurso reforça a importância da CMN como agente essencial do desenvolvimento local, bem como para a inserção do Brasil no cenário internacional. Dessa forma, além da promoção de desenvolvimento regional, o impacto do S11D no comércio exterior e a contribuição para o equilíbrio da balança comercial brasileira também são colocados enquanto benefícios do projeto para a economia brasileira (Vale S.A., 2012d: 20).

De fato, conforme ressaltado no capítulo 2, a indústria extrativa e a Vale, enquanto maior CMN privada do setor no país, tiveram um papel central na construção recente do Brasil enquanto economia emergente e membro dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) (Stuenkel, 2016). O Brasil é classificado como país de rendimento médio-alto (Banco Mundial, 2017a)³⁹ e o seu IDH enquadrado na faixa de países de alto desenvolvimento humano (PNUD, 2017)⁴⁰. Durante a primeira década dos anos 2000, o crescimento econômico brasileiro foi classificado como excepcional e o país do futuro parecia finalmente concretizar o seu potencial. O cenário era de crescimento elevado, controle da inflação, democracia, diminuição da pobreza, aumento expressivo da classe média e estabelecimento de fortes instituições políticas. O Brasil virou o maior caso de sucesso da América Latina e foi retratado através da imagem do cristo redentor em forma de foguete decolando na emblemática capa “*Brazil takes off*” (2009) da revista britânica *The Economist*. As multinacionais brasileiras, com especial destaque para a Vale e seu processo de expansão e internacionalização também discutido no capítulo 2, foram parte fundamental desta ascensão. Acompanhando a tendência das economias emergentes⁴¹, pela primeira vez, em 2006, o IED brasileiro no estrangeiro superou o IED no Brasil (KPMG, 2008). O IED para fora foi impulsionado por corporações do setor dos recursos naturais, principalmente a Vale e a Petrobras que juntas foram responsáveis por 70% dos ativos estrangeiros em 2006 (FDC

³⁹ O critério usado pelo Banco Mundial para classificar economias é o PIB per capita. Uma economia de renda média alta é aquela cujo PIB per capita está entre 4.036 dólares americanos e 12.475 dólares americanos por ano (Banco Mundial, 2017a: xvii).

⁴⁰ Apesar de ser o 10º país mais desigual do mundo a partir do Índice de Gini (PNUD, 2017).

⁴¹ Na primeira década do século XXI as economias emergentes passaram a ser além de receptoras também fontes importantes de IED, revertendo a tendência histórica de IED proveniente de países desenvolvidos para países em desenvolvimento para aumentar produtividade e mercado (Calderón, 2014).

e CPII, 2007). Não obstante, desde 2013, a situação de declínio da economia política brasileira gerou uma nova reportagem na capa da revista *The Economist*, “*Has Brazil blown it?*” (2013), na qual o cristo aparece dessa vez como um avião desgovernado e fala-se na retração da economia brasileira. Não por acaso esse momento foi marcado também pelo fim do super-ciclo das *commodities*.

Ao contrário de outros países ricos em recursos naturais da América Latina, como paradigmaticamente a Venezuela, o Brasil possui uma economia considerada diversificada (ICMM, 2013). Não obstante, a economia brasileira constituiu-se historicamente como primário-exportadora (ciclo do açúcar e do ouro no período colonial e do café no império) e a sua inserção no mercado global continua fortemente marcada pela exportação de *commodities* agrícolas, minerais e semimanufaturados (Magalhães, 2012). A contribuição da indústria extrativa para a economia representa 4% do PIB e é central para a geração de superávit na balança comercial brasileira (Ministério de Minas e Energia, 2014). O país é um dos líderes mundiais na exportação mineral (IBRAM, 2010), com a exploração de mais de 80 tipos de minério. O ferro tem especial destaque, já que representa 80% dos minérios exportados⁴², e a Vale é a maior empresa produtora de ferro, com 84,52% da produção nacional em 2012 (IBRAM, 2012).

A emergência da Vale enquanto CMN privada é fruto das reformas de neoliberalização da economia brasileira que foram implementadas a partir do início da década de 1990, mas com maior intensidade nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). No Brasil, não há uma nítida divisão entre um momento neoliberal e um “pós-neoliberal” ou a presença de uma clara agenda anti-Consenso de Washington, mas sim uma continuidade política com mudanças (Singh, 2012). Além disso, o balanço entre estado e mercado foi influenciado pelo neoliberalismo através de uma crescente legitimidade e autoridade para o capital privado, mas nunca houve consenso social quanto às reformas de mercado que foram muito contestadas, como indica o próprio processo polêmico de privatização da Vale também discutido no capítulo 2 (Singh, 2012: 222). Há uma forte parceria do estado com o capital privado que é visto como

⁴² O principal produto de exportação entre 1997 e 2014 foi o ferro, mas devido à queda da sua demanda como consequência do pós super-ciclo das *commodities*, a soja passou a ocupar a liderança (Idem.; MDIC, 2017).

necessário para enfrentar os desafios da globalização, aumentar a competitividade e a eficiência da produção, uma mistura de pragmatismo econômico e comprometimento com a justiça social.

O momento de otimismo e bons indicadores macroeconômicos mencionado anteriormente ocorreu em grande medida durante a presidência de Lula (2002-2010) e enquadra-se no que ficou conhecido como giro de esquerda na América Latina: governos populares eleitos com base em uma plataforma progressista de inclusão social. Nesse contexto, a exploração de recursos naturais idealmente seria uma maneira de impulsionar o desenvolvimento de setores mais amplos da população e aumentar a participação política. Para Gudynas (2009), os governos progressistas latino-americanos teriam gerado um novo tipo de extrativismo: o “neo-extrativismo progressista”. Este, assim como o extrativismo, é um modelo de desenvolvimento baseado na apropriação da natureza e dependente da exportação de recursos naturais para a inserção internacional, mas no qual o estado tem um papel mais ativo assente em novas fontes de legitimação social e política, viabilizadas através da redistribuição dos excedentes extrativos (Acosta, 2016). Na prática, para promover uma maior inclusão social, tirou-se mais dinheiro do chão, ou seja, da venda de *commodities* (Castro, 2014). O neo-extrativismo é uma continuidade do extrativismo de raiz colonial, uma vez que não houve mudança substancial no modelo extrativista clássico e as possibilidades da sociedade civil de influenciar a governação dos recursos não aumentaram expressivamente.

Neste período, os discursos políticos da Vale e do estado sobre a importância da mineração para o desenvolvimento nacional estiveram em claro desencontro com a persistência de impactos socioambientais agressivos, alto índice de conflitualidade relacionada ao extrativismo e muito pouca inovação político-institucional. Ou seja, houve uma clara desconexão entre uma melhora macroeconômica e a geração de mais oportunidades localmente. O foco foi em formas de redistribuição dos recursos materiais e não em como as externalidades negativas são distribuídas de maneira desproporcional na sociedade, ou mesmo como viabilizar uma maior participação pública na formulação das políticas para o setor. Em suma, esse modelo emergente de práticas em torno da governação dos recursos não contribuiu

para aumentar a justiça social e não notamos a inclusão de vozes da população como constitutivas da governação.

As recentes discussões para a elaboração de um novo marco regulatório para a mineração são o retrato dessa relação entre estado e capital privado e da configuração atual da economia política da mineração no Brasil marcada pelo papel do governo enquanto promotor da indústria extrativa. O aparato regulatório da mineração existente é considerado complexo (KPMG, 2015: 10) e institucionalizado com processos em múltiplas jurisdições (municipal, estatal e federal). Uma proposta de lei para um novo marco regulatório foi apresentada pela primeira vez em 2013 mas não se chegou a um consenso sobre os conteúdos das reformas. Movimentos da sociedade civil, em especial a articulação *Comitê em Defesa dos Territórios Frente à Mineração*⁴³ criada em 2013 como o intuito de discutir o modelo mineral brasileiro, apontam as inconsistências da proposta do governo e lutam por uma gestão mais democrática dos recursos naturais no Brasil. O financiamento de campanhas eleitorais (de praticamente todos os partidos políticos brasileiros e dos responsáveis por discutir o modelo) pela Vale e outras mineradoras mostram na prática os vínculos entre a estrutura de poder e a corporação, resultando num claro viés pró-negócios (Oliveira, 2013) que compromete a capacidade de regulação, bem como a possibilidade de participação popular no debate.

Em relação à taxaço do setor mineral, este está sujeito ao mesmo sistema dos outros setores econômicos, mas há um imposto adicional que é a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), conhecido como *royalty* da mineração. Não há centralismo fiscal, já que a distribuição dos *royalties* prevê a transferência de 65% para municípios produtores (Rodriguez, 2017). Além disso, estão previstas algumas possibilidades de isenções tributárias e fiscais significativas (KPMG, 2015) e há indícios de pouca transparência, injustiça tributária, evasão fiscal e fuga de capital no setor mineral brasileiro (Morlin, 2017). A carga tributária do Brasil é considerada pela indústria extrativa como uma das três mais elevadas do mundo (IBRAM e Ernst & Young, 2008). No entanto, críticos afirmam que esta conclusão é pouco consensual (Santos e Milanez, 2013: 140), o que evidencia um debate intenso entre diferentes atores da sociedade em relação à regulamentação do setor. A

⁴³ O comitê é um fórum de diálogo e o principal espaço de articulação nos debates do novo marco regulatório da mineração (Oliveira, 2013: 39).

percepção da Vale de que há restrições na capacidade dos municípios em gerirem os recursos minerais, levou à implementação da *Iniciativa de Fortalecimento da Gestão Pública* da Fundação Vale para melhorar a capacidade de gestão financeira nos municípios onde atua (ICMM, 2013: 43). Exemplos como este reforçam o papel central desempenhado pela mineradora em espaços de governação da esfera pública brasileira.

Relacionamento local e conflitualidade

O sudeste do Pará é palco de uma convivência conflituosa entre diversos grupos sociais com demandas e interesses muito distintos: pequenos e grandes produtores rurais, populações indígenas, grandes empresas e mineradoras, quilombolas, camponeses sem terra, etc. Os incontáveis conflitos socioambientais ali existentes estão associados à ocupação violenta da terra que se desenvolveu com particular intensidade a partir dos anos 1970 e foi resultado da chegada de megaprojetos, dentre os quais o Projeto Grande Carajás que foi o grande catalizador do desenvolvimento na região. O principal marco da violência no campo é o Massacre de Eldorado dos Carajás⁴⁴: o assassinato de 19 trabalhadores rurais pela Polícia Militar do Estado do Pará no dia 17 de abril de 1996 em decorrência da repressão sangrenta de policiais a uma manifestação de camponeses sem-terra que estavam acampados na região (Nepomuceno, 2007). Há evidências sobre a associação da então CVRD no ocorrido através da mobilização das forças de segurança estatais (Pop-Br-5). Dessa forma, o massacre reflete uma característica central do “complexo dos recursos” do caso brasileiro: a sinergia existente entre os aparatos de segurança do estado com os da segurança privada da CMN ou como o aparato de segurança do estado está muitas vezes ao serviço da proteção dos investimentos da CMN.

Devido à abrangência do campo de atuação da Vale na região, o relacionamento e a conflitualidade da CMN com as populações atingidas deve ser entendido a partir da magnitude da importância econômica e, conseqüentemente, do próprio desenvolvimento da região que é estreitamente associado à existência da Vale, com efeitos particularmente importantes para três localidades centrais: Parauapebas, Canaã dos Carajás e Marabá (principal cidade do sudeste

⁴⁴ Município localizado entre Marabá e Parauapebas/Canaã dos Carajás. A brutalidade e o simbolismo do massacre deram origem ao reconhecimento do dia 17 de abril enquanto dia internacional de luta dos trabalhadores do campo.

do Pará e sede regional da Vale). O amplo espaço de governação que a Vale ocupa a partir de Carajás foi construído como “um laboratório no qual se moldava o perfil da CVRD” (Vale S.A., 2012b: 235):

O Sistema Norte (...) a partir dos anos 1990, mostrou-se fundamental para a conciliação dos resultados econômicos com integração social buscados pela CVRD. Não era só o minério. A partir de Carajás, a companhia criava condições para o desenvolvimento – da agricultura à educação – de boa parte da região que se estendia do Pará até São Luís, no Maranhão. (Vale S.A., 2012b: 232)

Neste trecho nota-se com clareza como a CMN é retratada sobretudo como uma catalizadora do desenvolvimento socioeconômico da região. No “complexo dos recursos”, no caso do Brasil, há uma tendência de criação de sinergia entre o processo de licenciamento ambiental e as ações de investimento social nos territórios (Vale S.A, 2017a: 41), mas, em geral, há muito pouco esclarecimento para o público e partes interessadas sobre a distinção entre ações que são decorrentes do processo regulatório de licenciamento ambiental e outras que ocorrem no âmbito voluntário da RSC. Como nos outros casos, os investimentos de caráter compulsório da CMN são em grande medida decorrentes do cumprimento da legislação de licenciamento ambiental (com especial destaque para as condicionantes do Projeto S11D). Já no caso dos investimentos sociais, há um envolvimento muito orgânico e próximo da esfera pública da CMN no caso brasileiro, fruto do seu histórico e magnitude da importância econômica da mineração para o sudeste do Pará.

A área conhecida como Complexo de Carajás está localizada em meio a 400 mil hectares de floresta e a mineração de ferro da Vale esteve associada à conservação desta área através da criação da Floresta Nacional de Carajás em 1998 (ICMBio, 2017), processo que esteve associado à privatização da CMN. Carajás é o ponto alto deste modelo defendido pela mineradora que alia, paradoxalmente, a preservação ambiental à exploração mineral. Dessa forma, a CMN é responsável por administrar a Floresta Nacional de Carajás em parceria com governo através do ICMBio⁴⁵. De facto, a Vale alega administrar e/ou colaborar com a proteção de uma área 3,5 vezes maior do que a ocupada pelas suas operações globais (Vale S.A., 2012b: 244). Essa narrativa não incorpora os constantes conflitos gerados no entorno deste oásis da

⁴⁵ Órgão do governo federal, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente que administra a Floresta Nacional (FLONA) de Carajás, local onde estão localizadas as minas de Carajás.

Vale com garimpeiros e populações rurais que vivem às margens da área que foi desenhada para ser protegida de ocupação humana (Faustino e Furtado, 2013). Além disso, o município sede de Parauapebas possui carências básicas de infra-estrutura e uma desigualdade gritante em relação ao Núcleo Urbano de Carajás, bairro/cidade criado pela Vale para servir de moradia aos seus alto funcionários.

Mais recentemente, o megaprojeto S11D é apresentado como uma referência de sustentabilidade ambiental operacional, com sistemas de inovação como o *truckless* (onde correias de transporte de minério são usadas para substituir caminhões fora de estrada), que leva a menos custos, menos poluição e menos uso de água (Vale S.A., 2012b: 383). Apesar disso, a implementação do S11D – das minas à ferrovia e porto – tem ocasionado um processo de renovação dos impactos e conflitos socioambientais associados à mineração da Vale na região. Os problemas socioambientais gerados vão desde despejos de populações à contaminação das águas e reassentamentos mal sucedidos (Faustino e Furtado, 2013). É precisamente a partir desta onda de impactos mais recentes provocados pelo S11D que foi possível observar com maior intensidade durante o período de pesquisa de campo (2016) o envolvimento da CMN em arranjos de governação. No município de Canaã este envolvimento começa em 2004 e se intensifica com a implementação do S11D. O processo de crescimento acelerado gerou migrações de pessoas em busca de trabalho, ocupação desordenada e acentuação da criminalidade (Gov-Br-4; Pop-Br-7; SoCiv-Br-3). Além disso, tem ocorrido um processo de privatização do território através da aquisição de extensas propriedades na região pela Vale, inclusive áreas públicas destinadas à reforma agrária (e que, portanto, não são comercializáveis) (SoCiv-Br-3). O conflito com os/as trabalhadores/as rurais e, principalmente, com os integrantes do Movimento Sem Terra (MST) e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canaã dos Carajás (STTR), que montaram diversos acampamentos na região, é uma constante do relacionamento da Vale com as populações (Pop-Br-7-8-9-10).

O relacionamento com povos e territórios tradicionais também é uma fonte importante de conflito. Uma das principais populações atingidas pela Vale no Pará são os indígenas Gavião da Terra Indígena Mãe Maria, localizada a 40 km de Marabá. O dispositivo mais importante para compreender a forma de relacionamento entre a Vale e o Povo Gavião ao longo dos anos é a

existência de Convênios firmados entre a mineradora e os/as indígenas da região que se caracterizam principalmente pela transferência de dinheiro da CMN para o grupo. Os Convênios têm origem no início dos anos 1980 e foram inicialmente uma exigência do Banco Mundial para a concessão de empréstimos destinados ao financiamento do Projeto Ferro Carajás⁴⁶. Conflitos com a CMN para a negociação de renovação dos acordos e duplicação da EFC que corta o território também têm sido constantes, com episódios de acirramento como protestos de indígenas na ferrovia em 2015 e o subsequente corte dos repasses pela mineradora (Gov-Br-1; Pop-Br-1). Na opinião dos índios, a dependência deles da assistência da Vale na área da saúde é total e a corporação tem recorrentemente adotado ações no sentido de romper com a provisão destas atividades.

Pois é ai a saúde no começo como ela queria ser boazinha ela deu saúde boa. A Vale ela foi desmamando o índio, tirando de pouquinho. (...) Como ela viu que aumentou o número de doença ela foi tirando. É mesmo que tirar pito de uma boca de uma criança. (...) Falo do meu povo em geral, mas se dinheiro da Vale acabasse hoje tinha índio ai que ia pedir esmola, não sabe mais caçar, não sabe jogar um anzol na água, não tem coragem pra trabalhar. Mas quem acostumou? A Vale. A mamãe Vale. Ai a Vale fechou a torneira. (Pop-Br-1)

O fato da indígena referir-se a Vale enquanto mamãe Vale é um forte simbolismo do envolvimento da corporação em aspectos cruciais da vida dos/as indígenas e a total dependência destes últimos das ações de governo da população atingida decorrentes do Convênio. Além disso, conflitos internos entre os grupos indígenas decorrentes do controle sobre a administração do dinheiro ocasionaram um processo de divisão intensa do grupo que agora se encontra fragmentado em diversos aldeamentos (Pop-Br-4; Gov-Br-1-2). Essa relação conflituosa faz transparecer o espaço de governação significativo que passou a ser ocupado pela Vale através do controle de aspectos fundamentais da vida indígena, como a saúde e a educação.

Como ressalta um entrevistado, a Vale no Brasil, e especialmente no Pará, representa “o estado econômico coordenando o estado da política” (Pop-Br-5), o que resulta em um processo de silenciamento das dinâmicas de violência geradas pelas atividades da CMN a nível

⁴⁶ A condição do BM presente nas cláusulas de contrato firmado com a então CVRD era de que “a companhia criasse meios para garantir a demarcação das terras dos índios, constantemente ameaçadas, e incluísse em suas políticas de investimento na saúde, na educação e em atividades produtivas direcionadas aos povos indígenas” (Vale S.A., 2012a: 211).

nacional. O processo é acentuado pela violência intensa que existe no estado do Pará, que lidera o assassinato de ativistas socioambientais no Brasil (que, por sua vez, lidera o *ranking* mundial de assassinatos de ativistas) junto com os estados do Maranhão e de Rondônia (Global Witness, 2016: 11), e da qual muito pouco se fala nos meios hegemônicos nacionais. Não obstante, há um trabalho de resistência intenso feito por organizações como a Justiça nos Trilhos e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) que prestam assessoria jurídica as comunidades atingidas pela Vale. Há inúmeras entidades populares de articulação da luta como a Centro de Prevenção, Apoio Social e Pastoral (CEPASP) e o STTR. A intersecção entre a luta pela terra, que tem no Movimento dos Sem Terra a grande base de articulação da resistência, e a luta contra megaprojetos de mineração tem gerado a partir da região um espaço de resistência inédito a nível nacional.

Isso nasce como concepção de assim como ser guardiões de nossos bens naturais? Primeiro a gente retira daí a ideia de riqueza natural. É bens, bens comuns. E ele vai nos ajudar a ter um conjunto de reflexões. E essas reflexões elas nos ajudam a criar lutas né? Por exemplo, em 2007 nós organizamos durante 45 dias com mais de 6000 camponeses a ocupação da Estrada de Ferro Carajás. E foi pela primeira vez nós conseguimos ter uma pauta política de questionamento do modelo, mas também uma pauta concreta né, uma pauta econômica e evidentemente isso digo assim teve um ganho cultural do ponto de vista da denúncia pública, da crítica a indústria da mineração na cidade de Parauapebas, na região e no Brasil. (...) Na análise de que havia uma nova realidade deflagrada na Amazônia que não era só a luta pela terra, mas era uma luta por território e que nós tínhamos que intransigentemente defender os territórios históricos indígenas, quilombolas e abrir perspectiva de conquista de novos territórios que era a luta pela reforma agrária. Uma concepção de que todos nós somos camponeses ainda que em uma vertente indígena, quilombola, ribeirinha. (Pop-Br-5)

Em 2013, há a criação do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente a Mineração que é um evento histórico na contestação do modelo mineral da Vale no país (Lyra, 2016). Outro importante ator, o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), foi idealizado como uma plataforma de soberania popular na mineração a partir da experiência amazônica e de mais de 30 anos da presença da Vale na região do sudeste do Pará (Pop-Br-5). O MAM não é um movimento contra todas as formas de mineração, mas um movimento popular que seja capaz de dizer aonde minerar, como minerar e o ritmo dessa mineração (Trocate *et al.*, 2015) (Pop-Br-5). O movimento é construído a partir de uma articulação entre epistemologias diversas das populações atingidas que questionam a imposição de uma narrativa nacional única

de mineração como desenvolvimento e progresso, é “a não aceitação de quem vive no rio, de quem vive como indígena” (Pop-Br-5).

Em suma, no caso do Brasil, o facto da Vale ser uma corporação de origem nacional é central, uma vez que esta possui relações de poder privilegiadas no contexto da política interna. Esta característica, somada à dos anos de atuação da CMN no país, apresenta um impacto decisivo sobre a sua ampla margem de atuação nos espaços de governação do contexto brasileiro.

Conclusão

Este capítulo apresentou uma contextualização analítica das dinâmicas político-econômicas e socioambientais em torno da atuação da Vale nos estados hospedeiros/sede de Moçambique, Canadá e Brasil, que serve de base para a sequência analítica desta tese. A discussão sobre a economia política da mineração nos estados hospedeiros/sede foi feita com base em uma matriz do “complexo dos recursos” que mostra como ocorre a emergência de novos espaços de governação a partir da entrada da Vale em determinado contexto. Essa compreensão da conexão entre recursos naturais e desenvolvimento rompe com os paradigmas dominantes e possibilita um entendimento crítico e contextualizado do fenómeno da governação e da conflitualidade socioambiental associada aos megaprojetos de mineração. As realidades conflituosas que existem no relacionamento entre a CMN e as populações atingidas pelos megaprojetos de mineração apontam para uma transescalaridade, onde os níveis de análise local, nacional e global coexistem através de formas de governação que são co-construídas entre diferentes atores. Além disso, elas indicam também uma diluição da divisão entre centro e periferia, Norte e Sul que se distancia da maneira como a maior parte dos estudos ainda retratam a questão. O objetivo de ressaltar as semelhanças do eixo Norte-Sul (países em desenvolvimento/ desenvolvidos) é entender a dinâmica da conflitualidade socioambiental a partir de uma escala comum de vivências de opressão e exclusão social nos diferentes contextos investigados.

Tabela 3: "Complexo dos recursos" em perspectiva comparada

	Moçambique	Canadá	Brasil
1. Economia e indústria extrativa	<ul style="list-style-type: none"> Economia em desenvolvimento Crescimento econômico recente associado à expansão da indústria extrativa 	<ul style="list-style-type: none"> Economia desenvolvida Historicamente dependente da exportação de recursos naturais 	<ul style="list-style-type: none"> Economia emergente Grande peso da indústria extrativa na balança comercial
2. Governo Hospedeiro	<ul style="list-style-type: none"> Governo promotor, mais do que regulador da indústria extrativa 	<ul style="list-style-type: none"> Governo promotor, mais do que regulador da indústria extrativa 	<ul style="list-style-type: none"> Governo promotor, mais do que regulador da indústria extrativa
3. Ambiente regulatório	<ul style="list-style-type: none"> Muito recente, brechas significativas no seu desenho pouca transparência Monopólio legal sobre exploração mineral por parte do Estado Moçambicano 	<ul style="list-style-type: none"> Bem institucionalizado País federado, no qual a província ou território da área mineral possui a propriedade dos recursos 	<ul style="list-style-type: none"> Institucionalizado Monopólio legal sobre exploração mineral por parte do Estado Brasileiro
4. Políticas de IED	<ul style="list-style-type: none"> Políticas de incentivo do IED 	<ul style="list-style-type: none"> Políticas de incentivo do IED 	<ul style="list-style-type: none"> Políticas de incentivo do IED
5. Taxação	<ul style="list-style-type: none"> Centralismo fiscal Sistema de cargos incentivos fiscais Sistema de taxaço pró-negócios Pouco transparente 	<ul style="list-style-type: none"> Não há centralismo fiscal significativo Sistemas de incentivo fiscais Sistema de taxaço pró-negócios Muito transparente 	<ul style="list-style-type: none"> Não há centralismo fiscal significativo Sistema de incentivos fiscais Sistema de taxaço elevado Transparente
6. Relação com CMN	<ul style="list-style-type: none"> Estado hospedeiro desde 2007 Inserção Sul-Sul 	<ul style="list-style-type: none"> Estado hospedeiro desde 2006 Inserção Sul-Norte 	<ul style="list-style-type: none"> Estado sede da CMN Inserção interna
7. Estágio do investimento	<ul style="list-style-type: none"> Investimento <i>greenfield</i> (desenvolvido integralmente pela CMN em região pouco desenvolvida) 	<ul style="list-style-type: none"> Investimento <i>brownfield</i> (aquisição de uma corporação canadense de longo histórico na área da mineração com alto nível de desenvolvimento comunitário) 	<ul style="list-style-type: none"> Investimento <i>greenfield</i> (desenvolvido integralmente pela CMN em região pouco desenvolvida)
8. Segurança	<ul style="list-style-type: none"> Aparatos de segurança do estado em sinergia com o da CMN 	<ul style="list-style-type: none"> Aparatos de segurança do estado pouco vinculados com os da CMN 	<ul style="list-style-type: none"> Aparatos de segurança do estado em sinergia com o da CMN
9. Políticas de sustentabilidade socioambiental	<ul style="list-style-type: none"> Ausência de investimento ambiental significativo, investimentos da CMN quase exclusivamente na área social 	<ul style="list-style-type: none"> Presença de investimento ambiental significativo, menor relevância para o investimento social Formas emergentes de sustentabilidade socioambiental: IBA's e investimentos na indústria da inovação para redução de impacto ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> Investimentos significativos na área social e ambiental Pouca clareza em relação a ações que são decorrentes do processo regulatório de licenciamento ambiental e outras que ocorrem no âmbito voluntário da RSC
10. Dinâmicas de Contestação	<ul style="list-style-type: none"> Forte presença Visibilidade internacional 	<ul style="list-style-type: none"> Forte presença Visibilidade internacional relativa 	<ul style="list-style-type: none"> Forte presença Pouca visibilidade internacional

Indicativo de diferenças
 Indicativo de semelhanças

A Tabela 3 apresenta a matriz do “complexo dos recursos” em perspectiva comparada, a partir de indicativos de diferenças e semelhanças nos arranjos de governação presentes nos três contextos. Não se pretendeu negar aqui a qualidade díspar da economia e dos regimes extrativos no Norte e no Sul global (item 1). Como exposto, é evidente que a diferença da qualidade dos aparatos legais e regulatórios entre o Canadá e Moçambique (item 3) produzem resultados distintos na transparência e qualidade da distribuição das rendas extrativistas (item 5) e, conseqüentemente, no tipo de conflitualidade e relacionamento socioambiental que emerge nesses contextos. Assim como também é muito claro que o desenho recente e pouco transparente desses mecanismos em Moçambique favoreceu excessivamente as corporações privadas e uma fina seção da elite político-econômica e não a geração de bem-estar para populações locais.

Há uma grande disparidade em relação às políticas de sustentabilidade socioambiental da Vale em Moçambique e no Canadá (item 9). Em 2013 a Vale investiu 1,28 mil milhão de dólares americanos em ações de sustentabilidade no mundo, dos quais 79% correspondem à ações ambientais e 21% à ações sociais. Em Moçambique, a CMN investiu 33,1 milhões de dólares americanos, dos quais 72% foram destinados à área social (Vale S.A., 2014c). Não foi possível encontrar o mesmo tipo de informação dos investimentos socioambientais do ano de 2013 para os outros dois estados hospedeiros/sede, uma vez que a Vale não apresenta esta informação sistematizada a partir de uma divisão entre países em nenhum local. O único dado encontrado foi o de que, neste ano de 2013, a Vale aplicou nas comunidades 15 mil milhões de dólares no Canadá e 128 mil milhões de dólares no Brasil (Vale S.A., 2014f: 97). Não obstante, quando comparamos o dado apresentado sobre Moçambique com o investimento global, é possível notar como há uma discrepância entre o padrão de investimento socioambiental global da Vale no mundo, que se reflete no Canadá através da existência de projetos de investimento ambiental expressivos como o AER, e a política da CMN voltada para esta área em Moçambique. Esse dado aponta para a pluralidade de formas de atuação da CMN no mundo e confirma a tendência observada durante a pesquisa de campo de muito pouca atenção voltada para a área ambiental em Moçambique. Além disso, muitos dos investimentos sociais relatados enquanto tal constituem ações corretivas da corporação em relação à implementação dos

reassentamentos mal sucedidos que deveriam ser enquadrados enquanto investimentos compulsórios. Neste último ponto, a forma de atuação e de apresentação dos dados ao público se aproxima da que é exercida no Brasil.

Mas, independente de suas diferenças, o complexo mineral promoveu uma reestruturação de formas pré-existentes de governação e se transformou em um idioma para fazer política nos três estados hospedeiros/sede. Os megaprojetos de mineração em Moatize, Sudbury e Carajás mostram uma CMN que se comporta seletivamente enquanto ator político e os estados, além de serem condizentes com esse espaço ser ocupado pela CMN, transferem muitas das responsabilidades de tradução do potencial econômico dos recursos naturais em bem-estar para a população para a CMN. A configuração de forças sociais, econômicas e políticas possui uma estrutura semelhante entre os estados hospedeiros que é característica do capitalismo extrativista em contexto neoliberal: os governos atuam como promotores da indústria em prol do bom funcionamento da economia nacional (item 2), com políticas de incentivo ao IED (item 4) e incentivos fiscais (item 5).

De maneira geral, temos a presença de novos espaços de governação nos quais a CMN adquire centralidade, mas o seu modelo de funcionamento é uma caixa preta para a sociedade de maneira geral. Esse processo acontece de maneira única em cada contexto devido à emergência de híbridos do relacionamento da CMN com a economia política e as populações que participam apenas enquanto 'receptoras' de investimento e não enquanto participantes ativas na formulação de soluções para lidar com a questão indústria extrativa – sociedade. Como forma de reação a esse modelo de governação nas quais não se sentem incluídas, os conflitos socioambientais são o idioma para fazer política também das populações atingidas, tanto em países classificados como desenvolvidos como o Canadá, quanto em países classificados como em desenvolvimento como Moçambique. A presença da conflitualidade e grupos de pressão (item 10) nos três casos tem o potencial de dissolver as explicações que giram em torno do nível de desenvolvimento díspar dos estados hospedeiros que se demonstram insuficientes para o entendimento das realidades conflituosas que encontrou-se invariavelmente em todos os casos. Com base nesse exercício analítico-contextual, o próximo capítulo é uma análise do modo de funcionamento da CMN (abertura da caixa preta) e como

esta assume dimensões de governo classicamente associadas à esfera pública em cada um dos três estados hospedeiros/sede.

Capítulo 4 - A corporação como agente de governo nos territórios

A multiplicidade de agências e técnicas através das quais o poder político é hoje exercido aponta para a importância analítica de outros atores além dos órgãos formais dos estados hospedeiros/sede, com especial destaque aqui para as CMNs. Através das concessões de exploração, a Vale passa a ser um agente central responsável pela administração de territórios no Brasil, Canadá e Moçambique. A própria CMN reconhece formalmente esse papel:

A Vale é responsável pela gestão de diversos territórios, incluindo áreas de alto valor cultural e de grande relevância para a biodiversidade. A empresa reconhece a importância da gestão integrada dessas áreas para a manutenção da sua licença para operar e para o acesso a novos territórios, visando ao desenvolvimento de projetos e à construção de um legado positivo. Isso implica considerar os aspectos sociais, econômicos e ambientais específicos de cada região em nossas políticas e procedimentos. (Vale S.A., 2014c: 19)

Mark Duffield argumenta que, diferentemente do que é incorporado na análise da geopolítica, os territórios vêm com população, seus meios de subsistência e processos de vida que, desde o século XIX, têm sido alvo por parte dos estados de esquemas de produção de conhecimento e melhoramento (Duffield, 2007: 5). Através deste entendimento amplo de território, com a difusão do poder a nível global, CMNs como a Vale passam também a ser atores centrais na administração de populações e de seus processos de vida. A preocupação da Vale com a garantia da licença de operação (capítulo 2) reflete como a atuação da CMN não está só constrangida pela necessidade de gerar estabilidade para a execução da sua atividade produtiva, mas está inexoravelmente envolvida em emaranhados complexos de questões socioambientais.

Dessa forma, os “complexos dos recursos” e os novos espaços de governação construídos através da entrada da Vale nos estados hospedeiros, analisados no capítulo anterior, resultam também na emergência da governação cotidiana da vida das populações atingidas, uma forma de ordenamento na qual a agência da CMN possui centralidade. Conforme já ressaltado no capítulo 1, a governação cotidiana da Vale nada mais é que o exercício da ordem política no cotidiano dos contextos operacionais, sendo política qualquer coisa que afete o interesse público ou o bem comum (Guzzini, 2012: 3). O foco aqui é na Vale enquanto agente da ordem nos territórios, mas é importante situar que na complexa rede da governação global,

as CMNs: a) são tanto objetos quanto sujeitos; b) são apenas um dos inúmeros atores; c) se adequam ao mesmo tempo que contribuem para a coprodução de esquemas emergentes de governação ambiental e social; e, por fim, d) têm suas ações também coproduzidas por grupos de pressão de atuação cada vez mais intensa.

A maneira mais usual de definir governação é algo parecido, mas distinto de governo, ou seja, a substituição do estado por atores funcionalmente equivalentes (Guzzini, 2012). Esta definição reflete a dimensão da agência e está relacionada com a fonte da ordem, ou seja, quem são os ordenadores. Ela evidencia a faceta mais visível da governação cotidiana exercida pela CMN: o ‘papel de governo’, isto é, a prestação de serviços e funções que tradicionalmente seriam atribuições da esfera pública de governo, mas que agora são providos pela corporação (Graz e Nölke, 2012: 119). Na inauguração de um centro de pesquisa na Universidade de Columbia (EUA) financiado pela Vale, Roger Agnelli explicita sua percepção sobre uma ligação inexorável entre a CMN e ações de governo.

Agnelli disse ontem que precisa da “ajuda de gente inteligente” como os acadêmicos da universidade americana, **porque a Vale acaba tendo de fazer o papel do governo no apoio ao desenvolvimento das comunidades das regiões pobres**. Ele citou o caso de Carajás (PA), onde o próximo programa de investimentos da companhia atrairá o deslocamento de pelo menos mais 800 mil pessoas à região. “Para continuar crescendo como empresa, sabemos que as regiões que exploramos precisam ter casas, asfalto, saneamento e educação”, disse Agnelli a uma platéia de acadêmicos e empresários dos EUA, Europa, Brasil, Rússia, Índia e China. (Olmos, 2008) Negrito da autora.

A posição de Roger Agnelli como CEO e maior representante público da corporação, reflete a visão da Vale sobre sua função de agente de desenvolvimento nas regiões de pobreza onde opera. Para isso, a CMN assume um ‘papel de governo’ através da construção de infraestruturas sociais básicas como casas e escolas. O envolvimento da corporação em atividades que configuram ‘papel de governo’ pode existir como consequência de padrões internacionais, regulamentação nacional, acordos com o governo, política corporativa e/ou como forma de resposta corporativa à demandas das comunidades.

Há uma grande associação entre a presença cotidiana da Vale na governação das populações atingidas e a ausência estatal em determinadas regiões: “é muito interessante que você falou assim da interferência da empresa na governança: a gente às vezes está em regiões

que ninguém chega! O estado não chega. Pega um trem lá de Parauapebas e vai até São Luis⁴⁷. É uma miséria, uma exclusão, um abandono por parte do estado” (CMN-Br-3). Apesar de a dimensão da ausência estatal ter uma importância irrefutável na análise, ela não explica as formas de governação cotidiana da Vale que existem no Canadá e nem integralmente as que estão presentes em Moçambique e no Brasil. Ou seja, a Vale exerce uma atuação intensa no âmbito da governação cotidiana para além de regiões de baixo desenvolvimento e países de soberania limitada.

Este capítulo evidencia a CMN como agente de governo de territórios e problematiza os seus efeitos no cotidiano das populações atingidas pelos grandes empreendimentos de mineração no Canadá, em Moçambique e no Brasil. Apesar de nitidamente ter maior intensidade nos casos de Moçambique e do Brasil, a Vale também exerce ‘papel de governo’ no caso do Canadá. Dito isso, a primeira secção é sobre como a Vale e o seu braço social, a Fundação Vale, historicamente assumiram ações de governo. A segunda secção problematiza a historicidade e continuidade do ‘papel de governo’ da Vale no Canadá através do passado de amplo envolvimento da Inco na construção das comunidades de Sudbury. A terceira secção, apresenta os processos de reassentamento em Moçambique como um caso acentuado de ‘papel de governo’ da CMN nos quais os modos e meios de vida das populações foram radicalmente alterados em razão do empreendimento. Na sequência, discute-se o caso de Canaã dos Carajás no Brasil a partir do processo citado por Roger Agnelli da atração de pessoas devido à instalação do S11D. E, por fim, a conclusão coloca o ‘papel de governo’ da Vale em perspectiva entre os diferentes contextos desta investigação e discute as consequências da CMN enquanto agente de governo para o controle social das populações.

4.1. Ações de governo da Vale em perspectiva histórica

O envolvimento das corporações mineradoras em ações de governo não é algo novo. No Código de Minas brasileiro de 1934, em troca de favores fiscais, as empresas estavam obrigadas a manter escolas, fundar hospitais e cuidar da saúde dos seus operários e famílias nas vizinhanças das operações (Vale S.A., 2012b: 44). Essa expectativa institucionalizada do governo

⁴⁷ As duas cidades limites da Estrada de Ferro Carajás.

brasileiro de que a Vale enquanto estatal deveria atuar como catalizadora do desenvolvimento social e provedora de infra-estrutura básica para os operários teve reflexos importantes na constituição da sua forma de atuação social mais recente enquanto corporação privada. Ao contrário de defender a benevolência de tais provisões, o ex-presidente da CMN Eliezer Batista ressalta o ganho corporativo com a estratégia de apoio aos/as funcionários/as da “família Vale”:

Ao assumir a presidência da companhia, elegi como prioridade dar o máximo possível de segurança e conforto aos funcionários e seus familiares. Construimos habitação, escolas, hospitais e áreas de lazer. Não fazia isso apenas para ser magnânimo. Havia um interesse corporativo por trás de todas estas ações. Qualquer trabalhador que vê sua família vivendo com dignidade produz mais e melhor. Desta maneira, criamos o surrado, porém indispensável, conceito de vestir a camisa. A CVRD era uma grande família. (Faro *et al.*, 2005: 69)

A história do envolvimento da mineradora na provisão de bens e serviços para comunidades também pode ser contada a partir da evolução do seu braço social, a Fundação Vale, que começou como uma organização para dar suporte habitacional aos/as funcionários/as da CVRD em 1968. A necessidade de dar apoio de infra-estrutura aos/às trabalhadores/as em áreas de operação muitas vezes remotas, teve como principal símbolo a criação do Núcleo Urbano de Carajás, integralmente construído pela Vale para servir de moradia aos seus funcionários/as. O núcleo é localizado a 25 quilômetros de Parauapebas em meio a uma área de conservação e muito próximo das minas à céu aberto do Sistema Norte (Mapa 4). É uma cidade integralmente administrada pela Vale, planejada para servir de moradia e refúgio da falta de infra-estrutura da realidade local.

Mapa 4: Mapa de satélite do núcleo urbano de Carajás



Fonte: *Google Maps*.

Desde sua criação, o acesso ao núcleo era restrito. Hoje em dia, o controle permanece, uma vez que para chegar lá é necessário passar pela portaria da Floresta Nacional de Carajás que fica em Parauapebas e é administrada de forma conjunta pela Vale e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), mas os indícios são de que está ligeiramente mais brando do que já foi. Apesar disso, são frequentes as reclamações de moradores de Parauapebas em relação às restrições de circulação no acesso ao núcleo que, além da portaria principal, também conta com cancelas que tem o controle feito por empresas de segurança privada (Pop-Br-6; Gov-Br-4). Por ser símbolo do poder da Vale e porta de entrada para o que um funcionário do ICMBio relatou ser “a menina dos olhos da Vale” (Gov-Br-5) (referindo-se à Serra de Carajás), a portaria central é frequentemente usada como local de protestos e reivindicações de trabalhadores/as e movimentos sociais. Quando autorizada, a visita ao núcleo impressiona pela enorme disparidade com a realidade local da região. Em meio a floresta, Carajás conta com infra-estruturas muitas vezes ausentes em Parauapebas: ruas planejadas, restaurantes, escolas, bancos e hospital privado, teatro, cinema, aeroporto, posto de gasolina, além de excelentes moradias. Talvez em nenhum outro local fique tão evidente a dimensão do poder da Vale no Pará quanto na possibilidade de existência desse núcleo de prosperidade e organização em meio a uma área de preservação florestal e, acima de tudo, em uma região marcada por carências básicas de infra-estrutura.

Após a privatização, a corporação relata que havia um forte receio na sociedade de que suas obrigações e compromissos socioambientais fossem ser enfraquecidos (Vale S.A., 2012b). Para afastar esses temores, o seu braço social passou-se a chamar Fundação Vale do Rio Doce e teve seu foco alterado da implementação de uma política habitacional à gestão de programas para as comunidades atingidas (Vale S.A., 2012b: 255) e ao desenvolvimento social de forma integrada (Ibid.: 263). Com isso, a Fundação Vale se transformou no principal instrumento de ação social da corporação. A principal linha de atuação da Fundação é a área educacional, cujo carro-chefe é o *Educação que Vale* voltado para a formação de educadores nos municípios onde a Vale atua e referenciado como um modelo de gestão da educação no país (Vale S.A., 2012b: 263). Especializada nas áreas de política pública e desenvolvimento territorial (CMn-Br-3), a Fundação também tem ações nas áreas de saúde, infra-estrutura, cultura, esporte e meio

ambiente, todas consideradas essenciais para dar nova feição à Vale e legitimar a corporação enquanto catalizadora do desenvolvimento nas comunidades em que atua (Vale S.A., 2012b: 264).

4.2. Da Inco à Vale: legado e continuidade em Sudbury

Na região de Sudbury, a Inco historicamente também teve um papel decisivo na provisão de serviços sociais e infra-estruturas básicas como moradias nos arredores de suas operações. Como aponta Mcallister, no século XX as companhias eram muito poderosas e a indústria estava “*firmly embedded in the Canadian economy and society*” (2007: 76). O envolvimento da Inco na vida das populações de Sudbury era quase total: esta era responsável por organizar praticamente todos os aspectos da vida social e política da região. De 1886 à 1973 (quando foi anexada a cidade de Sudbury), a sede administrativa das operações da Inco, Copper Cliff, era uma *company-town* (cidade de propriedade da empresa) onde as casas e infra-estruturas eram da companhia e funcionavam como uma ferramenta poderosa de controle dos trabalhadores (Goltz, 1990). Dessa forma, a Inco associava o desenvolvimento econômico e bem-estar das comunidades de Sudbury e arredores às expansões de suas atividades (Figura 12) (SoCiv-Ca-4-5-6).

Figura 12: Propaganda da Inco sobre a construção de comunidades

INTERNATIONAL NICKEL

A VITAL FACTOR IN THE ECONOMIC LIFE OF CANADA

BUILDING COMMUNITIES

From a few groups of scattered buildings fifty years ago to large and progressive Canadian communities today, the towns of Sudbury, Copper Cliff and Port Colborne have grown with the expansion of the Canadian Nickel Industry

The progressive policy pursued in the development of the Sudbury Nickel deposits has not only fostered the growth and economic welfare of these communities; it has also stimulated the growth of communities in every part of Canada as a result of the large amount of money distributed throughout the country for wages, freight, lumber, materials and supplies.

It is of importance to Canadian communities everywhere that the production of Nickel from the Sudbury mines be continuous and increasing. To assure this the sales organization of this Company is continually seeking out and developing new markets for Nickel and Monel Metal throughout the world.

This constant effort can only result in greater activity in the Company's mines, with consequent economic benefit to Canadian communities.

The greater use of Nickel and Monel Metal means a greater measure of prosperity for Canada
... Use them wherever you can.

THE INTERNATIONAL NICKEL COMPANY OF CANADA LIMITED

Fonte: Arquivos da Universidade Laurentian.

A Inco exercia ‘papel de governo’ através de investimentos em instituições centrais como a Universidade Laurentian, financiamento do museu (o *Science North*), do hospital, do centro de câncer, etc. De tal maneira que, “when you look at all of the major institutions you can’t really think of any that Inco didn’t have a part in, and Vale now with the Vale Living with Lakes Center you know it is continuing to do that” (CMn-Ca-1). Ou seja, há a percepção da

existência de uma continuidade em relação ao legado histórico da Inco no exercício de ‘papel de governo’ pela Vale:

And Inco was the same way. We are polluting and destroying so we throw so much money to the city. You know everything has Inco's name on it all over the place and Vale just changed all the names and put Vale's name instead of Inco's. (...) Just from the university you have the hospital on the corner, the emergency room is the Vale whatever emergency room, I forgot the name, but it has Vale's logo on it. And than Vale Living with Lakes is just before the university and then the Vale Hospice is just beside the university. And Vale's name is all throw the university, the mining building. Because they support all kind of stuffs. (Pop-Ca-8)

O *Vale Living with Lakes Center* é um centro de pesquisa voltado para a sustentabilidade dos sistemas aquáticos da região, bem como para problemáticas ambientais mais abrangentes, no qual a Vale investiu 4,5 milhões de dólares americanos (Vale S.A., 2017d). O nome da Vale no centro gera desconforto para alguns pesquisadores/as, o que mostra o potencial conflito de interesses gerado pelo envolvimento de um ator privado.

We are an interesting case history. Because in this building there are government workers that work for the Ministry of the Environment, Ministry of Natural Resources, there is university workers, there is science communication people. And we all are careful with the name of the building. Most people call it the Lakes Center. Some call it the Living with Lakes Center and very rarely the people call it Vale Living Lakes Center. And Vale local likes it that way because, for instance, we don't take personal honorary, we avoid any hint of corruption, so that anything we publish is published as individuals from the university. (...) It came the same way that they make donations to the opera house or building or anything. It didn't come with any [requirement] attached. (SoCiv-Ca-3)

A contrapartida mencionada pela corporação do investimento é que “*the studies in turn, help our company and others to measure the effectiveness of environmental protection work. With that information, we aim to ensure that we make a positive impact in protecting our waterways now and in the future*” (Vale S.A., 2017d). Ou seja, a Vale se beneficia da produção de conhecimento e garante uma relação de parcerias com pesquisadores/as e membros do governo através de uma forma de investimento formalmente associada ao âmbito da RSC, o que inclusive lhe garante isenções fiscais. O *Vale Living With Lakes* difere em muitos aspectos dos antigos centros de pesquisa da Inco que existiam para servir exclusivamente à corporação e retrata a forma contemporânea de associação corporativa com instituições de pesquisa (Figura 13). Em Sudbury, a Vale também hospeda a 2 quilômetros abaixo da terra na mina de Creighton, o *Snolab*. O laboratório é um dos maiores investimentos da Vale na área de inovação e tem

como foco a pesquisa em matéria escura, mas também promove pesquisas para a área da mineração subterrânea (Vale S.A., 2017c).

Figura 13: Cartão postal de centro de pesquisa da Inco na "cidade do níquel"



Fonte: Arquivos da Universidade Laurentian.

Em resposta à pergunta sobre a possível existência de casos em que a corporação assume funções classicamente associadas à esfera pública em Sudbury, uma funcionária da Vale diz:

It is still there. Yeah, no for sure. I mean Copper Cliff we've built the houses and we've operated the water system and power was all generated from Inco, but now over here more things are being delegated to the city as it should, but there is still some names like, for example, we own and operate the Vermillion Water Treatment Plant, so we provide drinking water to 2 thousand people something like that, which typically a mining company you wouldn't expect to do, but it is just a legacy of this mine, but more and more that has been delegated to the city and we operate as a company and the city provides the service. (CMn-Ca-1)

A razão de a provisão de serviços públicos pela Vale estar atenuada no Canadá é, segundo a funcionária da CMN, um resultado de eles serem uma comunidade mais madura (CMn-Ca-1). De facto, a componente histórica do projeto em Sudbury, bem como as melhores condições de vida atual da comunidade são fatores centrais que fazem com que o 'papel de governo' da Vale seja comparativamente menor do que nos outros casos e que haja em Sudbury

um foco maior em ações de filantropia e RSC. Mas a comunidade ainda é permeada por exemplos que remetem a um ‘papel de governo’ e tem grande expectativa de que a CMN faça contribuições importantes através de seus investimentos comunitários (CMN-Ca-1-3). É predominantemente através deste tipo de investimento que a governação cotidiana da Vale está atualmente associada ao controle do bem-estar da população de Sudbury. Em vídeo institucional sobre a RSC da Vale Canadá, há a divulgação da ideia de um desenvolvimento conjunto: *“growing together, improving together. At Vale, the deeper we dig down, the more broadly we extend our reach”* (Vale S.A., 2014e). Na opinião de um trabalhador do sindicato, essa amplitude da atuação da Vale é resultado do sistema de taxaço pró-negócios do governo canadense:

At the end of the day the union views the company as profit making organizations that shouldn't have a role in providing services. That's not their jobs but governments have been unwilling to tax to raise enough revenue. When you do not have the interest to have a fair taxation, that creates a problem in the social delivery side. That creates an opportunity for companies like Vale to promote the so-called social responsibility. But the problem of course is that it decides, for example in building schools in countries like Mozambique. Vale decides where the schools are in its own narrow vision, not part of a broader plan. So it has a distorting effect on social and economical development. (Pop-Ca-7)

Em suma, é possível dizer que o modelo atual é muito diferente das *company-towns* características do passado, mas há uma continuidade em relação ao legado da Inco, na medida em que a Vale permanece ativamente envolvida em diversas dimensões da vida dessas populações e vinculada a algumas das principais instituições de Sudbury.

4.3. Reassentamentos de Cateme e 25 de setembro em Tete: a provisão de serviços públicos

No caso dos reassentamentos involuntários de populações induzidos por projetos econômicos, há responsabilidades e expectativas de que o empreendedor restaure e melhore toda a infra-estrutura de serviços públicos anteriormente acessíveis às populações. Estas responsabilidades são fruto principalmente de padrões internacionais para reassentamentos involuntários, sendo o mais influente deles o *Padrão de Desempenho 5 (PS.5) - Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário* do IFC, apesar de haver outros documentos importantes

do próprio Banco Mundial e da ONU⁴⁸. O PS.5 foi desenvolvido como necessidade de conformidade para projetos financiados pelo IFC, mas funciona também como referência de boas práticas corporativas para projetos não financiados pelo banco (Ploeg *et al.*, 2017). Dessa forma, independente de os projetos específicos serem ou não financiados através de recursos do IFC⁴⁹, a Vale alega adotar “práticas alinhadas com as políticas do Banco Mundial sobre o tema” (Vale S.A., 2011: 86) para minimizar os impactos negativos de processos de deslocamento involuntários. Para isso, a CMN tem um procedimento interno para reassentamentos, o PRO-015075 que é um documento de uso interno e, portanto, não está acessível ao público (Vale S.A., 2016a).

Quando não é possível implementar planos alternativos para evitar o reassentamento, o principal objetivo no âmbito do PS.5 é “melhorar ou restaurar os meios de sustento e os padrões de vida das pessoas deslocadas” (IFC, 2012: 2). Esse discurso está presente com bastante frequência na fala dos diferentes atores de alguma forma envolvidos no processo de reassentamento da Vale em Moçambique. Para o governo, o reassentamento é visto como uma oportunidade de desenvolvimento para áreas pouco desenvolvidas (Gov-Mo-1). Um dos artigos do *Regulamento para o Reassentamento de Moçambique* prevê que o objetivo do processo seja “impulsionar o desenvolvimento sócio-económico do país e garantir que a população afectada, tenha uma melhor qualidade de vida [e] equidade social” (República de Moçambique, 2012: 4). Um funcionário da Vale reforça essa visão do reassentamento enquanto oportunidade de desenvolvimento regional no contexto moçambicano:

Mas no nosso contexto aqui em um país com estas condições de pobreza, a gente tem que olhar para o reassentamento, e o governo quando olha para o reassentamento o vê como uma oportunidade de desenvolvimento regional. Falta muito em termos de infra-estruturas. Falta estrada, falta hospital, falta... E nessas todas comunidades aqui que eu estou a falar não haviam estas condições, era preciso ter. Tinha que ter hospital, tinha que ter energia, tinha que ter água, tinha que ter escolas primária e secundária, tinha que ter posto de saúde. E essas condições eram um passo para o desenvolvimento regional. (CMn-Mo-2)

A construção de infra-estruturas pelas corporações também é vista como uma oportunidade para lidar com a pobreza em uma publicação de coautoria entre acadêmicos e um

⁴⁸ Nomeadamente, o *Manual de Operações do Banco Mundial sobre Reassentamento Involuntário* (BP 4.12) (Banco Mundial, 2001) e os *Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos (UNGP)* de John Ruggie (United Nations, 2011).

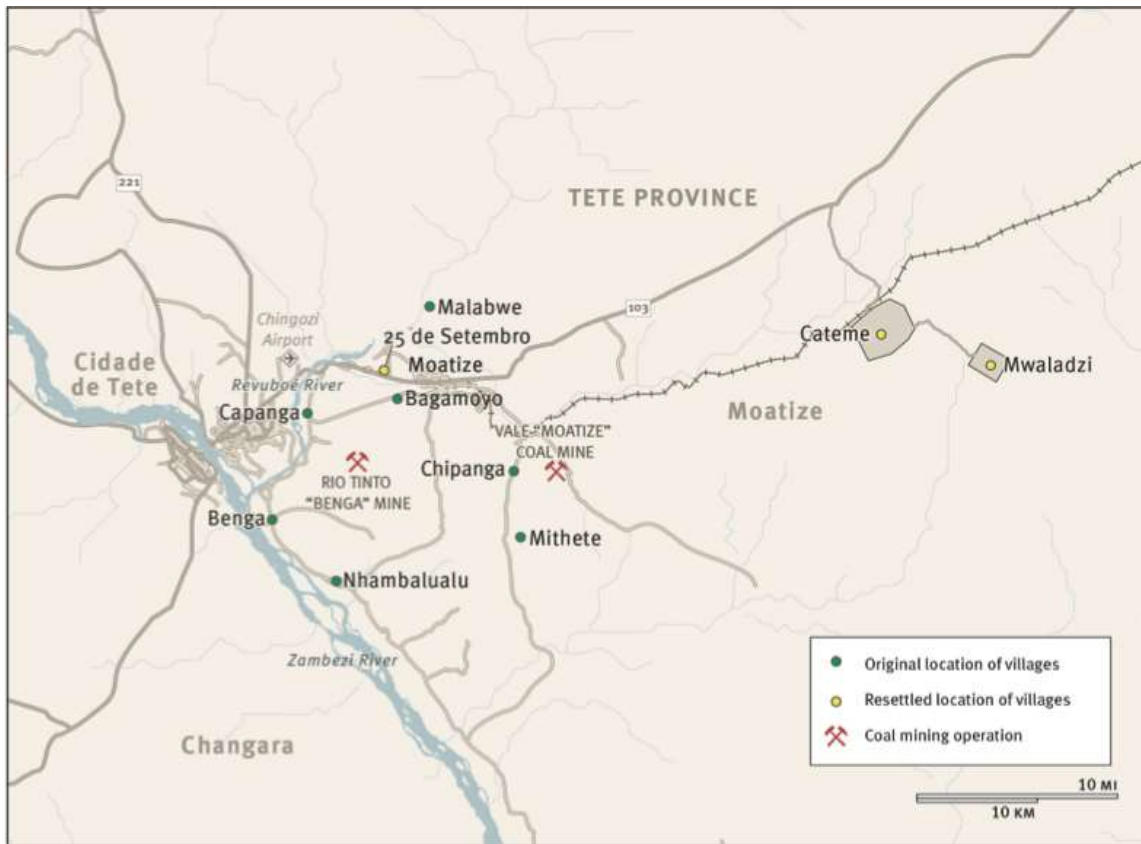
⁴⁹ O Projeto Carvão Moatize foi financiado pelo IFC (Mosca e Selemene, 2011).

membro da indústria mineradora sobre um processo de reassentamento em Tete (Ploeg *et al.*, 2017: 189). Não obstante, estes lembram também que apenas o acesso aos serviços não significa necessariamente desenvolvimento para essas populações, já que os reassentamentos podem implicar também em violações para a cultura, saúde e auto-determinação (Ibid.: 180), como ilustra o caso da Vale em Moçambique. Apesar de os estados serem os principais portadores do dever de proteção dos direitos humanos das pessoas atingidas por reassentamentos, há uma série de obrigações, requerimentos e expectativas em relação ao papel da CMN. Neste sentido, o regulamento do governo moçambicano prevê a transferência de uma série de responsabilidades nos processos de reassentamento para os operadores privados (Ploeg *et al.*, 2017: 170).

Como contextualizado anteriormente, a Vale por conta do Projeto Carvão Moatize reassentou 1365 famílias dos bairros de Chipanga, Bagamoyo, Mithete e Malabwe para o reassentamento 25 de setembro (perfil urbano) e o reassentamento de Cateme (perfil rural) (Mapa 5). A visão do reassentamento enquanto oportunidade de desenvolvimento foi um dos fatores decisivos para a escolha do local do reassentamento de Cateme que é afastado 40 km da vila de Moatize (local original da maior parte das comunidades) e 55 km da cidade de Tete⁵⁰. Isso porque enquanto a corporação foi responsável por implementar o reassentamento, o governo foi responsável pelo monitoramento do processo e pela escolha do local, um dos mais desastrosos aspectos do reassentamento, já que pessoas que viviam a pouco quilômetros de facilidades urbanas, principalmente mercados, e do Rio Zambeze foram deslocadas para um lugar isolado no qual perderam acesso à áreas comuns e onde tem grande dificuldade de locomoção. Em busca de apoio popular, governo e CMN fizeram muitas promessas de melhoria nas condições de vida dessa população, mas é muito comum o sentimento de frustração resultante do processo: *“é o sofrimento que ela [alusão à corporação] fez, a mudança de vida é essa”* (Pop-Mo-2).

⁵⁰ Outro fator é o de que as opções de áreas disponíveis eram muito limitadas devido à extensa ocupação da região por áreas de prospecção/licenças para a mineração (Human Rights Watch, 2013: 76).

Mapa 5: Localização original das comunidades reassentadas em Tete pela Vale e pela Rio Tinto



Fonte: *Human Rights Watch* (2013: 2).

O dispositivo de governação central no caso dos reassentamentos foi a elaboração do Plano de Ação para o Reassentamento (PAR) do Projeto Carvão Moatize (Diagonal Urbana, 2007). A necessidade de elaboração do PAR faz parte do cumprimento da Diretriz do Banco Mundial sobre reassentamentos involuntários OP.4.12, uma política de salvaguarda para empreendimentos que resultem no deslocamento de mais de duzentas pessoas (World Bank, 2001). O PAR é o documento no qual o/a proponente do projeto especifica os procedimentos e ações a serem seguidos no âmbito da remoção involuntária (IFC, 2002: x). Apesar de as normas serem condicionantes de uma organização financeira internacional, a elaboração e implementação do plano ficou ao encargo da Vale, sempre condicionado a acordo e negociação com o governo. Esse controle quase total por parte da Vale no âmbito da execução de tarefas

relacionadas ao PAR foi o principal instrumento através do qual a CMN passou a exercer a governação cotidiana na vida das populações atingidas. É no PAR que devem estar detalhados como a CMN pretende substituir os serviços sociais e demais serviços comunitários para assegurar a viabilidade econômica e social das comunidades no novo local. Esta deve se comprometer não só com a construção das infra-estruturas necessárias, mas também em assegurar a continuidade dos serviços pelo governo, ou seja, garantir uma transferência de responsabilidades em relação à provisão dos mesmos. Isso porque, uma vez construídas, o governo deve se comprometer em operar, manter e garantir funcionários para os serviços (IFC, 2002: 38). Mas, a necessidade de estabelecer responsabilidades claras no que diz respeito à construção e manutenção destes serviços no curto e longo prazos não funcionou bem na prática, no caso dos reassentamentos da Vale. Até hoje, há grande dificuldade na transição para o governo e uma contínua dependência da CMN para assegurar o funcionamento dos serviços: “o transporte, a escola foi entregue, mas ainda se parte uma lâmpada ele vem pedir uma lâmpada, entendeu? (...) então ainda tem essa dependência que se cria” (CMn-Mo-1). Representantes da população reassentada em Cateme mostraram uma noção clara em relação à confusão de responsabilidades entre governo e a Vale, bem como de que as infra-estruturas construídas não foram presentes da CMN, mas parte de ações de compensação da expropriação que eles sofreram:

Autora: E a escola? Foram eles que construíram também?

Pop-Mo-3: Yá, porque substituíram as escolas que destruíram lá.

Autora: Que vocês já tinham?

Pop-Mo-3: Exatamente.

Pop-Mo-5: Eles fizeram as escolas melhoradas.

Autora: E aí eles fizeram estas e agora quem está a fazer a gestão é o governo?

Pop-Mo-7: É o governo. Só que isto está ainda em uma confusão. Há bocado nós ficamos aqui, ficamos um dia sem água. A eletricidade de Moçambique veio cortar energia das bombas que faz descarga de água para o depósito de água lá embaixo. (...) Disse que o governo não está a pagar a energia. Passamos aqui de um lado para outro à procura de água.

O PAR da Vale descreve o contexto geral anterior das comunidades reassentadas como sendo de acesso reduzido às infra-estruturas como energia elétrica, cuidados a saúde e redes de ensino (Diagonal Urbana, 2007: 24). Esta caracterização faz parte de uma das secções do PAR, cujo objetivo é identificar a realidade local e o perfil das comunidades (o que reflete como o estudo padroniza e transforma em estatísticas o modo de vida daquelas pessoas, ferramentas

típicas do biopoder e da população como alvo de governo). Era preciso então que a CMN disponibilizasse o acesso aos serviços anteriormente disponíveis às comunidades, bem como garantisse as infra-estruturas básicas nos locais de reassentamento, principalmente no caso de Cateme, já que este foi construído em uma localidade isolada. Um reassentado mostra a sua visão em relação à essa responsabilidade da CMN: “aqueles recursos que ela [Vale] está a tirar, está a tirar dentro daquela população. Independente daquilo que está em falta, ela tem que [se] responsabilizar (...) se não tem escola, construir uma escola melhorada. Então aquilo é o bem para aquela população, para ficar[em] pelo menos motivados” (Pop-Mo-7).

Atualmente Cateme pode ser descrito como um “oásis de serviços sociais num deserto de casas meio abandonadas” (SoCiv-Ca-11). Entre os serviços públicos construídos pela CMN estão escola primária, escola secundária, centro de saúde, orfanato, casa de assistência para mulheres grávidas, sistema de abastecimento de água, eletricidade, estação policial e escritórios de administração pública. Além disso, no âmbito da capacitação das comunidades para restauração dos seus modos de vida, foram implementados programas e projetos sociais. O principal deles é a fazenda modelo, voltado para a capacitação dos trabalhadores rurais através da oferta de assistência técnica em áreas como a produção de cultura de rendimento e horticultura. A desconexão da fazenda e das infra-estruturas construídas pela Vale com a realidade de vida desta população é alvo de crítica:

A Vale agora construiu uma fazenda modelo, mais um oásis. Agora temos escola, posto de saúde e esta terra verde, fértil, tudo com tubos de irrigação, técnicos de agricultura da Vale e as pessoas que já perderam a terra duas vezes e andam à rasca porque não tem maneira de produzir [e] são chamados para aprender como fazer agricultura moderna. (SoCiv-Ca-11).

De facto, o projeto pouco contribuiu para a auto-suficiência da população e a grande desconexão entre os recursos da fazenda e os que a população tem ao seu dispor gera um grande desconforto da mesma em relação ao projeto (Pop-Mo-2-3-4-5-6-7). Na prática, a fazenda é mantida pela CMN como forma de justificativa e propaganda de que esta está cumprindo o seu dever impulsionando o desenvolvimento social local (Vale S.A., 2014h: 16).

Para a construção das infra-estruturas foram usados recursos específicos do Programa Social da Vale que não constam no orçamento do PAR (Diagonal Urbana, 2007: 100; 125). O entendimento dessas tarefas enquanto ações sociais se reflete no dispêndio social da Vale em

Moçambique em 2013 que teve como principal eixo de atuação a área de infra-estrutura (53,8%) (Vale S.A., 2014c: 5). Sobre a transformação de investimentos de caráter compulsório (já que realizados no âmbito de reassentamentos involuntários) em ações de responsabilidade corporativa, um entrevistado opina: “eles em muitos momentos se aproveitam disso, sobretudo na tal opção de responsabilidade social corporativa, dizendo que nós que providenciamos a escola, o hospital, o transporte, construímos as casas melhoradas para as famílias mas é uma reposição das infra-estruturas que já existiam” (SoCiv-Mo-13). Essa fala reflete muito bem os discursos contraditórios que estão em jogo quando se trata da ocupação desse espaço de provedora de serviços públicos pela CMN. Por um lado, é muito comum a reclamação de que a CMN não é governo: “porque nosso foco como empresa não é ficar... é produzir carvão né? Então o que nós fazemos é produzir um carvão sustentável, (...) em nenhum momento devemos e nem queremos substituir o estado na sua responsabilidade de atuação” (CMn-Mo-2). Por outro, a CMN se beneficia das ações que são divulgadas como prova ou ilustração empírica do empenho da CMN no desenvolvimento das comunidades em que opera (Vale S.A., 2012b: 341).

Devo te dizer que, por exemplo, em Cateme aquele centro de saúde que nós colocamos lá ele atende não só reassentados mas cobre um raio de 20 quilômetros. (...) Porque? Porque ajuda. Então tu tens toda digamos todo aquele conjunto de infra-estrutura que são o primeiro passo para que as pessoas depois de reassentadas [possam] concentrar-se na produção delas próprias como pessoas. (CMn-Mo-2)

A escola secundária construída pela Vale é reconhecida como um exemplo de boa infra-estrutura (SoCiv-Mo-6-7-14) e funciona como uma espécie de símbolo da visão do reassentamento enquanto pólo de desenvolvimento regional e da CMN como agente de desenvolvimento. Mas, apesar das muitas infra-estruturas construídas pela Vale, algumas de reconhecida qualidade, há muito descontentamento por parte da população que tem enfrentado muita dificuldade. Uma das reassentadas reclama que no 25 de setembro não há áreas de lazer, o candeeiro da rua já não acende e a luz chega, mas tem que pagar, e muitos/as não têm maneira de o fazer (Pop-Mo-2). Além disso, no reassentamento foi possível observar, além das casas rachadas (já que foram construídas sem fundação), que, apesar de a Vale ter feito torneiras, a água já não sai através destas ou é muito escassa. A questão da luz ilustra bem as consequências da destruição de uma economia que operava predominantemente por vias informais, já que antes muitos/as dos/as reassentados/as possuíam ligações clandestinas de luz

que agora já não têm possibilidade de fazer (CMn-Mo-1). Estes são os resultados de uma urbanização planejada, mas que tem dificuldades de ser sustentada tanto pelo governo local, e principalmente pelos/as usuários/as dos serviços, o que se reflete em uma dependência cotidiana da Vale.

Algumas das conquistas da mobilização popular que aconteceu em 2012 em Cateme foram asfalto, iluminação nas ruas, transporte (ônibus), ambulância, um tanque de água e melhoras nas casas. Mas houve uma apropriação por parte do governo de alguns desses serviços e eventualmente até dos seus rendimentos: “o carro da ambulância deu a Vale, então o distrito levou, está lá no hospital distrital, alegando que não é só pra vocês, tem que cobrir pra todo o distrito” (Pop-Mo-7). O ônibus coletivo também virou um *bus privado* já que, segundo a população, “quem cobra é o governo, mas a parte da manutenção do carro, motorista é de responsabilidade da Vale e o dinheiro que o governo pega com as passagens vai pro distrito e já ninguém sabe qual o fim que tem” (Pop-Mo-6). Na opinião de um representante da ONG Justiça Ambiental,

Eu penso que há muita fulga. Há fulga de responsabilidades porque a Vale em algum momento podia sentir que as comunidades podiam ter alguma forma de resistência e confrontar a própria empresa, mas sabem que com a presença do governo já não. Então penso eu que a Vale queria usar o governo pra se proteger e o governo queria usar a Vale para providenciar serviços. (SoCiv-Mo-2)

Apesar de um funcionário da CMN alegar que “nós e o governo estamos bem sintonizados nesse limite dos papéis”, quando se indagou um representante do governo sobre a transição da responsabilidade de gestão dos serviços da CMN para a esfera pública, ele afirmou que este é um aspecto que provavelmente não está muito claro na legislação e que eles estão trabalhando para torná-lo mais objetivo (Gov-Mo-1). Inegavelmente estas dinâmicas são coproduzidas através de características muito próprias do funcionamento de Moçambique enquanto estado hospedeiro. As ideias de que “o governo também está a comer dentro da empresa” (Pop-Mo-7) e de que o “processo de reassentamento está pensado em uma maneira muita assistencialista, é como dar coisas aos pobres (...), aos infelizes, aos desgraçados” (Consult-Mo-1) extravasam o caso dos reassentamentos e são reflexos da maneira de conceber e lidar com os benefícios do fluxo de IED e da própria governação dos recursos naturais em Moçambique. Por um lado, a corrupção sistêmica é responsável por desviar recursos públicos

da mineração (a parte que sobra, dado que as isenções fiscais são tamanhas) que deveriam ser destinados para a provisão e manutenção destes serviços (SoCiv-Mo-9-10). Por outro, há um processo de concessão de infra-estruturas públicas a muito baixo custo baseado no discurso de benefícios para o desenvolvimento do país, muito carente nesse setor.

O contrato com Vale não é muito favorável para Moçambique. Toda gente fala que Moçambique fez negócios muito fracos em termos de aquilo que nós ganhamos do carvão. Mas o governo justificou-se a dizer olha: não vamos ganhar aqui, mas vamos ganhar nos impactos positivos, no desenvolvimento e coisa. E deram um exemplo até às vezes da infra-estrutura. Vamos pensar na infra-estrutura, esta estrutura vai beneficiar outros setores. (SoCiv-Mo-1)

Ainda sobre esse processo:

Uma coisa que é interessante é que no discurso do governo, o papel que as companhias multinacionais têm no desenvolvimento de infra-estrutura gera sinergias para o resto da economia, portanto reduz o caráter de enclave das economias na medida em que o resto da economia beneficia. Portanto, beneficia da eletrificação, beneficia das linhas férreas, beneficia das estradas etc. (SoCiv-Mo-11)

No que diz respeito ao controle do complexo da mineração assumido pela Vale ao longo dos anos em Moçambique, um pesquisador afirma: “agora controlam o porto, controlam a linha férrea e controlam as minas. Então praticamente compraram o estado” (SoCiv-Mo-7). No caso da Linha do Norte no Corredor Logístico de Nacala, a obra é de reabilitação e expansão de uma infra-estrutura que já existia. A ferrovia era um meio vital de transporte de pessoas e mercadorias para as populações. Com a prioridade dada ao transporte do carvão, muitas estações ferroviárias locais foram fechadas e estas pessoas perderam acesso ao uso desse meio de transporte (Nhamire e Matine, 2015: 42). Sendo assim, a grande questão é que através desse controle e participação ativa na provisão de infra-estruturas, a CMN possui grande poder e influência em definir como vai funcionar o desenvolvimento que está a acontecer nessas zonas (SoCiv-Mo-1). Como acrescenta um investigador, são geradas situações em que nem o estado pode intervir, uma vez que representa a “internacionalização de todos os processos e, portanto [a Vale] tem controle absoluto e se alguém quer usar as infra-estruturas tem que pagar, incluindo o governo” (SoCiv-Mo-11).

Em suma, neste contexto, a CMN se transforma em um agente de desenvolvimento que substitui muitas atribuições estatais exemplificando como a dimensão da retirada, privatização e entrega daquilo que tradicionalmente seria responsabilidade do estado para um

agente privado cria em Moçambique uma relação de dependência contínua das populações às ações de governação cotidiana da CMN.

4.4. Projeto S11D: Canaã dos Carajás, a terra prometida no sudeste do Pará

Além do reassentamento, outra dinâmica que implica em uma grande confusão entre as esferas público e privada e em uma correlação mais direta entre responsabilidade das corporações e funcionamento de serviços públicos é a atração de grandes fluxos de pessoas por conta da chegada de megaprojetos. Esse é o fenômeno mencionado por Roger Agnelli em trecho reproduzido na introdução deste capítulo, que tem o seu auge na instalação dos empreendimentos (projetos *greenfield*) e que, por isso, observou-se apenas nos casos do sudeste do Pará e de Tete. O fluxo migratório está ancorado na visão propagada pelos governos e pela CMN de que os megaprojetos trarão desenvolvimento para a localidade, oportunidade de empregos e melhoria nas condições de vida da população. No caso de Moçambique, a cidade de Tete e a vila de Moatize apresentaram expressivo crescimento em decorrência da chegada de megaprojetos (Mosca e Selemene, 2011). No entanto, o facto de o setor extrativo ali não se resumir a uma presença expressiva apenas da Vale (como é o caso no sudeste do Pará), fez com que as responsabilidades da CMN fossem comparativamente diluídas entre seus pares. No entanto, isso não diminui a importância das ações da Vale enquanto agente de desenvolvimento, como discutido acima.

No Brasil, a concepção desenvolvida com maior intensidade durante o regime militar e nos anos 1970, da Amazônia como fronteira de recursos a ser ocupada gerou grandes investimentos em regiões isoladas como foi o caso do Programa Grande Carajás no sudeste do Pará. Esses investimentos atraíram milhares de pessoas em busca de melhores condições de vida. A cidade mais próxima do Projeto Ferro Carajás, Parauapebas, surgiu em 1982 nesse contexto a partir do encontro entre funcionários da CVRD, garimpeiros de Serra Pelada e migrantes em busca da riqueza que constituía o imaginário popular associado à abundância mineral da região (Valverde, 1989: 124). Em decorrência desse processo de ocupação desordenada, Parauapebas vive “problemáticas urbanas cujas cicatrizes perduram até o presente momento” (Golder, 2010: 135). Atualmente, a mais nova cidade a viver uma manifestação contemporânea desse fenômeno de atração de pessoas motivadas pela geração

de emprego e crescimento da economia, que as estruturas públicas da cidade não têm capacidade de absorver, é Canaã dos Carajás. Canaã, nome de origem bíblica que significa “terra prometida”, surge de uma área de assentamento agrícola em 1982, o Cedere II, cuja implementação aconteceu no âmbito do Grande Carajás e foi emancipada de Parauapebas em 1994 (Golder, 2010).

O rápido crescimento populacional da cidade foi impulsionado pela indústria extrativa mineral em dois momentos marcados pela implantação de projetos da Vale: o Projeto Sossego de exploração de cobre no início dos anos 2000 e o Projeto S11D no início dos anos 2010⁵¹ (Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás, 2016: 24). O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do S11D reconhece como impactos de alta significância do projeto alterações nos fluxos migratórios, na infra-estrutura básica e nas condições de vulnerabilidade social e de ocupação irregular (Golder, 2010).

Mas ai tem o S11D que é um projeto gigantesco na América Latina coisa e tal e com isso se cria esse inchaço no município de pessoas (...). O que você vê é carro de mudança, é levando e trazendo, levando e trazendo. E aí hoje as pessoas que têm uma qualificação melhor ele chega aqui e já consegue um emprego rapidinho, agora aqueles coitados que vêm e mal sabe só ler e escrever chega aqui e encontra uma barreira pra ele conseguir um emprego. (...) Aí muitas vezes, às vezes cai no mundo do crime, aí e tal e hoje, hoje a solução deles é os sem terra. (Pop-Br-7)

Na chegada a Canaã o processo de crescimento acelerado é muito visível, a cidade parece se expandir a cada momento. A ocupação é desordenada, há muitas ocupações de trabalhadores/as sem terra nas proximidades e no centro urbano tudo se desenvolve ao redor de uma única avenida principal. À procura de uma rua na cidade, ninguém sabia informar as direções e a resposta era sempre algo do tipo: “não sei não, sou novo/a na cidade”. Segundo pesquisador do ITV, estas pessoas representam a categoria do forasteiro e são movidas pela ambição de melhorarem o seu bem-estar, “porque a atração humana deve se dar em função do benefício social que o projeto pode proporcionar” (CMn-Br-4).

As opiniões se dividem quando o assunto é responsabilidade da Vale perante o crescimento desordenado da cidade. Para esse pesquisador, há uma responsabilização

⁵¹ Apesar de ter carências básicas, devido aos projetos da Vale, Canaã é o município que apresenta o maior PIB do estado do Pará (IBGE, 2017). Na realidade regional, caracterizada por níveis de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) abaixo da média nacional, em 2013, o município teve o segundo melhor IDHM do estado (Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás, 2016: 105).

exagerada: “a mineração é a pagadora da conta porque tudo é debitado ou é creditado na conta da mineração (...) Quem é o culpado? É a mineração. E aí quem é o dono da mineração? É a Vale. Então a Vale é culpada” (CMN-Br-4). Já um funcionário do ICMBio, defende que há uma responsabilidade clara do empreendedor perante o crescimento: “é questionável até que ponto estes projetos trazem tanta gente pra cá e isso não tem haver nada com a empresa. Canaã dobrou. (...) Então o problema que tá e não entrou um centavo ainda da compensação financeira ainda, é só depois da exploração iniciar” (Gov-Br-4).

Na prática, a Vale tem uma intervenção muito ativa na vida cotidiana da cidade e seu escopo de atuação vai de obras de infra-estrutura a ações que visam o desenvolvimento econômico e social do município. No Relatório Regional para Canaã da Vale de 2014, é possível ter uma dimensão da amplitude de atuação da corporação. Ali estão relatados alguns dos investimentos em áreas como energia, segurança pública, educação, saúde⁵², saneamento básico e desenvolvimento urbano⁵³ (Vale S.A., 2014a). A CMN também esteve envolvida em atividades como construção de aterro sanitário, capacitação de mão de obra, construção do Fórum de Justiça, monitoramento e ações de salvamento de fauna e flora e manutenção da Casa da Cultura (Idem.).

É importante notar como a Vale tende a apresentar ao público todos os investimentos da mesma maneira, independentemente se são decorrentes de obrigações de caráter compulsório ou voluntário. Este é o motivo pelo qual não encontra-se nenhuma vez no relatório regional palavras como “obrigação”, “compensação”, “compulsório” ou “regulatório”, o que dá a impressão de que se tratam todos de investimentos voluntários, ou seja, de mera liberalidade. Isso reflete a pouca clareza da comunicação dos investimentos sociais da CMN, algo que não se restringe a este caso e acontece em âmbito global. E, apesar de a Fundação Vale ser o ator responsável pelo investimento social voluntário da Vale, ela está envolvida em Canaã em muitas ações que são decorrentes de condicionantes legais. Essa falta de clareza está presente na

⁵² A consultoria Diagonal, a mesma que foi para Moçambique e realizou o PAR do Projeto Carvão Moatize, foi contratada pela Vale para apoiar e prestar apoio técnico para a Secretária Municipal da Saúde na área de atenção básica (Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás, 2016). Além disso, a Vale reformou o hospital, construiu postos de saúde e fez a formação e capacitação de equipes de saúde.

⁵³ O PNUD abriu um escritório em Canaã dos Carajás e, em conjunto com a Vale e a prefeitura, criaram um fórum para a elaboração de mecanismos e ferramentas para o desenvolvimento do município (Vale S.A., 2014a: 25).

percepção de uma representante da Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Canaã sobre o enquadramento dos investimentos da Vale no município:

Eu quero te falar a minha opinião como cidadã. Eu tenho respaldo pra poder falar porque eu tenho 13 anos de Canaã. A Vale faz muito mais do que ela deveria. Eu vejo mesmo até mesmo pelo PEA [Plano de Educação Ambiental], pela licença porque eu sei que são as diretrizes, eu tenho contato direto com o pessoal do IBAMA. Então eu sei qual que é a obrigação e o que eles fazem. (...) Por exemplo, ano passado foram construídas três escolas. Todas com dinheiro da Vale. É parceria com a prefeitura? A prefeitura entra com parte, com parte do dinheiro, a prefeitura doou terreno e depois ela faz a infra-estrutura toda da escola (...) Eles fizeram a reforma do hospital. Esse ano eles estão construindo 3 creches (...) Eles construíram o conselho tutelar. (...) A Vale vai construir praça lá no Jardim das Palmeiras. É necessidade de ela construir praça? Não é gente! (...) Então assim eu vejo o papel da Fundação Vale é um papel fundamental nesse cenário, nesse contexto que a gente vive aqui. (...) E não é só fundamental pra nós sociedade civil organizada não, é fundamental pra escola, fundamental pro hospital porque, eu não sei se vocês sabem, eles fazem a capacitação do corpo do hospital também, fazem a capacitação para os professores, criam ONG aqui em Canaã, fomentam e capacitam. (SoCiv-Br-1)

A impressão que temos quando lemos esse relato é que a maior parte das ações da CMN em Canaã são de cunho voluntário. Mas a realidade é que o investimento privado da CMN no município se apresenta através de uma composição complexa e difícil de decifrar entre ações que são decorrentes do processo regulatório de licenciamento ambiental e de outras que ocorrem no âmbito da RSC. A confusão se acentua quando se entende que em Canaã, conforme mencionado pela entrevistada, a CMN tem apresentado uma atuação conjunta com a esfera pública, principalmente com a prefeitura: “a melhoria na qualidade de vida da comunidade de Canaã dos Carajás é o foco da parceria entre a Vale e o poder público local” (Vale S.A., 2014c: 22). Na verdade, a percepção da entrevistada em relação à classificação dos investimentos está equivocada, já que a maior parte das ações da CMN mencionadas acima estão de alguma forma enquadradas em regulamentações decorrentes do processo de licenciamento do Projeto S11D.

O processo de licenciamento ambiental brasileiro prevê que o empreendedor apresente um EIA (Estudo de Impacto Ambiental)/RIMA (Relatório de Impacto Ambiental) na altura de obtenção da licença prévia, quando se determina a viabilidade do empreendimento. Na sequência, para obtenção da licença de instalação deve ser submetido um Plano Básico Ambiental (PBA) que contém a descrição e formas de implementação das medidas mitigatórias e compensatórias dos impactos socioambientais identificados no EIA/RIMA. Uma vez obtida a licença de instalação, o empreendedor deve cumprir com as condicionantes da licença, realizar

atividades de monitoramento e apresentar relatórios periódicos (MMA, 2009). O PBA do S11D apresenta dez Programas de Meio Socioeconômico como condicionantes com o objetivo de controlar, mitigar e compensar os impactos socioambientais do projeto (Figura 14)

De especial relevância para a presente discussão é o *Programa de Apoio à Gestão Pública*, onde a Vale reconhece a correlação entre as demandas dos municípios por infraestrutura e a presença dos seus empreendimentos. É aqui que se enquadram a grande maioria das ações de infra-estrutura básica e planejamento urbano, além das ações relacionadas a segurança pública, apoio a cultura, esportes e lazer. As ações previstas são de suporte técnico e legal à gestão pública, além de apoio financeiro e produção de indicadores socioambientais pela CMN (Vale S.A., 2016e). Ou seja, o envolvimento da Vale na provisão de serviços públicos foi institucionalizado através de uma componente do processo de licenciamento.

Figura 14: Os 10 Programas de Meio Socioeconômico que integram o Plano Básico Ambiental (PBA) do Projeto S11D



Fonte: Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental 2015 (Vale S.A., 2016f: 2)

Além disso, a Vale enquadrou a remoção involuntária de uma comunidade que vivia próxima à área do S11D, a Vila de Mozartínópolis, para o Assentamento União Américo Santana como parte do *Programa de Ação Social às Comunidades de Interesse*. No relatório anual de acompanhamento das ações desse programa, a CMN apresenta as ações de compensação sem mencionar que, na realidade, elas foram fruto de um processo de intensa mobilização e luta das comunidades desde 2009 junto das entidades da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do sindicato dos trabalhadores rurais em busca de justiça ambiental para aquelas famílias como relatado por muitos/as dos/as entrevistados/as (Pop-Br-7-13; SoCiv-Br-3-4), como por exemplo:

Aí hoje se alguém chega do governo pra avaliar o impacto das condicionantes do S11D aí leva lá no Racha Placa pra dizer que está cumprindo as condicionantes, agora não sabe em que condições foram construídas aquilo e os problemas que ainda se apresentam lá. (...) O reassentamento não era uma estratégia que estava no início na negociação da empresa. Reassentamento só aparece quando a atuação das entidades de apoio aparece e começa a pautar outras questões que até então não estavam na conta da empresa. (SoCiv-Br-3)

No caso dessa remoção, o modelo também foi de parceria entre a mineradora e a esfera pública, dessa vez através de acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que criou em 2014, o Assentamento União Américo Santana (AUAS), ato que integra essas famílias no Programa Nacional de Reforma Agrária (SoCiv-Br-4). Isso faz com que o processo, que seria naturalmente descrito como reassentamento, passe a ser enquadrado enquanto assentamento, uma ação que estabelece o vínculo dessas pessoas com a esfera pública e desvincula a empresa do destino desta comunidade depois de concluído o processo acordado. Não obstante, a CMN foi responsável por construir o assentamento e as infra-estruturas sociais necessárias (casas, rede elétrica, poços, roço das terras, creche, posto de saúde) pelo processo de realocação, além de prestar assistência técnica e financeira para o período de adaptação (Vale S.A., 2016d). Dessa forma, reitera-se que enquanto quase tudo é apresentado ao grande público nos moldes da RSC, muitas atividades de ‘papel de governo’ são decorrentes desses programas de compensação de âmbito regulatório conduzidos de maneira extremamente técnica e pouco acessíveis ao público.

Para a elaboração do *Programa de Educação Ambiental* (PEA) há uma instrução normativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) que recomenda que “a divulgação dos projetos ambientais condicionantes do licenciamento deverá apresentar claramente que a execução destes projetos está baseada em uma exigência legal” (IBAMA, 2012). A CMN, apesar de reconhecer a diretiva (Vale S.A., 2016b: 7), não a implementa. A instrução do IBAMA recomenda também que o PEA deverá ser formulado e executado de modo a “buscar sinergia com políticas públicas e instrumentos de gestão em implementação na área de influência do empreendimento” (IBAMA, 2012). É com base nessa premissa que a consultoria responsável apresenta os fundamentos técnicos do PEA como um “instrumento de gestão e participação social no processo de transformação social do município de Canaã dos Carajás” (Ecology Brasil, 2015a: 1). São constantes as menções a uma

participação social ativa, estímulo ao protagonismo local, engajamento popular. O objetivo discursivo do PEA de "fomentar a participação popular num nível mais profundo, potencializando a autonomia dos atores sociais locais não apenas na participação, mas também na condução dos espaços e instrumentos de organização social" (Ecology Brasil, 2015b: 1) remete para a imersão dessas normas e valores em novas práticas de compensação que encorajam a liberdade individual como forma de conduzir a conduta dos/as atingidos/as. O discurso é centrado na autonomia, mas na prática há um distanciamento grande em relação às possibilidades de participação efetiva decorrentes não só de falta de preparação como aponta a mineradora, mas também da falta de identificação popular com os projetos. É isso que um entrevistado alega quando comenta sobre a ausência de participação popular no âmbito do PEA, "porque assim a Vale fala a língua dela, e nós falamos a nossa língua né" (Pop-Br-7).

Responsabilidades compartilhadas: uma forma emergente de atuação social

Os investimentos em infra-estrutura e as ações socioambientais da Vale em Canaã mostram a transição para uma forma de atuação da CMN em sinergia com as esferas do poder público locais. A CMN continua exercendo 'papel de governo' na provisão de serviços e funções que afetam diretamente as condições de bem-estar das populações, mas através de uma forma de atuação que se pretende cada vez mais intersetorial, com o objetivo de diluir responsabilidades. A fala da gerente de parcerias intersetoriais da Fundação Vale, ilustra bem essa visão: "obras grandes e crescimentos populacionais acentuados podem potencializar riscos sociais como a violência e exploração sexual de crianças e adolescentes. É obrigação de todos os atores assumir responsabilidade e buscar soluções coletivas" (Vale S.A., 2016h). O objetivo é também delimitar o seu papel enquanto empreendedor privado, conforme fica claro no trecho do *Programa de Apoio à Gestão Pública*: "ressalta-se, mais uma vez, que o aspecto preponderante a ser considerado no âmbito deste programa é que a infra-estrutura, os equipamentos e serviços sociais elencados são de responsabilidade do poder público, sobretudo da prefeitura municipal, como determina a Constituição Federal" (Vale S.A., 2016e: 3).

Por este motivo, temos aqui um híbrido analítico: a Vale continua exercendo 'papel de governo' em Canaã (com todas as consequências que a vinculação entre a CMN e as esferas de vida privadas das populações acarreta através da condução e controle por parte da Vale dos

destinos destas pessoas), mas dessa vez através de um discurso e forma de atuação pautados na racionalidade da governamentalidade neoliberal, que será discutida no próximo capítulo: é a ênfase nas relações de parceria, no legado positivo, no fomento à auto-determinação da população e no “aprendizado mútuo, com estímulo ao engajamento da sociedade” (Fundação Vale, 2015: 9). Nestes, os/as atingidos/as são concebidos/as como participantes do projeto e o que conta é a “comunidade como sujeito social relevante que atua na esfera pública” (Fundação Vale, 2013: 15), o “empoderamento de sujeitos locais” (Ibid.:16) e a “figura do cidadão enquanto beneficiário e co-partícipe do processo de desenvolvimento territorial simultaneamente” (Ibid.: 23). Essa forma emergente de atuação social através do papel da Vale de “articuladora da interação desses atores no território”, no papel de promotora de orientação técnica (CMn-Br-3) e no exercício de uma influência enorme na formulação e desenvolvimento de políticas públicas ocorre pautada em uma suposta facilidade de replicação das tecnologias sociais desenvolvidas pela corporação (Fundação Vale, 2015: 4). A Fundação Vale apresenta essa como uma “nova lógica de investimento social privado no Brasil” (Ibid.: 11), que se expressa justamente na integração do investimento social privado voluntário com o fortalecimento de políticas públicas.

Todas essas iniciativas são ancoradas na PSPP [Parceria Social Público Privada] e se baseiam nos princípios da cooperação entre os vários agentes externos e locais, da intersetorialidade que fomenta o compartilhamento de todos os tipos de recursos e da busca incessante da integração das ações – tudo isso em prol do propósito maior de contribuir para a promoção do desenvolvimento do território, de maneira democrática, inclusiva e, exatamente por isto, sustentável. (Fundação Vale, 2015: 11)

A PSPP é apresentada como estratégia de governação de “uma construção coletiva e democrática” (Fundação Vale, 2013: 33) que tem a intersetorialidade e a participação como conceitos estruturantes. O termo PPSP representa a construção de alianças entre a entidade, parceiros públicos (desde atores locais a órgãos como os Ministérios) e parceiros não governamentais em prol do desenvolvimento do território. Esse novo modelo de governação assente na parceria entre iniciativa privada, esfera pública e sociedade para a viabilização de ações com base no compartilhamento de mobilização, conhecimento, tecnologia e recursos (Ibid.: 34) representa um exemplo prático da evolução da abordagem discursiva de responsabilidade social corporativa para a de criação de valor compartilhado proposta por

Porter e Kramer na qual o sucesso da empresa está conectado ao progresso social (Porter e Kramer, 2011 *Apud*. Fundação Vale, 2013: 26).

Até agora, a discussão sobre a PSPP tem sido centrada na atuação da CMN apenas no Brasil, mas a defesa de tal estratégia poderia enquadrar projetos como o financiamento da construção da Fábrica de Medicamentos Antirretrovirais (Moçambique)⁵⁴ e a parceria da Vale com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) para formação de quadros de funcionários/as em Moçambique. A Vale também abriu uma filial da Fundação Vale em Moçambique que atualmente não está mais ativa no país (CMn-Br-3), o que nos traz de volta mais uma vez à complexidade e heterogeneidade das formas de atuação socioambiental e construção de legitimidade da Vale entre as suas operações.

Conclusão

A CMN mineradora é um ator privado central na análise da difusão do poder global e em esquemas de governação emergentes. Na dimensão da agência da governação, a ideia de que a Vale exerce ‘papel de governo’ através da provisão de serviços normalmente associados à esfera pública, mostra como a CMN passa a ser concebida enquanto agente central de desenvolvimento, principalmente nos contextos dos processos de reassentamento em Tete e da atuação em Canaã dos Carajás, mas também com uma historicidade demarcada em Sudbury. Mas, o ‘papel de governo’ representa apenas a faceta mais visível da governação cotidiana da Vale nos terrenos e os serviços ofertados pela CMN podem também ser concebidos como um mecanismo de governo para o controle da população atingida.

Através da centralidade da dimensão da agência, este capítulo mostrou como a CMN é responsável por desempenhar funções e serviços essenciais para o bem-estar da população atingidas, normalmente associados ao poder público, nos territórios onde opera. Mas como Ferguson aponta, os serviços não devem ser vistos somente como o propósito de governo, eles servem também para governar (Ferguson, 1994: 253), ou seja enquanto mecanismo de governação. O envolvimento das CMNs na construção e, algumas vezes, manutenção de

⁵⁴ Essa fábrica é um projeto de cooperação sul-sul brasileiro na área da saúde que tem como foco a produção de medicação genérica para o tratamento de HIV/AIDS em Moçambique. A Fundação Vale financiou 80% da infra-estrutura da fábrica.

instituições disciplinares clássicas como escolas primárias e espaços hospitalares, pode também ser um mecanismo de controle das vidas cotidianas destas populações. Através do envolvimento da Vale na provisão destas infra-estruturas, ocorre um processo de naturalização das dinâmicas opressivas decorrentes da atividade de exploração mineral. Mas, o exercício da ordem através do ‘papel de governo’ não é se não uma parte da governação (Guzzini, 2012). Outra problemática central da governação cotidiana é a dos mecanismos através dos quais esta governação é exercida pela CMN, que vai das formas mais tradicionais e veladas de coerção, típicas do poder disciplinar, à formas emergentes que constituem os arranjos de governamentalidade e a esfera da transcrição pública da CMN, como ilustrou aqui o investimento social privado da Vale através da PSPP. O próximo capítulo é sobre os mecanismos de governação cotidiana utilizados pela Vale nos territórios.

Capítulo 5 - Mecanismos de governação cotidiana da Vale

No capítulo anterior, percorreu-se como a Vale assume papéis tradicionalmente associados aos estados e os efeitos disso no exercício da governação cotidiana, do controle do bem-estar e das opções de desenvolvimento das populações atingidas. Mas, esta é apenas a parte mais visível da complexidade dos processos de governação cotidiana que envolvem a Vale nos territórios. Isso porque além do caminho usual da definição de governação como a substituição do estado por atores funcionalmente equivalentes, esta pode também ser pensada a partir dos mecanismos, ou seja, ao alcance da ordem política por outros meios que vão além das ferramentas clássicas de governo (Guzzini, 2012).

O exercício de governação cotidiana pela CMN implica também na sua participação ativa no desenho, implementação e gestão de mecanismos através dos quais o consentimento é construído e a ordem política assegurada no relacionamento com as populações atingidas por suas atividades. Na prática, a CMN emprega padrões duplos e lógicas paralelas para legitimar a extração comercial nos quais mecanismos como o engajamento comunitário participativo (típico da cooperação e da governamentalidade) são empregados tanto quanto mecanismos de controle coercivos (típico do poder disciplinar) (Hönke, 2012: 58). Conforme diz uma entrevistada: “quando não vai no amor, vai na pressão” (SoCiv-Br-3).

Sob esta ótica, há um outro problema de transparência na indústria extrativa que não é o da gestão e distribuição de recursos financeiros, alvo de iniciativas para o estabelecimento de padrões internacionais de conduta como a ITIE, mas sim o da distinção entre mecanismos de gestão da população tornados públicos e outros que se desenvolvem numa dimensão oculta ao grande público. De fato, há um descompasso entre as políticas formais de atuação da CMN para o controle social (a arquitetura de controle social discutida no capítulo 2) e aquilo que é encontrado nos terrenos, ou seja, a operacionalização destas políticas. Conforme a percepção de uma entrevistada: “é tudo atrás desta *palavragem* sobre sustentabilidade e responsabilidade social corporativa, e isso tudo como mecanismos para camuflar a natureza mais crua que realmente é um pouco voltada para a altura dos séculos VI e VII (...) entram e fazem o que querem e tornam-se os senhores da terra noutros sítios” (SoCiv-Ca-11).

Por um lado, há uma série de mecanismos não institucionalizados e flexíveis de controle que emergem a partir da percepção de uma necessidade de adaptação da CMN a determinados contextos. Esta é uma dimensão oculta composta por mecanismos coercivos e disciplinares como a vigilância corporativa destinados a neutralizar a dissidência de potenciais opositores. Estes mecanismos geralmente não integram as estratégias discursivas e, portanto, não são abertos para o grande público. É por esse motivo que entender a sua existência/funcionamento depende especialmente do relato de pessoas que sentem os efeitos cotidianos dessas formas de governação. Por outro lado, além dos mecanismos coercivos, a CMN também apresenta com frequência mecanismos de atuação baseados na negociação, cooperação e inclusão, que compõem a sua política formal para o controle social em consonância com os padrões ideais de conduta da indústria extrativa. Estes mecanismos são típicos da governamentalidade como forma de dominação a partir de tecnologias de governo que visam otimizar o bem-estar da população. Dessa forma, através deles, a Vale se constitui como um ator privado ativo nos arranjos da governamentalidade transnacional neoliberal por meio do desejo de moldar a conduta de pessoas individualmente e coletivamente na sua conexão com os recursos naturais através de esquemas de melhoramento.

A partir dos dados empíricos, este capítulo mostra a coexistência de mecanismos coercivos e participativos através dos quais a Vale governa, administra e controla cotidianamente a vida e as possibilidades de conduta da população atingida em relação à extração de recursos. O capítulo está estruturado a partir de uma divisão transversal aos estados hospedeiros da seguinte maneira: em um primeiro momento, discute-se o uso de mecanismos coercivos que se aproximam do poder disciplinar para o exercício da ordem pela CMN através de exemplos da judicialização na gestão de conflitos, vigilância corporativa e privatização da segurança. Em um segundo momento, são discutidos os mecanismos participativos e de inclusão típicos da governamentalidade operacionalizados a partir das tecnologias de governo da responsabilidade social corporativa e dos *Impact and Benefit Agreements*. Por fim, a última secção é uma crítica à governamentalidade e aos mecanismos de governação cotidiana da CMN a partir do entendimento de que há uma vontade de melhorar

discricionária e seletiva por parte da corporação responsável por produzir violências e exclusões.

5.1. Mecanismos de coerção e poder disciplinar

Nos territórios sob sua concessão e arredores, a Vale exerce múltiplas formas de controle baseadas em mecanismos coercivos, que vão de táticas intimidativas à vigilância corporativa. Devido à natureza disciplinar destes mecanismos, estes têm como alvo não exclusivamente, mas principalmente, indivíduos ou grupos de indivíduos da população atingida identificados pela CMN, que se recusam a integrar a forma de ordenamento imposta pelo megaprojeto de mineração e/ou que são considerados incapazes de se governarem a si mesmos (e, portanto, não passíveis de serem incluídos nos esquemas emergentes de governação baseados na participação que são típicos da governamentalidade) (Hönke, 2012: 7). Os mecanismos coercivos e disciplinares são exercidos com o objetivo de neutralizar potenciais dissidências e são uma forma de conduzir comportamentos considerados desviantes e, portanto, que representam ameaças ou riscos à corporação. Tais mecanismos estão associados ao *modus operandi* da cultura corporativa, centralizada e com alto grau de controle, da Vale que se desenvolveu a partir do seu período enquanto estatal, conforme discutido no capítulo 2.

Os relatos dos/as entrevistados/as incluíram de ameaças intimidatórias no meio da noite a um ativista moçambicano que organizava uma atividade de articulação entre movimentos sociais de mineração em Tete (SoCiv-Ca-11), a ameaças de morte que teriam sido proferidas no Pará por uma funcionária da CMN para um atingido pela ferrovia: “olha tu pode ser queimado a qualquer momento” (Pop-Br-15). Para além destes exemplos extremos, são abundantes percepções sobre formas relativamente mais sutis de controle como o caso da remoção rápida da igreja que funcionava como ponto de articulação dos moradores do Bairro Alzira Mutran em Marabá (Foto 2), frente a um cenário de remoção lenta de famílias (devido à proximidade da ferrovia) que já dura anos: “pegaram primeiro a igreja pra ninguém fazer mais reunião lá” (Pop-Br-15). No mesmo local, um segurança da Vale em “viatura da CMN” faz uma ronda diária para tirar fotos das remoções já realizadas que integram relatórios diários da situação (Pop-Br-15). Essa é uma forma da CMN evitar que novas ocupações que eventualmente surjam não recaiam sob sua responsabilidade, mas funciona também como controle da vida

cotidiana da comunidade. Além disso, houveram muitos relatos de corrupção individual de líderes comunitários, representantes de associações de moradores (Pop-Br-1-15; Pop-Mo-5-7; SoCiv-Br-13) e compra de apoio nos sindicatos dos trabalhadores no Brasil e em Moçambique (SoCiv-Ca-11). No Canadá, um representante do sindicato também relata uma suposta compra de apoio da Vale à então prefeita de Sudbury, uma ex-empregada da CMN: *“there is a hidden view that Vale payed for her campaign and used its political/ or its economic resources to in some sense purchase the mayor’s position”* (Pop-Ca-7).

Foto 2: Ruínas da igreja, ponto de encontro comunitário, no Bairro Alzira Mutran



Fotografia da Manoela Lima

Nos processos de negociação com comunidades também são comuns relatos do uso de mecanismos de manipulação da participação pública, como exemplifica um atingido pelos reassentamentos em Moçambique:

A empresa trouxe dinheiro, comprou o governo, criou pessoas para enganar, andava de casa em casa a enganar (...) A empresa Vale combinou com os políticos do governo, trouxeram bebidas, trouxeram bebidas alcoólicas. Um caminhão de cerveja (...) Quando amanhecia o secretário dividia o quê? Aquela bebida em caixas para os que bebem. Então quando quer fazer reunião vem fazer reunião às 15 horas (...) apanha toda a gente o quê? Grosso. (...) Ai "eu querer ir pra Cateme pá, quero comer bem", então "quando você vai pra Cateme nós vamos dar açúcar, nós vamos dar pão, vamos dar peixe". (...) Começaram o quê? A enganar as pessoas. (...) Ser enganado com pão, ser enganado com peixe. Agora hoje veja lá, nem açúcar a Vale vai lá dar. (Pop-Mo-1)

Na mesma linha, um indígena relata que quando há reunião com a Vale tem muito lanche, "o indígena ele vai perder atenção, ele tá merendando" (Pop-Br-2). A estratégia de dividir para reinar também é muito citada (CIP, 2012), como exemplifica o caso da divisão forçada entre reassentamento urbano e rural que distanciou famílias e comunidades em Moçambique: "eles ainda tinham que separar as pessoas para não haver força" (Pop-Mo-1). No Brasil, a CMN também é vista como promotora de fragmentações destinadas a facilitar a negociação individual e enfraquecer a capacidade de resistência coletiva da comunidade frente ao empreendimento: "o que a Vale queria ela conseguiu, ela desuniu o povo" (Pop-Br-1). E no Canadá, trabalhadores rejeitam a ideia de um esquema de bônus unificado da Vale pelo fato de que se a CMN tem controle total do bônus, tem controle total do trabalho deles, já que quando um ganha mais que o outro cria-se um esquema individualizado que pode potencialmente dividir os trabalhadores (Pop-Ca-5): "*it is that thing they're trying to split the workers by the achievement of bonus. It ends up splitting even inside the operation. Vale likes this a lot*" (Pop-Ca-8). A cooptação de trabalhadores do sindicato para assumirem cargos de gerência dentro da CMN e o uso crescente de mecanismos disciplinares internos também são estratégias mencionadas pelos canadenses (Pop-Ca-5-7).

Para Foucault, a disciplina enquanto tecnologia específica de poder não necessariamente "exclui", "reprime" e "censura" (Foucault, [1975]1999: 161). Por isso, o poder disciplinar da corporação está associado em grande medida às possibilidades de definir e exercer a ordem através do papel de catalisadora de desenvolvimento (o 'papel de governo' e as instituições referenciadas no capítulo anterior). Mas, a modalidade do exercício da coerção

constante é a componente central que faz com que o poder disciplinar resulte na fabricação de corpos dóceis que passam a agir de acordo com os princípios da obediência e da utilidade (Foucault, [1975]1999: 118). Assim, o exercício destes mecanismos coercivos funciona como forma de neutralização e/ou punição disciplinar que serve de modelo para outros possíveis opositores à mineração. Para além disso, estes contribuem para o estabelecimento de normas de comportamento ideal dos indivíduos em relação à CMN. Na sequência, discutir-se-á os mecanismos coercivos de governação cotidiana da Vale enquanto forma de controle territorial a partir da divisão entre as esferas de judicialização, vigilância e segurança.

Judicialização na gestão de conflitos

A judicialização do relacionamento com as partes interessadas, principalmente na gestão de conflitos (prevenção e resolução) com as comunidades atingidas, é um mecanismo coercivo de governação cotidiana implementado com frequência pela CMN. Em caso de conflitos, a CMN alega que, apesar de priorizar a via do diálogo, “eventualmente é necessário conduzir o processo na esfera judicial – situação na qual a Vale busca a conciliação e age com respeito aos direitos dos envolvidos” (Vale S.A., 2016g: 60). Para lidar com estas situações, a CMN possui um aparato jurídico fortíssimo, que tem consequências diretas na vida de populações que muitas vezes não compreendem as tecnicidades da linguagem do direito e têm suas possibilidades de participação reduzidas. Sobre a importância dos advogados na condução dos negócios da Vale:

Pop-Ca-9: *A big business like Vale (...) lawyers run more the business than we do and then they do.*

Pop-Ca-5: *They got good lawyers. They got lots (...) and the most expensive lawyers.*

Para os canadenses, a emergência da judicialização do relacionamento social aconteceu a partir da entrada da Vale:

I also find to that Vale is more quick to get legally involved, to call up lawyers (...) You know lets say that from the 80's till 2005/2008 when Vale took over there was a sort of lets try to work together on this (...) we were always moving forward. Where Vale was if they will speak critically about us in public, our lawyers will be involved. (Pop-Ca-8)

Frente a esse expressivo aparato jurídico da Vale, um servidor público da FUNAI relata a ausência de possibilidade de diálogo:

Aí você imagina você tendo que ir participar de reuniões com estes grandes empreendimentos (...) A Vale nessa reunião que nós fomos sem nenhuma assessoria jurídica ela foi com 9 advogados. (...) Só pra você ter uma ideia. Isso é, com esse patamar arrogante. (...) Aí tanto que questionamos até a própria procuradora. Que sentido faz você chamar pra uma reunião se as pessoas não estão abertas a dialogar na reunião? Você já vem com o documento “ó é isso e pronto”. (Gov-Br-1)

Se se notam dificuldades de diálogo no relacionamento com a FUNAI, que é um órgão público federal, estas são muito acentuadas para as populações atingidas que têm possibilidades de acesso limitadas também em relação ao conteúdo dos processos conflituosos com a mineradora. Sobre estas dificuldades uma indígena brasileira reclama: “ó o que a Vale veio complicar a vida dos índios” (Pop-Br-1) e uma indígena canadense fala sobre os obstáculos que enfrentou no processo de engajamento das negociações de parceria com a Vale: “*I started going to the meetings, and I was just really new and never read a legal document before*” (Pop-Ca-2). Portanto, há aqui em decorrência dessa inacessibilidade frente ao uso desse aparato de advogados e de “artimanhas jurídicas” (SoCiv-Mo-8) um isolamento técnico para as possibilidades de participação das populações atingidas.

A judicialização na gestão de conflitos pode ser exemplificada através do relacionamento da Vale com os indígenas da TI Mãe Maria, que além de ser ilustrativo do envolvimento da CMN na provisão de serviços e infra-estruturas sociais básicas discutido no último capítulo, também apresenta aspectos relevantes para pensar a dimensão dos mecanismos através dos quais a Vale exerce governação. Os Convênios firmados entre a mineradora e os Povos Indígenas da região são dispositivos técnico-jurídicos de gestão dos impactos socioambientais em território indígena. Desde o início do Convênio em 1980, as negociações para renovação do mesmo entre CMN e indígenas têm sido marcadas por episódios de tensão e muita pressão exercida por parte dos/as indígenas, sendo 2015 um ano de conflito marcante. Nesse ano, a Vale rescindiu unilateralmente o Convênio e suspendeu os atendimentos na área da saúde indígena devido a uma suposta paralização da ferrovia por um dos grupos indígenas, os Parkatêjê. O respaldo legal da Vale para a retaliação das comunidades foram as condicionantes jurídicas presentes no Convênio que devem ser cumpridas pelos índios, entre elas a proibição de manifestação e/ou interdição da ferrovia e o pronunciamento público sobre o relacionamento deles com a Vale (Comunidades da Terra Indígena Mãe Maria, 2015) (Gov-Br-6; Pop-Br-1-2-3). A atitude de rescisão do Convênio deixou diversos indígenas em

situação de urgência, o que causou grande revolta na TI. No âmbito da judicialização do conflito, está implícito o entendimento da Vale de que a provisão destas ações de assistência aos indígenas são de cunho não vinculativo. Ou seja, há aqui uma disputa jurídica sobre o caráter das ações da Vale com os/as indígenas: se estas são uma obrigação contratual ou mera liberalidade como afirma frequentemente a corporação.

Primeiro ela sempre coloca em todas as reuniões que a gente vai participar que ela não tem nenhuma responsabilidade em cima disso né, das comunidades. O que ela tem na verdade é um compromisso social, então assim tudo que ela faz é por mera liberalidade. Essa palavra é sempre muito utilizada pela Vale. Não é por uma obrigação. (Gov-Br-1)

Por sua vez, a ação pública movida contra a Vale por conta da rescisão do Convênio reafirma o caráter de obrigatoriedade do mesmo enquanto contrapartida para a concessão de direito de uso do território da TI: “as obrigações resultantes desta pretensão decorrem do compromisso de assistência às populações Indígenas da TI Mãe Maria assumido pela VALE por conta do Convênio (...) em contrapartida à concessão do direito real de uso resolúvel das terras da Terra Indígena Mãe Maria” (Machado, 2015). Ou seja, há uma disputa jurídica entre a Vale e o governo brasileiro sobre o caráter vinculativo das ações previstas no Convênio. Essa disputa alcançou a dimensão internacional quando em 2006, a Vale denunciou o governo na Organização dos Estados Americanos (OEA). A petição alegava que a ausência de política pública indigenista e o não cumprimento de obrigações do governo brasileiro perante os indígenas prejudicava diretamente a CMN, que vinha tendo as suas operações sucessivamente invadidas pelas comunidades (Agência Estado, 2006; Amaral, 2012).

Conforme relatado pelo servidor da FUNAI, há uma mudança qualitativa na forma como ocorre a relação entre a CMN e os/as indígenas após a privatização, que aponta para uma judicialização maior do relacionamento após a privatização,

Há de se destacar também dois períodos. O período em que era CVRD a relação das comunidades indígenas era outra. Havia um processo de interação com as comunidades. (...) Com a privatização aí o cenário se alterou. A relação começou a ser mais em um contexto de diálogo jurídico (...) e também começa a ter uma relação mesmo de um linguajar diferenciado de reuniões, de apresentação de planilhas. (Gov-Br-1)

Os processos de negociação que envolvem a CMN e os/as indígenas são marcados por desigualdades de tratamento e margens de manobra para a imposição das condicionantes

jurídicas que cerceiam a liberdade de expressão e manifestação dos/as indígenas. O repasse voltou a ser realizado pela Vale, mas dentro de um novo conjunto de condicionantes altamente prejudiciais às comunidades (Gov-Br-1).

Pop-Br-1: Eu achei assim a Vale intimidou todo mundo aqui em Marabá. Todo mundo a Vale intimidou. (...)

Pop-Br-3: Assim nessa questão nossa a gente não pode nem tá divulgando porque a gente tem um compromisso que a gente assinou que a gente não pode estar divulgando. No nome da aldeia né? (...) Nós não podemos fazer nenhum manifesto assim na imprensa.

Pop-Br-1: Nós estamos proibidos. (...) Nós estamos proibidos de pisar 150 metros na ferrovia. Não estou te falando que a Vale prendeu todo mundo, ela calou.

O uso de aparatos jurídicos que acentuam as relações desiguais de poder entre CMN e indígenas levam a impossibilidades de participação dos últimos nas negociações. Segundo um indígena: “eles falam em linguagem diferente pra confundir, linguagem de advogado. Aí eu falo pra eles: pode falar direito aí pra mim entender. Eu quero entender” (Pop-Br-1).

A via da judicialização também é usada como uma instrumento de governação ao qual a CMN “recorrerá sempre que os seus direitos forem ameaçados” (Domenici, 2017) por potenciais opositores. São inúmeros os exemplos de processos movidos pela CMN contra indivíduos e movimentos sociais, casos de assédio processual e criminalização de lideranças. Entre 2013 e 2017, 57 pessoas/entidades foram alvos de processos da Vale no Pará e no Maranhão (Domenici, 2017). A maior parte dos processos estão relacionados com a ameaça de ocupação ou de interrupção efetiva da EFC e são uma reação à formas de protesto frequentemente usadas pelos/as atingido/as da mineradora. O respaldo jurídico utilizado pela Vale nesses casos é uma lei que proíbe a obstrução da ferrovia que prevê até 5 anos de prisão. Os processos são uma estratégia para intimidação de manifestações contrárias à Vale que prejudiquem o funcionamento das suas operações e/ou a sua imagem corporativa: “é humilhando a população. Sabe que a população tem medo da Vale (...) e primeiramente ela intimida. Qualquer coisa que fala, não a gente mete processo” (Pop-Br-15). A estratégia é vista como um meio de repressão/coerção de potenciais opositores:

A Vale, na verdade, ela é uma das maiores causadoras dos problemas, tanto no meio social, como político, porque ela sempre quis reprimir a gente né. E sempre vem reprimindo né. O maior foco da Vale, ela os meios mais que ela se apodera entendeu pra nos massacrar, é na questão jurídica né. (...) Pra questão de mandato de prisão mesmo, a questão do processo né. E hoje você se mexe aqui se por acaso nós se mexe

aqui, aí a Vale ela não manda a polícia diretamente né, ela vai lá e diz olha é processo aqui. (Pop-Br-6)

Nos processos de remoção do Bairro Alzira Mutran, as pessoas devem assinar uma condicionante que os proíbe de compartilhar com os demais moradores do bairro detalhes da indenização que receberam. Além disso, alguns já sofreram processos por alegada intenção de ocupar a ferrovia para protesto. Sobre estes casos, um morador deixa claro a existência de uma política de produção de paralisia social: “neutralizaram o cara, que o cara não pode nem chegar perto da ferrovia, (...) aí ele caçou um advogadozinho, o advogado disse não, eu não vou não mexer com isso aí não, eu sou um e a Vale tem muitos” (Pop-Br-15).

Entre os alvos também em Marabá está um professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) que sofre um processo criminal que o acusa de liderar em 2015 uma manifestação na ferrovia em apoio às vítimas do crime ambiental de Mariana (Pop-Br-15) (Milanez, 2016). Entre outros, o professor foi acusado de usar meios arbitrários de reivindicação e fazer justiça com as próprias mãos. Ele decidiu não aceitar entrar em acordo com a CMN porque “a Vale alcançaria o que ela pretendia, que era intimidar, mas também humilhar aqueles que resistem”, já que vê os processos jurídicos como “instrumentos políticos para desmobilizar aqueles que fazem a crítica” (Domenici, 2017).

Além disso, um ex-funcionário da Vale, André Almeida, acusa a corporação de manipulação de informações sobre acidentes na ferrovia: “para não ser multada pela ANTT⁵⁵, muitos atropelamentos são transformados em suicídios” (Almeida e Ribeiro, 2013). A Vale apresentou a seguinte resposta à imprensa sobre os processos judiciais que envolvem a ferrovia:

Na condição de concessionária de um serviço público essencial, de interesse nacional que, como tal, não pode sofrer interrupções motivadas por interdições, manifestações, danos e etc., constitui-se não só um direito, mas um dever da Vale zelar por sua integridade e pela segurança de todos. As interdições de ferrovia, além de caracterizarem crime de perigo de desastre ferroviário, acarretam impactos não apenas para o escoamento da produção, mas também nas demais comunidades em virtude da interrupção ou do atraso do transporte de combustíveis e outras cargas e de passageiros. (...) no que a paralisação dessa atividade gera o desabastecimento e prejuízos para a balança comercial do Brasil. (Domenici, 2017)

⁵⁵ Agência Nacional de Transportes Terrestres do Brasil.

O dever e a legitimidade perante o bem-comum de todos/as os/as brasileiros/as estão aí instrumentalizados como forma de salvaguarda para o uso de mecanismos coercivos de judicialização do relacionamento com indivíduos atingidos por suas atividades.

Vigilância - evidências de espionagem corporativa

A vigilância é uma engrenagem central do poder disciplinar (Foucault, [1975]1999) e um mecanismo coercivo bastante utilizado pela Vale. Em diversos momentos notou-se cautela por parte dos/as atingidos/as e movimentos sociais em relação à frequência de pessoas de fora nas suas reuniões devido ao receio de espiões e agentes infiltrados da CMN. Os/as atingidos/as pela mineradora reclamam frequentemente da existência de mecanismos de vigilância da CMN: “o que acontece nas aldeias a Vale sabe, se tem uma divisão ela sabe lá em cima, parece que tem alguém que dá informação que fica de olho em nós, tudo que acontece tudo, quem morre, quem tá doente (...) tudo o que acontece eles sabem” (Pop-Br-1). Outros/as entrevistados/as nos reassentamentos 25 de setembro, Cateme (Moatize, Moçambique) e no bairro Alzira Mutran (Marabá, Brasil) relataram como postos de atendimento comunitários da Vale (Foto 3) que funcionam formalmente enquanto espaços de informação/reclamação (ou “mecanismo de *grievance* para “as pessoas de forma livre e aberta” colocarem as suas preocupações) (CMn-Mo-2), são na prática pontos de vigilância e controle da CMN sobre o que acontece nas comunidades (Pop-Mo-1-2-7; Pop-Br-15). Em Marabá, uma representante da Comissão Pastoral da Terra vê o envolvimento da Vale na vigilância como forma de controle da vida:

Entra em um processo desse onde normalmente em um município onde a Vale tem esse poder né, é quase uma instituição total ali né de controle absoluto da vida coletiva assim né (...) tem até de ela estar observando né. Até as câmeras de vigilância da cidade é a Vale que financiou, ai você vê, qual que é a lógica de uma empresa privada financiar toda a lógica de vigilância? Então você parte, até isso até o controle da vida cotidiana dos trabalhadores. (SoCiv-Br-3)

As câmeras de vigilância e os postos de atendimento podem ser compreendidos como dispositivos de vigilância hierárquica, imersos em efeitos de poder, onde os meios de coerção estão visíveis sobre os indivíduos das populações atingidas sobre os quais se aplicam (Foucault, [1975]1999: 165) com o objetivo de controle da vida cotidiana.

Foto 3: Posto de informação da Vale no Bairro Alzira Mutran



Do lado direito o posto e no fundo a EFC que atravessa o bairro. Fotografia da Manoela Lima.

Apesar de a vigilância também ser usada como um mecanismo de governação pela Vale, não foram as corporações, mas os agentes governamentais que apareceram no centro dos diversos escândalos de espionagem dos últimos anos como os vazamentos de documentos da Agência de Segurança Nacional dos EUA (NSA) e do WikiLeaks. Em 2013, por exemplo, Edward Snowden revelou provas de espionagem por parte do governo do Canadá do Ministério de Minas e Energia brasileiro (Marshall, 2014a) para depois compartilhar as informações e favorecer corporações canadenses. Mas, no mesmo ano, um novo escândalo envolvendo a mineração no Brasil, trouxe materialidade ao facto de que não são só os estados que espionam, mas as corporações também, e mostrou concretamente uma das formas através das quais o poder econômico é transformado em poder político (Idem.).

O ex-funcionário da Vale André Almeida, que trabalhou durante 8 anos no Departamento de Segurança Empresarial, relevou importantes informações sobre os mecanismos da área de vigilância e inteligência da CMN. Segundo as denúncias do ex-

funcionário no Ministério Público Federal (MPF), o departamento funcionava como um central de espionagem da Vale (Amaral, 2013). Entre os atos denunciados estão infiltração de agentes em movimentos sociais e prefeituras (locais como Assentamento Palmares II e a Prefeitura de Parauapebas), pagamento de propina (suborno para a prática de atos ilícitos) a funcionários públicos, “grampos” telefônicos internos e externos, hackeamento de computadores, apoio financeiro a tráfico de influências, suborno de deputados federais e dossiê de políticos (elaborados a partir de informações públicas e não públicas) (MPF, 2013).

André Almeida atuava enquanto gestor dos serviços contratados à empresa de segurança privada *Network* Inteligência Corporativa. Fundada há 18 anos por um coronel do exército brasileiro reformado, a *Network* tem sede no Rio de Janeiro e se apresenta como uma empresa de inteligência e contra-inteligência empresarial que executa atividades como avaliação de riscos, prevenção de perdas e gerenciamento de crises (*Network* Inteligência Corporativa, 2017). Na prática, segundo provas apresentadas por André Almeida⁵⁶, a *Network* prestou serviços de infiltração de agentes em movimentos sociais, elaboração de dossiês de personalidades políticas e de movimentos sociais e pagamento de propinas a funcionários públicos. Entre os alvos dos dossiês estão alguns dos/as entrevistados/as no âmbito da presente tese e pessoas de destaque na luta em defesa dos/as atingidos/as pela mineração no Brasil como representantes da ONG Justiça nos Trilhos, líderes do MST e até a ex-presidente Dilma Rousseff enquanto Ministra das Minas e Energia (MPF, 2013).

Isso não é pra me deixar feliz, mas saiu um relatório de espionagem da Vale e eu fui citado 612 vezes (...) Isso porque só pra vocês terem essa ideia de que na mineração a espionagem é muito mais sofisticada (...) Essa é outra coisa, assim eles dizem que têm espões que moram há mais de dez anos na Palmares né. Mas se ele mora, ele nunca conseguiu mais adentrar os nossos segredos. Porque eles conseguiram uma vez e prenderam 2 companheiros nossos em 1994. A Vale conseguiu colocar um espião. (Pop-Br-5)

O ex-funcionário também apresentou como provas relatórios internos elaborados por agentes infiltrados sobre reuniões de movimentos sociais como o *1º Encontro Mundial dos Atingidos pela Vale* que aconteceu em 2010 no Rio de Janeiro (Brasil). Nestes relatórios estão citados alguns representantes do sindicato dos trabalhadores mineiros de Sudbury que

⁵⁶ Uma das provas apresentadas foram notas fiscais de pagamentos da Vale para a *Network*, sendo duas delas referente a analista de movimentos sociais (Senado Federal, 2013b: 22).

participaram do encontro (Almeida e Ribeiro, 2013). Essa não foi a primeira vez que os trabalhadores canadenses se depararam com esse tipo de atuação por parte da CMN, uma vez que já tinham sido vítimas do uso de mecanismos de vigilância e intimidação na greve de 2009/2010:

We just were not used to that. It is not something that they have used before in the past security firms.

(...)

Surveillance for everybody (...) it is putting pressure on people and trying to avoid them from going to the picket lines and some people got scared you know? (Pop-Ca-5)

Isso mostra muito concretamente como aspectos desse mesmo modelo de atuação da CMN baseado em mecanismos de vigilância são replicados pra fora em outros países além do Brasil. Frente à ausência deliberada da Vale na audiência pública realizada na *Comissão de Direitos Humanos do Senado brasileiro* em outubro de 2013 para averiguar os esquemas de espionagem denunciados, o deputado federal do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) Chico Alencar, aponta que “população nativa, meio ambiente, tudo que interessa à coletividade, está secundarizado. Por isso, a Vale não veio aqui. É um silêncio constrangedor, (...), mas é revelador de um tipo de posição: se acha acima de qualquer suspeita. São os tais *global players*” (Senado Federal, 2013b: 31).

Na audiência, o advogado do ex-funcionário afirmou que a Vale conta com apoio e treinamento da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) para a formação de quadros que atuam no serviço de infiltração e espionagem: “eles criaram lá um FBI⁵⁷ dentro da Vale, que pode tudo, investiga tudo!” (Senado Federal, 2013b: 21). Ou seja, o controle da sociedade é concebido enquanto parte da estratégia empresarial, operacionalizada através de uma cumplicidade entre estado e empresa. Neste esquema, a espionagem da Vale é exercida como uma estratégia de prevenção de crises através do esvaziamento das ações dos seus inimigos e movimentos de oposição. O advogado de André Almeida relata também ter sido alvo de uma notícia-crime enquanto estava falando em nome do seu cliente para a imprensa. Além disso, ele fala sobre uma tentativa da Vale de comprar o silêncio do ex-funcionário através de uma proposta de acordo com as condicionantes de que ele assinasse um documento assumindo as suas

⁵⁷ *Federal Bureau of Investigation* que é a unidade de polícia de investigação e inteligência do Departamento de Justiça dos Estados Unidos da América.

denúncias como falsas e não participasse da referida audiência pública (Senado Federal, 2013b: 22). Esses relatos mostram a intersecção prática entre os mecanismos disciplinares e coercivos da CMN das esferas de judicialização, práticas de vigilância e segurança. O coordenador de projetos da ONG Justiça Global, evidencia a conexão prática entre essas esferas:

É importante entendermos que a espionagem faz parte de uma política mais ampla da empresa, de controle territorial, na qual a espionagem aparece junto de uma série de processos judiciais contra lideranças. Portanto, a judicialização e a criminalização de lideranças são também uma realidade nessa região onde a Vale atua e onde já existe resistência às suas atividades. (Senado Federal, 2013b: 13)

A rede de vigilância e espionagem empresarial, desenhada para controlar as vidas cotidianas de indivíduos da população atingida é articulada dentro da CMN, mas tem na contratação de empresas de segurança privada como a Network um eixo central da operacionalização dessa estratégia. Assim, para além da esfera da vigilância, a denúncia do ex-funcionário também apresenta informações sobre a extensa e pouco documentada relação da Vale com empresas privadas da área de segurança.

Privatização da segurança

O controle territorial da Vale também é feito através de mecanismos associados a privatização da esfera da segurança que é um instrumento técnico essencial para o exercício da governação. Estes se manifestam através de dois pilares centrais: a) a contratação por parte da CMN de empresas de segurança privada nos três estados hospedeiros e b) o uso do aparato de segurança pública para fins privados, presente de forma explícita apenas no Brasil e Moçambique.

Em relação ao primeiro pilar, no Canadá, a *AFI International*, uma empresa de segurança privada, foi contratada pela Vale para controlar e administrar a greve dos trabalhadores mineiros de Sudbury. A *AFI* é uma empresa especializada em segurança de greve e conhecida por ser uma roupagem profissional de quebra de greve: *“they brought in the AFI and at the picket line there was this strong like show of force where they had video cameras, these 19 year old kids scared to death standing up there and staring and trying to look tough”* (Pop-Ca-8). A vigilância e o assédio de trabalhadores eram estratégias comuns empregadas pela *AFI* e a Vale ao longo dos meses de greve: *“[it] was the first time we had to face security, they*

had security everywhere on the picket line, and they were filming us, they were following us, it was just like horrible, they had more security here than we had in the police force” (Pop-Ca-5). Como já ressaltado no capítulo 4, essa conexão entre a Vale e empresas de segurança privada, “exércitos de corporações privadas” (Sociv-Ca-11), é uma prática comum da corporação no mundo e um indício do seu envolvimento com situações de tensão social.

Em Moçambique, as comunidades que estão dentro da “área da Vale” (área de concessão), porém atualmente não dentro da zona operacional e que, portanto, não foram reassentadas, como Capanga, Catete e Ntchenga, estão sitiadas por empresas de segurança privada. Estas controlam, através de cancelas e tendas com a presença 24 horas de funcionários/as, todos os caminhos de acesso, bem como as pessoas que desejam visitar as comunidades. Isso faz com que seja necessário atravessar diversos pontos de controle através de um processo intimidador composto por protocolos de preenchimento de fichas e registros sobre quem somos e o que queremos fazer ali.

Já no Brasil, a tensão em torno das ocupações dos sem terra em Canaã dos Carajás (organizados através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canaã dos Carajás – STTR) em terras públicas da união, muitas delas compradas pela Vale de forma ilegal, fizeram com que a CMN ordenasse que a sua terceirizada de segurança recuasse e saísse da área: “tirou porque isso aí a gente estava praticamente já correndo o risco de ter um conflito né trabalhador e segurança” (Pop-Br-7). Também em Canaã, houve recentemente um caso de agressão e intimidação a trabalhadores rurais por funcionários da empresa Prosegur, terceirizada responsável pela segurança patrimonial das terras da Vale (Campelo, 2017; G1, 2017).

Na intersecção do primeiro com o segundo pilar da esfera da privatização da segurança mencionados acima, o relato de André Almeida traz aspectos reveladores sobre a formação histórica da área de segurança da Vale através da relação com empresas privadas terceiras que possuíam grande proximidade com o aparato público brasileiro. No Sistema Norte, a prestadora de serviços e parceira da Vale na área de segurança durante 30 anos foi a Sacramenta que surgiu nos anos 1980 como resultado da profissionalização de milícias regionais. Foi na época da Ditadura Militar que o modelo de gestão da segurança da CVRD começou a tomar forma. Apesar de a Sacramenta ter sido substituída pela Network, por conta de passivos trabalhistas e

episódios polêmicos, na prática, os serviços prestados são extremamente semelhantes e muitas pessoas migraram de uma empresa para a outra (Amaral, 2013). Na audiência pública de discussão das denúncias do ex-funcionário, este relata o histórico de desenvolvimento da área de segurança da Vale:

Desde a década de 80, quando os projetos de alumínio e de Carajás começaram a engrandecer mais a empresa e várias pessoas, vários integrantes das forças armadas foram contratados para fazer parte da segurança patrimonial encabeçando um ex cadete da força aérea e um sargento do exército que começaram a formar o seu círculo pessoal e contratando empresas de vigilância no Pará que também faziam o serviço de infiltração. (...) A partir da década de 90 começou a engrandecer essa área, trouxeram mais gente do seu círculo pessoal, passaram a fazer ações de relacionamento com órgãos de segurança pública, ou seja dando dinheiro para polícia principalmente e também foi criada uma área de serviços especiais ligada diretamente a auditoria. Ou seja, acima do presidente. Essa parte de serviços especiais fazia o acompanhamento de fraudes dentro da empresa e utilizava esses métodos ilegais, imorais e antiéticos para conseguir atingir as suas metas. (Senado Federal, 2013a)

O relato segue mostrando como as ações ilegais continuam em operação após as gestões de Roger Agnelli e Murilo Ferreira à frente da CMN. O processo de reorganização da segurança empresarial feito na gestão de Murilo Ferreira levou à troca do cargo de diretor em 2011, mas resultou em pouquíssimas mudanças práticas das atividades exercidas pelo departamento. Há indícios do envolvimento do novo diretor e cadete-aviador Ramalho na negociação da operação policial que resultou no Massacre de Carajás (Amaral, 2013). O massacre foi um dos momentos em que ficou mais evidente o fenômeno de proximidade da corporação com aparatos públicos de segurança já que nos autos do processo a Vale aparece como financiadora da operação policial, uma vez que estaria interessada em desobstruir a estrada para a passagem dos seus caminhões. Segundo um entrevistado do MST, “todo mundo sabe que o Carajás que completa 20 anos agora teve a participação da Vale. Como aceitar a Vale assim? São 19 companheiros nossos que foram assassinados” (Pop-Br-5). Outro exemplo, da proximidade com aparatos públicos é o uso de policiais na proteção de Roger Agnelli enquanto CEO (Amaral, 2013). Segundo André Almeida, é na década de 1990 “que ações de relacionamento com órgãos de segurança pública passam a integrar o *modus operandi* da segurança da Vale. Chegou-se ao ponto de comprar armas para doação à polícia”. Ou seja, a CMN se utiliza de órgãos públicos e mantém bons relacionamentos com policiais e centrais de

denúncia que a apoiam na área da segurança (Almeida e Ribeiro, 2013), como deixa claro o seguinte exemplo:

Uma das maiores preocupações da Vale é o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST. O movimento é alvo constante de infiltrações, perseguições, grampos telefônicos e sabotagens. Abaixo o e-mail antecipando para a empresa a realização de movimentos sociais. Este tipo de informação é repassado rapidamente para os órgãos de segurança pública, para atuarem de forma truculenta com os integrantes dos movimentos, na prática a segurança pública se torna integrante da “segurança privada” da Vale. (Almeida e Ribeiro, 2013: 19)

Essa forma de atuação da área de segurança da CMN em conjunto e/ou através do apoio da área de segurança pública é replicada também em Moçambique. Um reassentado tem consciência de que este processo não é exclusividade do país: “ganhavam o fim do mês, tinha alguma coisa, (...) vão comer na Vale, eram essas coisas, e parece que a Vale em todo o país sempre é assim” (Pop-Mo-7). Conforme relata um ativista moçambicano, a Vale promove um financiamento extra de unidades policiais nas proximidades de suas operações.

As unidades de proteção da polícia afeitas à mina da Vale tem condições e tem pagamentos extras feitos pela Vale e, inclusive, eu na altura cheguei a ver cheques que eram passados para pagar altos funcionários da polícia do governo provincial sendo dados como bônus no final do mês e todos os policias que trabalhavam na unidade da Vale que eram todo funcionários pelo estado, tinham o salário 3, 4 vezes mais do que os seus colegas com mesma categoria trabalhando para o setor público. (SoCiv-Mo-13)

O financiamento e o conflitos de interesses que estas práticas geram se estendem às unidades de forças especiais da polícia moçambicana:

Uma unidade da Força de Intervenção Rápida - FIR da Polícia da República de Moçambique foi destacada para guarnecer os interesses da Vale junto à estrada Nacional Nº 103, que liga a cidade de Tete ao Malawi, passando por Zóbwe e o cruzamento da estrada de terra planada que vai para Cateme. Toda a logística desta unidade da FIR é suportada pela Vale, que é responsável pelos custos de alimentação, transporte, água e outras condições consideradas como estímulos para a execução do seu trabalho. (...) Sabe-se ainda que muitas vezes a Vale financia instituições do governo. (Fachin, 2012)

Através de esquemas como esse a Vale estabelece tráfico de influência e um sistema de controle sobre parte dos aparatos públicos de segurança. Isso cria uma dependência em relação à CMN para manutenção desses serviços, ao mesmo tempo em que promove um relacionamento marcado pela reciprocidade e proteção extra para seus ativos e imagem corporativa. O exemplo mais simbólico desta forma de atuação em Moçambique é a Revolta de Cateme, conflito entre a Vale e os/as reassentados/as em 2012. No episódio, os/as

reassentados/as bloquearam a linha férrea que liga a Vila de Moatize ao porto da Beira como forma de protesto e foram vítimas de uma ação de repressão violenta da Força de Intervenção Rápida (FIR): 14 jovens foram encarcerados, alguns dos quais sofreram tortura e maus tratos de agentes da polícia (CIP, 2012; Fachin, 2012).

Pá foi grande guerra. Até polícia entraram aqui, polícia civil com pistola quer dizer para controlar aquela pessoa que vai reagir tinha que pegar logo, meter no carro, quer dizer sofrer ameaças (...) Porque aqui mesmo é uma coisa que estava a acontecer entre a empresa e o governo, mas nós como população nenhuma coisa que podíamos fazer. (Pop-Mo-7)

Quem vir a ocupar as nossas áreas é a Vale então porque que nós vamos ao governo? Então quando nós fomos bloquear lá todas as entradas da Vale, o acesso a Vale e a linha férrea que carrega carvão para Nacala para o coiso, Beira é a linha de Nacala errante. Então depois de fechar eles chamam o governo, o governo fechou aqui e traz a polícia, a polícia com tropa ali e vieram a nos massacrar ali. (Pop-Mo-11)

Você está a ver, homens armados da FIR fugirem da praça até parar na linha férrea. Até conseguiram disparar balas ao vivo para afugentar as pessoas. Ali era guerra! (...) E foi uma manifestação pacífica. (Pop-Mo-5)

A população também é uma população entre aspas inocente, não tinham ideia do aparato policial, aquela estrutura toda policial. E não estavam psicologicamente preparados para a possível reação. Pra eles, achavam que era uma manifestação pacífica. Gritarias por aí. E foi lá a polícia de intervenção rápida. Veio com muita força. Uma coisa interessante é que o posto policial que lá existe é um posto policial em que toda a gestão, finanças, é suportada mesmo para/ pela Vale. Então logo, já sabes que a reação tem que existir para salvaguardar os interesses da instituição. (SoCiv-Mo-6)

Como relatado, a Vale teve um envolvimento direto com a chegada da FIR na manifestação, o que demonstra “uma espécie de aliança entre o governo e as empresas para reprimir as pessoas” (SoCiv-Mo-8). Sobre o posto policial construído pela Vale em Cateme mencionado no último trecho, um dos reassentados de Cateme alega: “olha a Vale trabalhou assim, sempre foi assim. Pagava polícias e formou algumas pessoas que servem como agente de trabalho sendo segurança da Vale. Estão aqui, a Vale montou estas pessoas. São paredes da Vale que controlam o reassentamento” (Pop-Mo-3). A respeito das tentativas de exigências e mobilizações das comunidades junto à empresa e ao governo, uma representante da ONG Justiça Ambiental diz: “foram sancionados a maior parte deles e foram intimidados, eles continuam a ser intimidados. Então eu acho que tanto a Vale quanto o governo são padrinhos não é? Afilhados e padrinhos. Basta saber quem é afilhado de quem, quem é padrinho de quem

não é?”(SoCiv-Mo-3). Este episódio revela como o aparato de segurança do estado moçambicano trabalha em sinergia com o da corporação.

A otimização de ações com órgãos de segurança pública está formalmente integrada na fase de prevenção da política de atuação da área de segurança empresarial da Vale no Brasil (Figura 15). Já na fase de contenção, tecnologias de vigilância são implementadas e em situações de crise, analistas de relações com comunidades são acompanhados pela equipe de segurança empresarial para uma tentativa de diálogo (CMn-Br-3). A CMN resume para os/as seus funcionários/as a sua estratégia de segurança através do seguinte exemplo:

Se 10 pessoas têm a intenção de fazer algo contra os ativos da Vale: Se eu trabalhar 4 ou 5 pessoas junto à comunidade, é bem provável que estes não agirão contra a empresa; Colocando muro e cerca elétrica, dos seis que restarem, três podem desistir da investida; sobram três que pulam o muro. Então o alarme toca, eles se assustam e dois vão embora, ficando apenas um; Se trabalharmos melhor os pilares, teremos que agir contra um e não dez. Esse é o segredo, o trabalho preventivo é fundamental. (Vale S.A., 2017I)

Figura 15: Estrutura da área de segurança empresarial



Fonte: Vale S.A., (2017I)

Esta estratégia revela uma visão corporativa sobre o envolvimento comunitário enquanto forma de prevenção de conflitos, já que uma integração melhor com a população faria com que a CMN estivesse envolvida em menos episódios de violência. Há também uma ideia subjacente de que estas pessoas podem inclusive atuar como agentes de proteção da CMN, o que mostra como há uma intersecção entre a agenda de segurança e a de desenvolvimento social no âmbito da governação da segurança empresarial e cotidiana (Hönke, 2012). Esta estratégia para a segurança, ao contrário dos exemplos do uso de mecanismos coercivo relatados acima, já reflete um mecanismo construído para operar através da autoconduta e da promoção do empoderamento por meio de práticas de participação e cooperação. Na sequência, abordar-se-á como acontece na prática a implementação de mecanismos que visam a promoção do “relacionamento positivo e construtivo” (Figura 15) com as partes interessadas.

5.2. Mecanismos de negociação, cooperação e inclusão: a governamentalidade corporativa

A relação conflituosa entre a Vale e os trabalhadores canadenses ilustra como há uma coexistência de mecanismos de governação cotidiana da corporação de espoliação/coerção e parceria/negociação que podem estar conectados e trabalhar conjuntamente em favor da corporação. A estratégia coerciva e as duras condições impostas pela Vale sobre os trabalhadores durante a greve em Sudbury levaram ao estado posterior de negociação satisfatória de um novo acordo coletivo (2015) pela via do diálogo e cooperação com o qual estes agora se sentem confortáveis: *“so the next round of bargaining that came up had just finished and there was a better bargaining process without the strike”* (Pop-Ca-7).

Esse caso ilustra como para além dos mecanismos coercivos, existem mecanismos de cooperação e uma vontade corporativa de melhorar (Li, 2007) que constituem a esfera da transcrição pública das formas de atuação da CMN. Ao longo das pesquisas de campo, frente a cenários de perpetuação de violências na vida das populações atingidas, uma inquietação por vezes emergia: não seria mais benéfico para a CMN fomentar bons laços comunitários e oportunidades reais de desenvolvimento para as comunidades atingidas? Logo se percebeu que esta inquietação tinha eco na indústria extrativa, que havia uma preocupação em melhorar as relações comunitárias da Vale e tornar o ambiente em torno das operações mais harmonioso

para todos/as. Ao longo do tempo, foi possível identificar como esse eco representa uma capacidade de adaptação da CMN às inquietações e crescente demanda da sociedade por práticas corporativas sócio-ambientalmente mais harmoniosas, através de um cálculo racional de mercado de que os benefícios com esta forma de atuação superam os custos.

Assim, como forma de resposta à complexidade atual das demandas de sustentabilidade e atuação responsável que recaem sobre as corporações, a indústria da mineração tem desenvolvido uma série de mecanismos emergentes de governação socioambiental que aprofundam e facilitam as formas extrativistas do capitalismo. Estes mecanismos são novas tecnologias de governo que visam idealmente substituir o uso de mecanismos coercivos através de um aumento na participação e desenvolvimento comunitário. Neste contexto, a própria política de desenvolvimento comunitário da Vale é um projeto de governo (Hönke, 2012). Afinal, como ressalta um reassentado de Cateme, “quando não há entendimento, pronto, há guerra, não há paz, então sentar, fazer diálogo quando as coisas vão bem” (Pop-Mo-7). São mecanismos desenhados para promover e legitimar a indústria e assegurar a sua condição de existência. Funcionam como uma nova forma de normalização da lógica do mercado na qual a construção de consentimento é produzida através da promoção de um engajamento participativo da população atingida.

São esquemas de melhoramento que se desenvolvem no âmbito da governamentalidade transnacional neoliberal e que, por isso, incluem práticas e procedimentos que tornam possível a governação através da autodisciplina e auto-regulação da população atingida. Estes mecanismos são desenhados para melhorar as condições e circunstâncias nas quais a população atingida vive o seu cotidiano: valorizar a sua preparação, o entendimento das suas responsabilidades e papéis a serem desempenhados, bem como sua capacidade de adaptação e de tomar decisões informadas. Em outras palavras, o modelo proposto é um deslocamento de relações de dependência e vitimização das população atingidas, para relações que acontecem no âmbito da parceria, nas quais as comunidades são empoderadas para o cuidado de si. Evidentemente, há um distanciamento importante entre aquilo que é racionalmente almejado nesses esquemas de governamentalidade corporativa e o que acontece na prática, o que justifica o uso da palavra ‘vontade’ de melhorar (Li, 2007: 1). Essa vontade é

muito mais forte no discurso do que na prática, o que leva muitas vezes ao resultado de promessas não cumpridas que aumentam o ressentimento da população em relação à corporação e produzem efeitos contrários aos planejados. Na sequência, discutem-se alguns destes mecanismos de negociação, cooperação e inclusão típicos do exercício da governamentalidade corporativa através de tecnologias de governo da Vale nos terrenos sob sua jurisdição, bem como algumas das suas contradições.

Responsabilidade social corporativa

O conceito de responsabilidade social corporativa ganha força nos anos 1980 no período de decadência das políticas de bem-estar social nos países desenvolvidos (Vertigans, 2015: vii). Surge como forma de resposta às pressões sociais crescentes por melhores práticas corporativas e ao sentimento de pertencimento por parte das comunidades dos recursos que são extraídos de suas terras (CMn-Ca-3). O objetivo aqui não é discutir a construção, por uma complexa rede de atores (corporações, ONGs, consultores, OIs, associações de indústria, sociedade civil organizada, etc.), desse poderoso padrão normativo internacional baseado no discurso da promoção do desenvolvimento através dos negócios (Blowfield, 2005; Rajak, 2011a). Não obstante, busca-se situar a RSC como uma tecnologia de governo típica da governamentalidade neoliberal, que surge em contraposição à governamentalidade do estado do bem-estar social e, portanto, como uma forma de ação sobre a conduta individual e coletiva através de um distanciamento do estado como ponto de referência.

Em Moçambique, um investigador resume de forma direta o que pensa sobre a RSC: “essa coisa neoliberal da direita do estado que não faz nada e da empresa que vai salvar o povo” (SoCiv-Mo-12). Independente do posicionamento ideológico, uma coisa parece ser consensual: a emergência e a existência da RSC está ligada à diminuição do papel do estado e ao aumento do papel do investidor como agente de desenvolvimento, como reforça esse consultor moçambicano:

O governo demitiu-se, mas isso é uma coisa que nós vimos é hoje a filosofia neoliberal é o estado, o estado principalmente quanto menos existir melhor. Ali está nesta coisa cômoda de eu não me meto nisso, quem tem que fazer são as corporações e os investidores. Então o investidor é que tem que construir a estrada, a escola e, portanto, quando se faz uma reunião de consulta pública às autoridades provinciais e distritais só tem uma pergunta. Não querem saber como é que é a população, etc. Perguntam, e a

escola? E a responsabilidade social? E vão construir quantos hospitais? (...) Então a ideia, uma ideia que não é só ideia, é dita, clara que é assim: o investidor é responsável por promover o desenvolvimento local da região onde eles estão inseridos. (Consult-Mo-1)

Não obstante, há uma falta de consenso sobre o significado do conceito de RSC, já que como aponta um outro consultor moçambicano: “o próprio governo, não está claro pra ele o que é, nós estamos em um momento onde o próprio Ministério de Minas encomendou um estudo pra entender o que é responsabilidade social” (Consult-Mo-2). Esta falta de consenso não é exclusividade do contexto moçambicano. Dashwood, reconhece a ausência de um entendimento único do termo e propõe a seguinte definição: “*the beyond-law obligations which companies must adhere to because their economic activities affect the social and ecological systems in which they are embedded*” (2012: 8). Ela argumenta que a noção de que a RSC é voluntária é enganosa, uma vez que pode levar à equalização do conceito com ações de filantropia, o que não seria o caso, uma vez que a RSC implica em deveres que, mesmo que não sejam frutos de processos regulatórios, são obrigações perante o bem-comum. A escolha de quais são os valores societários que constituem este bem-comum e a definição extra-regulatória de responsabilidades perante os impactos causados leva a uma necessidade de auto-regulação por parte da indústria extrativa que é típica da governamentalidade neoliberal. A RSC é uma tecnologia de governo (St-Laurent e Billon, 2015: 3) implementada pelas CMNs a partir da preocupação central de melhorar sua performance socioambiental, garantir licenças de operação e prevenir conflitos. Sendo assim, o principal efeito pretendido através do exercício da RSC enquanto mecanismo de melhoramento social (e consequentemente da própria corporação como agente do melhoramento global) é a legitimação da mineradora.

O conceito de RSC adotado pela Vale é amplo: “ato de contribuir de alguma forma com a comunidade e o ambiente onde a empresa atua” (Vale S.A., 2014g: 10), o que deixa muito espaço para interpretação sobre quais são as atividades possíveis de serem incluídas em seu bojo. Sendo assim, a atuação de RSC da Vale claramente inclui ações que vão além do cumprimento das obrigações de âmbito regulatório: “sob o ponto de vista social nós não nos limitamos a ficar satisfeitos com o que é de direito sob o ponto de vista legal (...) socialmente às vezes a abordagem legal pode não ser satisfatória” (Cmn-Mo-2). Outra funcionária da Vale acrescenta:

O que que eu acho que acontece assim? A diferença do que é obrigatório pro que é voluntário é uma discussão eterna que a gente tem aqui que, na verdade, a gente caracteriza como voluntário ou obrigatório muito por uma questão mais talvez didática assim né, de necessidade de ter uma diferenciação em função de obrigações legais como eu falei. Mas, o que eu vejo: essas obrigações legais do licenciamento, elas não dão conta do problema. (CMn-Br-3)

Assim, há ações que acontecem no âmbito voluntário, mas que também contribuem para a minimização dos impactos causados pela CMN, conforme fica claro na fala desta funcionária da Vale no Canadá:

But I think locally given that legacy we have a minimal trial to meet the regulations but I think that where we can we also try to demonstrate that we are exceeding it right? Some of the work that sustainers are doing around, fish releases and raising fish and having. We don't have to do that, but we are doing it to and benefit the bees, the slag piles, you read about the honey bees that we are raising. (...) All that stuffs we don't have to do, but we do it. (CMn-Br-Ca-1)

Além disso, conforme discutido anteriormente, há uma grande confusão na transcrição pública da CMN do que constitui investimento social decorrente de obrigações legais e aqueles que são de cunho voluntário. Os dados são geralmente apresentados de maneira unificada pela CMN, como no Relatório de Sustentabilidade de 2016:

[Em 2016] foram investidos US\$ 704 milhões em responsabilidade social corporativa, sendo US\$ 562 milhões em proteção e conservação ambiental e US\$ 142 milhões em projetos sociais destinados à melhoria da qualidade de vida e à criação de oportunidades de mobilidade econômica e social nas comunidades próximas das operações. (Vale S.A, 2017a: 36)

Em outros momentos do relatório o mesmo valor de 704 milhões de dólares americanos é referido ora como investimento na área socioambiental (Ibid.: 17), ora como dispêndio socioambiental (Ibid.: 61), sendo que apenas neste último há um detalhamento dos gastos que incluem ações obrigatórias e não obrigatórias. Ou seja, a Vale inscreve muitas vezes de maneira análoga no seu pacote de responsabilidade social apresentado ao público as suas obrigações legais e as suas ações voluntárias⁵⁸. Além disso, nas inúmeras ações de divulgação de investimentos que são compulsórios, quase nunca se encontra de forma explícita a informação de que este projeto é o cumprimento de alguma condicionante legal. Um bom exemplo é o maior projeto de RSC da Vale no Canadá, o *Clean AER* que foi desenhado para cumprir regulações ambientais (CMn-Ca-3). Mas, a CMN afirma que “este projeto vai além dos padrões

⁵⁸ Os dados são globais e não há detalhamento da divisão dos gastos entre as diferentes operações (Vale S.A, 2017a: 62).

exigidos pelo governo” e mostra como “a Vale age proativamente demonstrando responsabilidade corporativa” (Vale S.A, 2017n). Dessa forma, a CMN apresenta como sendo política da empresa (proatividade), processos regulatórios que muitas vezes são resultado de pressão pública (Pop-Ca-8; SoCiv-Ca-7-8-9-10). O acesso limitado aos documentos oficiais de licenciamento que, apesar de públicos, geralmente são restritos à CMN e ao governo, muitas vezes acentuam a dificuldade de compreensão por parte dos atores locais: “confunde muito assim o que é política da empresa e o que é condicionante dos empreendimentos” (SoCiv-Br-3). Essa recorrente falta de clareza e distinção entre uma coisa e outra é uma atitude proposital para a construção da legitimidade da CMN.

Outra componente central da RSC é que esta é implementada pela Vale enquanto tecnologia de governo nos territórios através de uma coprodução com as populações atingidas. Há uma crescente percepção dentro da CMN de que para a RSC funcionar, ela deve incorporar a participação da população:

O que eu acho que é mais importante disso é uma evolução também natural, é que deixe de ser uma decisão eminentemente interna, tipo assim 100% feita com uma visão exógena. É eu dizer assim “cara, eu estou aqui eu opero Carajás e eu sei o que esses caras precisam” que é um pouco a visão da velha política tipo assim “eu sou o prefeito, eu sei o que os caras querem”. Não, pera ai. Não existe isso, cada vez existe menos isso porque (...) o cara por mais analfabeto que seja, ele tem o mínimo de capacidade de entender primeiro, quais são as necessidades dele, segundo, como a gente pode construir isso/ convergir juntos. Então o que eu sinto é que está migrando um pouco dessa coisa da qual eu digo, uma visão 100% exógena do que vai ser feito (...) por um modelo no qual vai ser cada vez mais importante fazer isso de construir junto, entendeu? Respeitando aí uma visão endógena/ exógena. (CMn-Br-2)

O mecanismo de participação ativa e do empoderamento dos/as receptores das ações de RSC também são mencionados por uma representante da Agência Canaã nos projetos desenvolvidos em parceria com a Vale:

Nós estamos fazendo em 19 comunidades plantio de açaí, mas assim ensinando pra eles e eles participando de tudo. Eles é que fazem, a gente dá o recurso. A gente faz a aquisição das mudas, do adubo, a gente manda arar. Tudo isso. Mas ele que bota a mão na massa pra poder plantar, pra poder cavar o buraco. Pra ele se empoderar daquilo. (SoCiv-Br-1)

A participação funciona como mecanismo para a internalização da lógica da RSC na população atingida, mas esse empoderamento acontece muito mais no âmbito discursivo do que no cotidiano. Em uma das idas a Cateme em 2016, a comunidade tinha acabado de rejeitar

um carregamento de doações de comida da Vale como forma de protesto devido à pouquíssima quantidade de itens frente ao número de famílias. Sobre o acontecido, um representante da ONG AAAJC fala:

É que a comunidade já entendeu que a Vale faz o seu *marketing*. Naquela altura que começasse a distribuição daquela comida, eles escolhiam a sacar as imagens e falar boa pose, que estão apoiar aquela comunidade, não sei quê, no âmbito de responsabilidade social corporativa. Então o mundo fora ia entender de facto, a Vale está a fazer um trabalho de assistência humanitária muito bonito. Então com o nosso trabalho, da sociedade civil, a comunidade já percebe quais são os direitos, quais são, qual é a manipulação da Vale. Começa a reagir. Nós sentimos que isso já é bom, eles reagiram até. (SoCiv-Mo-7)

Ou seja, há um trabalho de conscientização das populações atingidas de como as ações de RSC estão associadas ao aparato de publicidade e propaganda da Vale. Na opinião dos um trabalhadores canadenses, “*Vale cares more about public opinion than anything else*” (Pop-Ca-8) e “*since the fatalities they are trying really hard in the communities so they are trying to paint the picture. It’s manipulations right? So in the community they are working really hard and spending a lot of money to be Sudbury’s friend*” (Pop-Ca-9). Para outro ainda, a RSC representa uma forma de camuflar o ataque sistemático às conquistas dos trabalhadores: “*we really have to maintain what has been achieved. Because there is a huge attack on it and it’s silent. It is subtle like the Vale Concert Series. Subtle, silent and – timely*” (Pop-Ca-6). Ele explica que a Vale promove em Sudbury o *Vale Concert Series*, shows gratuitos de verão mensais, toda terceira quarta feira do mês, no mesmo dia e horário do encontro do sindicato: “*that’s how deep they have looked at the relationship and thought of ways to weaken the solidarity*” (Pop-Ca-6). Os shows patrocinados pela Vale, que contam com distribuições de brindes e falas de funcionários da corporação, mostram como a RSC funciona como um poderoso mecanismo de governação cotidiana na vida de uma comunidade (Foto 4).

Foto 4: Vale Concert Series em Sudbury



Fotografia da autora.

De maneira semelhante, no Brasil ações de RSC também funcionam como um mecanismo de camuflagem das violências que são perpetuadas pela mineradora.

Você pega o trem que é o grande símbolo do conflito que corta os territórios quilombolas, indígenas (...), você pega uma linguagem suburbana, uma linguagem assim de resistência, uma linguagem sabe do não dito, do periférico. que é a linguagem do *grafitti*. Pega a grande referência que é “Os Gêmeos”⁵⁹ e você pinta um trem para parecer mais bonito ou que está desenvolvendo uma cultura artística (..) e passa por estes territórios cheios de conflitos, cheios de morte pelo trem e essa coisa toda e você nisso aí faz oficina das escolas com as crianças pra mostrar essa grande coisa né. Aí pega os artistas de nível internacional do samba, da arte, da música, da pintura, financia salão de arte Pará, financia os grandes jornais, financia a secretaria estadual de educação, financia os projetos das secretarias municipais, financia projetos de poetas locais, financia coisas. (SoCiv-Br-3)

A instrumentalização da RSC pela CMN tem muitas facetas. No caso de Moçambique, foi usada como forma de não pagar imposto através das isenções fiscais concedidas à Fundação

⁵⁹ Dois irmãos grafiteiros famosos mundialmente.

Vale (SoCiv-Mo-12-13). Há também uma complexa relação entre iniciativas voluntárias que são negociadas informalmente como moeda de troca para o apoio das comunidades a pré-requisitos regulatórios de viabilização dos projetos. Um exemplo de projeto de RSC que foi usado como moeda de troca para o cumprimento de obrigações regulatórias é o *Projeto Sociocultural Krôhôkrenhum*. Este promoveu o registro das memórias do cacique Krôhôkrenhum dos indígenas Gavião Parkatêjê, através da produção de um filme documentário e um livro (Associação Indígena Parkatêjê, 2011) (Figura 16). O prefácio do livro é de um entusiasta do projeto: Venâncio, ex-funcionário da Vale, que trabalhou durante muitos anos na posição de Relações com Comunidades Tradicionais e Povos Indígenas. Em vídeo institucional, ele diz que “antes desse projeto não conheciam a história deles, eles não sabiam quem eles eram” (Vale S.A., 2013c), ou seja, vincula o resgate da história desse povo indígena à ação de RSC da CMN. O livro é narrado como um incentivo da CMN para “reafirmção” e “valorização cultural” (Associação Indígena Parkatêjê, 2011: 16) de uma identidade indígena que estaria ameaçada pela perda da memória do povo.

Figura 16: Livro *Isto pertence ao meu povo* do Projeto Sociocultural Krôhokrenhum



Fonte: Associação Indígena Parkatêjê (2011).

Em visita à TI Mãe Maria, notou-se a importância do projeto para os Parkatêjê, uma vez que os/as indígenas demonstram carinho e empatia com o trabalho realizado. Além disso, o fato de ter sido realizado pelos próprios indígenas reafirma a promoção da ideia de autonomia dos mesmos e, portanto, a RSC enquanto uma tecnologia de poder típica da governamentalidade. O projeto foi de fato uma demanda comunitária, mas funcionou como moeda de troca (junto com o financiamento das casas da aldeia) negociada para a assinatura de aprovação do grupo no processo de licenciamento da duplicação da ferrovia (Pop-Br-1-4). Isso mostra a complexidade da compreensão das ações de RSC, além de exemplificar o *modus operandi* da Vale, “sempre querendo algo em troca” (Gov-Br-4). Além disso, ao mesmo tempo que financia projetos como estes, a maneira como as relações mineradora–Povos Indígenas vem se desenvolvendo na prática tem ocasionado violência, exclusões e sucessivas divisões dentro da TI.

Impact and Benefit Agreements: o caso da população indígena Sagamok no Canadá

Ao contrário do caso da TI Mãe Maria, discutido com mais detalhes na subsecção sobre judicialização, no Canadá o relacionamento da Vale com a população indígena Sagamok nas proximidades de Sudbury é marcado por mecanismos de participação típicos da governamentalidade. A negociação do *Impact and Benefit Agreements* (IBAs) com os Sagamok ocorreu porque a mina *Totten*, inaugurada em 2014, está localizada dentro do território tradicional do grupo, o que deu a eles espaço de negociação com a Vale (Pop-Ca-1). Os IBAs são uma das práticas corporativas contemporâneas mais simbólicas para notar empiricamente as mudanças nos mecanismos de governação cotidiana. Estes acordos são comuns no Canadá e na Austrália e geralmente incluem oportunidades de formação e trabalho relacionados à mineração, ao mesmo tempo que prevêm a participação das comunidades no gerenciamento e monitoramento ambiental da área impactada (Mills e Sweeney, 2013; NRC, 2008). Os IBAs foram recentemente discutidos por Billon e St-Laurent, como uma tecnologia de governo, *i.e.* “*a set of discourses, techniques and tools shaping the governance and conduct of subjects*” (2015: 3), que tem o efeito de criar um distanciamento entre instituições governamentais formais e outros atores relevantes na governação da mineração. Ao contrário dos RIMAS, idealizados como um tipo de consulta pública dirigida pelo estado e pela legislação ambiental vigente, os IBAs fazem parte do terreno da governação privada. Em suma, os IBAs são uma das tecnologias de governo a partir da qual a governação privada é assegurada.

Estes acordos são particularmente relevantes no relacionamento com povos indígenas, uma vez que há necessidade por parte da CMN de acomodação destes grupos no âmbito regulatório dos estados hospedeiros e de normas e padrões internacionais, dentre as quais se destaca a Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais que prevê a necessidade de consulta livre, prévia e informada nos processos de tomadas decisões que possam afetar os bens ou direitos destas populações. Apesar de a convenção ter sido desenhada para ratificação dos estados, ela é crescentemente evocada no que diz respeito às obrigações de corporações em investimentos privados. Os IBAs ilustram o processo de uma ausência seletiva do governo e uma delegação de suas responsabilidades ambientais, sociais e econômicas perante os grupos para investidores privados (St-Laurent e Billon, 2015: 7). Isso porque os acordos cobrem

dimensões cada vez mais amplas da vida das populações, o que potencialmente aumenta o papel da CMN enquanto provedora de bem-estar, na mesma medida em que diminui o papel do estado na provisão destas mesmas funções.

*In the context of government cutbacks to social programs and environmental regulation, the wide scope of these agreements and the reduced government role in their negotiation and execution has led to criticism that IBAs are a form of government downloading that sees **companies act as welfare providers and communities as environmental watchdogs**. (Sosa e Keenan, 2001: 9) Negrito da autora.*

Neste sentido, no caso da Vale em Sudbury, os funcionários da CMN entendem que há uma transferência do dever de consulta do estado para a CMN:

CMn-Ca-1: *Where I would say that where sometimes you look at the role of government and the role of the company, one area that comes to mind in terms of blurring lines for me it is on our aboriginal relationships, First Nations relationships, because there really is the government and there are laws in Ontario, it is up to the government has this duty to consult with the First Nations group around resource development, permitting and whatever. They've delegated that responsibility to industry but it is not on our duty.*
CMn-Ca-2: *Nobody really is supposed to delegate the procedure. They are supposed to just explain the project and then the government is supposed to do everything else but they are really just trying to make us. And with relationships with Sagamok and Wahnapiatae they are very well developed, good relationships, a trust relation. Its is almost like we don't even want the government to get involved just make it more complicated it is better to just us.*

A característica de negociação bilateral entre a CMN e as comunidades é um passo essencial para o estabelecimento de uma relação autônoma que, apesar de permeada por relações desiguais de poder, dão a ilusão de um grande empoderamento dos/as indígenas. Os acordos são um mecanismo de governo típico da governamentalidade, já que incluem o treinamento de pessoas locais para operarem em um esquema de autonomia regulada (Rose e Miller, 1992: 271). Dessa forma, através do *Totten IBA*, a Vale está investindo em moldar os desejos das populações indígenas e modelar as suas escolhas, mantendo uma imagem de que eles são sujeitos autônomos que têm o poder de entender as suas necessidades e escolher qual caminho de desenvolvimento querem seguir. Nesta linha, os IBAs são apresentados pela Vale como parte da construção de relações mutuamente benéficas, onde se implementa o compartilhamento dos benefícios do projeto (Vale S.A., 2017f), e forma de substituição dos mecanismos coercivos de controle discutidos anteriormente:

Outro compromisso assumido pela empresa é o de estabelecer acordos e adotar uma visão integrada de desenvolvimento no longo prazo para os povos indígenas e

comunidades tradicionais próximas às suas operações, buscando minimizar a judicialização do relacionamento e solucionar conflito. (Vale S.A., 2013b: 53)

O principal objetivo desse deslocamento nos mecanismos de governação é evitar conflitos socioambientais e assegurar a licença social de operação. Quando a Vale fez a aquisição da Inco em 2006, as negociações para o acordo haviam acabado de começar e duraram até à assinatura em 2012. Atualmente, o principal desafio é na sua operacionalização já que o acordo é voluntário na sua formulação, mas legalmente vinculativo na sua implementação (Fidler e Hitch, 2007: 59). Na prática, há uma grande diferença entre o que foi negociado no acordo e a posterior implementação dos termos acordados (Pop-Ca-1) que ocorre devido à falta de formação indígena para ocupar as posições de trabalho acordadas (SoCiv-Ca-11), bem como a uma resistência de funcionários da CMN em mudarem suas formas de conduzir o negócio (Pop-Ca-1).

Há pouca cooperação entre diferentes grupos que têm experiência com este tipo de acordo no sentido de compartilhar conhecimentos adquiridos durante o processo. A confidencialidade do IBA compromete o potencial de criação de uma rede de solidariedade entre as populações indígenas. Esses acordos são confidenciais principalmente pela existência de informações financeiras sensíveis que nem a CMN nem os grupos querem compartilhar com o público, apesar de nas entrevistas ambos só apontarem a razão da confidencialidade para um desejo da outra parte (CMN-Ca-2; Pop-Ca-1-2). Para os indígenas, *“the company doesn’t want it to send a press release. So people in Mozambique say ‘oh we saw Sagamok IBA and they are getting this, this and this and that’s what we want’”*. (Pop-Ca-2). Quase sem referência do que as outras comunidades conseguiram negociar, eles terminam por se tornar mais suscetíveis a operarem de acordo com os modelos introduzidos pela CMN.

As assimetrias de poder entre a CMN e as comunidades também estão refletidas na diferença da assessoria jurídica e empresas de consultoria que as diferentes partes conseguem contratar. O fato de a CMN possuir um forte aparato jurídico contribui para que esta possa moldar e aproximar o documento o máximo possível dos seus interesses. No caso deste IBA, o acordo é marcado por cláusulas mais abertas, sujeitas a interpretação e negociação, o que teoricamente aumenta o poder de ação irrestrita por parte da CMN na fase de implementação. Sendo assim, intuitivamente esperava-se encontrar uma tendência por parte das comunidades

de olhar para a imprecisão do acordo como algo que favorecesse a CMN. Mas, o posicionamento encontrado é que a comunidade prefere ter declarações mais abertas no contrato porque assim é mais fácil negociar mudanças necessárias (Pop-Ca-2). Assim, não há qualquer tipo de ressentimento em relação à desigualdade de poder de negociação, o que mostra como a comunidade incorporou a ideia de que o acordo lhes permite serem sujeitos mais livres para negociarem seus interesses.

Ou seja, os Sagamok internalizaram a lógica do acordo como se fosse sua. Isso mostra como o IBA é uma tecnologia de governamentalidade neoliberal que funciona como uma forma de moldar a conduta e comportamento da população atingida na sua conexão com a extração de recursos. Além disso, implica em uma crescente responsabilização dos sujeitos pela sua própria conduta e determina um posicionamento pró-mineração por parte dos/as indígenas. Esse processo de naturalização é um produto do que acontece no cotidiano dessas comunidades (Robbins, 2012: 75). A potencialidade de resistência é neutralizada através da negociação do acordo: *“well, I will be frank and say that if we don’t, if they were not interested in negotiating an agreement with us that is fair for our community, then we don’t want them doing anything in our traditional lands. It is that simple. And we will defend our traditional land if we have to”* (Pop-Ca-2). No grupo há um posicionamento de satisfação em relação ao acordo, já que este aparece como uma demanda comunitária e não como um mecanismo da indústria: *“we certainly wanted the most for our community and I think you know it is a good agreement”* (Pop-Ca-1). Isso inclui também uma aceitação do modelo extrativista como natural: *“we wanna prosper to just like the shareholders of these companies”* (Pop-Ca-1).

Este estado geral de aceitação promovido pelo IBA é parte de um processo mais amplo de instrumentalização do engajamento participativo para a construção simbólica de Totten como a mina do futuro, uma ferramenta essencial para a legitimação da Vale não só na região, mas no mundo. Em termos da performance socioambiental a mina é retratada como um exemplo a ser seguido na indústria da mineração (Baldwin, 2014; Tollinsky e Kelly, 2013). O Ministro de *Northern Development and Mines* de Ontario, afirma que Totten produz uma situação do tipo *“win-win for everyone”* e serve como modelo para outros empreendedores no país (Vale S.A., 2014b). Neste sentido, o projeto de Totten pode ser visto como uma parte

integral da operacionalização da governamentalidade transnacional corporativa da Vale, uma vez que une o emprego de diferentes tecnologias de governo para aumentar o seu poder através de uma empreitada sócio-ambientalmente integrada. Entidades de governo como corporações apenas se tornam totalmente efetivas por meio de dispositivos simbólicos e imaginativos (Ferguson e Gupta, 2005: 115). A lente de parceria envolvida neste projeto é um dispositivo simbólico crucial para a construção de autoridade da CMN através do retrato da Vale como um cidadã corporativa legítima que age de acordo com os mais responsáveis procedimentos socioambientais disponíveis no mercado.

A bem sucedida recepção do projeto da *Totten* nos Sagamok e a declaração do *Chief* Paul Eshkakogan de que a CMN entendeu muito bem como a comunidade pretende se beneficiar (Vale S.A., 2014b), ilustram como a promoção da ideia da mineração como trazendo benefícios para todas as partes envolvidas está sendo enraizada e naturalmente aceite pelas comunidades como algo neutro. Aos moldes do que Li mostra para outro contexto, este esquema não aparece como uma imposição externa, mas antes como uma expressão natural de interações cotidianas entre a CMN e o grupo (Li, 2007: 5) que viraram um senso comum dentro da comunidade que se sente empoderada. Mas o argumento de otimização da vida das comunidades é na verdade um argumento de poder.

Os IBAs como um modo emergente de governação dos recursos extrativos da CMN estão envolvidos em um deslocamento de população atingida para população parceira. O principal objetivo desta virada é prevenir conflitos socioambientais e assegurar a licença social de operação. Mas os IBAs ainda são a exceção ao invés da regra comum. A próxima secção mostra como essa forma de governação positiva também produz exclusões e é baseada na divisão entre aqueles que devem ter as suas condições de vida melhoradas e aqueles que não devem. A vontade corporativa de melhorar incluída nestes esquemas de governamentalidade é baseada em uma solução *win-win*, ou seja, desenvolvimento para todos/as, incompatível com o que mostram os dados empíricos desta investigação.

5.3. Não Isonomia: ‘a vontade de melhorar’ discricionária e seletiva da corporação

Através da governação cotidiana, a Vale redefine espaços de inclusão e exclusão, já que é responsável por deliberadamente escolher quem são aqueles/as que devem ter as suas

condições de vida fomentadas e aqueles/as que devem ser deixados/as de fora dos mecanismos de governamentalidade. Não obstante, é preciso considerar que há muita pressão por parte da população atingida e da sociedade civil, o que eventualmente resulta na necessidade de incorporação de determinados grupos nestes arranjos pela CMN. Além disso, a opinião pública internacional também tem um peso central, como reconhece um funcionário da Vale quando fala nas mudanças do relacionamento com as comunidades entre as diferentes operações da CMN:

Não, e aí muda muito pelo tipo de comunidade. Porque aí tem um parênteses que eu acho que tem que ser feito que é: se você é uma simples comunidade pobre vizinha de um empreendimento seja ele qual for, ferrovia, usina, mina (...) você não tem muito... Ninguém tem muito apreço por isso, entendeu? Agora se você é uma comunidade indígena. Aí você tem uma opinião pública internacional envolvida nisso! (CMN-Br-2)

O engajamento seletivo da CMN com as comunidades é um potencial lugar de indagação sobre uma faceta da governação cotidiana invisibilizada através dos procedimentos e ações da transcrição pública típicos da governamentalidade e revela formas indiretas de perpetuação de violência. Ou seja, há uma dinâmica de conduta corporativa discricionária que é consequência da escolha deliberada por parte da CMN de quem são aqueles/as que podem ter as suas condições de vida melhoradas e quem são aqueles/as que devem ser invisibilizados/as e, portanto, eliminados/as do processo de tradução dos benefícios da exploração de larga-escala dos recursos minerais. Este processo resulta na fabricação de presenças e ausências cotidianas da ordem.

Sendo isonomia definida como “igualdade política e perante a lei” (Dicionário Aurélio, 2017), substituindo lei por ordem, propõe-se um entendimento do tratamento díspar dispensado às populações atingidas pela mineradora como não-isonomia. A não-isonomia é ‘a vontade de melhorar’ discricionária e não igualdade política dos grupos perante o ordenamento da corporação. A não-isonomia de tratamento da Vale às populações atingidas se manifesta tanto a nível das operações locais no tratamento díspar entre populações atingidas pelos mesmos empreendimentos, quanto nas diferenças na atuação socioambiental a nível global da corporação.

Em relação ao tratamento díspar de populações atingidas pelos mesmos empreendimentos, em Sudbury, a inexistência de acordos entre a Vale e uma outra população

indígena atingida pela mineração, os Atikameksheng Anishnawbek (Whitefish Lake First Nation), mostra a coexistência prática entre comunidades espoliadas e comunidades parceiras no contexto da atuação da Vale no Canadá. Ao contrário dos Sagamok, grupo que é visto pela indústria extrativa como tendo uma atuação proativa a favor da mineração com sólidas relações estabelecidas com a CMN, os Atikameksheng foram estigmatizados ao longo dos anos como sendo anti-desenvolvimento (Pop-Ca-4). A principal questão no relacionamento entre o grupo e a mineração emerge de um desrespeito sistemático por parte do governo e da CMN sobre a demarcação da área do seu território tradicional, cujo tamanho original cobria praticamente toda a Grande Sudbury (Keany, 2008). Quando se perguntou membro da comunidade quais eram as operações da Vale dentro do território tradicional deles, ele afirmou que praticamente todas (Pop-Ca-4). Em 2008, a comunidade fez uma reivindicação de terra na Suprema Corte de Justiça de Ontario no valor de 550 mil milhões de dólares americanos, considerado por eles como estimativa conservadora da riqueza produzida pela mineração no território tradicional da comunidade (Curry, 2008)⁶⁰.

Devido à proximidade das operações da mineração, o grupo sofreu impactos como problemas de saúde, chuvas ácidas e diminuição na quantia de peixe, destruição da floresta nativa, contaminação do solo por metais pesados, etc. Estes afetam profundamente seu modo de vida ainda parcialmente dependente de atividades econômicas tradicionais como caça, pesca e venda de recursos madeireiros (Ismi, 2009). Apesar disso, a postura adotada pela CMN é de negligência contínua ao grupo com poucas iniciativas de diálogo que não evoluíram para o estabelecimento de qualquer tipo de acordo. Uma funcionária da CMN reconhece a complexidade do problema:

But I think every community is fairly different too right? Even though regionally we have 5 different First Nations and (...) they are all very very different. I think one of the challenges for us with Sagamok it was a long process to get to the IBA but we are opening a new mining, it was within their traditional territory and that's you know now we got a pretty mature relationship where we got an agreement with procurement relations, you know. What makes it challenging for some other groups is that we've been here for a hundred years and so it's not necessarily opening a new mine, we have

⁶⁰ Não foi possível encontrar o resultado da reivindicação. Não obstante, importa ressaltar que esta é uma ação que tem grande peso simbólico sobre a posição dos/as indígenas perante a injustiça socioambiental que sofreram e continuam sofrendo no seu território tradicional.

operations on their traditional territory and so how do you reconcile that history right? So it poses some challenges. (CMn-Ca-1)

Legalmente falando, a Vale esta de acordo com as regulamentações do país. Os Atikameksheng estavam historicamente geograficamente próximos demais para serem acomodados pelo sistema da mineração e continuam próximos demais para serem integrados nos arranjos transnacionais de governamentalidade que emergiram ao redor das operações da Vale em Sudbury.

No Brasil, em 1990, na conjunta da assinatura do Convênio com a TI Mãe Maria, os três povos Gavião que foram reunidos nessa terra estavam vivendo juntos na liderança do cacique de um dos grupos, os Parkatêjê, o que levou à assinatura de um único documento para todos os povos. Ao longo dos anos, no entanto, os outros dois povos, os Kyjatêjê e os Akrãtikatêjê, constituíram aldeias próprias (além das divisões intra-grupos) e passaram a demandar um tratamento igualitário por parte da corporação. Foram muitas as contendas em torno de como o recurso deveria ser dividido e quais os direitos e a legitimidade de cada grupo para receber o repasse da Vale. Por parte da CMN houve não-isonomia no tratamento aos diferentes grupos.

O que agravou mais ainda dentro desse contexto da relação da Vale com as comunidades indígenas é isso porque ela também não tratava a comunidade e não trata de forma homogênea (...) Tem um respeito a autonomia de cada grupo, mas uma vez que você fragmenta você cria determinados conflitos internos, então o que acontece? Muitas vezes na hierarquia ela colocava o Parkatêjê se sobressaindo às demais comunidades e aí pelo facto da linha férrea passar diretamente na aldeia Parkatêjê e não nas demais, embora a terra indígena seja de todos, ela se sentiu estrategicamente no direito de negociar somente com os Parkatêjê (...) e aí nesse processo acabou-se não só pro criar num determinado grupo esse sentimento de que a terra é nossa (...) e aí quanto aos demais criticavam também o facto (...) da Vale não respeitá-los enquanto sujeitos da terra e também enquanto atores nesse processo né? (Gov-Br-1)

Os Akrãtikatêjê são o grupo mais prejudicado na relação com a Vale dentro da TI: “nós somos excluídos pela Vale, nós somos uma pedra no sapato da Vale” (Pop-Br-1). A CMN ainda instrumentaliza as divisões internas na TI enquanto fundamentação empírica para a sua argumentação de que os índios só estão interessados em mais dinheiro e nunca estão satisfeitos com os valores repassados (Gov-Br-1; CMn-Br-1). Assim, além do Convênio ser uma fonte de conflitos externos entre os grupos indígenas e a CMN, a sua existência também é fundamental para compreender o envolvimento da Vale na perpetuação de conflitos internos. Uma indígena reivindica: “ela tem que ver que depois que Vale entrou veio dinheiro, veio doença” (Pop-Br-1).

A insatisfação crescente dos grupos em relação à divisão do repasse dos recursos decorrentes do Convênio resultou em uma “febre pela divisão dos recursos” entre os Gavião (Gov-Br-1). Para se ter dimensão deste processo, em 2014 constavam apenas 6 aldeamentos na TI (Comtexto, 2014) e em 2016 já eram 12 aldeamentos (Pop-Br-1).

Ainda em relação à primeira forma de não-isonomia, em Moçambique também há um tratamento discríonário da população atingida. Para um ativista da Acção Académica Para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU), “em alguns casos quando querem transparecer fazem o que deve ser feito e em alguns casos simplesmente não querem fazer” (SoCiv-Mo-4). Em Tete, as comunidades não-reassentadas de Capanga, Catete e Ntchenga ilustram bem este processo: “não há condições já para que a população possa manter aqui a viver, a solução que era que devia a empresa reassentar essa comunidade” (Pop-Mo-10). A presença da CMN gerou restrições das comunidades no acesso às áreas essenciais para seu modo de vida:

É esse o problema que está a nos criar conflito com a Vale. Agora temos ainda mais outros problemas para resolver. Fizeram coisa, nova estrada para proibir-nos onde que usávamos anteriormente desde há muito, via de acesso que leva daqui até à vila para podermos o quê? Conseguir tratamento hospitalar essa coisa toda, mesmo compra de produto da primeira necessidade é aquela via. (Pop-Mo-8)

Ou seja, nessas comunidades também se sente uma presença ativa da companhia no dia-a-dia da população, mas expressa por outros meios: restrições dos seus modos de vida e formas diversas de controle, já que por estarem dentro da área de influência direta da Vale estão mais sujeitas às suas políticas e aos impactos socioambientais da mineração (Foto 5).

Foto 5: Impacto ambiental na comunidade de Ntchenga



Morador da comunidade mostra a poluição de carvão nos peixes que serão o almoço da sua família. Fotografia da autora.

A existência da não-isonomia corporativa a nível local de atuação da Vale, discutida acima, é reforçada pelas diferenças importantes em relação aos mecanismos de governação cotidiana implementados pela Vale a nível global. Enquanto no Canadá, mesmo havendo exceções, a CMN age predominantemente de acordo com a filosofia de comunidade parceira, típica da governamentalidade, em operações como as de Moçambique ela age predominantemente de acordo com a concepção de comunidades espoliadas, típica de uma forma de governação com traços paternalistas, com o uso mais evidente de mecanismos coercivos. Quando se analisa a governação e os mecanismos de relacionamento comunitário da Vale no mundo, casos como a implementação do IBA com os Sagamok enquanto tecnologia de governo são a exceção ao invés da regra. De facto, não há nenhum acordo deste tipo nem no Brasil, nem em Moçambique. Dessa forma, a mudança efetiva é na intensidade e visibilidade do processo de violência aos quais estas comunidades estão sendo sujeitadas: enquanto um é velado na máscara da parceria, o outro está imerso na produção intencional da invisibilidade. Sendo assim, a performance multifacetada da CMN caracterizada pela adoção de tecnologias de governo diferentes e discricionárias para operacionalizar a governamentalidade suporta que os padrões globais e normativos de conduta corporativa não são tão fortes quanto poderiam

parecer à primeira vista. A distância entre as diferentes formas de engajamento comunitário expressam a heterogeneidade dessa composição.

Conclusão

Este capítulo mostrou como a Vale exerce governação cotidiana através de mecanismos que vão das formas mais tradicionais de coerção nas esferas de judicialização, vigilância e segurança típicos do poder disciplinar às formas emergentes que constituem os arranjos de governamentalidade e a esfera da transcrição pública da CMN. A responsabilidade social corporativa e os IBAs são tecnologias de governo que trabalham a partir da ótica da negociação, inclusão e cooperação. Mas a vontade corporativa de melhorar, característica destes arranjos de governamentalidade da CMN, é discricionária e seletiva no tratamento diferenciado dado às populações atingidas não só entre os diferentes contextos, mas também de forma interna a cada um deles. Apesar de existirem nuances e diferenças significativas entre os mecanismos de governação que apontam para uma forma heterogênea de atuação socioambiental a nível local e global, a presença da CMN muitas vezes provoca reações semelhantes por parte das populações atingidas. O potencial analítico de ressaltar essa semelhança é explicar como todos os contextos estudados foram palcos para a emergência de conflitos socioambientais, objeto de análise do próximo capítulo. Os conflitos que emergem nestes contextos não são necessariamente negativos, mas uma forma de luta por justiça socioambiental e contraconduta das populações atingidas aos mecanismos de governação cotidiana sobre elas operados.

Capítulo 6 – Conflitos Socioambientais e a Contraconduta da População Atingida

A emergência expressiva de conflitos socioambientais entre populações e corporações extrativistas tem sido alvo de inúmeros esforços investigativos nos últimos anos (Ali, 2003; Gedicks, 2013 ; Hodge, 2014; Martinez-Alier, 2001; Özkaynak *et al.*, 2012; Sawyer e Gomez, 2008). No contexto desta tese, os conflitos mais visíveis entre a Vale e as populações atingidas são a greve de 11 meses dos trabalhadores sindicalizados canadenses, as mobilizações e reivindicações em torno dos reassentamentos em Moçambique – cujo ponto alto foi a Revolta de Cateme – e inúmeros episódios de desentendimentos no sudeste do Pará, com destaque para as ocupações de ferrovia por parte dos indígenas da TI Mãe Maria e da população do bairro Alzira Mutran. Mas, assim como a governação, a conflitualidade socioambiental também apresenta uma forte componente cotidiana marcada por formas de luta e resistência diárias que muitas vezes possuem pouca visibilidade e não são alvo de atenção midiática.

A partir da perspectiva da Ecologia Política, o caso da Vale mostra como a existência destes conflitos não se devem à escassez ou à abundância de recursos naturais, mas antes ao exercício da governação cotidiana e da performance socioambiental da CMN que paradoxalmente visam justamente a minimização das resistências e a legitimação de suas propostas. A governação cotidiana da população atingida – que tem como principal preocupação por parte da CMN a obtenção de licenças social, ambiental e global – é coproduzida pela conflitualidade socioambiental e vice-versa. Ou seja, o conflito se desenvolve em relação aos efeitos da governação cotidiana da CMN – sejam eles positivos ou negativos – ao mesmo tempo em que moldam estes mesmos esquemas de governação cotidiana e a performance socioambiental da CMN. Nestes cenários, o conflito não é apenas coproduzido, mas torna-se a única forma efetiva de manifestação do não reconhecimento da legitimidade da autoridade de governo da CMN e de epistemologias que são ignoradas e reprimidas. O conflito é um espaço de resistência e expressão de descontentamento, de luta por justiça ambiental e, portanto, possui um papel emancipatório a cumprir.

Apesar de todas as diferenças entre a presença da Vale no Canadá, em Moçambique e no Brasil, os conflitos socioambientais com populações atingidas são um elemento comum a todos os casos. O objetivo deste capítulo é explicar essa semelhança através do entendimento

do conflito como forma de resistência e luta comum contra a ocupação crescente de espaços de governação da vida das populações atingidas pelas CMNs que é típica do neoliberalismo e, por isso, está presente em todos os contextos analisados. A primeira secção mostra como a transversalidade da emergência de conflitos socioambientais entre os casos aponta para uma estratégia agressiva comum de expansão do capital internacional que é característica do neoliberalismo e dilui os binários usuais na análise das Relações Internacionais, principalmente os de Norte-Sul, local-global, desenvolvido e subdesenvolvido. A segunda secção, apresenta a coprodução entre a governação cotidiana e os conflitos socioambientais a partir da negação do paradoxo, construído por expoentes da indústria mineradora, entre aumento da performance socioambiental da CMN e aumento da conflitualidade com comunidades. Essa secção também mostra como a percepção de conflito como risco que informa a CMN coexiste com a percepção de conflito como luta pela justiça ambiental que informa as populações atingidas. A conflitualidade é também uma reação a uma máquina anti-política da CMN em operação e de espaços participativos restritos. Por fim, a terceira secção é sobre exemplos empíricos de conflitualidade através de formas plurais de resistência à Vale que constituem em conjunto o campo da contraconduta da população atingida.

6.1. Neoliberalismo, vácuos de governação estatal e semelhanças no eixo Norte-Sul

A governação cotidiana da vida das populações atingidas pela CMN em contextos tão distintos como Canadá e Moçambique é fruto de uma produção deliberada de vácuos na governação estatal que é típica do neoliberalismo. Isso está relacionado com o facto de as políticas da governação global neoliberal terem gerado mudanças na competência doméstica e nas formas de administração pública dos estados tanto no Norte quando no Sul (Duffield, 2001: 8). Ou seja, existem muitas semelhanças no eixo Norte-Sul que são decorrentes do aumento da influência do capital transnacional nos estados e na vida cotidiana das populações. O neoliberalismo fez com que os estados tivessem suas formas e propósitos de existência alterados: *“from being buffers between external economic forces and domestic economy into agencies for adapting domestic economies for the exigencies of the global economy”* (Cox, 1995: 39). Isso explica a componente comum do “complexo dos recursos” de domínio dos estados hospedeiros/sede enquanto promotores e não reguladores da indústria extrativa. Neste

contexto neoliberal, como o capítulo 4 ilustrou através do caso da Vale, *“private companies and voluntary organizations have increasingly taken over the provision of public goods and services formally associated with states”* (Duffield, 2001: 49). Isso é parte de uma tendência global na qual CMNs estão assumindo papéis mais ativos no desenvolvimento e na segurança dos territórios dos arredores das suas operações tanto no Norte quanto no Sul geográficos globais. E essa tendência é acompanhada pela acentuação da emergência a nível global de conflitos socioambientais nos arredores das zonas operacionais destas CMNs.

Desregulação, privatização e a retirada do estado do seu papel de provedor de diversas funções sociais (Harvey, 2005: 3) são, através de processos e características muito distintas (capítulo 3), elementos comuns aos três estados hospedeiros/sede da Vale. Além disso, o facto de a produção da Vale enquanto ator privado ser ela mesma um fruto de reformas neoliberais aprofunda o fenômeno. Isso faz com que decisões centrais que afetam o bem-estar das vidas de populações não sejam discutidas democraticamente a nível dos estados nacionais por todas as partes interessadas, mas impostas localmente por um ator econômico privado. E isso, como tem-se argumentado, não é exclusividade de contextos de fragilidade institucional, apesar de o processo ser aí acentuado. A emergência de conflitos socioambientais em todos os estados hospedeiros/sede das operações da Vale representa também uma luta por espaços de discussão que sejam verdadeiramente mais participativos.

Essa transversalidade da emergência de conflitos socioambientais reflete a necessidade de repensar-se a maneira como o olhar é direcionado para as tradicionais relações Norte-Sul. Além disso, é importante ressaltar que os significados de Sul e Norte vão além da conotação geográfica dos termos como foram usados nesta tese até aqui e podem possuir também uma sentido metafórico. Assim, o Sul pode também ser entendido como uma metáfora do sofrimento humano causado pelo capitalismo, metáfora da exclusão e da exploração (Meneses, 2008), enquanto o Sul geográfico é *“o conjunto de países e regiões do mundo que foram submetidos ao colonialismo europeu e que, (...) não atingiram níveis de desenvolvimento econômico semelhantes ao do Norte global”* (Santos e Meneses, 2009: 13). Sobre isso é importante destacar dois pontos complementares. O primeiro é que hoje mais do que nunca faz sentido pensar nos termos daquilo que é o Sul geográfico de projeções imperiais, algo que se

aplica perfeitamente ao caso da Vale. Conforme discutido nos capítulos 2 e 3, a origem brasileira da Vale gerou situações inusitadas a nível mundial: uma CMN proveniente de um país do Sul geográfico se projetando em outro país do Sul geográfico (Moçambique) através da instrumentalização de um discurso das potencialidades horizontais das relações Sul-Sul que se caracterizou apenas como justificativa e não como guia da ação efetiva, e uma CMN do Sul geográfico atuando em um país do Norte geográfico (Canadá). O facto da forma de atuação da Vale nestes dois contextos ter sido muitas vezes marcada pela geração de impactos socioambientais, sofrimento humano e exploração, faz com que a CMN inverta completamente o tradicional padrão de opressão dos investimentos Norte-Sul geográficos. O segundo é que as opressões e os conflitos socioambientais que emergiram também no Canadá mostram como há muito Sul metafórico no Norte geográfico. As populações, organizações e movimentos sociais envolvidos nos conflitos reconhecem a conexão das injustiças socioambientais, o que aprofunda a potencialidade e o impacto da luta transnacional do Sul metafórico a nível global.

A internacionalização da Vale, processo que a fez chegar em Moçambique e no Canadá, é resultado de um período de expansão da fronteira das *commodities* impulsionado pelo aumento na demanda global de recursos naturais que ocorreu com maior intensidade a partir do início dos anos 2000. Essa rápida expansão da CMN esteve associada a formas de acumulação via espoliação, *i.e.* apropriação privada, especulação e exploração (Harvey, 2003), que geraram conflitos e perpetuação de violências em cidades e regiões rurais do Norte e do Sul geográfico (Anguelovski, 2015), o que explica como a Vale passou a ser mundialmente reconhecida como a multinacional dos conflitos, conforme discutido no capítulo 2. Essa forma de projeção sócio-ambientalmente agressiva, apesar de sempre agregar características específicas da cultura corporativa em questão, não é exclusividade da Vale e é um fenómeno perpetuado por muitas outras CMNs do setor extrativo. O que tornaria a projeção da Vale um caso particular é a sua proveniência de uma economia emergente, já que ela é entre as cinco maiores CMN mineradoras, a única com esta origem. Mas na ótica aqui proposta, esse fator analítico aumenta ao invés de diminuir o potencial de dissolução das divisões entre Norte e Sul geográficos, desenvolvido e subdesenvolvido, para a compreensão das violências e conflitualidade a ela associadas já que o comportamento da Vale se mostrou na prática muito

semelhante ao das tradicionais maiores mineradoras do mundo provenientes do Norte geográfico.

Saskia Sassen (2014) fala de novas lógicas de expulsão da economia política global, cuja complexidade não pode ser decifrada através da divisão do mundo em rótulos familiares como 'pobreza', 'economia capitalista', 'África Subsaariana'. Sassen diz que se a nossa preocupação é com a destruição ambiental e não com a política interestatal, importa menos se uma operação mineradora que polui está localizada na Rússia ou nos Estados Unidos da América. Isso faz com que, apesar das diferenças significativas entre os dois estados, o mais relevante para a análise é que ambos estão sendo hospedeiros de lógicas contemporâneas ambientalmente devastadoras que levam à organização da economia de determinada forma cujas consequências perversas são muito semelhantes para a vida cotidiana de pessoas e lugares muito distintos entre si (Idem.). Assim, trazendo esta reflexão para o contexto deste trabalho, o que importa na lógica dos megaprojetos e da governação cotidiana aqui analisados são as materializações multi-situadas das tendências de expulsão e das formas de reação a elas, os conflitos socioambientais, que atravessam as divisões mais familiares entre Sul e Norte geográficos.

6.2. A coprodução entre governação cotidiana e conflitos socioambientais

Anthony Hodge, importante expoente da indústria mineradora e ex-presidente do ICMM (2008-2015), fala da existência de um paradoxo aparente: enquanto há evidências de que a performance socioambiental das corporações mineradoras está melhorando, os conflitos entre comunidades e corporações estão aumentando (Hodge, 2014: 27). A ampliação da performance socioambiental das CMNs está relacionada com a necessidade de gerar uma licença social de operação e atender a demandas de sustentabilidade socioambiental da sociedade. Bebbington, Brereton e Hamann (2014) publicaram individualmente respostas ao artigo de Hodge. Hamann (2014) e Bebbington (2014) questionam as evidências sobre a melhoria na performance socioambiental das mineradoras que, para Hodge, pode ser encontrada nos relatórios de sustentabilidade (Hodge, 2014: 27) ou em um sentimento profundo enraizado na sua experiência pessoal (Ibid.: 32). Mas, convencido da melhoria da performance das corporações, a explicação de Hodge é que o aumento dos conflitos ocorre devido ao empoderamento das comunidades via sistema mundial de comunicação.

*In particular, the communication system is now facilitating contact and the means for communities across the world **to interact, to share technical and legal knowledge**, and to gain confidence. Through these means, communities are **becoming empowered**. Armed with greater confidence, they are no longer prepared to accept corporate and/or government approaches that are arrogant and prescriptive and that remove a communities ability to influence its own future. Communities are asking to be heard, to have their vision of the future play in how events unfold and to actively participate in creating that future so that they receive a fair share of benefits generated. (Hodge, 2014: 31-32) Negrito da autora.*

Ou seja, os conflitos emergem quando há uma ameaça às aspirações futuras das populações atingidas, sentimento de dependência, falta de espaço de participação e empoderamento, perda de resiliência e visões incompatíveis de desenvolvimento. Para Hodge, os esforços corporativos seriam ultrapassados pela crescente demanda por auto-determinação por parte das populações atingidas (Hamann, 2014) e a solução para o paradoxo estaria justamente na promoção de colaboração e diálogo para que possa emergir um consenso entre estes valores alternativos. A conduta das corporações deve ainda ser guiada pelo critério de contribuição positiva para a sustentabilidade que é diferente da mitigação de efeitos adversos (avaliação econômica e socioambiental tradicional). Cada vez mais, é o bem-estar humano e ecológico à longo prazo que julgará o nível de sucesso do empreendimento (Hodge, 2014).

Para pesquisadores do Instituto Tecnológico Vale (ITV), as formas de governação também são um dos meios para atingir o fim da contribuição ativa para o bem-estar socioambiental nos territórios, que é aquilo que julgará o empreendimento tanto localmente quanto globalmente (Mota *et al.*, 2017: 19). Ou seja, a solução da indústria extrativa para evitar a emergência de conflitos seriam os mecanismos de governamentalidade problematizados no capítulo anterior. É o valor compartilhado, uma proposta *win-win* na qual todos/as saem ganhando. Os interesses de implementar esse conceito positivo de sustentabilidade e de criar um sentimento de confiança seriam de todos os atores (principalmente CMNs, populações e governos) que estariam sujeitos à prestação de contas de suas responsabilidades e cometimentos no que diz respeito às condições socioambientais (Hodge, 2014). É importante notar como o discurso dilui a responsabilidade entre todos os atores envolvidos, um mecanismo típico da governamentalidade neoliberal da promoção de sujeitos empoderados e auto-regulados. É por este motivo que quando se fala em megaprojetos de corporações mineradoras, é necessário atribuir uma agência e responsabilidade clara por parte do empreendedor que é

quem, por interesse econômico, ocupa um espaço político cada vez maior e impõe dinâmicas de violência mais ou menos visíveis na vida das populações atingidas. E foi justamente com a intenção de desconstrução deste aparato discursivo típico da governamentalidade que se percorreu a reflexão sobre governação cotidiana centrada na CMN dos capítulos anteriores.

Bebbington vê os conflitos sob uma ótica positiva, já que estes podem levar ao melhoramento da performance social da CMN que estão no centro de *“some of the most significant real world development debates of the moment”* (Bebbington, 2014: 34) e têm uma chance única de liderar maneiras progressivas e democráticas de conduzir o desenvolvimento. As operações mineradoras se tornam pontos de articulação de discussões sobre o significado do desenvolvimento e do bem-viver para populações, que muitas vezes não têm espaço em outros contextos dos estados hospedeiros para o fazer. Os conflitos não são só a rejeição da mineração, mas refletem também uma rejeição de uma visão imposta de desenvolvimento e da maneira como os *“market processes are embedded in social life”* (Bebbington, 2014: 34). São uma demanda por toda uma nova maneira de ser e coexistir. Na prática, os conflitos abrem um espaço de negociação com a CMN muitas vezes inexistente sem a mobilização da comunidade. Isso porque a CMN, ao contrário do que quer fazer crer a sua transcrição pública, apresenta um *modus operandi* muito mais reativo do que proativo. Não há um melhoramento efetivo da performance, mas ações reativas que eventualmente proporcionam condições de melhorias com impactos cotidianos para as comunidades. Assim, nos contextos operacionais da Vale, os conflitos por vezes são impulsionados por visões de desenvolvimento alternativas, mas, por outras, as populações buscam formas de remediação mais justas pelos impactos causados pela corporação.

Brereton atribui grande importância à inserção estrutural das corporações no mercado financeiro global que é o que condiciona sua postura socioambiental. Em momentos de queda, a CMN busca maneiras de poupar recursos no curto-prazo, mesmo que isso signifique prejudicar a relação dela a longo prazo com comunidades (Brereton, 2014: 38). Isso enfraquece o poder da auto-regulação e de ações voluntárias. De fato, em momento de queda do preço dos minérios, a Vale diminuiu significativamente os seus recursos voltados para a área socioambiental. Como as pesquisas de campo para esta tese ocorreram durante um período de queda no preço dos

minérios (2015-2016), esse fenômeno ficou muito evidente com cortes substanciais nos investimentos socioambientais (CMn-Ca-1). Quando se perguntou sobre a diminuição dos direitos trabalhistas pela Vale no contexto de Sudbury um trabalhador canadense responde:

I don't think it is only Vale, I think that is ever since globalization. When you know now we have multinationals that are eating up all these little companies and are becoming bigger and bigger and companies are now so big that they are more powerful. It makes it more difficult to fight them because of the money they have. Right? It is changing now because everything is really slow down ... iron ore is slowing down right now. They are not making a lot of money of that now. (Pop-Ca-5)

Sendo assim, os conflitos em relação à Vale não aconteceram em um vácuo econômico e político, mas em contextos neoliberais de rápida e sem paralela expansão do setor mineral para responder à crescente demanda global de minérios. Isso fez com que a CMN pudesse encontrar espaço de inserção em novas áreas e territórios como mostrado nos capítulos 2 e 3, que gerou a emergência de pontos de tensão com as populações destes contextos. Brereton também aponta como houve uma mudança de postura em países rotulados tradicionalmente de amigos da mineração como forma de reação à mudanças da indústria. Esse é o caso das populações e da sociedade civil no Canadá que começaram fortes campanhas contra a expansão agressiva do capital mineiro no país, com destaque especial para as mobilizações da organização *MiningWatch Canada* e das mobilizações do sindicato USW.

O resultado para Brereton é que *“while mining companies may have embraced the language of ‘trust’, ‘shared value’ and ‘partnership’, they remain locked into a business model that periodically threatens these values”* (Brereton, 2014: 38). A visão é reforçada por Hamann que argumenta que os diálogos CMN-comunidades mencionados por Hodge são mais difíceis e escassos do que este imagina (Hamann, 2014). Ele argumenta que apesar de os discursos sobre a temática serem mais frequentes e sofisticados por parte da CMN, não houve uma melhoria nas capacidades de implementação no terreno. Ou seja, como ilustra a análise do capítulo anterior houve uma evolução na transcrição pública da CMN que raramente é refletida nos arranjos de governação cotidiana dos arredores das operações. Um dos motivos para isso ocorrer é que *“the company is not commonly designed or equipped to play the role of public interest custodian”* (Hamann, 2014: 36). Há uma política retórica cada vez mais sofisticada que não está de acordo com as capacidades e interesses estratégicos de estabelecer uma interação efetiva com as populações atingidas.

O melhoramento da performance ambiental pode ser impulsionado por pressão regulatória, de mercado e sociopolítica. Então, segundo Bebbington, se pensarmos assim, a performance socioambiental e os conflitos sociais são mutuamente constitutivos: *“conflict can drive improved performance, and while improved performance might dissipate conflict it may also lead communities and other concerned populations to continue demanding better and better performance”* (Bebbington, 2014: 34). De maneira semelhante a Bebbington, e ao contrário de Hodge, não se entende que há aqui um paradoxo. O que acontece é que a governação cotidiana exercida pela CMN na vida das populações atingidas, a partir da qual é construída a sua performance socioambiental, é coproduzida por conflitos socioambientais e vice-versa. Em todos os estados hospedeiros/sede analisados há uma ausência estatal do papel de mediador de conflitos entre interesses de CMNs e comunidades atingidas que é típica do neoliberalismo. O discurso produzido pela indústria como forma de resolução e/ou prevenção desses conflitos também caminha cada vez mais para uma solução a ser encontrada e "negociada" diretamente entre CMN e comunidades, como exemplifica o processo de negociação do *Totten IBA*. Mas o que esta solução da governamentalidade e da via do diálogo invisibiliza é que o confronto de interesses se dá entre duas partes desiguais relevando relações de opressão e um fascismo social da CMN, lado mais forte, sobre as populações atingidas, lado mais fraco.

Em suma, o aumento dos conflitos ocorre porque as formas de governação cotidiana da CMN ocupam espaços cada vez maiores na vida das populações atingidas através de uma relação marcada pela desigualdade de poder e perpetuação de violências. Sendo assim, os casos empíricos dos conflitos socioambientais envolvendo a Vale ilustram como: a) as melhoras na performance socioambiental só aconteceram em casos muito pontuais e, apesar de aparecerem na transcrição pública da CMN, raramente são refletidas nos terrenos; b) os esforços corporativos de melhoria são seletivos e epistemologicamente excludentes e, por isso, não resultam em uma diminuição significativa dos conflitos; c) os interesses dos atores são hierarquicamente distintos, uma vez que há desigualdade de poder e uma agência e responsabilidade clara por parte do empreendedor em arranjos de governação; d) há coprodução na relação entre conflitos e performance/governação e não um paradoxo; e) os

conflitos socioambientais representam o não reconhecimento da CMN como agente de governo legítima e são formas de luta por emancipação social, por isso, não devem ser vistos sob uma ótica negativa; f) as populações atingidas têm de facto esquemas de solidariedade transnacional nos quais compartilham formas de conhecimento inclusive, mas não exclusivamente, técnico e legal para fortalecer o seu posicionamento perante à CMN; g) os conflitos podem ser impulsionados tanto por visões incompatíveis de desenvolvimento quanto por formas de compensação mais justas.

Existem duas percepções distintas sobre conflitualidade socioambiental na mineração que coexistem nos territórios de operação da Vale. A primeira percepção é a de conflito como risco e está associada à maneira como a indústria extrativa entende e lida com estes conflitos a partir da abordagem de gestão do risco. Em relatório sobre os 10 principais riscos de negócios associados ao setor da mineração no mundo, a licença social de operação é colocada como o quarto fator de risco estratégico (EY, 2016) e a maneira de evitar esse risco é a criação de valor mútuo como, por exemplo, o fortalecimento do engajamento comunitário através de ofertas de trabalho locais. Essa solução é um mecanismo típico da governamentalidade e dos IBA discutidos no capítulo anterior. Além disso, as corporações são aconselhadas a integrar a sustentabilidade nos seus indicadores-chave de desempenho (KPI) ligados à produtividade, exatamente a estratégia recente da Vale como demonstrado no capítulo 2. Nos relatórios financeiros anuais da Vale, os desentendimentos com comunidades locais são apresentados como um fator de risco, já que podem causar impactos negativos nos negócios e/ou na reputação corporativa da CMN:

Desentendimentos ou disputas judiciais com grupos locais, inclusive com grupos indígenas podem causar atraso ou interrupções nas operações, afetar negativamente a reputação da Companhia ou ainda dificultar sua capacidade de trabalhar nas reservas minerais e conduzir as suas operações. Manifestantes já agiram no passado para interromper as operações e projetos da Companhia, e podem continuar a fazê-lo no futuro, o que poderá prejudicar as operações da Companhia e afetar negativamente seus negócios. (Vale S.A., 2017e: 28)

Ou seja, os conflitos são compreendidos como um fator de risco para os negócios pela Vale e significam a falha da CMN em obter a licença social de operação. Para pesquisadores do ITV, “a licença social se refere a mecanismos de governação por parte das companhias e como estes incidem na percepção das comunidades sobre os empreendimentos mineiros” (Mota et

al., 2017: 18). Ou seja, o braço de pesquisa da Vale reconhece como os mecanismos de governação condicionam condutas e geram potencialmente níveis de percepções distintos, sendo uma das possibilidades a rejeição do empreendimento que é geralmente acompanhada por conflitualidade.

A segunda percepção está associada justamente a uma rejeição dos mecanismos de governação da CMN por parte das populações atingidas e reflete o entendimento do conflito como luta por justiça ambiental. Frente à ausência de canais de diálogo e tradução efetivos, o conflito torna-se a única forma de manifestação de demandas e epistemologias que são ignoradas e reprimidas na condução destes megaprojetos. O conflito é um espaço de expressão de descontentamento por parte da população atingida. A ideia não é entender o conflito como algo necessariamente negativo, já que este cumpre também uma função emancipatória. Para dar um exemplo muito concreto, foi através de mobilizações que muitas comunidades conseguiram abrir um espaço de negociação com a Vale, o que gerou ações da CMN para melhoria de determinadas condições nas comunidades reassentadas em Moçambique. A percepção das populações atingidas é a de que há uma injustiça socioambiental, ou seja, que a distribuição das externalidades socioambientais negativas decorrentes do modelo de desenvolvimento adotado é profundamente desigual. Os conflitos são então uma forma de luta por justiça ambiental, ou seja, *“for the right to remain in one’s place and environment and be protected from uncontrolled investment and growth, pollution, land grabbing, speculation, disinvestment, and decay and abandonment”* (Anguelovski, 2015: 33).

Le Billon diz que *“political ecology is about politics, and about recognizing the political character of environmental and resource issues”* (Billon, 2015: 598). Sendo assim, os conflitos socioambientais emergem nestes contextos como formas de luta pela politização das condições socioambientais da vida das populações atingidas perante os megaprojetos. É uma busca que ocorre lado a lado com um processo de despolitização das interações entre o meio ambiente e as populações atingidas típico da forma de governação cotidiana descrita no capítulo anterior. Este processo é operado por uma ‘máquina anti-política’ da CMN e da indústria mineradora com sua abordagem de gestão de risco, bem como pela transcrição pública da governação

através de mecanismos participativos, como as consultas públicas, que não são verdadeiramente inclusivos (Billon, 2015: 602).

A ‘máquina anti-política’ da CMN é responsável pela produção do conteúdo normativo da ordem política em torno da mineração. Pesquisadores do ITV dizem que há uma “distinção entre impactos efetivos decorrentes da mineração, mensuráveis por métodos ou instrumentos científicos, e a percepção social sobre os impactos” (Mota *et al.*, 2017: 17). Nesta afirmação está implícita uma visão hierárquica sobre compreensões distintas dos impactos: uma universalmente válida, já que respaldada na ciência moderna ocidental e, portanto, superior, enquanto outra construída socialmente com base em percepções (*i.e.* intuições, impressões) que se distanciam do real. Ou seja, desconsidera-se como sendo relevantes quaisquer outras formas de entendimento, como as que emergem a partir das vivências cotidianas desses mesmos impactos. O choque de percepções pode ser notado na fala de uma indígena:

Aí ela mostrou o mapa ela disse “ó é só esse pinguinho aqui que vai ser atingido”. Ai eu falei “pera aí esse pinguinho, que negócio de pinguinho! Isso aqui é um pingo grande pra nois!” Mas eles vêm pra confundir com mapa, tem mapa aí que vão fazer um desvio de água tudo, paredão. A água não respeita, a água não tem pensamento. (Pop-Br-1)

Em Moçambique também “as pessoas questionam o fato de usarem mapas para convencer as pessoas” e pediam que fossem indicados fisicamente quais são os locais a serem atingidos (SoCiv-Mo-5). Assim, ao invés de conceber um como verdade e o outro como percepção como aponta o ITV, entende-se que as avaliações tecnocientíficas da CMN têm um enviesamento político, isto é, os argumentos e instrumentos técnicos usados pela Vale não são apolíticos como apresentados, mas sim formas específicas de exercício de poder. Dessa forma, a CMN opera uma ‘máquina anti-política’ que reduz os impactos socioambientais a questões técnicas e serve como forma de legitimar a mineradora nos seus esquemas de governação cotidiana (Ferguson, 1994: 256). Isso porque a CMN transforma um assunto naturalmente contencioso e essencialmente político, que são os impactos socioambientais, em algo técnico e apolítico (Li, 2007: 10). Isso fica evidente em falas de pesquisadores do ITV como “eu como cientista social vou ter condições de avaliar até que ponto a mineração contribui para o desenvolvimento econômico e social das populações” (CMn-Br-4). Através desta máquina anti-política, a CMN afeta não só a provisão, mas a própria definição normativa do que é bem comum.

E, apesar dos mecanismos participativos estarem presentes como elemento central da transcrição pública da CMN, em todos os três contextos registraram-se muitas reclamações por parte das populações atingidas em relação às possibilidades de participação na gestão dos impactos. No Canadá, um indígena fala sobre a dificuldade do envolvimento da comunidade na parte ambiental do acordo firmado com a mineradora: *“we’d like to see more involvement in but we don’t have the capacity, we need our environmental, our environmentalist with that science background (...) We wanna be able to argue that point you know scientifically but also relying on what we know about the land”* (Pop-Ca-1). Essa fala mostra como os canais de participação são limitados pela predominância da racionalidade corporativa/científica no diálogo que impõe uma codificação da manifestação política distante daquelas praticadas e praticáveis pelas populações locais. Dessa forma, apesar de o IBA ter o discurso de empoderamento da população atingida, este também resulta em espoliações. O objetivo de sua existência é reduzir o risco de conflitos com as populações indígenas, mas o caso empírico da Vale em Sudbury mostra como eles estão embebidos em processos de violência menos visíveis. Entre eles, há a violência epistêmica envolvida no uso de linguagens que são demasiadamente técnicas para um engajamento amplo da comunidade. Appadurai mostra como nas partes consideradas progressistas do mundo, a exclusão social está relacionada cada vez mais com uma exclusão epistemológica, já que os discursos dos especialistas são responsáveis por moldar as transações globais que deixam de fora do seu escopo as pessoas ordinárias (Appadurai, 2001: 2). Assim, esse caso ilustra como as necessidades de gerenciamento social, enquanto meio de garantir a licença social de operação e prevenção de conflitos, levam à imposição de canais tecnocráticos de participação às populações atingidas.

Nos megaprojetos da Vale, o principal procedimento de participação das partes interessadas nos processos de tomada de decisão são as consultas públicas, requisitos do IFC e do Banco Mundial, mas incorporados nas legislações nacionais de todos os três estados hospedeiros/sede. Não obstante, estes processos são limitados (Consult-Mo-1) e raramente fazem mais do que legitimar formalmente acordos e regulamentações já predeterminados (Vanclay *et al.*, 2015).

O que acontece é que muitos entendimentos que são feitos com comunidades, na verdade não são entendimentos. São convencimentos. (...) E assim o trunfo para aquela

ação de consulta pública acaba sendo pura e simplesmente a assinatura, mas olha a assinatura não significa que aquela população toda entendeu. Pra eu trazer esta população para um diálogo efetivo e um entendimento efetivo eu tenho que permear todas as outras questões culturais. Não é? Todas as outras questões que o mundo ocidental, que o mundo moderno considera informal. (Consult-Mo-2)

A imposição de mecanismos de participação produz uma realidade excludente para a possibilidade de diálogo: “aí o pessoal fala o que é PBA? É uma sacola cheia de trufa. O que é PBA? Todo mundo pergunta. (...) Até hoje não sabem o que é PBA. (...) Plano Básico Ambiental... um deles fala que básico só se for pra eles da Vale, porque pros indígenas não é básico. Não há diálogo com eles” (Pop-Br-1). O modelo de governação dos impactos socioambientais adotado pela Vale reflete uma visão normativa sobre os mecanismos de participação possíveis em seu bojo. O problema deste modelo é o não reconhecimento da performatividade envolvida na concepção e implementação dos mecanismos de participação pública: a forma como se organiza a participação é em si mesma um ato político travestido de preceitos técnicos e científicos. Assim, estes preceitos técnicos também são normativos, uma vez que são ontologicamente rígidos e definidores do que é a ordem social, do que ela é composta, quem deve participar, o que é a participação. Os canais de participação encontram-se obstruídos por dispositivos de governação que, baseados na produção de consenso, pautam-se por uma administração socioambiental tecnocrática onde não há lugar para o desacordo. Os espaços de manifestação de discórdias formais são confinados a momentos e questões específicas e enquadrados em ontologias rígidas e epistemologias excludentes. Excluídas dos meios institucionalizados de manifestação política, as populações atingidas vêem a conflitualidade como forma de expressão.

Em suma, os conflitos socioambientais são conflitos sobre o controle e o uso de recursos naturais e geralmente surgem a partir do encontro entre concepções distintas sobre o que deve ser feito com os recursos naturais/quais as opções de desenvolvimento que devem ser adotadas em determinado contexto social. O conflito é um espaço de resistência e surge pois há uma desigualdade de poder enorme nos espaços formais de regulação e diálogo existentes entre a CMN e as populações atingidas. Quando há desacordo, as possibilidades de resistência por parte das populações atingidas são inúmeras: greves, ocupações de instalações sob concessão da CMN, impedimento de escoamento da produção, formas de resistência cotidiana,

articulação transnacional, atenção midiática, etc. As intenções são plurais e contextuais: enquanto algumas comunidades lutam pelo reassentamento, outras lutam pelo não-reassentamento, enquanto algumas lutam por alterações estruturais e modelos de desenvolvimento alternativos, outras lutam por alterações conjunturais e formas de compensação mais justas. Na sequência, discute-se, a partir desta ótica, os dados empíricos sobre a conflitualidade socioambiental em torno das operações da Vale.

6.3. A contraconduta das populações atingidas

Como se procurou mostrar até aqui, os conflitos socioambientais são formas de resistência das populações atingidas à presença da governação da corporação em suas vidas. A conflitualidade em torno das operações da Vale são uma forma de contraconduta da população atingida, *i.e.* “luta contra os procedimentos postos em prática para conduzir os outros” (Foucault, [1977-1978] 2008). Ou seja, é uma forma de resistência contra os mecanismos usados pela CMN para a governação cotidiana de suas vidas e comportamentos: o direcionamento da conduta através dos mecanismos coercivos e a promoção da conduta através de mecanismos típicos da governamentalidade.

As estratégias de resistência mais comuns usadas pelas populações atingidas são a organização de manifestações, paralização da produção e ou obstrução das vias de escoamento do minério (ocupação da ferrovia em Moçambique e no Brasil). Devido à predominância de um modelo reativo por parte da CMN, os resultados são muitas vezes o atendimento da pauta reivindicada pelo movimento. Mas, da mesma forma que a dimensão física e direta é apenas uma das possíveis formas de manifestação da violência (que pode também ser estrutural e cultural), os conflitos socioambientais e as resistências a estas violências apresentam também formas não convencionais de expressão que vão além de um contato direto de cunho combativo.

Na conflitualidade entre a mineradora e populações, há casos como o de um homem recentemente baleado no ano de 2017 em Tete (Moçambique) em uma manifestação popular que reivindicava o acesso de uma parcela da área vedada pela Vale, mas que tradicionalmente era de uso comum para pastagem e retirada de lenha (Zacarias, 2017). Este é um exemplo de conflito visível no qual a violência e a resistência aparecem com bastante clareza associadas a

um processo de acumulação via espoliação, de expropriação dos meios de subsistência das populações atingidas. Em Sudbury (Canadá), também há um exemplo de conflito com bastante visibilidade decorrente da tentativa de imposição da Vale de corte de direitos trabalhistas para os mineiros. A forma de resistência dos trabalhadores foi uma greve de 11 meses que restringiu a intenção de padronização e redução dos direitos e fez com que a CMN tivesse que se adaptar à algumas das condições locais (Foto 6).

And then when Brazil bought them it was horrible. We had our fights with Inco, our strikes but after that was done we would work together. With Vale there was still a fight when we come back, a constant fight. You know they really tried to destroy our union. (...) They didn't like the way the relationship was between the company and the union and they wanted to match it up with the Brazilian culture: the company runs the company and the union does what they are told. (Pop-Ca-6)

Outro trabalhador explica a necessidade da greve a partir do que a CMN dá ou tira dos trabalhadores: *“most people have the sense of what's fair and if it's not fair that's when they stop labour and strike”* (Pop-Ca-8). Essa percepção do que constitui o justo em termos de distribuição dos benefícios da exploração dos recursos naturais é central para o entendimento da emergência dos conflitos socioambientais como reconhece o próprio Hodge (2015). No caso da greve em Sudbury, o conflito foi longo e, apesar de ser consensual que o resultado foi desfavorável para os trabalhadores, gerou mudanças na performance socioambiental da CMN que foi obrigada a desenvolver mecanismos de acomodação, mesmo num contexto de permanência do ataque aos direitos trabalhistas. O aumento no número de mortes associadas a acidentes de trabalho da Vale em Sudbury é outro ponto central no conflito entre a corporação e o sindicato. Para o último, as fatalidades estão associadas à cultura corporativa da CMN que desrespeita as conquistas históricas dos trabalhadores na área de saúde e segurança, sendo a maior delas trabalhadores pagos a tempo integral para se dedicarem exclusivamente a esta área no sindicato. Para os sindicalistas, depois da greve, há a permanência de uma *“low level intensity, low level war”* de assédio constante dos trabalhadores, o que cria um ambiente no qual erros são mais propícios a acontecer (Pop-Ca-7). Por conta das fatalidades e da insatisfação com a governação da CMN na área de saúde e segurança, o sindicato fez uma campanha bem sucedida de revisão da legislação de segurança no trabalho da mineração na Província de Ontario, o que representou uma conquista significativa (Pop-Ca-7). Após crescente atenção pública dada às fatalidade, um trabalhador aponta como a *“Vale has been pushed back a little*

bit to having to accept at least on the health and safety file the union will be strong and have an important role and voice to play” (Pop-Ca-7). Este caso ilustra como ocorre na prática a coprodução entre conflitos e governação cotidiana da CMN.

Foto 6: Greve do sindicato USW Local 6500 em Sudbury



Fonte: *The Canadian Press* (2010).

Em Canaã dos Carajás (Brasil) há um conflito de grande intensidade com os trabalhadores rurais. Nos últimos anos, a Vale comprou muitas terras na região e há indícios de que entre elas há muita terra pública e de reforma agrária (Bedinelli, 2016). Segundo um funcionário do ICMBio:

As fazendas a Vale negociou todas, comprou tudo essa área todinha aqui (...) hoje é da Vale mas tá tudo ocupado também. A Vale comprou antes do projeto ter a licença já foi negociando, foi pagando preços altos bem acima do preço de mercado como uma forma de garantir o espaço, evitar conflitos futuros. Então com quem negociou com preço alto ela foi comprando. Alguns ficaram no meio o caminho não negociaram. A maioria negociou. (...) Até porque agora a gente vê o conflito instalado porque a Vale não tem título das áreas né. Então ela criou um problema, ela comprou posses. Então ela tomou posses precárias, documentos que não têm validade cartorial. (Gov-Br-4)

Neste contexto, as ocupações de famílias de trabalhadores rurais se estabelece como luta contra esta forma de acumulação via espoliação através de pedidos de desapropriação da Vale de terras que eles/as alegam serem parcialmente públicas (Pop-Br-8-9-10). Empresas terceirizadas de segurança privada são responsáveis por assegurar a proteção da área e há

conflitos entre elas e os trabalhadores rurais acampados ou assentados com casos de ferimentos e tiros entre seguranças e agricultores (Campelo, 2017).

Porque o que está em curso é um processo assim muito perverso de higienização do espaço, ou seja, implementou o projeto aqui tudo que está em volta ameaça, você indeniza e limpa isso aqui. Compra, reconcentra por isso que a Vale em Canaã está reconcentrando. O maior latifundiário que tem em Canaã hoje é a Vale né concentrando toda a área. Então a nossa questão é que ali tem que ter trabalhadores, ali é uma área de trabalhadores. Foi construída a partir dos trabalhadores e estes trabalhadores que estão lá tem que ser respeitados, por isso que a nossa briga de que mesmo que eles se implante esses projetos e que haja indenizações individuais a garantia do campesinato ali tem que existir. (SoCiv-Br-3)

Outro conflito marcante entre populações rurais é a Revolta de Cateme (Moçambique), manifestação popular na qual a população ocupou a Linha Férrea da Beira, impedindo a circulação do trem de carvão da Vale, como forma de reivindicar promessas não cumpridas pela CMN (entre elas, indenizações, reparos nas casas, infra-estrutura do reassentamento, transporte). Como já ressaltado no capítulo anterior, a manifestação foi duramente reprimida pela Política da República de Moçambique (PRM) e a Força de Intervenção Rápida (FIR). Mas foi através dessa e outras manifestações que os/as reassentados/as tiveram alguns direitos atendidos, conforme relatam entrevistados/as:

Aquilo não era manifestação, era guerra! (...) Só que pronto, aqueles pontos a Vale viu que aquele assunto era sério. Tinham que responder. Compraram ambulância, puseram alcatrão, iluminação, aquele tanque. É pá muita coisa que estava aí na carta de manifestação, responderam. (Pop-Mo-6)

Os ativistas estavam sempre a reclamar então essa é arma grande que um ativista, um atingido pela mineração não pode parar. Então sempre tem que falar. Um dia pode ter resultado. Então é isso que nós estamos a fazer. Por exemplo, acerca dessa gente nossa que foram retirado de Chipanga pra aqui. Lá tinha hospital. Quando vieram aqui não tinha hospital. Então reclamou-se, reclamou-se até fizeram manifestação apesar que alguns foram detidos até quase morreram, mas puseram hospital. Então escola. Agora a luta é de escola. Não tem escola. (Pop-Mo-11)

Receberam, mas pra receber houve um barulho muito grande que nós tivemos que entrar, tiveram que se barrar estradas que ligavam o acesso das viaturas da Vale pra entrada da mina. Só aí que a Vale se resolveu. Fechou-se mesmo a empresa. Ficou quase dias sem se trabalhar. Então sentiram-se obrigados a reunir-se com as comunidades (...) Então resultou no pagamento deste segundo hectare⁶¹. Então este

⁶¹ No PAR havia sido planejado a entrega de 2 hectares por família, mas na altura do reassentamento a Vale só entregou um deles. Conforme relatado, a população só recebeu o dinheiro referente ao outro hectare depois de fazer uma manifestação.

segundo hectare a comunidade 25 de setembro só beneficiaram-se deste segundo hectare. O primeiro hectare não tiveram acesso. (SoCiv-Mo-7)

Aí fez greve sobre dinheiro das machambas. Devolveram porque o dinheiro tinham combinado com o governo para dividir. Então a pressão foi fechar ali mesmo no asfalto. Fechou a empresa três dias sem trabalhar. Então aquele que havia escolhido o dinheiro trouxe, entregou. E a partir daí acabou não há mais amizade. Não há amizade. (Pop-Mo-1)

A cobertura do conflito foi um ponto marcante para a visibilidade internacional dos impactos perpetuados pela Vale em Moçambique (Mosca e Selemene, 2012: 237). Para um entrevistado ativista, a revolta também foi um marco fundamental porque como parte da sua estratégia de reposição de imagem, a Vale foi forçada a transferir a opção de 5% de acionistas para o estado moçambicano acordada na altura da concessão, mas que até então não estava sendo exercida (SoCiv-Mo-13). Em Moçambique, a conflitualidade com os produtores de tijolos, os oleiros, também tem gerado manifestações devido a indenizações consideradas insuficientes. Sobre a percepção dos impactos, um deles diz: “depois de bloquear quando eles falaram ‘á não deram-nos prejuízo, é pá de tantos bilhões de dólares’. Nós dissemos ‘tá bom, vocês estão a dizer que foram dado prejuízo em 2 dias, mas nós, estamos quanto tempo parados?’” (Pop-Mo-11). A destituição da sustentabilidade das condições de vida através de indenizações pontuais frente à impossibilidade da continuação de uma atividade produtiva é um dos principais fatores que impulsionam os conflitos e mobilizações populares: “então você está tirar alguém de onde tinha sua terra e tinha sua machamba, tinha seus campos de pastagem, está a lhe dar uma casa, algum dinheiro que uma semana depois acaba. O que que essa pessoa vai fazer? Vai ficar, ver que não tem nada pra viver. Vai se revoltar e vai ser violento” (SoCiv-Mo-8).

De forma semelhante no Brasil, foi também através de mobilizações que o assentamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra *Palmares II* teve conquistas junto à Vale no sudeste do Pará. É importante ressaltar como a própria estratégia de mobilização e ocupação de terra do MST na região esteve relacionada com a importância econômica do centro mineral. A conquista do território dos assentamentos de Palmares em Parauapebas é grandiosa devido à proximidade estratégica da mineração e foi feita “a partir daí com a ousadia desses trabalhadores” (Pop-Br-5).

Aí é o seguinte na questão pra constituir as infra-estruturas pra comunidade foi preciso peitar a Vale também né. Peitar de frente mesmo, ocupar em trem né (...) A paralização

e as negociações que a gente conseguiu não é coisas mínimas entendeu? Pelo que ela deveria fazer sem precisar disso. (...) Parece que eles querem mesmo tudo explorar e levar os, as matérias primas e pronto. Hoje aqui na nossa comunidade nós estamos trabalhando com dois Convênios da Vale. Mas não é porque ela é boazinha, não é porque ela é boazinha é porque nós fizemos lutas pra isso né. (...) Estamos aí trabalhando e se organizando pra bater mais pra ver se sai alguma coisa. Se não organizar... (Pop-Br-6)

As redes de contestação estão relacionadas de maneira interdependente com o comportamento corporativo (Santos e Milanez, 2015). Um exemplo claro dessa relação recíproca são as respostas e contra-estratégias da Vale à estratégia de resistência de ocupação da ferrovia como forma de pressionar a CMN para o diálogo. É o caso dos mecanismos coercivos de judicialização do conflito com os indígenas na TI Mãe Maria por ocasião da ocupação da ferrovia pelos Parkatêjê em 2015 (Brasil). Sobre o episódio, uma indígena relata: “foram pra ferrovia aí lá tiraram o povo da ferrovia, moça foi coisa que tu ficava aqui tu não tinha paz parecia guerra. Igual guerra” (Pop-Br-1). Segundo um representante da FUNAI a ocupação da ferrovia acentuou o conflito:

Isso intensificou ainda mais os conflitos porque no momento isso já era estratégia da Vale porque ela sabia que eles iam fazer isso e eles na verdade morderam a isca. Quando eles foram pra lá pra fazer uma manifestação quê que a Vale fez? Ela bloqueou de todos. (...) Em interesse dela ela retaliou todos, evocou essa cláusula onde são proibidos de fechar a linha férrea. (Gov-Br-1)

Em outra ocasião, a Vale obteve um interdito proibitório judicial contra a Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale (AIAV) como forma de antecipar e constranger a contestação social (Santos e Milanez, 2015: 762). No capítulo anterior mencionaram-se estas dinâmicas como parte dos mecanismos coercivos da CMN e aqui é importante enfatizar como elas são coproduzidas com as estratégias de resistência das populações atingidas nos territórios. O argumento se estende para outras esferas da governação cotidiana. Em Canaã dos Carajás, a pressão da comunidade de Racha Placa (formalmente conhecida como Vila Mozartópolis) fez com que a CMN implementasse um mecanismo de compensação mais digno para estas famílias (SoCiv-Br-3). Do modelo de indenização individual inicialmente proposto como mecanismo de compensação pela CMN, a luta coletiva com assessoria das organizações Centro de Educação, Pesquisa, Assessoria Sindical e Popular (CEPASP), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canaã dos Carajás, resultou em indenizações amplas de terra, danos individuais e coletivos e de restauração dos modos de vida, o que incluiu a

conquista de um salário mínimo por um período de um ano. Para uma representante da CPT, a luta foi por uma forma de compensação mais justa que é algo que já deveria ser incorporado na performance socioambiental da CMN: “criar novo assentamento, reassentar as famílias que não é assim nenhuma pauta revolucionária” (SoCiv-Br-3). Segundo um dos membros do assentados do Racha Placa, “através dessa luta foi a conquista que a Vale teve que arrumar pra nós essa terra porque se não eles não arrumava não (...) porque foi preciso pra vir pra essa terra nós impactarmos a estrada três vezes pra poder as famílias assentar aqui” (Pop-Br-12). Dessa forma, esse caso mostra a importância da organização da luta e de movimentos sociais e entidades de assessoria para a construção coletiva de um enfrentamento aos impactos da mineração.

Mas as contestações às atividades da Vale não se expressam necessariamente através de ações de contato direto de cunho combativo. Na resistência às formas de governação cotidiana opressivas da Vale, algumas vezes o que prevalece é uma dinâmica de consentimento aparente e uma convivência pacífica com a mineradora por parte dos/as atingidos/as. Essa dinâmica pode representar dois cenários distintos. No primeiro, o consentimento é apenas aparente e as ações de resistência são reprimidas pelo medo causado pelos mecanismos coercivos de governação cotidiana da CMN e/ou se aproximam da resistência cotidiana de Scott (1990) que são mascaradas e não declaradas. No segundo, o consentimento é verdadeiro e há uma internalização das normas do sistema de governamentalidade. A discussão em torno das artimanhas das dinâmicas de consentimento é especialmente relevante no caso da governação cotidiana da Vale já que, como mostra o capítulo anterior, mecanismos típicos da governamentalidade coexistem com um aparato de repressão a formas de contestação das atividades da corporação caracterizado por perseguições de lideranças, movimentos sociais e monitoramento das comunidades afetadas.

No Canadá, por exemplo, apesar da relação entre a mineradora e os trabalhadores sindicalizados estar vivendo um momento não conflituoso de entendimento público através da assinatura do acordo coletivo, há uma “*constant daily battle*” (Pop-Ca-6) marcada por formas de resistência cotidiana.

Realmente é questão de controle, eles não aceitam que o chefe tenha controle sobre a sua vida. (...) Então eles organizam maneiras de convivência lá dentro e às vezes o trabalhador inventa o problema de reparação da máquina, só depois de 2 horas depois que chegar esta peça é que podemos regressar. É o herói do dia porque organizou

maneira de deixar toda a equipe ficar 2 horas lá na cantina tomando cafés enquanto esperam esta peça que nem é tão necessária. Jogos deste tipo. Quer dizer a vivência é mais ou menos nestes termos com uma linguagem por um lado de contestação constante, mas uma co-habitação nas várias partes da empresa. (SoCiv-Ca-11)

Muitos dos trabalhadores também se recusam a usar a jaqueta da Vale, um brinde da CMN (Pop-Ca-8). Em Moçambique, no programa de reabilitação das casas do reassentamento proposto pela Vale como forma de remediação da má qualidade da construção, 106 famílias se recusaram a terem as suas casas reabilitadas como forma de demonstração do seu descontentamento (Pop-Mo-7). Outra forma de resistência cotidiana é o deslocamento diário da população de Cateme até Moatize para tentar produzir em terra fértil (já que as do reassentamento são improdutivas) e a penetração também diária dos oleiros em terras da Vale para poderem produzir tijolos para sobreviver (SoCiv-Mo-7) (Foto 7). No Brasil, uma indígena explica a sua opção pela resistência silenciosa: “nós quer ser diferente, nós quer ser pessoas honestas, nem toda coisa vai pra justiça. (...) Hoje em dia nós estamos aí trabalhando, calado” (Pop-Br-1). Mas, ao mesmo tempo, a indígena está envolvida em ações que buscam o estabelecimento de conexões entre várias formas de lutas através do estabelecimento de redes de solidariedade com organizações como a Justiça nos Trilhos. Algumas destas articulações geram formas de resistência cotidiana como o ensinamento de um curso de espionagem que fez com que ela adotasse a prática de mudar o *chip* do celular com alguma regularidade para evitar o “estudo da vida do índio” por parte da CMN (Pop-Br-1).

Foto 7: Produção de tijolos na "fronteira" da Vale



Ao fundo, do lado direito, é possível ver o muro que separa a área de produção dos/as oleiros/as da área sob concessão da CMN. Fotografia da autora.

Por fim, algumas manifestações de resistência estão preocupadas em criar espaços de reflexão para vias de desenvolvimento alternativas construídas a partir de epistemologias diversas. Como ressalta Martinez-Alier, *“ecological conflicts are fought out in many languages”* (2001: viii) e são uma forma de luta pelo direito da possibilidade de participação na escolha do caminho de desenvolvimento. Neste sentido, a demanda dos moradores do Racha Placa em Canaã dos Carajás por uma assistência técnica que fosse escolhida pela comunidade e não imposta através de uma epistemologia alheia como é o caso da assistência técnica prestada pela Vale através da Fazenda Modelo em Moçambique, funciona como uma forma de confronto da máquina anti-política operada pela CMN: “nós falou assim ‘nós quer a assistência técnica que fala a língua do povo’. (...) É a língua que nós queremos, um social

diferenciado do que a empresa faz. Porque o social da empresa é um social básico e esse aqui é um social que a pessoa organiza, tem uma organização com a comunidade” (Pop-Br-12).

Outro exemplo de resistência deste tipo é o projeto de cartografia social e mapeamento de comunidade feita pelos Akrãtikatêjê no qual o povo identificou no seu território os impactos das atividades da Vale a partir de referências próprias e não impostas por equipes de consultoria alheias ao seu estilo de vida (Almeida e Marin, 2014). Um trabalho muito semelhante também foi feito pelos Sagamok no Canadá através de um estudo de uso e ocupação da terra: *“our community, we embark to really build on some solid research about our history. (...) That has allowed us to really stand up for our souls as a community not have to rely on courts, not have to rely on the crown to do the right thing or even companies to do the right thing”* (Pop-Ca-1). Este trabalho os ajuda a construir a partir também dos seus conhecimentos tradicionais o seu posicionamento frente à via de desenvolvimento do seu território que lhes é imposta.

When do we say enough is enough? We don't care what's in the ground, we don't care how many truck loads of money you promise us, we don't care what jobs you say we can do because we have determined that the river system and mother earth just cannot sustain anymore in our opinion you know. And we wanna be able to argue that point you know scientifically but also relying on what we know about the land. (Pop-Ca-1)

Como se procurou mostrar, os conflitos socioambientais, formas de resistência que constituem o campo da contraconduta da população atingida em relação à Vale, são plurais nos terrenos e coproduzidos pelas formas de governação cotidiana e comportamento corporativo. Enquanto alguns são inspirados pela busca por vias alternativas de desenvolvimento a partir da valorização de outras epistemologias, outros são lutas por formas de compensação mais justas perante as populações atingidas a partir da visão de que estas devem ser tratadas com dignidade e beneficiadas pela exploração dos recursos em seus territórios.

A emergência comum de conflitualidade em diferentes contextos no mundo gera a possibilidade de articulação transnacional entre as populações atingidas. Sendo assim, estas muitas vezes fomentam redes de solidariedade e compartilhamento do acesso ao conhecimento técnico e jurídico necessários para avançar as possibilidades de participação popular no relacionamento com a Vale. Um trabalhador canadense fala sobre a importância da articulação transnacional da luta: *“collectively we need to hold all Vales of the world*

accountable for hurting people and destroying communities” (Pop-Ca-9). É importante mencionar como estas alianças transnacionais têm um poder afirmativo que vai além da relação com a Vale como, por exemplo, o poder de mobilizar direitos indígenas, discursos ambientais e discussões para vias alternativas para o desenvolvimento (Bebbington, 2014; St-Laurent e Billon, 2015).

Entre os atores que buscam uma maior justiça social em relação à forma de atuação violenta da Vale, se destaca a *Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale*, uma organização internacional da sociedade civil que se auto-intitula “uma rede de resistência que pretende expor os crimes e os abusos da Vale, questionar sua postura arrogante e pressionar os governos para que regulem sua atuação e a sancionem quando necessário” (AIAV, 2010). Dessa forma, enquanto a Vale publica anualmente um relatório de sustentabilidade das suas atividades, a Articulação, como parte do esforço de denunciar as práticas abusivas desta corporação, publicou os relatórios de insustentabilidade das atividades da Vale referentes aos anos de 2012 e 2015 (AIAV, 2016).

Outro ator importante na promoção da articulação transnacional é o USW, sindicato dos trabalhadores mineiros no Canadá, que possui um Fundo Humanitário, cujas ações são financiadas por uma contribuição dos trabalhadores a nível nacional, e tem se constituído como um mecanismo central de promoção da solidariedade transnacional entre trabalhadores e movimentos sociais relacionados à Vale. Segundo um entrevistado do fundo:

We wanted to develop long-term partnerships that focused on social justice. And the fund has been used in the last 30 years in part to support social movements in the Global South and part as a window to the rest of the world to find out what are the Brazilians doing in answer to the same kind of dynamics. Or the Chileans, the Argentinians. How are they responding to the same kind of pressures that work here in Canada. And in part from a different point of view but the same things that happened in Canada happened elsewhere and back and forth. So there is a lot to be learned from the struggle of other social movements, from the struggle of other unions. (...) So it is both a solidary instrument and a learning instrument. (Pop-Ca-7)

O entrevistado reconhece a semelhança das pressões no eixo Norte-Sul como justificativa para a necessidade de articulação transnacional. Nos últimos anos, o Fundo financiou quatro intercâmbios que levaram trabalhadores mineiros da Vale do Canadá e do Brasil para compartilhar conhecimento e assessorar a formação sindical dos trabalhadores moçambicanos (*Steelworkers Humanity Fund*, 2012). Além disso, em 2011, o Fundo, com o

apoio da Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (CIDA), promoveu uma viagem de intercâmbio com 14 moçambicanos e 4 canadenses para as operações da Vale no norte do Brasil cujo objetivo era “aprender com os sindicatos e comunidades [que] sofreram os impactos dos megaprojetos de minas de ferro (...) quais eram suas estratégias de resistência” (Marshall, 2014b: 175). O momento mais forte de articulação transnacional por parte dos trabalhadores canadenses foi durante a greve de 2009/2010, quando estes fizeram viagens de intercâmbio buscando apoio e o fortalecimento de uma aliança global entre os trabalhadores da CMN. Segundo um representante do sindicato, *“the reason we were in Brazil during our strike: we wanted to know more about the company, about Vale and how they deal with their people in Brazil and how they work with their people in Brazil. That was part of our strategy”* (Pop-Ca-5). A estratégia de luta era o fomento de uma rede de solidariedade transnacional entre trabalhadores/as e atingidos/as pela Vale.

A forte articulação transnacional existente entre os/as atingidos/as pela mineração não se restringe aos exemplos discutidos aqui a partir de um foco exclusivo na Vale, mas abarca também esquemas de solidariedade com populações atingidas por outras grandes corporações da área de exploração de recursos naturais como a BHP Billiton e a Rio Tinto. Estas articulações representam a resistência do Sul metafórico anti-imperial a partir de opressões que lhes são comum.

Conclusão

Este capítulo mostrou como a emergência de conflitualidade da população atingida com a Vale no Canadá, Moçambique e Brasil está associada ao neoliberalismo enquanto forma de ordenamento responsável por gerar um vazio de governação que é crescentemente ocupado pela CMN. Apesar de todas as diferenças entre os estados hospedeiros/sede e da forma de inserção da CMN interna a cada um deles, o aumento da influência do capital transnacional nos estados e na vida cotidiana das populações é um elemento comum a todos. Essa realidade aponta para uma diluição dos binarismos a que estamos acostumados a recorrer na análise das Relações Internacionais, com especial destaque para os de Norte e Sul. Por um lado, a projeção da Vale apesar de proveniente do Sul geográfico é tão socialmente opressiva quanto às de corporações do Norte geográfico. Por outro lado, a conflitualidade socioambiental que acontece

também no Canadá mostra que o que importa é a escala comum dos processos de expulsão de que nos fala Sassen. Esse eixo comum gera a possibilidade para articulações e resistências do Sul metafórico anti-imperial que também tem origem em países como o Canadá.

Ao contrário de um paradoxo, relacionado ao aumento da conflitualidade frente ao cenário de melhoria na performance socioambiental das corporações, o que ocorre é a coprodução entre conflitualidade e governação cotidiana. O conflito compõe o campo da contraconduta da população atingida frente à não legitimidade das formas de conduta que lhes são impostas através dos mecanismos da governação cotidiana enquanto controle da vida. Em suma, os conflitos são formas de luta por justiça ambiental, de busca de modelos alternativos de desenvolvimento e/ou de formas de compensação e tratamento mais justas frente à exploração de minérios que perpetua violências nos territórios das populações atingidas.

Conclusão – Difusão de responsabilidades e auto-conduta corporativa: ilusão de vácuos de governação

Os opressores, falsamente generosos, têm necessidade, para que a sua "generosidade" continue tendo oportunidade de realizar-se da permanência da injustiça. A "ordem" social injusta é a fonte geradora, permanente, desta "generosidade" que se nutre da morte, do desalento e da miséria.

Paulo Freire em "Pedagogia do Oprimido" (1974: 31)

Esta tese teve como objetivo explorar as reconfigurações do ordenamento político contemporâneo e o fenómeno da governação além do estado a partir de um trabalho empírico extenso com foco na atuação da corporação multinacional Vale S.A. no Brasil, no Canadá e em Moçambique. Com base nas ferramentas analíticas foucaultianas e na bibliografia sobre economia política internacional e conflitualidade sobre recursos naturais, a investigação consistiu em uma análise crítica e interdisciplinar sobre a difusão do poder nas relações internacionais. De forma resumida, o resultado desse processo de investigação sobre os conflitos e formas de governação envolvendo a Vale no mundo contribuiu para a desconstrução de categorias analíticas rígidas que informam as teorias tradicionais/*mainstream* da área das Relações Internacionais baseadas nas distinções entre: a) esferas pública e privada, b) local e global, c) Norte e Sul, d) desenvolvido e subdesenvolvido e e) paz e guerra/violência.

Em primeiro lugar, o aprofundamento empírico nas formas de atuação de uma CMN é um contraponto aos estudos que consideram apenas as esferas formais dos estados e das estruturas internacionais para a análise da governação e das configurações de poder no sistema internacional. Na medida em que atores privados, especialmente CMNs, passam também a exercer formas de autoridade diversas no sistema internacional, há uma diluição da divisão entre uma esfera pública, que estaria associada à legitimidade do ator estatal, e uma esfera privada, cujas ações estariam restritas exclusivamente ao âmbito do mercado e das trocas económicas (Hall e Biersteker, 2004).

Em segundo lugar, ao longo dos capítulos analíticos, os dados das pesquisas de campo multi-situadas foram usados para mostrar como a governação da corporação se expressa no

cotidiano das populações que são atingidas pelos megaprojetos de mineração da Vale. As populações são os alvos centrais de mecanismos coercivos disciplinares, bem como de esquemas emergentes de controle da vida a partir da ótica foucaultiana da governamentalidade, uma forma de ordenamento político exercido com cada vez mais intensidade pela indústria extrativa e pelas corporações mineradoras. A análise versou sobre como a corporação atua no controle cotidiano da vida e das possibilidades de conduta da população atingida em relação à extração de recursos. Com isso, por incorporar o cotidiano e as visões marginalizadas das populações como constitutivos da política global, a investigação contribui também para o desenvolvimento da virada cotidiana das Relações Internacionais e para a diluição da divisão analítica entre local e global.

Em terceiro lugar, ao contrário de autores e contribuições teóricas que enxergam a potencialidade de novos atores como as CMNs criarem círculos virtuosos na governação global, este trabalho apresentou um posicionamento crítico sobre o espaço crescente ocupado pelas CMNs na vida das populações, evidenciando como este é um processo violento. Os dados empíricos da atuação da Vale em Moçambique, no Canadá e no Brasil mostram que, apesar de diferenças importantes nas formas de manifestação da violência, das questões de poder e exclusão moldadas também pela composição dos arranjos políticos locais e pela própria composição da mineração de larga-escala, há o predomínio de uma escala comum de opressão perpetuada pela CMN. Essa constatação é um contraponto à visão de que em contextos onde o estado é limitado e/ou incapaz de promover determinadas funções sociais, as corporações poderiam exercer um papel benéfico e influenciar positivamente a condução das populações. O argumento avançado é de que a CMN exerce governo na vida das populações atingidas independentemente do nível de institucionalidade e classificação de desenvolvimento do estado hospedeiro dos megaprojetos de mineração e este é sempre um processo violento. As semelhanças em torno da emergência de conflitualidade entre contextos tão diversos como Moçambique e Canadá são explicadas pelo aumento comum da influência do capital transnacional nos estados e na vida cotidiana das populações. Esta linha de argumentação contribui simultaneamente para desconstruir explicações baseadas nos binarismos Norte e Sul, bem como desenvolvido e subdesenvolvido.

Por fim, a tendência global das CMNs assumirem papéis ativos no desenvolvimento de territórios é acompanhada pela acentuação da emergência a nível global de conflitos socioambientais nas zonas operacionais destas CMNs, bem como nos seus arredores. A conflitualidade é um indício de como as externalidades socioambientais (negativas e positivas) dos megaprojetos são distribuídas de maneira profundamente desigual na sociedade. Os conflitos são uma forma de resistência das populações às diversas formas através das quais a corporação assume dimensões de governo, bem como da exclusão dessas dos meios institucionalizados de manifestação política e da distribuição das riquezas dos recursos: “não tem este espaço [de participação], nós aqui estamos isolados” (Pop-Mo-5). A sensibilidade desta investigação para formas de conflitos, violências e resistências em contextos de paz formal marginalizados por linhas teóricas de contornos mais tradicionais fortalece a abordagem interdisciplinar dos Estudos para a Paz, através de uma intersecção com contribuições também interdisciplinares da Ecologia Política, e contribui para a diluição das categorias analíticas de paz e guerra/violência.

Corporação enquanto governo em tempos de neoliberalismo

Socialmente, a necessidade da extração de recursos naturais em larga-escala é justificada com base no discurso de que o grande potencial econômico dos megaprojetos é uma excelente oportunidade para a promoção do desenvolvimento da população hospedeira e de uma maior justiça social. E se algo de errado ocorrer nessa equação, os elementos centrais para explicar a falha são a fragilidade institucional e regulatória dos estados hospedeiros que, por sua vez, estão geralmente associadas ao nível de desenvolvimento desses países. O que essa narrativa oculta é como os estados, em tempos de neoliberalismo, tiveram a sua existência alterada para serem cada vez menos reguladores da indústria (um contrabalanço entre forças econômicas externas e a economia doméstica), e cada vez mais promotores da mesma, ao adotarem políticas que visam adaptar as economias domésticas para as exigências das forças econômicas globais (Cox, 1995). Esta hegemonia da racionalidade neoliberal, que condiciona a inserção dos estados na economia global a partir da crescente liberalização do fluxo de capital internacional e da desregulamentação dos investimentos, é um elemento comum dos

“complexos dos recursos” naturais em todos os estados hospedeiros/sede desta investigação, apesar de evidentemente haver *nuances* significativas de comportamento entre eles.

Com essa retração do estado resultado da implementação de políticas neoliberais, atores como as CMNs passaram a ter um espaço cada vez maior não só para expandir suas operações a nível global, como também para assumir dimensões de governo. A própria possibilidade de inserção internacional da Vale é fruto desta confluência de forças neoliberais a nível global, o que resultou na emergência contextual de novos espaços de governação no qual a corporação tem centralidade. Como se mostrou no Capítulo 3, em cada um dos contextos investigados, a entrada do investimento da Vale gerou a emergência destes espaços de governação constituídos através do encontro entre a CMN, as políticas de acesso e controle dos recursos naturais dos estados hospedeiros (economia política da mineração) e o posicionamento dos diferentes atores da sociedade em relação à extração de recursos, com especial ênfase para a população atingida. Sendo assim, as configurações da economia política presentes nos estados hospedeiros têm inegavelmente impacto no tipo de espaço emergente de governação associado à Vale. Isso resulta também em uma atuação heterogênea da própria Vale que, apesar de ser a mesma corporação para todos os contextos, se comporta de maneira única em cada um deles.

A partir da concessão de exploração de recursos naturais, a corporação emerge como agente de administração e ordenamento político de territórios. Com isso, CMNs como a Vale passam a ser atores centrais no governo cotidiano de populações atingidas e de seus processos de vida a partir do desenho e implementação de esquemas de conhecimento e de melhoramento social. A governação cotidiana da população atingida pela CMN tem duas facetas centrais: o ‘papel de governo’, no qual a corporação assume a função de provedora de serviços que classicamente seriam atribuições da esfera pública de governo, e o exercício alargado do ordenamento político a partir de mecanismos e tecnologias de governo diversos. Ambas as facetas são formas de controle social da população e legitimação da autoridade da CMN frente a uma crescente pressão pública para a tradução dos benefícios econômicos da exploração de recursos em bem-estar para as populações.

Em relação aos mecanismos de governação cotidiana, através da abordagem multi-situada foi possível constatar que a corporação atua através de uma coexistência de mecanismos de cooperação pautados na racionalidade da governamentalidade, com mecanismos de controle coercivos e disciplinares. Devido principalmente ao alto índice de conflitualidade com as populações, a indústria extrativa tem desenvolvido novos meios e padrões de boa conduta corporativa para garantir a licença social de operação. O objetivo é diminuir tanto o uso da violência direta e de mecanismos coercivos, quanto gestos puramente filantrópicos desvinculados do seu negócio principal que é a mineração, através da promoção de formas emergentes de governação privada e atuação social que operam a partir da participação (principalmente econômica) da população atingida e do compartilhamento dos benefícios dos megaprojetos. Estes mecanismos – esquemas de melhoramento da vida característicos da governamentalidade neoliberal transnacional – são operacionalizados através de novas tecnologias de governo que promovem a autodisciplina e a auto-regulação da população atingida e da própria corporação. A partir deles, surge a ideia da população enquanto beneficiária e co-partícipe do processo de desenvolvimento territorial impulsionado pelo megaprojeto. Ou seja, ao colocá-los em prática, a CMN passa a exercer governo enquanto conduta da conduta da vida das populações atingidas que as aproximam do papel de parceira dos megaprojetos e, conseqüentemente, as distanciam do papel de vítima dos mesmos.

Mas, enquanto a retórica e o discursos de gestão social da Vale acompanham esta tendência do deslocamento de populações atingidas para parceiras dos megaprojetos e demonstram uma vontade corporativa de melhorar, na prática, através dos trabalhos de campo realizados, constata-se uma dimensão oculta (ou intencionalmente invisibilizada) na qual há ainda um uso extenso de mecanismos de controle disciplinares e coercivos e uma aplicação muito seletiva dos mecanismos de governamentalidade da promoção da vida. Em outras palavras, há um descompasso entre as políticas formais de atuação da CMN para o controle social e aquilo que foi encontrado nos terrenos.

As diferenças entre os espaços emergentes de governação

Conforme esperado, os dados apontaram para *nuances* nos “complexos dos recursos” e nas formas de governação cotidiana da CMN entre os distintos estados hospedeiros/sede

investigados. As diferenças na qualidade díspar dos aparatos regulatórios e dos regimes extrativos produzem resultados diferentes no uso e na distribuição de recursos naturais e, conseqüentemente, na forma de relacionamento social da CMN nestes contextos. O caso do Brasil é particular por ser o estado sede da Vale, no qual a corporação historicamente ocupou um ‘papel de governo’ ativo no desenvolvimento local, bem como foi peça fundamental no próprio processo de constituição do Brasil como país emergente. O discurso do neo-extrativismo progressista latino-americano baseado na ideia de redistribuição dos excedentes extrativos para a promoção da justiça social é questionado pela acentuação dos processos de violência e conflitualidade associados à mineração de larga-escala e pouca inovação político-institucional significativa na governação dos recursos naturais nos últimos anos. Em suma, devido às especificidades de seu processo de formação enquanto corporação, a Vale tem ampla margem de atuação nos espaços de governação no Brasil e, particularmente, nos seus megaprojetos no Pará. Neste contexto, há exemplos recentes da emergência da parceria social público-privada como nova retórica de investimento social que reflete a racionalidade da governamentalidade. Não obstante, as práticas corporativas da Vale no Pará são predominantemente marcadas por mecanismos coercivos como a alta judicialização na gestão de conflitos sociais e a intersecção de aparatos de segurança pública e corporativa.

Em Moçambique, o ‘papel de governo’ da CMN na substituição de muitas atribuições classicamente estatais também é acentuado. A Vale ocupa aí um espaço significativo de governação, principalmente devido às políticas para a atração do investimento internacional marcadamente pró-negócios e ao ambiente regulatório que a corporação encontrou no terreno com brechas muito significativas. Neste contexto, a Vale passou a ser um agente de governo e desenvolvimento central, principalmente no caso das populações reassentadas. A nítida falta de conexão entre a extração de recursos e a promoção de desenvolvimento local tem sido alvo de críticas, mas, o que explica os indícios de má governação dos recursos no caso moçambicano não são exclusivamente as limitações institucionais do estado que, é preciso dizer, abriga em seu bojo bolsões de eficiência, mas antes uma transferência deliberada de responsabilidades do mesmo para atores econômicos privados. A grande questão aqui é que a partir desse controle e da participação ativa na provisão de infra-estruturas, a Vale passa a ter grande influência na

própria concepção de como o desenvolvimento está a acontecer nas zonas dos arredores das áreas sob sua concessão. Esse processo criou uma dependência contínua das populações em relação à CMN para assegurar o funcionamento de serviços públicos e gerou uma contestação expressiva em relação à legitimidade da CMN para o exercício de tais tarefas.

Apesar de nitidamente ter maior intensidade nos casos de Moçambique e do Brasil, a Vale também exerce ‘papel de governo’ no caso do Canadá. Em Sudbury, o controle da população está geralmente associado a investimentos comunitários de âmbito voluntário que são enquadrados como filantropia. Por ter se inserido a partir da aquisição de uma corporação canadense, a Vale teve a sua legitimidade de atuação questionada principalmente pela colisão gerada entre conquistas históricas dos trabalhadores mineiros e a sua cultura corporativa. Frente a um contexto institucional e regulatório bem desenvolvido, a Vale no Canadá está envolvida com formas de violência mais sutis e menos reportadas. Mas, o maior nível de desenvolvimento e de institucionalidade não impede que o Canadá seja alvo de processos violentos associados à exploração de recursos, como ilustram recentemente os fechamentos sucessivos de operações como parte da política de corte de gastos da Vale Canada e/ou os ataques corporativos frequentes aos direitos dos trabalhadores mineiros. No entanto, não é por acaso que este é o contexto em que os mecanismos de governação típicos da governamentalidade neoliberal estão mais presentes. As mudanças nas exigências em relação à mineração no Canadá, que refletem desenvolvimentos mais amplos a nível global, tiveram impactos significativos no espaço ocupado pela Vale na governação cotidiana das populações atingidas. O país tem sido palco para a emergência de novas formas de governação socioambiental através do auto-governo da indústria extrativa e de processos de tomada de decisão implementados por atores não-estatais em detrimento de processos institucionais mais tradicionais. As políticas de sustentabilidade socioambiental da Vale no Canadá são alteradas por estes novos elementos a partir de mecanismos de governamentalidade, como o acordo corporação-comunidade indígena, ausentes no contexto de Moçambique e ainda muito pouco frequentes no caso do Brasil. Os dados mostram como os mecanismos de atuação da Vale no Canadá são comparativamente menos coercivos, mas continuam a apresentar exemplos de

práticas de vigilância corporativa e contratação de empresas de segurança privadas com atitudes repressivas.

Em suma, na realidade, constatou-se um tratamento díspar da corporação às populações atingidas pelos mesmos empreendimentos, bem como diferenças na atuação global da corporação. Ou seja, há *nuances* significativas nos mecanismos de governação cotidiana implementados pela Vale a nível local e global. Enquanto que no contexto de maior institucionalização e direitos dos povos indígenas juridicamente mais bem definidos do Canadá, a Vale apresenta mecanismos de adaptação para controlar e normalizar a atividade da mineração a partir da filosofia de comunidades parceiras, no Brasil e em Moçambique a CMN tem um ‘papel de governo’ acentuado e age predominantemente de acordo com a concepção de comunidades espoliadas, por meio de mecanismos coercivos. Essas diferenças nas formas de engajamento comunitário e na adoção de tecnologias de governo discricionárias para o controle social mostram como a performance socioambiental da Vale no mundo é multifacetada e apontam para a heterogeneidade de suas formas de atuação, bem como para a fraqueza de seus padrões globais de conduta. Não há uniformidade e alcance global/transnacional no modelo de governação do relacionamento social da Vale com as populações atingidas. Além disso, a política corporativa para a gestão social é pouco clara e transparente e há um fosso entre o âmbito discursivo que adota o modelo de vanguarda de boas práticas corporativas informado pela racionalidade da governamentalidade e a prática da CMN. A vontade corporativa de melhorar é seletiva e discricionária. Apesar de a análise ter versado sobre a mesma corporação, a falta de padronização na forma de atuação da Vale aponta para a existência de Vales no plural, uma vez que em muitos aspectos cada subsidiária se comporta de maneira única.

O eixo comum do conflito: uma crítica às violências da governação cotidiana

Mas, há mais para além das particularidades inerentes a cada contexto, uma vez que em todos eles a CMN se transformou em um agente central de governação e houve a emergência de conflitualidade com as populações atingidas. Ou seja, os dados empíricos apontam para a existência de semelhanças em meio às diferenças que são características do envolvimento da Vale nos megaprojetos de mineração em Moatize, Sudbury e Carajás. O

aumento da influência do capital internacional nos estados e na vida cotidiana de populações revela a existência de uma escala comum de vivências de opressão e exclusão social no eixo Norte-Sul geográficos do mundo com duas implicações centrais: a) a Vale apesar de ser uma corporação proveniente do Sul geográfico tem uma atuação tão socialmente opressiva quanto as tradicionais corporações do Norte e b) a Vale está envolvida em casos de conflitualidade socioambiental também em países do Norte geográfico. Essa escala comum de conflitualidade revela uma potencialidade para articulações de resistências de um Sul metafórico anti-imperial que também se fortalece a partir do Norte geográfico. Sendo assim, a compreensão da conflitualidade associada à Vale em contextos de paz formal está condicionada ao direcionamento do olhar para as semelhanças entre contextos tão diversos como Moçambique e Canadá.

A expansão transnacional da Vale através do processo de internacionalização esteve associada a formas de acumulação via espoliação e perpetuação de violências no Norte e Sul geográficos. Ao contrário da prosperidade decorrente da abundância mineral, salvo raras exceções, as pesquisas de campo revelaram cenários nos quais populações estão sendo marginalizadas e violentadas devido à exploração de recursos naturais em seus territórios. Para além dos impactos socioambientais como a poluição do meio ambiente e o deslocamento populacional forçado, esta investigação direcionou o olhar para as consequências da presença da corporação no papel de provedora de bem-estar social e nos esquemas voltados para moldar o comportamento e a conduta das populações.

A pluralidade de mecanismos de governação cotidiana empregados pela Vale aponta para mudanças na intensidade e visibilidade do processo de violência aos quais as populações atingidas estão sujeitas. Por um lado, apesar de ocultos no âmbito discursivo, os mecanismos coercivos são bastante visíveis nos terrenos com casos abundantes de como a judicialização da gestão de conflitos com populações indígenas e/ou o assédio processual a lideranças comunitárias, entre tantos outros, implicam em formas de violência corporativa que condicionam e, por vezes, neutralizam as possibilidades de resistência de indivíduos atingidos pela mineração. Por outro lado, há processos de violência que estão velados através da máscara de parceria. Isso porque enquanto os discursos corporativos dos mecanismos de cooperação e

participação estão centrados na promoção da autonomia, na prática estes também resultam em espoliações e processos de violência. Essa forma de governação positiva é responsável por produzir exclusões e, ao contrário da solução de ganho para todos/as, está baseada em um engajamento seletivo da corporação. A divisão entre aqueles/as que devem ter as suas condições de vida melhoradas e aqueles/as que devem ser deixados de fora é responsável por fabricar espaços de inclusão e exclusão no ordenamento político cotidiano dos territórios sob concessão da CMN e seus arredores.

Além disso, a resposta da indústria a grupos de opressão, também organizados em escala transnacional, não promove um empoderamento significativo das populações atingidas e nem a diminuição do impacto socioambiental da mineração. Na realidade, as formas emergentes de governação socioambiental típicas da governamentalidade aprofundam o capitalismo extrativista que gera distorções no desenvolvimento socioeconômico das populações. Estes são mecanismos mais sofisticados de controle que visam a normalização da atividade mineral e da lógica de mercado. Sendo assim, através de um distanciamento do estado como ponto de referência, tecnologias de governo como a responsabilidade social corporativa são formas de ação sobre a conduta individual e coletiva que camuflam as violências socioambientais perpetuadas pela mineradora. O governo da vida passa a estar travestido em mecanismos que o tornam imperceptíveis.

A solução da governamentalidade via diálogo produz uma ilusão de empoderamento frente a relações desiguais de poder entre a CMN e as populações atingidas. O que está oculto é como o argumento de otimização da vida das comunidades é na verdade um argumento de poder. Isso fortalece a auto-conduta corporativa, a ausência de regulamentações e o poder irrestrito da CMN. Estes mecanismos ilustram o processo de uma ausência deliberada do governo e uma delegação de responsabilidades sociais, ambientais e econômicas perante os impactos para uma auto-regulação dos investidores privados. Em todos os estados hospedeiros/sede analisados há uma ausência estatal do papel de mediador de conflitos entre interesses de CMNs e comunidades atingidas que é típica do neoliberalismo. A ausência do estado em determinadas matérias é deliberada, nas quais propaga-se o dever de auto-conduta da corporação para lidar com os impactos socioambientais gerados por suas atividades. Sendo

assim, há uma tendência transnacional de flexibilização dos procedimentos formais de regulação em prol de um auto-governo da indústria, na qual os empreendedores são eles mesmos responsáveis por uma definição extra-regulatória de quais são as responsabilidades que devem ter perante os impactos causados por suas atividades.

Em outras palavras, a governamentalidade na indústria extrativa é uma modalidade de governo que implica não só em uma multiplicação de instâncias de governo sobre a vida, mas também na crescente responsabilização dos sujeitos, que agora empoderados e livres passam a ser responsáveis pelas suas próprias condutas. Este espaço para a auto-conduta opera tanto no nível corporativo, quanto no nível da população atingida. Esta ilusão de auto-conduta da governamentalidade é um fenômeno que contribui para que as responsabilidades sejam diluídas e, no extremo, recaiam sobre as próprias populações vítimas da violência do grande capital multinacional representado aqui através da Vale.

Na prática, a difusão do poder na governação global resulta na difusão das responsabilidades perante os impactos causados e enfraquece o fenômeno de prestação de contas para a sociedade e principalmente para as populações atingidas. A consequência última disso é que fabrica-se uma ideia de que há um vazio de governação. Mas, para cada violência perpetuada através da exploração de minérios, há atores que devem ser responsabilizados pela sua conduta ou pelos esquemas de direcionamento da conduta dos outros que colocam em prática. Para que seja possível caminhar para cenários onde as possibilidades de perpetuação destas formas de violência e ordens sociais injustas sejam cada vez mais restritas é necessário atribuir uma responsabilidade clara ao empreendedor perante a maneira socialmente violenta como este ocupa espaços políticos cada vez maiores em prol dos seus interesses econômicos. Sendo assim, o crescente envolvimento de atores privados na provisão de bem-estar, bens comuns e serviços sociais é uma das formas de expressão do fenômeno da governação sem estado, mas não sem governo. Por este motivo, esta tese enfatizou a agência, bem como a forma de funcionamento da corporação multinacional no exercício do governo que incide sobre as populações atingidas.

A partir da perspectiva da Ecologia Política, o caso da Vale mostra como a existência de conflitos entre CMN e populações atingidas não são causas como a escassez ou a abundância de

recursos naturais. Os conflitos são uma forma de politização – o idioma para fazer política a partir da mineração – que ocorre lado a lado com um processo de despolitização das interações entre CMN e populações atingidas. A despolitização é operada por uma ‘máquina anti-política’ da CMN responsável por definir normativamente o que é o bem-comum a partir de uma abordagem da gestão de conflitos como risco para os negócios que reduz os impactos causados a questões técnicas com o objetivo de legitimar a autoridade da corporação. O conflito é uma forma de contestação das desigualdades de poder e das injustiças socioambientais existentes no relacionamento entre a CMN e a população atingida.

Ao questionarem a forma como os processos de mercado e a corporação estão inseridos na vida social, os conflitos emergem como mecanismos de crítica e compõem o campo da contraconduta da população atingida. O papel emancipatório a eles associado faz com que estes tenham o potencial de produzir mudanças positivas nas estruturas de violência que são impostas sobre grupos marginalizados no acesso e na distribuição dos recursos naturais.

Limitações e linhas futuras de investigação

Esta tese foi construída com base no estudo de caso da Vale para ilustrar as dinâmicas de governação além do estado a partir da emergência de conflitualidade entre corporações e populações em contextos de paz formal. As formas de expansão sócio-ambientalmente agressivas do capital internacional evidenciadas aqui não são exclusividade da Vale, mas são também perpetuadas por muitas outras CMNs do setor extrativo. Apesar de a análise transcender a Vale e permitir a extensão alargada das reflexões produzidas é preciso reconhecer que muitas explicações são contextuais, o que faz com que parte das conclusões sejam restritas ao caso da indústria extrativa e, particularmente, à Vale. Na ótica proposta, aquilo que seria o maior diferencial da Vale em relação às outras quatro maiores mineradoras do mundo – o facto de esta ser a única entre elas proveniente de uma economia emergente – aumenta o potencial das dissoluções dos binários rígidos que informam as RI tradicionais, uma vez que o comportamento da Vale se mostrou na prática muito semelhante ao de outras grandes corporações provenientes do Norte global. Mas, por ser uma investigação de caso único – a Vale – os dados empíricos não permitem uma análise sobre qual é o comportamento de corporações do Norte. Além disso, pelo mesmo motivo de caso único, os dados também são

insuficientes para acessar qual é o nível de influência do setor no qual a corporação está inserida no espaço que esta ocupa na governação cotidiana. Uma potencial linha futura de investigação seria então realizar comparações entre grandes CMNs do setor da mineração, incluindo casos de corporações provenientes do Norte e do Sul geográficos, bem como entre essas e corporações de outros setores, nos mesmos contextos nacionais.

Devido a limitação de espaço, bem como de delimitação da própria temática, muitas informações relevantes obtidas nos períodos de pesquisa de campo foram deixadas de fora, ou não diretamente usadas na análise. Muitas delas apontam também para outras possíveis linhas futuras de investigação, como por exemplo, os investimentos e a cooperação Sul-Sul brasileiros em Moçambique no período pós anos 2000, o relacionamento entre estados e corporações em tempos de neoliberalismo (sinergias e afastamentos) e o neoextrativismo “progressista” latino-americano.

Apesar de ter ressaltado como as corporações são apenas um dos inúmeros atores para o qual devemos passar a direcionar o olhar para a análise da difusão do poder, o foco exclusivo neste ator impediu em alguns momentos a incorporação da complexidade da composição que é inerente a este fenômeno. Como se procurou deixar claro, os arranjos de governamentalidade neoliberal transnacional, aqui discutidos com base exclusiva na atuação da Vale, são resultado de interações múltiplas da corporação com atores diversos como o IFC, associações de indústria e grupos de pressão locais e internacionais.

Alguns críticos diriam que por entender as atitudes das populações atingidas como reações às dinâmicas opressivas que lhes foram impostas, se estaria enfraquecendo o potencial de resistência das mesmas e enaltecendo o seu caráter de subordinação. Mas, ao atribuir um potencial emancipatório e de produção de mudança nos exemplos de conflitualidade e resistência analisados, clarificou-se como existe uma coprodução, ou seja, como o campo da contraconduta também é responsável por moldar as formas de conduta do ator hegemônico, neste caso a corporação multinacional, e vice-versa.

As pesquisas de campo foram bem-sucedidas ao, com base em uma abordagem metodológica multi-situada, conseguir acessar as informações e perspectivas de uma variedade de atores em diferentes níveis de análise e lugares geográficos. Não obstante, algumas

limitações da investigação estão relacionadas precisamente com a abordagem multi-situada que não permitiu um mergulho e aprofundamento desejável em aspectos como o funcionamento da economia política da mineração de cada país hospedeiro/sede. Para tal, teria sido necessário mais tempo nos campos e um acesso representativamente maior às esferas formais dos governos e da própria corporação. Além disso, apesar de não ter sido o objetivo, uma vez que o trabalho foi feito a partir da semelhança do fenômeno nos diversos contextos estudados, o contraponto entre eles não seguiu uma linha linear. As próprias composições dos terrenos e as possibilidades distintas que emergiram em cada uma das pesquisas de campo produziram dados distintos. O número de entrevistas e a representatividade de cada grupo de atores apresentam variações entre Brasil, Canadá e Moçambique. Ao longo dos períodos de pesquisa de campo, foi sempre dedicada uma atenção particular à necessidade de verificar a procedência das informações fornecidas, bem como de colocá-las em perspectiva com a de outros atores que também possuíam experiências nos mesmos acontecimentos/temáticas (triangulação da informação recolhida). Não obstante, a interpretação é de que a própria composição dos dados reflete um retrato do que acontecia naquele momento em cada um dos terrenos e da relação da investigadora no campo, o que faz com que as diferenças tenham sido incorporadas aqui como dados de uma investigação reflexiva.

Por fim, esta tese tem uma contribuição teórico-acadêmica clara que ressalta a importância da pluralidade epistemológica e da produção de conhecimento interdisciplinar ao colocar em diálogo distintas abordagens para entender a complexidade da realidade contemporânea. Sendo assim, apesar do foco nas Relações Internacionais, contribui também para desenvolvimentos teóricos particularmente no âmbito dos estudos foucaultianos, da Economia Política Internacional, dos Estudos para a Paz e da Ecologia Política. Mas, não menos importante é a tarefa, ainda por concretizar, de colocar o conhecimento acadêmico ao serviço da transformação social e de ordens sociais mais justas. É o resgate daquilo que foi a motivação principal para o esforço destes anos de investigação: a existência cotidiana de violências múltiplas na vida das populações atingidas ao redor da exploração de minérios. As populações atingidas sofrem no seu cotidiano os efeitos da multiplicação de autoridades de governo e da falta de clareza em relação às responsabilidades perante as violências. O fenômeno, cada vez

mais comum, da produção da ausência de responsáveis e de uma ilusão de que existem vácuos de governos não são gerados por falta de capacidade institucional. Eles são antes resultado de opções deliberadas de que decisões centrais que afetam o bem-estar das vidas de populações não sejam discutidas democraticamente a nível dos estados nacionais e/ou de fóruns internacionais que incluam a participação de todas as partes interessadas, mas impostas localmente por um ator econômico privado.

O crime ambiental de Mariana é apenas a consequência extrema de um modelo que é sócio-ambientalmente conflituoso no seu cotidiano devido à sua inserção capitalista neoliberal. É preciso utilizar as evidências desta tese, de que o vácuo de governação é uma produção deliberada, como estímulo/fundamentação para a elaboração de práticas políticas que garantam com que CMNs privadas, principalmente as de controle acionário difuso, sejam efetivamente responsabilizadas perante os impactos socioambientais destrutivos de suas atividades, independente das localizações geográficas de onde ocorre a exploração de recursos naturais. Através do mergulho feito na forma de funcionamento da Vale no mundo, com especial destaque para a área de relacionamento socioambiental, esta investigação é uma contribuição empática, e tem o intuito de somar forças, aos esforços em curso das populações atingidas como o dos indígenas Akrãtikatêjê da TI Mãe Maria no Pará: “a Vale lapidou a nossa vida durante 30 anos, agora é nossa vez de ir lá e estudar a dela” (Pop-Br-2). Para as vidas que são cotidianamente atingidas pelas atividades de corporações multinacionais mineradoras não Vale quanto pesa e, por este motivo, há resistência.

Referências

1. Lista de entrevistas

Brasil – Br

Canadá – Ca

Moçambique – Mo

População Atingida (Pop)

Pop-Br-1: Indígena Akrãtikatêjê, Terra Indígena Mãe Maria (Pará), 13 de janeiro de 2016.

Pop-Br-2: Indígena Akrãtikatêjê, Terra Indígena Mãe Maria (Pará) 13 de janeiro de 2016.

Pop-Br-3: Indígena Akrãtikatêjê, Terra Indígena Mãe Maria (Pará), 13 de janeiro de 2016.

Pop-Br-4: Indígena Parkatêjê, Terra Indígena Mãe Maria (Pará), 13 de janeiro de 2016.

Pop-Br-5: Membro do MAM, Marabá (Pará), 11 de janeiro de 2016.

Pop-Br-6: Membro do MST, Parauapebas (Pará), 19 de janeiro de 2016.

Pop-Br-7: Representante do STTR, Canaã dos Carajás (Pará), 16 de janeiro 2016.

Pop-Br-8: Trabalhador/a sem terra acampado/a, Canaã dos Carajás (Pará), 17 de janeiro 2016.

Pop-Br-9: Trabalhador/a sem terra acampado/a, Canaã dos Carajás (Pará), 17 de janeiro 2016.

Pop-Br-10: Trabalhador/a sem terra acampado/a, Canaã dos Carajás (Pará), 17 de janeiro 2016.

Pop-Br-11: Reassentado/a do AUAS, Canaã dos Carajás (Pará), 18 de janeiro 2016.

Pop-Br-12: Reassentado/a do AUAS, Canaã dos Carajás (Pará), 18 de janeiro 2016.

Pop-Br-13: Reassentado/a do AUAS, Canaã dos Carajás (Pará), 18 de janeiro 2016.

Pop-Br-14: Reassentado/a do AUAS, Canaã dos Carajás (Pará), 18 de janeiro 2016.

Pop-Br-15: Morador/a do Bairro Alzira Mutran, Marabá (Pará), 21 de janeiro 2016.

Pop-Ca-1: Indígena Sagamok Anishnawbek, Great Sudbury (Ontario), 23 de junho de 2015.

Pop-Ca-2: Indígena Sagamok Anishnawbek, Great Sudbury (Ontario), 23 de junho de 2015.

Pop-Ca-3: Indígena Atikameksheng Anishnawbek, Sudbury (Ontario), 25 de junho de 2015.

Pop-Ca-4: Indígena Atikameksheng Anishnawbek, Sudbury (Ontario), 25 de junho de 2015.

Pop-Ca-5: Membro do USW Local 6500, Sudbury (Ontario), 9 de junho de 2015.

Pop-Ca-6: Membro do USW Local 6500, Sudbury (Ontario), 9 de junho de 2015.

Pop-Ca-7: Membro do sindicato USW, Toronto (Ontario), 27 de maio de 2015.

Pop-Ca-8: Membro do USW Local 6500, Sudbury (Ontario), 10 de junho de 2015.

Pop-Ca-9: Membro do USW Local 6500, Sudbury (Ontario), 18 de junho de 2015.

Pop-Mo-1, Reassentado/a do 25 de setembro, Vila de Moatize (Tete), 7 de julho de 2016.

Pop-Mo-2, Reassentado/a do 25 de setembro, Vila de Moatize (Tete), 7 de julho de 2016.

Pop-Mo-3: Reassentado/a de Cateme, Cateme (Tete), 6 de julho de 2016.

Pop-Mo-4: Reassentado/a de Cateme, Cateme (Tete), 6 de julho de 2016.

Pop-Mo-5: Reassentado/a de Cateme, Cateme (Tete), 6 de julho de 2016.

Pop-Mo-6: Reassentado/a de Cateme, Cateme (Tete), 6 de julho de 2016.

Pop-Mo-7: Reassentado/a de Cateme, Cateme (Tete), 6 de julho de 2016.

Pop-Mo-8: Membro da comunidade de Cancope, Moatize (Tete), 7 de julho de 2016.

Pop-Mo-9: Membro da comunidade de Catete, Moatize (Tete), 7 de julho de 2016.

Pop-Mo-10: Membro da comunidade de Ntchenga, Moatize (Tete), 7 de julho de 2016.

Pop-Mo-11: Representante dos oleiros, Moatize (Tete), 6 de julho de 2016.

Sociedade Civil (SoCiv)

SoCiv-Br-1: Representante da Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Canaã dos Carajás, Canaã dos Carajás (Pará), 18 de janeiro 2016.

SoCiv-Br-2: Professor/a da UNIFESSPA, Marabá (Pará), 12 de janeiro 2016.

SoCiv-Br-3: Representante da CPT, Marabá (Pará), 11 de janeiro 2016.

SoCiv-Br-4: Representante do CEPASP, Canaã dos Carajás (Pará), 18 de janeiro 2016.

SoCiv-Br-5: Representante do CEPASP, Canaã dos Carajás (Pará), 17 de janeiro 2016.

SoCiv-Ca-1: Ativista, Ottawa (Ontario), 4 de junho de 2015.

SoCiv-Ca-2: Representante do *Coalition for a Liveable Sudbury*, Sudbury (Ontario), 17 de junho de 2015.

SoCiv-Ca-3: Representante do *Vale Living with Lakes Center*, Sudbury (Ontario), 15 de junho de 2015.

SoCiv-Ca-4: Pesquisador/a da Universidade Laurentian, via telefone, 2 de junho de 2015.

SoCiv-Ca-5: Pesquisador/a da Universidade Laurentian, Sudbury (Ontario), 18 de junho de 2015.

SoCiv-Ca-6: Representante do *Vale Hospice*, Sudbury (Ontario), 17 de junho de 2015.

SoCiv-Ca-7: Representante da *MiningWatch Canada*, Ottawa (Ontario), 3 de junho de 2015.

SoCiv-Ca-8: Representante da *MiningWatch Canada*, Ottawa (Ontario), 3 de junho de 2015.

SoCiv-Ca-9: Representante do *Center for Policy Alternatives*, Toronto (Ontario), 29 de maio de 2015.

SoCiv-Ca-10: Representante do *Center for Policy Alternatives*, Toronto (Ontario), 29 de maio de 2015.

SoCiv-Ca-11: Ativista, Toronto (Ontario), 25-30 de maio de 2015.

SoCiv-Mo-1: Representante da ONG Justiça Ambiental, Maputo (Maputo), 13 de julho de 2016.

SoCiv-Mo-2: Representante da ONG Justiça Ambiental, Maputo (Maputo), 13 de julho de 2016.

SoCiv-Mo-3: Representante da ONG Justiça Ambiental, Maputo (Maputo), 13 de julho de 2016.

SoCiv-Mo-4: Representante da ADECRU, Maputo (Maputo), 18 de julho de 2016.

SoCiv-Mo-5: Representante do Centro Terra Viva, Maputo (Maputo), 27 de junho de 2016.

SoCiv-Mo-6: Representante da Liga Moçambicana dos Direitos Humanos, Vila de Moatize (Tete), 5 de julho de 2016.

SoCiv-Mo-7: Representante da AAAJC, Vila de Moatize (Tete), 5 de julho de 2016.

SoCiv-Mo-8: Pesquisador/a do Centro de Integridade Pública, Maputo (Maputo), 11 de julho de 2016.

SoCiv-Mo-9: Pesquisador/a do Observatório do Meio Rural, Maputo (Maputo), 13 de julho de 2016.

SoCiv-Mo-10: Pesquisador/a do Observatório do Meio Rural, Maputo (Maputo), 13 de julho de 2016.

SoCiv-Mo-11: Pesquisador/a do IESE, Maputo (Maputo), 15 de julho de 2016.

SoCiv-Mo-12: Pesquisador/a independente, Maputo (Maputo), 18 de julho de 2016.

SoCiv-Mo-13: Ativista, Maputo (Maputo), 1 de julho de 2016.

Corporação Multinacional (CMn)

CMn-Br-1: Funcionário/a da Vale, Marabá (Pará), 14 de janeiro de 2016.

CMn-Br-2: Funcionário/a da Vale, Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), 2 de dezembro de 2016.

CMn-Br-3: Funcionário/a da Vale, via *webex (online)*, 10 de janeiro de 2017.

CMn-Br-4: Pesquisador/a ITV, Belém (Pará), 25 de janeiro 2016.

CMn-Br-5: Pesquisador/a ITV, Belém (Pará), 25 de janeiro 2016.
CMn-Br-6: Pesquisador/a ITV, Belém (Pará), 25 de janeiro 2016.
CMn-Ca-1: Funcionário/a da Vale, Sudbury (Ontario), 19 de junho de 2015.
CMn-Ca-2: Funcionário/a da Vale, Sudbury (Ontario), 19 de junho de 2015.
CMn-Ca-3: Funcionário/a da Vale, Sudbury (Ontario), 19 de junho de 2015.
CMn-Mo-1: Funcionário/a da Vale, Maputo (Maputo), 28 de junho de 2016.
CMn-Mo-2: Funcionário/a da Vale, Vila de Moatize (Tete), 8 de julho de 2016.
CMn-Mo-3: Funcionário/a da Vale, Cateme (Tete), 8 de julho de 2016.
CMn-Mo-4: Funcionário/a da Vale, Cateme (Tete), 8 de julho de 2016.

Governo (Gov)

Gov-Br-1: Servidor/a Público da FUNAI, Marabá (Pará), 13 de janeiro de 2016.
Gov-Br-2: Servidor/a Público da FUNAI, Marabá (Pará), 22 de janeiro de 2016.
Gov-Br-3: Servidor/a Público da FUNAI, Marabá (Pará), 22 de janeiro de 2016.
Gov-Br-4: Servidor/a Público do ICMBio, Parauapebas (Pará), 15 de janeiro de 2016.
Gov-Br-5: Servidor/a Público do ICMBio, Parauapebas (Pará), 15 de janeiro de 2016.
Gov-Br-6: Procurador/a do MPF, Marabá (Pará), 12 de janeiro de 2016.
Gov-Mo-1: Membro do Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, Maputo (Maputo), 18 de junho de 2016.
Gov-Mo-2: Membro do Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, Tete (Tete), 4 de julho de 2016.

Consultoria (Consult)

Consult-Ca-1: Consultor/a da *Simpact Group*, via skype, 28 de maio de 2015.
Consult-Mo-1: Consultor/a da Impacto, Maputo (Maputo), 14 de julho de 2016.
Consult-Mo-2: Consultor/a da Diagonal Transformação de Territórios, Maputo (Maputo), 14 de julho de 2016.

2. Bibliográficas

Abrahamsen, Rita; Williams, Michael C. (2011) *Security Beyond the State: Global Security Assemblages in International Politics*. New York: Cambridge University Press.

Acosta, Alberto (2016) "Extratativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição" in Dilger, Gerhard, Lang, Miriam; Filho, Jorge Pereira (eds.) *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Roca Luxemburgo, 46-85.

Agência Estado (2006) "Vale entra na OEA contra o governo brasileiro". <http://economia.estadao.com.br/noticias/mercados,vale-entra-na-oea-contra-o-governo-brasileiro,20061113p17657> [23 de novembro de 2017].

AIAV (2010) "I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale", <http://atingidospelavale.wordpress.com/> [15 de setembro de 2017].

AIAV (2013) *Relatório de Insustentabilidade da Vale 2012*. Rio de Janeiro: Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale.

AIAV (2016) *Relatório de Insustentabilidade da Vale 2015*. Rio de Janeiro: Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale.

Ali, Saleem H. (2003) *Mining, the environment, and indigenous development conflicts*. Tucson: University Arizona Press.

Almeida, Alfredo Wagner Berno de; Marin, Rosa Elizabeth Acevedo (eds.) (2014) *Projeto Mapeamento Social - Aldeia indígena Akrãtikatêjê*. Manaus: UEA Edições.

Almeida, André; Ribeiro, Ricardo José R. (2013) *Espionagem e infiltração da empresa Vale S.A. ameaçando movimentos sociais, defensores de direitos humanos, jornalistas, sindicatos e ONGs*. Online: Senado Federal.

Amaral, Marina (2012) "Por que a Vale foi eleita a pior empresa do mundo?". Agência Pública: <https://apublica.org/2012/11/por-vale-foi-eleita-pior-empresa-mundo/> [23 de novembro de 2017].

Amaral, Marina (2013) "Vazamento de informações expõe espionagem da Vale". Agência Pública: <https://apublica.org/2013/09/abrindo-caixa-preta-da-seguranca-da-vale/> [10 de agosto de 2016].

Anguelovski, Isabelle (2015) "Environmenyal Justice" in D'Alisa, Giacomo, Demaria, Federico; Kallis, Giorgos (eds.) *Degrowth: A Vocabulary for a New Era*. New York and London: Routledge, 33-36.

Appadurai, Arjun (2001) "Grassroots Globalization and the Research Imagination" in Appadurai, Arjun (ed.) *Globalization*. New York: Duke University Press, 1-21.

Aras, Güler; Crowther, David (2010) "Corporate Social Responsibility: A Broader View of Corporate Governance" in Aras, Güler; Crowther, David (eds.) *A handbook of corporate governance and social responsibility*. Farnham and Burlington: Gower, 265-280.

Arezki, Rabah; Gylfason, Thorvaldur; Sy, Amadou (eds.) (2011) *Beyond the Curse: Policies to Harness the Power of Natural Resources*. Washington: International Monetary Fund.

Arts, Bas; Noortmann, Math; Reinalda, Bob (eds.) (2001) *Non-State Actors in International Relations*. Burlington: Ashgate.

Associação Indígena Parkatêjê (2011) *ME IKWY TEKJÊ RI: Isto Pertence ao Meu Povo/ Toprãmre Krôhôkrenhum Jôpaipaire*. Marabá: GKNORONHA.

Astill-Brown, Jeremy; Weimer, Markus (2010) *Moçambique: Equilibrando o Desenvolvimento, a Política e a Segurança*. Londres: Chatham House.

Auty, Richard M. (1993) *Sustaining Development in Minerals Economies: The Resource Curse Thesis*. London: Routledge.

Avant, Deborah D.; Finnemore, Martha; Sell, Susan K. (2010a) "Who governs the globe?" in Avant, Deborah D., Finnemore, Martha; Sell, Susan K. (eds.) *Who Governs the Globe? [Ebook]*. Cambridge: Cambridge University Press, 34-105.

Avant, Deborah D.; Finnemore, Martha; Sell, Susan K. (eds.) (2010b) *Who Governs the Globe? [Ebook]*. Cambridge: Cambridge University Press.

Avant, Deborah D.; Finnemore, Martha; Sell, Susan K. (2010c) "Conclusions: authority, legitimacy, and accountability in global politics" in Avant, Deborah D., Finnemore, Martha; Sell, Susan K. (eds.) *Who Governs the Globe? [Ebook]*. Cambridge: Cambridge University Press, 853-887.

Aykut, Dilek; Goldstein, Andrea (2007) "Developing Country Multinationals: South-South Investment Comes of Age" in United Nations (ed.) *Industrial Development for the 21st Century: Sustainable Development* New York: United Nations, 85-116.

Ayres, Lioness (2008) "Semi-Structure Interview " in Given, Lisa M. (ed.) *The SAGE Encyclopedia of Qualitative Research Methods: Volumes 1 & 2*. Thousand Oaks: SAGE Publications, 810-811.

Baechler, Günther (1999) *Violence Through Environmental Discrimination - Cases, Rwanda Arena, and Conflict Model*. Dordrecht: Springer Science.

Bako, Olivia (2011) "Neoliberalism and Its Effect On Canadian Women In Poverty" *The Lyceum*. 1 (1), 1-9.

Baldwin, Correy (2014) "The next generation in nickel mining: The Sudbury basin has a long history of nickel production, and Totten, Vale's latest operation, continues the tradition". Canadian Institute of Mining, Metallurgy and Petroleum Magazine: <https://magazine.cim.org/en/2014/February/project-profile/The-next-generation.aspx> - sthash.bj3OczlO.dpuf [1 de fevereiro de 2018].

Ballard, Chris; Banks, Glenn (2003) "Resource Wars: The Anthropology of Mining " *Annual Review of Anthropology*. 32, 287-313.

Banco Mundial (2001) *Manual de Operações do Banco Mundial sobre Reassentamento Involuntário*. Washington DC: Banco Mundial.

Banco Mundial (2017a) *World Development Indicators - 2017*. Washington DC: World Bank Group.

Banco Mundial (2017b) *Actualidade Económica de Moçambique: Uma Economia a Duas Velocidades*. Washington DC: Banco Mundial IBRD-IDA.

Barma, Naazneen; Kaiser, Kai; Le, Tuan Minh; Viñuela, Lorena (2012) *Rents to Riches? The Political Economy of Natural Resource-Led Development* Washington DC: The World Bank.

BCG (2009) *The 2009 BCG 100 New Global Challengers: How Companies from Rapidly Developing Economies Are Contending for Global Leadership*. Boston: The Boston Consulting Group.

Bebbington, Anthony; Hinojosa, Leonith; Bebbington, Denise Humphreys; Burneo, Maria Luisa; Warnaars, Ximena (2008) "Contention and Ambiguity: Mining and the Possibilities of Development" *Development and Change*. 39 (6), 887-914.

Bebbington, Anthony J. (2014) "Socio-environmental conflict: an opportunity for mining companies" *Journal of Cleaner Production*. 84, 34.

Bedinelli, Talita (2016) "Os sem-terra desafiam a gigante Vale na Amazônia". https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/23/politica/1479905291_797076.html [20 de dezembro de 2017].

Behre Dolbear (2015) *Where to Invest in Mining - 2015*. Denver: Behre Dolbear Group.

Berdal, Mats R.; Malone, David M. (eds.) (2000) *Greed and Grievance - Economic Agendas in Civil Wars*. Boulder: Lynne Rienner.

Bichsel, Christine (2009) *Conflict Transformation in Central Asia: Irrigation disputes in the Ferghana Valley*. Abingdon e New York: Routledge.

Billon, Philippe Le (2001) "The political ecology of war: natural resources and armed conflicts" *Political Geography*. 20, 561-584.

Billon, Philippe Le (2012) *Wars of Plunder – Conflicts, Profits and the Politics of Resources*. Londres: Hurst & Company.

Billon, Philippe Le (2015) "Environmental Conflict" in Perreault, Tom, Bridge, Gavin; McCarthy, James (eds.) *The Routledge handbook of political ecology* Abingdon and New York: Routledge, 598-608.

Björkdahl, Annika; Buckley-Zistel, Susanne (eds.) (2016) *Spatializing Peace and Conflict: Mapping the Production of Places, Sites and Scales of Violence*. London: Palgrave Macmillan.

Blaikie, Piers; Brookfield, Harols (1987) *Land Degradation and Society*. Londres: Methuen.

Blowfield, Michael (2005) "Corporate Social Responsibility: Reinventing the Meaning of Development?" *International Affairs*. 81 (3), 515-524.

Blowfield, Michael; Frynas, Jędrzej George (2005) "Setting new agendas: critical perspectives on Corporate Social Responsibility in the developing world" *International Affairs*. 81 (3), 499-513.

BNDES (2013) *Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas*. Brasília: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Boele, Richard; Fabig, Heike; Wheeler, David (2001) "Shell, Nigeria and the Ogoni. A study in unsustainable development: I. The story of Shell, Nigeria and the Ogoni people – environment, economy, relationships: conflict and prospects for resolution" *Sustainable Development*. 9 (2), 74-86.

Bonditti, Philippe; Bigo, Didier; Gros, Frédéric (2017) *Foucault and the Modern International: Silences and Legacies for the Study of World Politics*. Paris: Palgrave Macmillan.

Booth, Ken (2007) *Theory of World Security*. Londres: Cambridge University Press.

Börzel, Tanja A.; Risse, Thomas (2010) "Governance without a state: Can it work?" *Regulation & Governance*. 4, 113-134.

Börzel, Tanja A.; Hönke, Jana (2011) "From Compliance to Practice: Mining Companies and the Voluntary Principles on Security and Human Rights in the Democratic Republic of Congo" *SFB - Governance Working Paper Series*. 25, 3-38.

Bossi, Dário; Gazzinelli, Gustavo; Kato, Karina; Milanez, Bruno (2009) "A face agressiva da Vale" in *Campanha Justiça nos Trilhos*, Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), Instituto Rosa Luxemburg Stiftung, Movimento dos Atingidos por Barragens, Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, Rede de Justiça Ambiental; Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (eds.) *Empresas Transnacionais Brasileiras na América Latina: um Debate Necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 159-174.

Brereton, David (2014) "Is the seeming paradox resolvable? Some reactions to Professor Hodge's paper" *Journal of Cleaner Production*. 84, 37-38.

Brito, Luís de; Chivulele, Fernanda Massarongo (eds.) (2017) *Economia, Recursos Naturais, Pobreza e Política em Moçambique: Uma colectânea de textos*. Maputo: IESE.

Burchell, Graham; Gordon, Colin; Miller, Peter (eds.) (1991) *The Foucault Effect: Studies in Governmentality*. Chicago: Chicago University Press.

Buroway, Michael (1998) "The Extended Case Method " *Sociological Theory*. 16 (1), 4-33.

Business and Human Rights Resource Centre (2017) "Vale" <https://business-humanrights.org/pt/vale> [26 de abril de 2017].

Büthe, Tim (2004) "Governance Through Private Authority: Non-State Actors in World Politics" *Journal of International Affairs*. 58 (1), 281-290.

Calderón, Alma Alicia Bezares (2014) "Outward FDI in Brazil: A matter of economic growth and institutional configuration" in *FLACSO-ISA Joint International Conference*. Buenos Aires.

Campelo, Lilian (2017) "Brasil: Produtores rurais alegam que seguranças da Prosegur a serviço da Vale os agrediu com violência quando consertavam cerca que divide as propriedades; empresas comentam" <https://business-humanrights.org/pt/brasil-produtores-rurais-alegam-que-seguran%C3%A7as-da-prosegur-a-servi%C3%A7o-da-vale-os-agrediu-com-viol%C3%Aancia-quando-consertavam-cerca-que-divide-as-propriedades-empresas-comentam> [5 de dezembro de 2017].

Castel-Branco, Carlos Nuno (2014) "Growth, capital accumulation and economic porosity in Mozambique: social losses, private gains" *Review of African Political Economy*. 41, 26-48.

Castel-Branco, Carlos Nuno (2015) "Capitalizando o Capitalismo Doméstico: Porosidade e Acumulação Primitiva de Capital em Moçambique" in Brito, Luís de, Castel-Branco, Carlos Nuno, Chichava, Sérgio, Forquilha, Salvador; Francisco, António (eds.) *Desafios para Moçambique 2015*. Maputo: IESE, 123-156.

Castro, Eduardo Viveiro de (2014) "A escravidão venceu no Brasil. Nunca foi abolida [entrevista de Alexandra Lucas Coelho]". <https://www.publico.pt/2014/03/16/mundo/noticia/a-escravidao-venceu-no-brasil-nunca-foi-abolida-1628151> [5 de setembro de 2017].

Centro de Documentação Econômica (1977) "Valorização do carvão" *Ministério do Desenvolvimento e Planificação Econômica*. 2 (77).

Chatterjee, Partha (2006) *The Politics of the Governed: Reflections on Popular Politics in Most of the World*. Nova York: Columbia University Press.

Cilliers, Jakkie (2000) "Resource wars – a new type of insurgency" in Cilliers, Jakkie; Dietrick, Christian (eds.) *Angola's War Economy – The Role of Oil and Diamonds*. Pretoria: Institute of Security Studies, 1-19.

CIP (2012) *Cateme: As razões do conflito entre famílias reassentadas e a Vale Moçambique*. Maputo: Centro de Integridade Pública.

Coelho, Tádzio Peters (2016) *Noventa por cento de ferro nas calçadas: mineração e (sub)desenvolvimentos em municípios minerados pela Vale S.A.* Tese de doutoramento em Ciências Sociais. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. <http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Coelhor-2016-Noventa-por-cento-de-ferro-nas-calçadas-Tese-de-Doutorado.pdf> [5 de novembro de 2017].

Collier, Paul (2010) *The Plundered Planet: Why We Must - and How We Can - Manage Nature for Global Prosperity*. New York: Oxford University Press.

Collier, Paul; Bannon, Ian (eds.) (2003) *Natural Resources and Violent Conflict*. Washington: The World Bank.

Collier, Paul; Hoeffler, Anke (2004) "Greed and Grievance in Civil War" *Oxford Economic Papers*. 56 (4), 563-595.

Comtexto (2014) *Estudo do Componente Indígena para a Terra Indígena Mãe Maria - Referente ao Processo de Licenciamento Ambiental da Duplicação da Estrada de Ferro Carajás*. Brasília: Comtexto Consultoria.

Comunidades da Terra Indígena Mãe Maria (2015) *Manifesto Público*. Bom Jesus do Tocantins: TI Mãe Maria.

Cooperation and Conflict (2017) "Call for papers: Special Issue on Everyday IR" http://journals.sagepub.com/pb-assets/cmscontent/CAC/CAC_Everyday_IR_cfp.pdf [12 de dezembro de 2017].

Coronil, Fernando (2001) "Toward a Critique of Globalcentrism: Speculations on Capitalism's Nature" in Comaroff, Jean; Comaroff, John L. (eds.) *Millennial Capitalism and the Culture of Neoliberalism*. Durham: Duke University Press, 63-87.

Costa, Armando Dalla (2009) "La Vale dans Le nouveau contexte d'internationalization des entreprises brésiliennes" *Entreprises et Histoire*. 54, 86-106.

Cox, Robert (1995) "Critical Political Economy" in Hettne, Bjorn (ed.) *International Political Economy: Understanding Global Disorder*. London: Zed Books, 31-45.

Cranstone, Donald A. (2002) *A History of Mining and Mineral Exploration in Canada and Outlook for the Future*. Ottawa: Natural Resources Canada.

Creswell, John W. (2007) *Qualitative Inquiry & Research Design: Choosing Among Five Approaches*. Thousand Oaks: SAGE Publications.

Cunguara, Benedito (2012) "An exposition of development failures in Mozambique" *Review of African Political Economy*. 39 (131), 161-170.

Curry, Bill (2008) "Native band sues for \$550-billion, saying mine sites belong to them". <https://www.theglobeandmail.com/news/national/native-band-sues-for-550-billion-saying-mine-sites-belong-to-them/article672485/> [8 de outubro de 2017].

Cutler, A. Claire; Haufler, Virginia; Porter, Tony (eds.) (1999) *Private Authority and International Affairs*. Albany: State University of New York Press.

Dashwood, Hevina S. (2012) *The Rise of Global Corporate Social Responsibility: Mining and the Spread of Global Norms*. Cambridge: Cambridge University Press.

Davis, Graham A.; Tilton, John E. (2005) "The resource curse" *Natural Resources Forum*. 29, 233-242.

Dean, Mitchell (1994) *Critical and Effective Histories: Foucault's Methods and Historical Sociology*. Londres: Routledge.

Dean, Mitchell (2010) *Governmentality: Power and Rule in Modern Society*. Londres: Sage.

Dean, Mitchell (2013) *The Signature of Power - Sovereignty, Governmentality and Biopolitics*. Londres: Sage.

Deitelhoff, Nicole; Wolf, Klaus Dieter (eds.) (2010) *Corporate Security Responsibility? Corporate Governance Contributions to Peace and Security in Zones of Conflict*. Nova York: Palgrave Macmillan.

Deneault, Alain; Abadie, Delphine; Sacher, William (2008) *Noir Canada : pillage, corruption et criminalité en Afrique*. Montréal: Les Éditions Écosociété.

Denskus, Tobias (2012) "Challenging the international peacebuilding evaluation discourse with qualitative methodologies" *Evaluation and Program Planning*. 35, 148-153.

Diagonal Urbana (2007) *Plano de Acção para Reassentamento - Moatize Parte I*. Maputo:

Dicionário Aurélio (2017) "Significado de isonomia" <https://dicionariodoaurelio.com/isonomia> [8 de dezembro de 2017].

Dietrich, Christian (2000) "UNITA'S diamond mining and exporting capacity" in Cilliers, Jakkie; Dietrich, Christian (eds.) *Angola's War Economy - The Role of Oil and Diamonds*. Pretoria: Institute of Security Studies.

Domenici, Thiago (2017) "Processados pela Vale". Agência Pública: <https://apublica.org/estrada-de-ferro-carajas/> [23 de novembro de 2017].

Drache, Daniel (1995) "Celebrating Innis: the Man, the Legacy, and Our Future" in Innis, Harold A. *Staples, Markets and Cultural Change: Selected Essays (1894-1952)*. Montreal: Mc-Gill-Queen's University Press, xiii-lix.

Dreyfus, Hubert L.; Rabinow, Paul (1983) *Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics*. Chicago: The University of Chicago Press.

Drohan, Madelaine (2004) *Making a Killing: How Corporations Use armed Force to Do Business*. Guilford: Lyons Press.

Duffield, Mark (2001) *Global Governance and the New Wars*. Londres: Zed Books.

Duffield, Mark (2007) *Development, Security and Unending War - Governing the World of Peoples*. Cambridge: Polity Press.

Dufour, Mathieu (2014) "Declining in the Periphery: Canada's Role as a Supplier of Primary Commodities" in Leadbeater, David (ed.) *Resources, Empire & Labour: Crises, Lessons & Alternatives*. Halifax and Winnipeg: Fernwood Publishing, 76-89.

Ecology Brasil (2015a) *Programa de Educação Ambiental (PEA): Empreendimentos da Vale em Canaã dos Carajás*. Canaã dos Carajás: Ecology Brasil.

Ecology Brasil (2015b) *Plano de Monitoramento e Avaliação do PEA*. Canaã dos Carajás: Ecology Brasil.

Edwards, Geoffrey R.; Clarke, John N. (eds.) (2004) *Global Governance in the Twenty-first Century*. Hampshire: Palgrave Macmillan.

EIA (2014) *Canada*. Washington DC: U.S. Energy Information Administration.

Esteves, Ana Maria; Franks, Daniel; Vanclay, Frank (2012) "Social impact assessment: the state of the art" *Impact Assessment and Project Appraisal*. 30 (1), 34-42.

Eudaily, Seán Patrick (2004) *The Present Politics of the Past: Indigenous Legal Activism and Resistance to (Neo)Liberal Governmentality*. New York: Routledge.

Evans, Robin; Kemp, Deanna (2011) "Community Issues" in Darling, Peter (eds.) *SME Mining Engineering Handbook*. Littleton: Society for Mining, Metallurgy, and Exploration, 1767-1777.

EY (2016) *Top 10 business risks facing mining and metals, 2016-2017*. Online: EY.

Fachin, Patricia (2012) "Vale: novos conflitos em Moçambique. Entrevista especial com Jeremias Filipe Vunjanhe" <http://www.ihu.unisinos.br/506152-vale-novos-conflitos-em-mocambique-entrevista-especial-com-jeremias-filipe-vunjanhe-> [29 de novembro de 2017].

Fael, Baltazer; Cortez, Edson (2013) "Controlo da corrupção não foi prioridade na agenda da governação no período 2005 - 2013" *CIP Newsletter - Boa Governação Transparência e Integridade*. 19, 1-9.

Faro, Luiz Cesar; Pousa, Carlos; Frennandez, Claudio (eds.) (2005) *Conversas com Eliezer*. Rio de Janeiro: Insight Engenharia de Comunicação.

Faustino, Cristiane; Furtado, Fabrina (2013) *Mineração e Violações de Direitos: O Projeto Ferro Carajás S11D da Vale S.A - Relatório da Missão de Investigação e Incidência*. Açailândia: Justiça Global Brasil, Fundo Socioambiental Casa, Dhesca Brasil.

FDC e CPII (2007) *Brazil's Multinationals Take Off - Fundação Dom Cabral and The Columbia Program on International Investment 2007 ranking of Brazilian multinational enterprises*. Nova Lima e Nova Iorque: Fundação Dom Cabral e The Columbia Program on International Investment.

Ferguson, James (1994) *The Anti-Politics Machine: Development, Depoliticization and Burocratic Power in Lesotho*. Minneapolis e Londres: University of Minnesota Press.

Ferguson, James (2005) "Seing like an oil corporation: Space, Security, and Global Capital in Neoliberal Africa" *American Anthropologist*. 107 (3), 377-382.

Ferguson, James; Gupta, Akhil (2005) "Spatializing States: Toward an Ethnography of Neoliberal Governmenality" in Inda, Jonathan Xavier (eds.) *Anthropologies of Modernity - Foucault, Governmentality, and Life Politics*. Malden: Blackwell, 105-134.

Fidler, Courtney; Hitch, Michael (2007) "Impact and Benefit Agreements: A Contentious Issue for Environmental and Aboriginal Justice" *Environments Journal*. 35 (2), 49-69.

Fleury, Afonso; Fleury, Maria Tereza Leme (2011) *Brazilian Multinationals Competences for Internationalization*. Nova York: Cambridge University Press.

Flohr, Annegret; Rieth, Lothar; Schwindenhammer, Sandra; Wolf, Klaus Dieter (2010) *The Role of Business in Global Governance: Corporations as Norm-Entrepreneurs*. Londres: Palgrave Macmillan.

Fonseca, Alberto; McAllister, Mary Louise; Fitzpatrick, Patricia (2014) "Sustainability reporting among mining corporations: a constructive critique of the GRI approach" *Journal of Cleaner Production*. 84, 70-83.

Foss, Mark; Coumans, Catherine; Keenan, Karyn (2007) *Dirty Business, Dirty Practices: How the Federal Government Supports Canadian Mining, Oil and Gas Companies Abroad*. Ottawa: Canadian Network on Corporate Accountability.

Foucault, Michel (1983) "The Subject and Power" in Dreyfus, Hubert L.; Rabinow, Paul (eds.) *Michel Foucault: Beyon Structuralism and Hermeneutics*. Chicago: The University of Chicago Press, 208-228.

Foucault, Michel ([1974] 1994) *Dits et Écrits 1954-1988, v. IV: 1980-1988*. Paris: Guillamard.

Foucault, Michel ([1975-1976] 2005) *Em Defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, Michel ([1975]1999) *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Petrópolis: Editora Vozes.

Foucault, Michel ([1976] 1978) *The History of Sexuality - Volume 1: An Introduction*. New York: Pantheon Books.

Foucault, Michel ([1977-1978] 2008) *Segurança, Território, População - Curso dado no College de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes.

Freire, Maria Raquel; Lopes, Paula Duarte (2008) "Reconceptualizar a paz e a violência: Uma análise crítica " *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 82, 13-29.

Freire, Paulo (1974) *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

Frynas, Jędrzej George (2009) *Beyond Corporate Social Responsibility: Oil Multinationals and Social Challenges*. Cambridge: Cambridge University Press.

Fuchs, Doris (2007) *Business Power in Global Governance*. Boulder: Lynne Rienner Publishers.

Fundação Vale (2013) *Parcerias intersetoriais: perspectivas e desafios*. Rio de Janeiro: Fundação Vale.

Fundação Vale (2015) *Relatório de Atividades 2015*. Rio de Janeiro: Fundação Vale.

G1 (2017) "Seguranças da Vale são autuados por agredir agricultores no sudeste do PA". <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2017/03/seguranças-da-vale-sao-autuados-por-agredir-agricultores-no-sudeste-do-pa.html> [5 de dezembro de 2017].

Galtung, Johan (1969) "Violence, Peace, and Peace Research" *Journal of Peace Research*. 6 (3), 167-191.

Galtung, Johan (1990) "Cultural Violence " *Journal of Peace Research*. 27 (3), 291-305.

Garcia, Ana Saggiaro (2011) "Políticas públicas e interesses privados: a internacionalização de empresas brasileiras e a atuação internacional do governo Lula" in 3° *Encontro Nacional ABRI*, Belo Horizonte.

Gedicks, Al (2013) "Resource Wars against Native Peoples in Colombia " *Capitalism Nature Socialism*. 14(2), 85-111.

Ghosh, Kaushik (2006) "Between Global Flows and Local Dams: Indigenousness, Locality, and the Transnational Sphere in Jharkhand, India" *Cultural Anthropology*. 21 (4), 501-534.

Ginty, Roger Mac; Richmond, Oliver P (2013) "The Local Turn in Peace Building: a critical agenda for peace" *Third World Quarterly*. 34 (5), 763-783.

Global Witness (1998) *A Rough Trade: The Role of Companies and Governments in the Angolan Conflict*. London: Global Witness.

Global Witness (2005) *Paying for protection: the Freeport mine and the Indonesian security forces*. Washington: Global Witness.

Global Witness (2016) *On Dangerous Ground*. London: Global Witness.

Golder (2010) *Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do Projeto Ferro Carajás S11D*. Canaã dos Carajás: Golder Associates e Vale S.A.

Goldstein, Andrea (2007) *Multinational Companies from Emerging Economies - Composition, Conceptualization and Direction in the Global Economy*. Hampshire: Palgrave Macmillan.

Goltz, Eileen A. (1990) "A Corporate View of Housing and Community in a Company Town: Copper Cliff, 1886-1920" *Ontario History*. LXXXII (1), 29-52.

Gomes, Dayse Azevedo (2010) *Responsabilidade Social Corporativa: Influência Institucional nas Ações Globais da Mineradora Vale*. Tese de Mestrado. IBMEC.

Gonçalves, Eduardo (2015) "Vale tenta se descolar da Samarco: 'Empresas concorrentes'". <https://veja.abril.com.br/politica/vale-tenta-se-descolar-da-samarco-empresas-concorrentes/> [10 de janeiro de 2018].

Goodland, Robert (2012) "Responsible Mining: The Key to Profitable Resource Development" *Sustainability*. 4, 2099-2126.

Gordon, Colin (1991) "Governmental Rationality: An Introduction" in Burchell, Graham, Gordon, Colin; Miller, Peter (eds.) *The Foucault Effect: Studies in Governmentality*. Chicago: Chicago University Press, 1-52.

Gordon, James (2016) *Natural Resources Canada 2016-17: Report on Plans and Priorities*. Online: Natural Resources Canada.

Gordon, Todd; Webber, Jeffery R (2007) "Imperialism and Resistance: Canadian mining companies in Latin America" *Third World Quarterly*. 29 (1), 63-87.

Government of Canada (2016) *Exploration and Mining in Canada: An Investor's Brief*. Online: Government of Canada.

Government of Ontario (2013) *Mining Act Ontario*. Ottawa: Government of Ontario.

Gramsci, Antonio ([1971] 1992) *Selections from the Prison Notebooks*. New York: International Publishers.

Graz, Jean-Christophe; Nölke, Andreas (eds.) (2008) *Transnational Private Governance and its Limits*. Abingdon: Routledge.

Graz, Jean-Christophe; Nölke, Andreas (2012) "The Limits of Transnational Private Governance" in Guzzini, Stefano; Neumann, Iver B. (eds.) *The Diffusion of Power in Global Governance: International Political Economy meets Foucault*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 118-141.

Gudynas, Eduardo (2009) "Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual" in Schuldt, Jürgen, Acosta, Alberto, Barandiarán, Alberto, Bebbington, Anthony, Folchi, Mauricio, Bolivia, CEDLA –, Alayza, Alejandra; Gudynas, Eduardo (eds.) *Extractivismo, política y sociedad*. Ecuador: CAAP e CLAES, 187-225.

Guha, Ramachandra; Martinez-Alier, Juan (1997) *Varieties of Environmentalism - Essays North and South*. Londres: Earthscan.

Gulbrandsen, Lars H; Moe, Arild (2007) "BP in Azerbaijan: a test case of the potential and limits of the csr agenda?" *Third World Quarterly*. 28 (4), 813-830.

Gunn, John M. (ed.) (1995) *Restoration and Recovery of an Industrial Region Progress in Restoring the Smelter-Damaged Landscape Near Sudbury, Canada*. New York: Springer-Verlag.

Gupta, Akhil; Ferguson, James (1997) "'The Field' as Site, Method, and Location in Anthropology" in Gupta, Akhil; Ferguson, James (eds.) *Anthropological Locations - Boundaries and Grounds of a Field Science*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1-46.

Guzzini, Stefano (2012) "The Ambivalent 'Diffusion of Power' in Global Governance" in Guzzini, Stefano; Neumann, Iver B. (eds.) *The Diffusion of Power in Global Governance: International Political Economy Meets Foucault*. Hampshire and New York: Palgrave Macmillan, 1-37.

Guzzini, Stefano; Neumann, Iver B. (eds.) (2012) *The Diffusion of Power in Global Governance: International Political Economy Meets Foucault*. Hampshire and New York: Palgrave Macmillan.

Hall, Rodney Bruce; Biersteker, Thomas J. (eds.) (2004) *The emergence of private authority in global governance*. Cambridge: Cambridge University Press.

Hamann, Ralph (2003) "Mining companies' role in sustainable development: The 'why' and 'how' of corporate social responsibility from a business perspective" *Development Southern Africa*. 20 (2), 237-254.

Hamann, Ralph (2014) "Patient dialogue between mining companies and communities is tougher and scarcer than imagined: a response to Hodge" *Journal of Cleaner Production*. 84, 35-36.

Hanlon, Joseph (2010) "Mozambique: 'the war ended 17 years ago, but we are still poor'" *Conflict, Security & Development*. 10 (1), 77-102.

Hanlon, Joseph; Smart, Teresa (2008) *Do bicycles equal development in Mozambique?* Suffolk: Boydell & Brewer.

Hardt, Michal; Negri, Antonio (2000) *Empire*. Cambridge and London: Harvard University Press.

Harvey, David (2003) *The New Imperialism*. New York: Oxford University Press.

Harvey, David (2005) *A Brief History of Neoliberalism*. New York: Oxford University Press.

Hashizume, Maurício; Thenório, Iberê (2007) "Mais de 3 milhões pedem reestatização da Vale do Rio Doce", <http://reporterbrasil.org.br/2007/10/mais-de-3-milhoes-pedem-reestatizacao-da-vale-do-rio-doce/> [12 de dezembro de 2014].

Haufler, Virginia (2010) "Corporations in zones of conflict: issues, actores, and institutions" in Avant, Deborah D., Finnemore, Martha; Sell, Susan K. (eds.) *Who Governs the Globe? [Ebook]*. Cambridge: Cambridge University Press, 266-335.

Higate, Paul; Henry, Marsha (2010) "Space, Performance and Everyday Security in the Peacekeeping Context" *International Peacekeeping*. 17 (1), 32-48.

Hodge, R. Anthony (2014) "Mining company performance and community conflict: moving beyond a seeming paradox" *Journal of Cleaner Production*. 84, 27-33.

Homer-Dixon, Thomas F. (1999) *Environment, Scarcity and Violence*. Nova Jersey: Princeton University Press.

Hönke, Jana (2012) "Multinationals and Security Governance in the Community: Participation, Discipline and Indirect Rule" *Journal of Intervention and Statebuilding*. 6 (1), 57-73.

Hönke, Jana (2013) *Transnational Companies and Security Governance: Hybrid practices in a postcolonial world*. Abingdon: Routledge.

Hönke, Jana; Thauer, Christiab R. (2014) "Multinational Corporations and Service Provision in Sub-Saharan Africa: Legitimacy and Institutionalization Matter" *Governance: An International Journal of Policy, Administration and Institutions*. 27 (4), 697-716.

Howlett, Michael; Brownsey, Keith (2007) "Introduction: Towards a Post-Staples State?" *Policy and Society*. 26 (1), 1-7.

Human Rights Watch (2013) *What is a House Without Food? - Mozambique's Coal Mining Boom and Resettlements*. Nova York: Human Rights Watch.

Hutchison, A. J.; Johnston, L. H.; Breckon, J. D. (2009) "Using QSR-NVivo to facilitate the development of a grounded theory project: an account of a worked example. " *International Journal of Social Research Methodology(Online Issue)*. 1-20.

Hutton, Thomas A. (2007) "Contours of the Post-Staples State:The Reconstruction of Political Economy and Social Identity in 21st Century Canada" *Policy and Society*. 26 (1), 9-29.

IBAMA (2012) *Instrução Normativa Nº 2, de 27 de março de 2012*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

IBGE (2017) "IBGE: Canaã dos Carajás" <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/canaa-dos-carajas/panorama> [20 de novembro de 2017].

IBRAM (2010) *Information and Analysis of The Brazilian Minerals Economy | 5TH edition*. Brasília: IBRAM.

IBRAM (2012) *Informações e Análises da Economia Mineral Brasileira - 7a Edição*. Brasília: Instituto Brasileiro de Mineração.

IBRAM e Ernst & Young (2008) *Práticas Tributárias Internacionais: Indústria e Mineração*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Mineração e Ernst & Young.

ICMBio (2017) "Floresta Nacional de Carajás" <http://www.icmbio.gov.br/portal/visitacao1/unidades-abertas-a-visitacao/4061-floresta-nacional-de-carajas> [29 de outubro de 2017].

ICMM (2013) *O setor da mineração no Brasil: fortalecimento institucional para o desenvolvimento sustentável*. Londres: Conselho Internacional de Mineração e Metais e Instituto Brasileiro de Mineração.

IDA (2009) *Mozambique: From Post-Conflict Recovery to High Growth*. Washington DC: World Bank.

IFC (2002) *IFC Handbook for Preparing a Resettlement Action Plan*. Washington: International Finance Corporation.

IFC (2012) *Padrão de Desempenho 5 - Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário*. Washington: Corporação Financeira Internacional.

IFC (2013) *Public-Private Partnership Impact Stories - Mozambique: Moatize Coal Deposit*. Washington D.C.: International Finance Corporation.

Imai, Shin (2017) "The "Canada Brand": Violence and Canadian Mining Companies in Latin America" *Osgoode Legal Studies Research Paper No. 17*. 13 (4), 1-130.

Innis, Harold A. (1995) *Staples, Markets and Cultural Change: Selected Essays (1894-1952)*. Montreal: Mc-Gill-Queen's University Press.

Ismi, Asad (2009) "Path of Destruction: Canadian mining companies on rampage around the world". Canadian Centre for Policy Alternatives: <https://www.policyalternatives.ca/publications/monitor/path-destruction-sthash.EsMyGlni.dpuf> [26 de outubro de 2016].

ITIE (2017 [2014]) "Mozambique", <https://eiti.org/mozambique> [17 de agosto de 2016].

ITIE Moçambique (2015) *Sexto Relatório da ITIEM – Anos de 2013 e 2014*. Maputo: Intellica.

Josselin, Daphné; Wallace, William (eds.) (2001) *Non-state Actors in World Politics*. New York: Palgrave Macmillan.

Kamminga, Menno T. (2014) "Multinational Corporations in International Law" <http://www.oxfordbibliographies.com/view/document/obo-9780199796953/obo-9780199796953-0049.xml> [27 de março de 2017].

Kaplan, Robert D. (2000) *The Coming Anarchy - Shattering the Dreams of the Post Cold War*. Nova York: Random House.

Keany, Shailagh (2008) "Two Ways to Be a Nation". *The Dominion: news from the grassroots*: [15 de outubro de 2015].

Keen, David (2000) "Incentives and Disincentives for Violence" in Berdal, Mats R.; Malone, David M. (eds.) *Greed and Grievance - Economic Agendas in Civil Wars*. Boulder: Lynne Rienner.

Kelly, Mark G. E. (2013) *History of Sexuality Volume I, The Will to Knowledge: An Edinburgh Philosophical Guide*. Edinburgh: Edinburgh University Press.

Kirsch, Stuart (2014) *Mining Capitalism: The Relationship Between Corporations and Their Critics*. Berkeley and Los Angeles: Oakland.

Klare, Michael T. (2002) *Resource Wars - The New Landscape of Global Conflict*. New York: Owl Book.

Kobemba, Claude; Nhancale, Camilo (2012) *Coal versus Communities: Exposing poor practises by Vale and Rio Tinto in Mozambique*. Southern Africa Resource Watch (SARW).

Kogut, Bruce (2001) "Multinational Corporations" in Baltes, J. Smelser and Paul B. (eds.) *International Encyclopedia of the Social and Behavioral Science*. Oxford: Elsevier, 10197-10204.

KPMG (2008) *Brazilian Transnational Companies: The route of Brazilian investments abroad*. Rio de Janeiro: KPMG International.

KPMG (2015) *Brazil: Country Mining Guide*. Online: KPMG International.

Krasner, Stephen D.; Risse, Thomas (2014) "External Actors, State-Building, and Service Provision in Areas of Limited Statehood: Introduction" *Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions*. 27 (4), 545-567.

Leadbeater, David (2008) *Mining Town Crisis: Globalization, Labour and Resistance in Sudbury*. Halifax and Winnipeg: Fernwood Publishing.

Lemke, Thomas (2000) "Foucault, Governmentality, and Critique" in *Rethinking Marxism Conference*. Amherst: University of Amherst.

Lemke, Thomas (2011) *Biopolitics: An Advanced Introduction*. New York: New York University Press.

Levacher, Claire (2017) "Contesting the Goro Nickel Mining Project, New Caledonia: Indigenous Rights, Sustainable Development and the Land Issue" in Filer, Colin; Meur, Pierre-

Yves Le (eds.) *Large-scale Mines and Local-level Politics: Between New Caledonia and Papua New Guinea*. Canberra: Australia National University Press, 183-206.

Li, Tania Murray (2005) "Beyond the State and "Failed" Schemes" *American Anthropologist*. 107 (3), 383-394.

Li, Tania Murray (2007) *The Will to Improve: Governmentality, Development, and the Practice of Politics*. Durham: Duke University Press.

Lie, Jon Harald Sande (2013) "Challenging Anthropology: Anthropological Reflections on the Ethnographic Turn in International Relations" *Millennium: Journal of International Studies*. 41 (2), 201-220.

Lillywhite, Serena; Kemp, Deanna; Sturman, Kathryn (2015) *Mining, Resettlement and Lost Livelihoods: Listening to the Voices of Resettled Communities in Mualadzi, Mozambique*. Melbourne: Oxfam.

Lipschutz, Ronnie D.; Rowe, James K. (2005) *Globalization, Governmentality and Global Politics: Regulation for the Rest of Us?* Oxon: Routledge.

Lisk, Franklyn; Besada, Hany; Martin, Philip (2013) "Regulating Extraction in the Global South: Towards a Framework for Accountability" *High Level Panel on the Post-2015 Development Agenda*. 1-34.

Lyra, Mariana (2016) "The Beginnings of the Anti-Mining Movement in Brazil" *Peace Review: A Journal of Social Justice*. 28 (1), 38-45.

Macamo, Elísio (2005) "Against 'Development'" *CODESRIA Bulletin*. 3 & 4, 5-7.

Machado, Lilian Miranda 2015. Ação Civil Pública, com pedido de antecipação de tutela em face de Vale S.A. *In: Federal, Ministério Público (ed.)*. Marabá.

Macuane, José Jaime; Buur, Lars; Monjane, Celso Marcos (2017) "Power, Conflict and Natural Resources: the Mozambican Crises Revisited" *African Affairs*. 1-24.

Magalhães, Emanuel Sebag de (2012) "Crise econômica e reprimarização" *Desafios do Desenvolvimento (Ipea)*. 74 (9), 1-2.

Malinowski, Bronisław (2005 [1922]) *Argonauts of the Western Pacific: An Account of Native Enterprise and Adventure in the Archipelagoes of Melanesian New Guinea*. London: Routledge.

Marcus, George E. (1995) "Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography Author(s): George E. Marcus" *Annual Review of Anthropology*. 24, 95-117.

Marcus, George E. (1999) "What Is At Stake—And Is Not—In The Idea And Practice Of Multi-Sited Ethnography" *Canberra Anthropology*. 22, 6-14.

Marshall, Judith (2014a) "Governments Spy – But Mining Companies Also Spy: A Tale of Two Whistleblowers". MiningWatch Canada: <https://miningwatch.ca/blog/2014/1/20/governments-spy-mining-companies-also-spy-tale-two-whistleblowers> [20 de janeiro de 2016].

Marshall, Judith (2014b) "A gigante mineradora brasileira Vale: por trás da imagem de solidariedade Sul-Sul" *Tensões Mundiais*. 10 (18, 19), 173-230.

Martinez-Alier, Joan (2001) "Mining conflicts, environmental justice, and valuation" *Journal of Hazardous Materials*. 86, 153-170.

Maschietto, Roberta Holanda (2016) *Beyond Peacebuilding: the Challenges of Empowerment Promotion in Mozambique*. Londres: Palgrave Macmillan.

Matos, Elmer Agostinho Carlos de; Medeiros, Rosa Maria Vieira (2015) "Exploração do Carvão Mineral de Benga em Moçambique e a Expropriação da Terra dos Nativos: alguns apontamentos referentes à acumulação por espoliação" *Revista NERA*. 28, 106-131.

May, Christopher (2015) *Global Corporations in Global Governance*. New York: Routledge.

McAllister, Mary Louise (2007) "Shifting Foundations in a Mature Staples Industry: a Political Economic History of Canadian Mineral Policy" *Canadian Political Science Review*. 1 (1), 73-90.

McAllister, Mary Louise; Fitzpatrick, Patricia; Fonseca, Alberto (2012) "Unstable shafts and shaky pillars: institutional capacity and sustainable mineral policy in Canada" *Environmental Politics*. 23 (1), 77-96.

MDIC (2017) "Séries históricas: exportação e importação brasileira", <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/series-historicas> [6 de setembro de 2017].

Mendes, Karla; Fernandes, Adriana (2011) "O que selou o destino de Agnelli para que ele perdesse o comando da Vale". <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,o-que-selou-o-destino-de-agnelli-para-que-ele-perdesse-o-comando-da-vale,61198e> [10 de março de 2017].

Meneses, Maria Paula (2003) "Agentes do conhecimento? A consultoria e a produção do conhecimento em Moçambique" in Santos, Boaventura de Sousa (eds.) *Conhecimento prudente para uma vida decente: Um discurso sobre as ciências revisitado*. Porto: Edições Afrontamento, 721-756.

Meneses, Maria Paula (2008) "Epistemologias do Sul" *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 80, 5-10.

Milanez, Bruno; Iosekann, Cristiana (eds.) (2016) *Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição*. Rio de Janeiro: Folio Digital.

Milanez, Felipe (2016) "A Gigante Vale contra o Professor no Pará". <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-gigante-vale-contr-o-professor-no-para> [24 de novembro de 2017].

Milewski, Inka (2012) *Report to the Sudbury Committee for Human and Environmental Health*. Sudbury: N/A.

Millar, Gearoid (2014) *An Ethnographic Approach to Peacebuilding: Understanding local experiences in transitional states*. Abingdon and New York: Routledge.

Miller, Peter; Rose, Nikolas (1990) "Governing economic life" *Economy and Society*. 19 (1), 1-31.

Mills, Suzanne; Sweeney, Brendan (2013) "Employment relations in the neostaples resource economy: Impact and Benefit Agreements and Aboriginal governance in Canada's Nickel Mining Industry" *Studies in Political Economy*. 91, 7-33.

Ministério de Minas e Energia (2014) "Setor mineral representa 4 por cento do PIB brasileiro" <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2014/12/setor-mineral-representa-4-por-cento-do-pib-brasileiro> [25 de setembro de 2017].

Ministério dos Recursos Minerais (2006) *Contrato minerio relativo a concessão mineira da mina de carvão de Moatize entre Governo da República de Moçambique e Rio Doce Moçambique Limitada*. Maputo: Governo da República de Moçambique.

Ministry of Environment Energy & Climate Change (2013) *National Policy of the Exploitation of Mineral Resources*. European Union.

MMA (2009) *Caderno de Licenciamento Ambiental*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.

Moraes, Julio Lucchesi (2017) "'Staple School': Breve Apresentação Sobre a Teoria Desenvolvimentista Canadense" *Informações Fipe*. 18-20.

Morck, Randall K.; Steier, Lloyd (2007) "The Global History of Corporate Governance: An Introduction" in Morck, Randall K. (eds.) *A History of Corporate Governance around the World: Family Business Groups to Professional Managers*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1-64.

Morlin, Guilherme (2017) *Mensuração da foga de capitais do setor mineral no Brasil*. Online: Rede Latino-Americana sobre Dívida, Desenvolvimento e Direitos.

Mosca, João; Selemane, Tomás (2011) *El Dorado Tete: Os Mega Projetos de Mineração*. Maputo: Centro de Integridade Pública.

Mosca, João; Selemane, Tomás (2012) "Megaprojetos no meio rural, desenvolvimento do território e pobreza: o caso de Tete" in Brito, Luís de, Castel-Branco, Carlos Nuno, Chichava, Sérgio; Francisco, António (eds.) *Desafios para Moçambique - 2012*. Maputo: IESE, 231-255.

Mota, José Aroudo; Maneschy, Maria Cristina; Souza-Filho, Pedro W. M.; Torres, Vidal F. Navarro; Siqueira, José Oswaldo de; Santos, Jorge Filipe dos; Matlaba, Valente (2017) "Uma nova proposta de indicadores de sustentabilidade na mineração" *Sustentabilidade em Debate - Brasília*. 8 (2), 15-29.

MPF (2013) *Relatório apresentado por André Luis da Costa Almeida*. Rio de Janeiro: Ministério Público Federal.

Natural Resource Governance Institute (2017) *2017 Resource Governance Index*. Online: <https://resourcegovernance.org/analysis-tools/publications/2017-resource-governance-index> [3 de dezembro de 2017].

Nepomuceno, Eric (2007) *O Massacre - Eldorado dos Carajás: uma história de impunidade*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil.

Network Inteligência Corporativa (2017) "Quem somos" http://networkic.com.br/qsomos_aempresa.htm [22 de fevereiro de 2017].

Newitt, Malyn (2002) "Mozambique " in Chabal, Patrick (eds.) *A History of Postcolonial Lusophone Africa* Londres Hurst & Company, 185-235.

Nhamire, Borges; Matine, Jorge (2015) *Parcerias público-privadas: um investimento necessário, mas problemático em Moçambique - caso da concessão do Porto de Nacala e Linha do Norte* Maputo: Centro de Integridade Pública.

Nogueira, Danielle (2016) "Roger Agnelli, o executivo que globalizou os negócios da Vale". <http://oglobo.globo.com/economia/roger-agnelli-executivo-que-globalizou-os-negocios-da-vale-18919842> [10 de março de 2017].

NRC (1996) *The Minerals and Metals Policy of the Government of Canada: Partnerships for Sustainable Development*. Ottawa: Minister of Public Works and Government Services Canada.

NRC (2008) *Vale Inco – Newfoundland and Labrador*. Online: Aboriginal Participation in Mining: Information Bulletin.

NRC (2012) *Aboriginal Participation in Mining*. Online: Natural Resources Canada.

Nucifora, Antonio M. D.; Silva, Luiz A. Pereira da (2011) "Rapid Growth and Economic Transformation in Mozambique, 1993–2009" in Chuhan-Pole, Punam; Angwafo, Manka (eds.) *Yes Africa Can: Success Stories from a Dynamic Continent*. Washington DC: The World Bank, 65-80.

Oliveira, Clarissa Reis (2013) *Quem é quem nas discussões do novo código da mineração*. Rio de Janeiro: Ibase.

Olmos, Marli (2008) "Vale faz parceria com Columbia para criar centro de pesquisa". São Paulo: Valor Econômico.

Özkaynak, Begüm; Rodríguez-Labajos, Beatriz; Chicaiza, Gloria; Conde, Marta; Kohrs, Bertchen; Raeva, Dragomira; Yáñez, Ivonne; Walter, Mariana; Arsel, Murat; Avci, Duygu; Carbonell, María Helena; Chareyron, Bruno; Demaria, Federico; Finamore, Renan; Krishna, Venni V.; Mahongnao, Mirinchonme; Singh, Akoijam Amitkumar; Slavov, Todor; Tkalec, Tomislav;

Živčič, Lidija (2012) *Mining conflicts around the world: Common grounds from and Environmental Justice Perspective*. EJOLT.

Peet, Richard; Watts, Michael (eds.) (1996) *Liberation Ecologies - Environment, Development and Social Movements*. Londres: Routledge.

Peet, Richard; Watts, Michael (eds.) (2004) *Liberation Ecologies - Environment, Development and Social Movements (Second Edition)*. Londres: Routledge.

Pegg, Scott (2006) "Mining and poverty reduction: Transforming rhetoric into reality" *Journal of Cleaner Production*. 14 (3-4), 376-387.

Peluso, Nancy L.; Watts, Michael (2001) "Introduction" in Peluso, Nancy L.; Watts, Michael (eds.) *Violent Environments*. Nova York: Cornell University Press,

Peters, John (2010) "Down in the Vale: Corporate Globalization, Unions on the Defensive, and the USW Local 6500 Strike in Sudbury, 2009–2010" *Labour/Le Travail*. 66, 73-105.

Phiri, Madalitso Zililo (2012) "The political economy of Mozambique twenty years on: A post-conflict success story?" *South African Journal of International Affairs*. 19 (2), 223-245.

Pillonel, Benedict; Sutorius, Naomi (2005) "Brazil mining, an industry on the rise: moving from a domestic focus to global influence" *Engineering and Mining Journal*. 206 (1), 26-34.

Ploeg, Lidewij van der; Vanclay, Frank; Lourenço, Ivo (2017) "The responsibility of business enterprises to restore access to essential public services at resettlement sites" in Hesselman, Marlies, Wolf, Antenor Hallo de; Toebes, Brigit (eds.) *Socio-Economic Human Rights in Essential Public Services Provision (Human Rights and International Law)*. Cambridge: Routledge, 168-190.

PNUD (2005) *Mozambique 2005 - Report on the Millennium Development Goals*. Maputo: Governo de Moçambique e PNUD.

PNUD (2017) *Human Development Report 2016: Human Development for Everyone*. New York: United Nations Development Programme.

Porter, Michael E.; Kramer, Mark R. (2011) "Criação de valor compartilhado" *Harvard Business Review Brasil*.

Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás (2016) *Diagnóstico Socioeconômico do Município de Canaã dos Carajás, Estado do Pará*. Canaã dos Carajás: Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás e Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Pará.

Pureza, José Manuel; Moura, Tatiana (2005) "Violência(s) e guerra(s): do triângulo ao continuum" *Revista Portuguesa de História*. 37, 45-63.

Rabinow, Paul; Rose, Nikolas (2006) "Biopower Today" *BioSocieties*. 1, 195–217.

Rajak, Dinah (2011a) "Theatres of virtue: Collaboration, consensus, and the social life of corporate social responsibility" *Focaal—Journal of Global and Historical Anthropology*. 60, 9-20.

Rajak, Dinah (2011b) "From Boardrooms to Mineshafts: In Pursuit of Global Corporate Citizenship" in Coleman, Simon; Hellermann, Pauline von (eds.) *Multi-Sited Ethnography: Problems and Possibilities in the Translocation of Research Methods*. New York and Abingdon: Routledge, 107-123.

Regreening Greater Sudbury (2014) *Regreening Program: Annual Report 2013*. Sudbury: Regreening Greater Sudbury, Great Sudbury e Vetac.

República de Moçambique (2012) *Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas*. Maputo: República de Moçambique.

Revelli, Philippe (2010) "Vale, a multinacional dos conflitos". <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=789> [24 de dezembro de 2013].

Ribot, Jesse C.; Peluso, Nancy Lee (2003) "A Theory of Access" *Rural Sociology*. 68 (2), 153-181.

Richmond, Oliver P. (2009) "A post-liberal peace: Eirenism and the everyday" *Review of International Studies* 35 (3), 557-580.

Richmond, Oliver P.; Mitchell, Audra (2012) "Introduction – Towards a Post-Liberal Peace: Exploring Hybridity via Everyday Forms of Resistance, Agency and Autonomy" in Richmond, Oliver P.; Mitchell, Audra (eds.) *Hybrid Forms of Peace: From Everyday Agency to Post-Liberalism*. New York: Palgrave Macmillan, 1-38.

Risse, Thomas (eds.) (2011) *Governance Without a State? Policies and politics in areas of limited statehood*. New York: Columbia University Press.

Robbins, Paul (2012) *Political Ecology: A Critical Introduction (Second Edition)*. Manden and Oxford: Wiley-Blackwell.

Rodriguez, Maria Elena (2017) *A Agenda da Sociedade Civil frente às Indústrias Extrativas no Brasil*. Rio de Janeiro: Ibase.

Romero, Cristiano (2017) "Uma Vale sem dono e sem Brasília" <http://www.josenildomelo.com.br/news/uma-vale-sem-dono-e-sem-brasilia-cristiano/> [22 de fevereiro de 2017].

Rose, Nikolas (2007) *The Politics of Life Itself: Biomedicine, Power, and Subjectivity in the Twenty-First Century*. Princeton and Oxford: Princeton University Press.

Rose, Nikolas; Miller, Peter (1992) "Political power beyond the State: problematics of government" *The British Journal of Sociology*. 43 (2), 271-303.

Rose, Nikolas; O'Malley, Pat; Valverde, Mariana (2006) "Governmentality" *Annual Review of Law and Social Science*. 2, 83-104.

Ross, Doris C. (eds.) (2014) *Moçambique em Ascensão Construir um novo dia*. Washington: Fundo Monetário Internacional.

Ross, Michael L. (1999) "The Political Economy of the Resource Curse " *World Politics* 51 (2), 297-322.

Rossi, Amanda (2015) *Moçambique, o Brasil é aqui*. São Paulo: Editora Record.

Roth, Reuben; Steedman, Mercedes; Condratto, Shelley (2015) *The Casualization of Work and the Rise of Precariousness in Sudbury's Nickel Mining Industry* Buenos Aires: ILPC.

Ruggie, John Gerard; Kytte, Beth (2005) "Corporate Social Responsibility as Risk Management: A Model for Multinationals" *Corporate Social Responsibility Initiative Working Paper*. 10, 1-17.

Sachs, Jeffrey D.; Warner, Andrew M. (1999) "The big push, natural resource booms and growth" *Journal of Development Economics*. 59, 43-76.

Sandrini, João (2010) "Filme sobre pai de Eike põe o dedo na ferida da Vale". <http://exame.abril.com.br/negocios/filme-pai-eike-poe-dedo-ferida-vale-516734/> [21 de dezembro de 2017].

Santos, Andre Almeida; Roffarello, Luca Monge; Filipe, Manuel (2016) *Mozambique 2016: African Economic Outlook*. Online: AfDB, OECD, UNDP.

Santos, Andre Almeida; Gallardo, Glenda; Filipe, Manuel (2017) *Mozambique*. Online: African Economic Outlook.

Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula (eds.) (2009) *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina.

Santos, Rodrigo Salles Pereira dos; Milanez, Bruno (2013) "Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração" *Revista Pós Ciências Sociais*. 10 (19), 119-148.

Santos, Rodrigo Salles Pereira dos; Milanez, Bruno (2015) "The Global Production Network for iron ore: materiality, corporate strategies, and social contestation in Brazil" *The Extractive Industries and Society*. 2, 756–765.

Sassen, Saskia (2006) *Territory, Authority, Rights: From Medieval to Global Assemblages*. Princeton: Princeton University Press.

Sassen, Saskia (2014) *Expulsions: Brutality and Complexity in the Global Economy*. Cambridge, Massachusetts London and England: The Belknap Press of Harvard University Press.

Sauvant, Karl (2015) *AIM Investment Report 2015: Trends and Policy Challenges*. Dubai: Annual Investment Meeting.

Sauvant, Karl P.; McAllister, Geraldine; Maschek, Wolfgang A. (eds.) (2010) *Foreign Direct Investments from Emerging Markets: The Challenges Ahead*. Nova York: Palgrave Macmillan.

Sawyer, Suzana; Gomez, Edmund Terence (2008) *Transnational Governmentality and Resource Extraction: Indigenous Peoples, Multinational Corporations, Multilateral Institutions and the State*. Geneva: United Nations Research Institute for Social Development.

Sawyer, Suzana; Gomez, Edmund Terence (2012) "Transnational Governmentality in the Context of Resource Extraction" in Sawyer, Suzana; Gomez, Edmund Terence (eds.) *The Politics of Resource Extraction: Indigenous Peoples, Multinational Corporations, and the State*. Hampshire and New York: Palgrave Macmillan, 1-8.

Schmid, Herman (1968) "Peace Research and Politics" *Journal of Peace Research*. 5 (3), 217-232.

Scott, James C. (1990) *Domination and the Arts of Resistance - Hidden Transcripts*. Londres: Yale University Press.

Seguin, Homer (2008) *Fight for Justice and Dignity: The Homer Seguin History - an Autobiography*. Toronto: USW.

Selemane, Tomás (2016) "Tete e Cateme: entre a implosão do El Dorado e a contínua degradação das condições de vida dos reassentados" *Observador Rural*. 45, 1-29.

Selemane, Tomás (2009) *Aguns Desafios na Indústria Extractiva em Moçambique*. Maputo: Centro de Integridade Pública.

Selemane, Tomás (2010) *Questões à volta da mineração em Moçambique - Relatório de Monitoria das Actividades Mineiras em Moma, Moatize, Manica e Sussudenga*. Maputo: Centro de Integridade Pública.

Senado Federal (2013a) "Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa: Espionagem e Infiltração da Vale S.A." <http://www12.senado.gov.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=841> [1 de setembro de 2014].

Senado Federal (2013b) *Ata Da 54ª Reunião, Extraordinária, Da Comissão Permanente De Direitos Humanos E Legislação Participativa, Da 3ª Sessão Legislativa Ordinária Da 54ª Legislatura, Realizada No Dia 24 De Outubro de 2013*. Brasília: Senado Federal.

Silva, Cleide (2017) "Alta do minério de ferro impulsiona Vale e siderúrgicas". <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,alta-do-minerio-de-ferro-impulsiona-vale-e-siderurgicas,70001664487> [28 de março de 2017].

Singer, Peter W. (2003) *Corporate Warriors: The Rise of the Privatized Military Industry*. Ithaca: Cornell University Press.

Singh, Jewellord T. Nem (2012) "Extraction as a Space of Social Justice? Commodity Production and Labor Rights in Brazil and Chile" in Haarstad, Håvard (eds.) *New Political Spaces in Latin American Natural Resource Governance*. New York: Palgrave Macmillan, 217-238.

Slaughter, Anne-Marie (2004) *A New World Order*. New Jersey: Princeton University Press.

Smart, Barry ([1985] 2002) *Michel Foucault*. London and New York: Routledge.

Sosa, Irene; Keenan, Karyn (2001) *Impact Benefit Agreements Between Aboriginal Communities and Mining Companies: Their Use in Canada*. Online: Canadian Environmental Law Association, Environmental Mining Council of British Columbia, CooperAcción.

Soysa, Indra (2000) "The Resource Curse: Are Civil Wars Driven By Rapacity or Paucity?" in Berdal, Mats R.; Malone, David M. (eds.) *Greed and Grievance - Economic Agendas in Civil Wars*. Boulder: Lynne Rienner,

St-Laurent, Guillaume Peterson; Billon, Philippe Le (2015) "Staking claims and shaking hands: Impact and benefit agreements as a technology of government in the mining sector" *The Extractive Industries and Society*. 1-13.

Stanford, Jim (2008) "Staples, Deindustrialization, and Foreign Investment: Canada's Economic Journey Back to the Future" *Studies in Political Economy*. 82 (1), 7-34.

Stanford, Jim (2014) "Canada's transformation under neoliberalism" *Canadian Dimension*. Online: <https://canadiandimension.com/articles/view/canadas> [10 de agosto de 2017].

Statistics Canada (2015) "Focus on Geography Series, 2011 Census: Census metropolitan area of Greater Sudbury / Grand Sudbury, Ontario". Online: <https://www12.statcan.gc.ca/census-recensement/2011/as-sa/fogs-spg/Facts-cma-eng.cfm?LANG=Eng&GK=CMA&GC=580> [1 de setembro de 2015].

Steelworkers Humanity Fund (2012) *Steelworkers Humanity Fund 26: South Africa and Mozambique*. Toronto: USW.

Steger, Manfred B.; Roy, Ravi K. (2010) *Neoliberalism: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press.

Stiglitz, Joseph E. (2007) "Multinational Corporations: Balancing Rights and Responsibilities" *American Society of International Law*. 101, 3-60.

Strange, Susan (1991) "Big Business and the State" *Millennium - Journal of International Studies*. 20 (2), 245-250.

Strange, Susan (1996) *The retreat of the state: The diffusion of power in the world economy*. Cambridge: Cambridge University Press.

Stuenkel, Oliver (2016) "Emerging Powers and BRICS" *Oxford Bibliographies*.

Szablowski, David (2007) *Transnational Law and Local Struggles: Mining, Communities and the World Bank*. Portland: Hart Publishing.

The Canadian Press (2010) "Sudbury Vale Inco strike longest in company history". CTV News Toronto: <https://toronto.ctvnews.ca/sudbury-vale-inco-strike-longest-in-company-history-1.499299> [10 de agosto de 2016].

The Economist (2009) "Brazil takes off". <http://www.economist.com/node/14845197> [4 de setembro de 2017].

The Economist (2013) "Has Brazil blown it?". <https://www.economist.com/news/leaders/21586833-stagnant-economy-bloated-state-and-mass-protests-mean-dilma-rousseff-must-change-course-has> [4 de setembro de 2017].

Tiessen, Kaylie (2015) *Fixing Ontario's Revenue Problem How to Restore Fiscal Capacity*. Toronto: Canadian Centre for Policy Alternatives.

Toledo, Letícia; Amorim, Lucas (2017) "Fabio Schvartsman, um CEO com prazo de validade à frente da Vale?". Exame <https://exame.abril.com.br/negocios/fabio-schvartsman-um-ceo-com-prazo-de-validade/> [11 de janeiro de 2018].

Tollenaere, Marc De (2013) "Ajuda Internacional, Dependência Externa e Governança" in Nuvunga, Adriano; Tollenaere, Marc De (eds.) *Governança e Integridade em Moçambique: Problemas práticos e desafios reais*. Maputo: Centro de Integridade Pública.

Tollinsky, Norm; Kelly, Lindsay (2013) "Special Focus on Totten Mine". Sudbury Mining Solutions Journal: [10 de julho de 2015].

Triple R Alliance (2012) *Rio Tinto: Communities & Social Performance Benchmarking Exercise - Phase 1: Desktop Review*. Warton: Rio Tinto.

Trocate, Charles; Zanon, Mara Júlia; Vieira, Jarbas (eds.) (2015) *Elementos Constitutivos do MAM*. Marabá: Editorial iGuana.

UNCTAD (2007) *World Investment Report 2007: Transnational Corporations, Extractive Industries and Development*. Geneva: United Nations.

United Nations (2011) *Guiding Principles on Business and Human Rights: Implementing the United Nations "Protect, Respect and Remedy" Framework*. New York and Geneva: United Nations Human Rights.

Vale S.A. (2007) *Relatório de Sustentabilidade 2006*. Rio de Janeiro: Vale.

Vale S.A. (2008) *Form 20-F 2007*. Rio de Janeiro: Vale.

Vale S.A. (2009) *The greening of Sudbury and the 2009 Biodiversity Action Plan for Greater Sudbury*. Toronto: Vale.

Vale S.A. (2011) *Relatório de Sustentabilidade 2010*. Rio de Janeiro: Vale.

Vale S.A. (2012a) "Nossa História", https://www.youtube.com/watch?v=smna8tl_PNE [12 de dezembro de 2017].

Vale S.A. (2012b) *Vale: Nossa História*. Rio de Janeiro: Verso Brasil.

Vale S.A. (2012c) *Eficiência na gestão do capital - Relatório Anual 2012*. Rio de Janeiro: Vale.

Vale S.A. (2012d) *Projeto Ferro Carajás S11D: Um novo impulso ao desenvolvimento sustentável no Brasil*. Rio de Janeiro: Vale.

Vale S.A. (2013a) "Vale no mundo", <http://www.vale.com/PT/aboutvale/across-world/Paginas/default.aspx> [24 de dezembro de 2013].

Vale S.A. (2013b) *Relatório de Sustentabilidade 2012*. Rio de Janeiro: Vale.

Vale S.A. (2013c) "Projeto Krôhokrenhum – Gavião Parkatejê", <https://www.youtube.com/watch?v=YDU5ChN8Cwo> [1 de maio de 2016].

Vale S.A. (2014a) *A Vale em Canaã dos Carajás 2014*. Marabá: Vale.

Vale S.A. (2014b) "Celebrating Totten Mine", <https://www.youtube.com/watch?v=BXIQjyqtTs&t=3s> [15 de outubro de 2016].

Vale S.A. (2014c) *Sustentabilidade Moçambique 2013*. Maputo: Vale.

Vale S.A. (2014d) *A Vale em Parauapebas 2014*. Marabá: Vale.

Vale S.A. (2014e) "Corporate Social Responsibility - Vale Canada", <http://www.vale.com/canada/EN/aboutvale/communities/health-safety-environment/our-environment/corporate-social-responsibility/Pages/default.aspx> [1 de dezembro de 2017].

Vale S.A. (2014f) *Relatório de Sustentabilidade 2013*. Rio de Janeiro: Vale.

Vale S.A. (2014g) *Código de Ética e Conduta*. Rio de Janeiro: Vale.

Vale S.A. (2014h) *Competitividade do negócio do carvão em Moçambique*. Maputo:

Vale S.A. (2015a) "Mining - Our Business - Sudbury", <http://www.vale.com/canada/en/business/mining/nickel/vale-canada/sudbury/pages/default.aspx> [1 September 2015].

Vale S.A. (2015b) *Report to the Community*. Toronto: Vale.

Vale S.A. (2016a) *Social Performance Presentation*. Rio de Janeiro: Vale.

Vale S.A. (2016b) *Programa de Educação Ambiental para as Comunidades - PEA: Relatório Anual do Plano Básico Ambiental do Projeto Ferro Carajás S11D*. Canaã dos Carajás: Vale.

Vale S.A. (2016c) *Formulário 20-F - 2015*. Rio de Janeiro: Vale.

Vale S.A. (2016d) *Programa de Ações Sociais às Comunidades de Interesse: Relatório Anual do Plano Básico Ambiental do Projeto Ferro Carajás S11D*. Canaã dos Carajás: Vale.

Vale S.A. (2016e) *Programa de Apoio à Gestão Pública: Relatório Anual do Plano Básico Ambiental do Projeto Ferro Carajás S11D*. Canaã dos Carajás: Vale.

Vale S.A. (2016f) *Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental 2015*. Canaã dos Carajás: Vale.

Vale S.A. (2016g) *Relatório de Sustentabilidade 2015*. Rio de Janeiro: Vale.

Vale S.A. (2016h) "Fundação Vale divulga resultados de seus investimentos sociais", <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/fundacao-vale-divulga-resultados-investimentos-sociais.aspx> [21 de novembro de 2017].

Vale S.A. (2017a) *Relatório de Sustentabilidade 2016*. Rio de Janeiro: Vale.

Vale S.A. (2017b) "Maior projeto da história da mineração completa um ano de operação", <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/maior-projeto-da-historia-da-mineracao-completa-um-ano-de-operacao.aspx> [26 de dezembro de 2017].

Vale S.A. (2017c) "Snolab", http://www.vale.com/PT/initiatives/innovation/snolab/Documents/snolab-4/en_US.html - playerIntroSnolabLightBox [19 de setembro de 2017].

Vale S.A. (2017d) "Vale Living with Lakes Centre: A global leader in water conservation studies", <http://www.vale.com/canada/EN/initiatives/living-with-lakes/Pages/default.aspx> [20 de setembro de 2017].

Vale S.A. (2017e) *Formulário de Referência - 2016*. Rio de Janeiro: Vale.

Vale S.A. (2017f) "Impacts and Benefits Agreements", <http://www.vale.com/canada/EN/business/mining/nickel/vale-canada/voiseys-bay/Pages/Impacts-and-Benefits-Agreements.aspx> [1 de dezembro de 2017].

Vale S.A. (2017g) *Report to the Community - Sudbury*. Sudbury: Vale.

Vale S.A. (2017h) *Composição Acionária: fevereiro de 2017*, <http://www.vale.com/brasil/PT/investors/company/shareholding-structure/Paginas/default.aspx> [28 de fevereiro de 2017].

Vale S.A. (2017i) *Comparação das práticas de governança corporativa adotadas pela VALE com aquelas adotadas pelas companhias norte-americanas em cumprimento às exigências da Bolsa de Valores de Nova Iorque*. Rio de Janeiro: Vale.

Vale S.A. (2017j) "Vale no Mundo - Canadá", <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/across-world/Paginas/default.aspx> [1 de dezembro de 2017].

Vale S.A. (2017k) "Invista na Vale", <http://www.vale.com/brasil/PT/investors/information-market/invest-vale/Paginas/default.aspx> [28 de março de 2017].

Vale S.A. (2017l) "Segurança Empresarial". Vale@informar: <https://valeinformar.valeglobal.net/BR/Paginas/Home-25-09-17.aspx?pdf=1> [12 de dezembro de 2017].

Vale S.A. (2017m) "Aquisições e Desinvestimentos", <http://www.vale.com/brasil/PT/investors/information-market/acquisitions-divestments/Paginas/default.aspx> [28 de março de 2017].

Vale S.A. (2017n) "Clean AER", <http://www.vale.com/PT/initiatives/environmental-social/clean-aer-project/Documents/index.html> [7 de dezembro de 2017].

Valverde, Orlando (1989) *Grande Carajás: Planejamento e Destruição*. São Paulo: Forense Universitária, Fundação Universidade de Brasília e Universidade de São Paulo.

Vanclay, Frank; Esteves, Ana Maria; Aucamp, Ilse; Franks, Daniel M. (2015) *Social Impact Assessment: Guidance for assessing and managing the social impacts of projects*. Online: International Association for Impact Assessment.

Vasconcelos, L.; Muchangos, A; Siquela, E. (2009) "Elementos-traço em cinzas de carvões aflorantes de Moçambique" *Geochimica Brasiliensis*. 23 (3), 344-361.

Vertigans, Stephen (2015) "Foreword" in Idowu, Samuel O., Frederiksen, Claus Strue, Mermud, Asli Yu'ksel; Nielsen, Morten Ebe Juul (eds.) *Corporate Social Responsibility and Governance: Theory and Practice*. Geneva: Springer, vii-viii.

Vrasti, Wanda (2008) "The Strange Case of Ethnography and International Relations" *Millennium: Journal of International Studies*. 37 (2), 279-301.

Walters, Martin (2013) "Mining Policy Framework Implementation: A Canadian Example" in *IGF Regional Meeting – PDAC*. Conference. Toronto.

Walters, William (2012) *Governmentality: Critical Encounters*. Abingdon: Routledge.

Waltz, Kenneth N. (1999) "Globalization and Governance" *Political Science and Politics*. 32 (4), 693-700.

Watts, Michael (2003) "Development and Governmentality" *Singapore Journal of Tropical Geography*. 24 (1), 6-34.

Watts, Michael (2004) "Resource curse? governmentality, oil and power in the Niger Delta, Nigeria" *Geopolitics*. 9 (1), 50-80.

Watts, Michael J. (2005) "Righteous Oil?: Human rights, the oil complex and corporate social responsibility" *Annual Review of Environment and Resources*. 30, 373-407.

Weber-Fahr, Monika (2002) *Treasure or Trouble? Mining in Developing Countries*. Washington D.C.: World Bank and International Finance Corporation.

Welker, Marina (2014) *Enacting the Corporation: An American Mining Firm in Post-Authoritarian Indonesia*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.

Wenger, Andreas; Möckli, Daniel (2003) *Conflict Prevention: The Untapped Potential of the Business Sector*. Boulder and London: Lynne Rienner.

Williamson, Peter J.; Ramamurti, Ravi; Fleury, Afonso; Fleury, Maria Tereza Leme (eds.) (2013) *The Competitive Advantage of Emerging Market Multinationals*. Cambridge: Cambridge University Press.

World Bank (2001) *OP 4.12 - Involuntary Resettlement*. Washington: The World Bank.

World Bank (2017) "Extractive Industries", <http://www.worldbank.org/en/topic/extractiveindustries> [15 de agosto de 2017].

Wren, Christopher (eds.) (2012) *Risk Assessment and Environmental Management: A Case Study in Sudbury, Ontario, Canada*. Sudbury: Maralite.

Xingu Vivo (2012) "Campanha do Public Eye Awards 2012 - Vote na Vale!" <http://xinguvivo.org.br/votevale/> [27 de novembro de 2017].

Xiong, Yi (2014) "O papel dos mega projetos e o seu peso no emprego e no crescimento" in Ross, Doris C. (eds.) *Moçambique em ascensão: construir um novo dia*. Washington: Fundo Monetário Internacional, 29-40.

Zacarias, Amós (2017) "Conflitos entre mineradora e comunidades em Tete causam morte de jovem". Deutsche Welle: <http://www.dw.com/pt-002/conflitos-entre-mineradora-e-comunidades-em-tete-causam-morte-de-jovem/a-39778402> [15 de janeiro de 2018].

Zalik, Anna (2004) "The Niger Delta: 'Petro Violence' and 'Partnership Development'" *Review of African Political Economy*. 101, 401-424.

Zandvliet, Luc (2012) *Rio Tinto: Global Communities & Social Performance Benchmarking Exercise - Final Report Phase 2: Site Level Visits*. Georgian Bluffs: Triple R Alliance.

Anexo I: Representatividade dos atores entrevistados/as

1. Entrevistados/as no Brasil

Atores	Representatividade do/a entrevistado/a	Atuação/relação com a mineração
População Atingida (Pop)		
	Povos Indígenas Akratikêjê e Parkatêjê	Povos Indígenas que habitam Mãe Maria dos grupos Gavião Akratikêjê e Parkatêjê impactados pela EFC e pelos convênios firmados com Vale
	Assentamento Palmares / Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)	Assentamento do MST em Parauapebas impactado pela EFC. O MST é um movimento que busca a conquista da terra por meio da luta e da organização dos trabalhadores rurais
	Canaã dos Carajás / Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canaã dos Carajás (STTR)	Canaã é sede do projeto S11D. O STTR é uma entidade sindical representativa dos/as trabalhadores/as rurais do município de Canaã dos Carajás
	Parauapebas / Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM)	Movimento popular que organiza a população em conflito com a mineração para questionar as destinações e apropriações dos recursos naturais brasileiros
	Acampados Sem Terra do Município Canaã dos Carajás	Acampamentos de trabalhadores Sem Terra representados pelo STTR: Serra Dourada e Grotão do Mutum em conflito com Vale
	Reassentados do Assentamento União Américo Santana (AUAS)	Assentamento criado a partir do reassentamento dos moradores da Vila de Mozartópolis (Racha Placa) devido ao projeto S11D
	Bairro Alzira Mutran (Marabá)	Bairro da cidade de Marabá impactado pela EFC
	Sindicato Metabase Carajás	Entidade sindical representativa dos trabalhadores mineiros da Vale em Carajás
Sociedade Civil (SoCiv)		
	Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Canaã dos Carajás	Agência de desenvolvimento socioambiental e socioeconômico do município de Canaã dos Carajás e região. Seu Conselho Gestor é composto por iniciativa privada, poder público, sociedade civil organizada e terceiro setor. Quais Vale e Fundação Vale são membros permanentes
	Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical Popular (CEPASP) de Marabá	Entidade que presta assessoria sindical e popular aos movimentos ligados à luta pela terra. Envolvimento com os/as atingidos/as pela Vale
	Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Marabá	Entidade que presta serviço de assessoria e causa aos trabalhadores e trabalhadoras do campo, entre eles os/as atingidos/as pela Vale
	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)	Universidade Federal com sede em Marabá
Corporação Multinacional (CMn)		
	Vale S.A. (Marabá)	Sede Regional da Vale em Marabá
	Vale S.A. (Sede)	Sede Global da Vale no Rio de Janeiro
	Instituto Tecnológico Vale (ITV)	Instituição sem fins lucrativos, de pesquisa e ensino de pós-graduação criada pela Vale

Corporação Multinacional (CMn)	
Vale S.A. (Marabá)	Sede Regional da Vale em Marabá
Vale S.A. (Sede)	Sede Global da Vale no Rio de Janeiro
Instituto Tecnológico Vale (ITV)	Instituição sem fins lucrativos, de pesquisa e ensino de pós-graduação criada pela Vale
Governo (Gov)	
FUNAI (Marabá)	Coordenação Regional do Órgão Indigenista Oficial do Governo Brasileiro
ICM-Bio (Parauapebas)	Instituto vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. Entidade que administra Floresta Nacional (FLONA) de Carajás, local onde estão localizadas as minas de Carajás
Ministério Público Federal (MPF) (Marabá)	Órgão que integra Ministério Público Brasileiro e atua na Justiça Federal, em causas de interesse federal. Envolvimento em ações públicas de assuntos litigiosos que envolvem relação Vale e comunidades

2. Entrevistados/as no Canadá

Atores	Representatividade do/a entrevistado/a	Atuação/relação com a mineração
População Atingida (Pop)	<i>Sagamok Anishnawbek First Nation</i>	Comunidade aborígene impactada pela Vale em Sudbury através da <i>Totten Mine</i> . Possui um <i>Impact and Benefit Agreement</i> negociado com a CMN
	<i>Atikameksheng Anishnawbek First Nation</i>	Comunidade aborígene impactada pela Vale em Sudbury, mas que não possui qualquer tipo de acordo com a CMN
	USW Local 6500	Sindicato dos trabalhadores mineiros de Sudbury desde 1962
	USW - nacional	Sede nacional do United Steelworkers (USW)
Sociedade Civil (SoCiv)	<i>Vale Living with Lakes Center</i>	Centro de pesquisa da Universidade Laurentian parcialmente financiado pela Vale
	Universidade Laurentian	A principal universidade de Sudbury
	<i>Coalition for a Liveable Sudbury</i>	Movimento de base de Sudbury que atua na área socioambiental
	<i>Maison Vale Hospice</i>	Centro de excelência em cuidados paliativos no qual a Vale faz investimentos, seguindo a tradição da Inco
	MiningWatch Canada	Grupo de pressão que denuncia políticas e práticas irresponsáveis na área da mineração
	<i>The Canadian Centre for Policy Alternatives</i>	Instituto de pesquisa independente que lida com questões de justiça social, econômica e ambiental
	Ativistas/ investigadores independentes	Ativista em temáticas relacionadas aos impactos da mineração de larga-escala, com especial ênfase na atuação da Vale
Corporação Multinacional (CMn)	Vale Canada - sede regional de Sudbury	Sede regional da Vale Canada, uma subsidiária integral da Vale S.A.
Consultoria (Consult)	<i>Simpact Group</i>	Empresa de consultoria que assessora a Vale na área de investimento social voluntário

3. Entrevistados/as em Moçambique

Atores	Representatividade do/a entrevistado/a	Atuação/relação com a mineração
População Atingida (Pop)		
	Reassentamento 25 de Setembro	Reassentamento urbano realizado pela Vale das populações que vivem na área operacional do Projeto Moatize
	Reassentamento de Cateme	Reassentamento rural realizado pela Vale das populações que vivem na área operacional do Projeto Moatize
	Comunidade de Cancope	Comunidade não reassentada pela Vale que está dentro da área de concessão, mas não dentro da área operacional
	Comunidade de Ntchenga	Comunidade não reassentada pela Vale que está dentro da área de concessão, mas não dentro da área operacional
	Comunidade de Catete	Comunidade não reassentada pela Vale que está dentro da área de concessão, mas não dentro da área operacional
	Oleiros	Produtores de tijolos tingidos pela Vale, que frente à impossibilidade de manter a continuidade da sua atividade produtiva, lutam por indenizações mais justas
Sociedade Civil (SoCiv)		
	Justiça Ambiental	ONG que atua em temáticas relacionadas às decisões de desenvolvimento e luta por justiça ambiental. Envolvimento na defesa dos/as atingidos/as pela Vale em Moçambique
	Ação Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU)	Organização da sociedade civil formada por estudantes universitários com atuação em conflitos e megaprojetos
	Centro Terra Viva (CTV)	Instituição não governamental que atua na área de advocacia ambiental, além de realizar investigação e intervenções ambientais em contexto moçambicano
	Liga Moçambicana dos Direitos Humanos (LDH) Sede Regional de Tete	Entidade que atua em prol dos direitos humanos em Moçambique. Assessoria jurídica às comunidades atingidas pela Vale
	Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades (AAAJC)	Assessoria jurídica para comunidades atingidas por megaprojetos, atuação de base junto às populações atingidas pela Vale em Tete
	Centro de Integridade Pública (CIP)	Entidade independente que atua na denúncia da corrupção e irregularidades na esfera pública moçambicana. Investigações sobre a relação da indústria extrativa com práticas anti-democráticas
	Observatório do Meio Rural (OMR)	Entidade política que conduz investigações sobre temáticas agrárias e desenvolvimento rural. Investigações sobre os impactos da mineração nas populações rurais
	Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE)	Centro de pesquisa sobre temáticas sociais e económicas de Moçambique contemporâneo com investigações sobre megaprojetos e economia extrativa
	Ativistas e pesquisadores independentes	Ativistas e pesquisadores independentes com atuações relevantes em relação aos impactos da mineração de larga escala em Moçambique
	Arquidiocese de Tete	Entidade da Igreja Católica, com atuação social relevante em relação aos/as impactados/as pela Vale

Corporação Multinacional (CMn)	
Vale Moçambique Sede em Maputo	Sede da Vale Moçambique, uma subsidiária integral da Vale S.A.
Vale Moçambique Sede Regional em Tete	Sede Regional da Vale Moçambique, uma subsidiária integral da Vale S.A.
Governo (Gov)	
Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural Nacional	Entidade governamental responsável pela promoção de políticas para o desenvolvimento sustentável do meio rural, bem como pela regulamentação dos processos de reassentamento
Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural Regional de Tete	Entidade governamental responsável pela promoção de políticas para o desenvolvimento sustentável do meio rural, bem como pela regulamentação dos processos de reassentamento a nível regional
Consultoria (Consult)	
Diagonal Urbana	Empresa de consultoria brasileira que abriu sede em Moçambique e foi contratada pela Vale para condução dos reassentamentos de 2009/2010, bem como estudos socioeconómicos sobre a população e os impactos da CMN
Impacto	Empresa especializada na condução e elaboração de Estudos de Impacto Ambiental e Social, Planos de Gestão Ambiental, Planos de Reassentamento, Estudos Socioeconómicos. Já prestou serviços para a Vale em algumas ocasiões